

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



RESPONSABILIDADE DE
COMANDAR

Artigo de José Ramos de Castro

SET-OUT/79



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

	Págs.
A RESPONSABILIDADE DE COMANDAR — Gen Bda Sebastião José Ramos de Castro	5
A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE SETE ÁREAS INTERNACIONAIS VITAIS — Gen George S. Brown, EUA	7 ✓
A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS E SEUS PARALELOS NO BRASIL — Profª Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright	45 ✓
O PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS NO EXÉRCITO — Gen Bda Jayme Miranda Mariath	53 ✓
HOMENAGEM AO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO — Sen Luiz Viana Filho	63 ✓
O VIETNÃ EM PERSPECTIVA — Gen Ex William C. Westmoreland, EUA ..	73 ✓
CRIPTOANÁLISE, SUA IMPORTÂNCIA NA CONDUTA DA GUERRA — Mar Art QEMA Sergio Ernesto Alves Conforto	83 ✓
ECONOMIA DE GUERRA (SEM GUERRA) — CMG Paulo de Oliveira Dias ..	99 ✓
OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA POR EQUIPES DE ARMAS COMBINADAS — The Engineer	107
O SISTEMA MILITAR DE ISRAEL — Pesquisa da Redação	115
OS SUPERDOTADOS — Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis	127 ✓
O IDEAL SOCIALISTA NÃO É COMPATÍVEL COM A LIBERDADE — Irving Kristol	141 ✓
CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — A "Liberdade" Comunista — A. de Lannes	147 ✓
TRATADO DE REDUÇÃO DE FORÇAS — The Strategic Survey	153
OS TERMOS DA PAZ DE PONCHE VERDE — Maj Inf Manoel Soriano Neto ..	159 ✓
CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME DE 1979	167
O LÍDER DE VÔO — Ten Cel Av Aldir Raposo Martins	173 ✓
BNH DÁ MAIORES FACILIDADES PARA EMPRESA FINANCIAR HABILITAÇÃO A SEUS EMPREGADOS — Pesquisa da Redação	189
INFORMAÇÕES	193
LIVROS	197



A RESPONSABILIDADE DE COMANDAR

Sebastião José Ramos de Castro

General de Brigada, Comandante da 5.ª Brigada de Infantaria Blindada, Ponta Grossa, Paraná. Possui os cursos de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, da ESG, e Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. Ex-instrutor da ECEME.

O ato de comandar, na paz ou na guerra, constitui a atividade mais importante para a qual deve preparar-se o militar profissional. E essa atividade adquire especial realce quando o militar, já como oficial superior, assume o comando de uma Unidade de nosso Exército. E esse comando envolve aspectos mais importantes quando se trata de uma Unidade isolada, sediada no interior do País, pelas razões que serão analisadas posteriormente.

A ação de comando exige a atenção do oficial para as questões ligadas à atividade-fim e à atividade-meio. Como principal responsável pela instrução e pelo adestramento da tropa, deve ter a máxima preocupação para atingir, no que respeita ao preparo dos homens sob seu comando, os mais elevados índices possíveis de operacionalidade. Por outro lado, como responsável pelo patrimônio e material da Unidade, não pode descuidar de suas responsabilidades como administrador, especialmente no que respeita ao emprego judicioso dos recursos financeiros disponíveis. Em consequência, deve saber dosar, adequadamente, seu esforço de modo que, as questões administrativas, não venham provocar sua desatenção com relação aos problemas ligados à atividade-fim e que constituem a própria razão de ser da Unidade.

É no comando de uma Unidade que o oficial poderá demonstrar plenamente seus atributos morais e profissionais. Da forma pela qual se conduz no Comando é que poderemos avaliar se possui condições efetivas de Chefia e Liderança, e de administrador.

A avaliação, quando não há padrões concretos de medida, envolve um certo grau de subjetividade, até mesmo na forma com que são evidenciados ou não certos atributos. Não é nossa intenção, realizar um estudo sobre Chefia e Liderança, mesmo porque já foi amplamente analisado por pessoas altamente categorizadas.

Pretendemos, isto sim, transmitir observações pessoais, fruto da experiência. Assim sendo, consideramos que um Comandante de Unidade deve possuir atributos fundamentais como:

- dinamismo;
- interesse pela instrução;
- capacidade administrativa;
- sentimento de responsabilidade;
- capacidade de criar sadio espírito de corpo;
- equilíbrio emocional;
- sentimento de justiça;
- convicções democráticas;
- lealdade e franqueza;
- entusiasmo profissional; e
- devoção à carreira militar.

O que se espera de um Comandante de Unidade é que ele seja atualizado profissionalmente, capaz de orientar a instrução e o adestramento da tropa mediante diretrizes precisas e claras; que saiba atribuir responsabilidades definidas aos integrantes do Estado-Maior da Unidade e que esteja presente aos principais atos de serviço — inspeções, instrução e adestramento — com seguro conhecimento do que está ocorrendo. Além disso, deve ser conhecido pela sua tropa, a ela se dirigindo nas ocasiões oportunas com palavras adequadas e demonstrando a postura de Chefe capaz de se impor pelo exemplo.

O Comandante de Unidade deve, ainda, ter habilidade necessária no relacionamento com o Escalão Superior e com os escalões subordinados, aliada a uma capacidade inventiva e força de vontade, para conciliar as dificuldades normalmente existentes em pessoal e material de sua Unidade com as determinações recebidas, de modo a poder cumpri-las da maneira mais eficaz possível.

Em guarnições isoladas, sua responsabilidade é ainda maior. Pela sua posição social na comunidade, é intensamente solicitado para comparecer a atos públicos e sociais. Moderação, equilíbrio, ponderação nos gestos e palavras o farão respeitado e bem recebido no seio da comunidade. Deverá ter especial cuidado para evitar envolvimento nos problemas políticos locais, de modo a se tornar invulnerável a críticas. Em nenhuma hipótese, deve deixar-se levar pela preocupação de projeção social em detrimento de suas responsabilidades profissionais e de chefe. Deverá ter especial preocupação com a harmonia da comunidade militar local, estando permanentemente atento para os problemas existentes, procurando solucioná-los, tão logo surjam. Não deverá esquecer a importância da confraternização com os companheiros da reserva residentes na sede da Guarnição, prestigiando-os e estimulando o comparecimento dos mesmos aos atos cívicos e festividades militares.

Procuramos apresentar, ainda que superficialmente, alguns aspectos do que se espera de um comandante de Unidade. Se as considerações feitas forem de alguma utilidade para futuros comandantes, nos sentiremos recompensados. Esse foi o nosso único propósito.



A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE 7 ÁREAS INTERNACIONAIS VITAIS

George S. Brown, USAF

O presente artigo, escrito pelo então Presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior das FA dos Estados Unidos, General George S. Brown, em março de 1977 antes dos últimos acontecimentos no Oriente Médio, envolvendo o Irã, guarda ainda muito de atual e de excelente interesse estratégico.

EUROPA OCIDENTAL

A importância estratégica da Europa Ocidental para a Segurança dos Estados Unidos só perde para a segurança territorial dos próprios Estados Unidos. É uma área crítica do mundo, na qual os interesses fundamentais dos EUA podem ser testados pela União Soviética. É, também, a arena mais importante na qual forças e sistemas de armas dos EUA e da URSS se confrontam diretamente. Nessa área, vemos aplicada, com a maior clareza, nossa política estratégica nacional de começar a defesa dos EUA, o mais longe possível.

Os Estados Unidos olham para a Europa Ocidental como seu parceiro natural para promover a disseminação dos valores políticos ocidentais e de seu pensamento socio-econômico. Além disso, os europeus ocidentais buscam diretamente a liderança dos Estados Unidos. Como os Estados Unidos procuram hoje maior apoio e cooperação da Europa na solução de problemas do Terceiro Mundo, a importância das instituições de segurança do Atlântico Norte aumentará.

É em virtude desses fatores estratégicos que uma parte substancial das forças dos EUA está sediada na Europa. Essas forças são parte integrante da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e constituem o fundamento das garantias de segurança que temos dado a nossos aliados europeus. O objetivo das forças dos EUA na Europa é contribuir para a capacidade dissuasória da OTAN e ajudar a defender essa região, se necessário, contra agressão por parte da União Soviética e seus aliados do Pacto de Varsóvia.

É difícil quantificar a influência estabilizadora que nossas forças desempenham na Europa ou as influências desestabilizadoras que resultariam de sua ausência ou de uma apreciável redução. Para os europeus ocidentais, não apenas aliados como neutros, a quantidade e a qualidade das forças dos EUA são um visível compromisso com a defesa comum do Ocidente. Elas formam o padrão pelo qual nossos aliados medem seus próprios compromissos militares e políticos com relação à segurança. É essencial para a defesa da Europa Ocidental que os Estados Unidos mantenham na Europa sua substancial contribuição de forças militares prontas para o combate.

SITUAÇÃO ATUAL

Nos últimos 27 anos a OTAN tem servido com pleno sucesso aos interesses de segurança dos Estados Unidos e de seus aliados europeus. O desafio estratégico que deu origem à Aliança ainda existe e, de fato, nas palavras do Comandante Supremo Aliado, Europa (SACEUR), "defrontamo-nos hoje com uma ameaça militar cuja magnitude em todas as áreas nunca foi tão grande ou tão clara". Hoje, a OTAN defronta-se com o imperativo de manter uma forte e viável estrutura de segurança para conter uma sempre crescente ameaça militar do Pacto de Varsóvia, em face das demandas sócio-econômicas que competem por recursos críticos.

O atual ambiente de segurança da Europa é produto de percepções e respostas à ameaça militar do adversário. Nos últimos anos, a União Soviética e os países do Pacto de Varsóvia robusteceram substancialmente sua posição militar através de melhoramentos quantitativos e qualitativos de força. É lícito esperar que essa tendência prossiga, uma vez que os soviéticos aparentemente desejam manter uma posição de poder relativo cada vez maior.

As defesas da OTAN contra um crescente fortalecimento soviético baseiam-se numa estratégia de resposta flexível. Se o objetivo primário de deterência da OTAN falhar, sua estratégia requer que a agressão seja enfrentada com uma resposta apropriada, resultante de uma série de opções válidas para preservar ou restaurar a integridade territorial da Aliança. Para que essa estratégia tenha credibilidade, terá a OTAN de organizar forças convencionais, forças nucleares de Teatro de Operações e forças estratégicas nucleares.

Em sistemas de armas nucleares táticas, a OTAN ainda se mantém na dianteira, a despeito de novas ameaças apresentadas à Europa pelo míssil móvel soviético de alcance intermediário SS-X-20, pelo bombardeiro BACKFIRE, e pela aeronave nuclear tática FENCER e FLOGGER.

É nas forças convencionais que se registra a maioria das atuais deficiências da OTAN. Nessa opinião conto com o apoio das autoridades militares da OTAN e do Comandante-Chefe dos EUA na Europa (CINCEUR).

Numa base regional, a capacidade cada vez maior das forças aéreas e navais soviéticas que se defrontam com a OTAN no Norte é matéria de crescente preocupação.

pação. Conquanto as forças soviéticas nessa região estejam posicionadas para defender as instalações estratégicas na Península de Kola, existe pouca dúvida de que, por ocasião de um conflito, elas não expandam o perímetro defensivo em torno de Kola. Isso as colocaria numa melhor posição para garantir a passagem de forças para a batalha naval no Atlântico. A atual vantagem da União Soviética nessa região torna crítico o oportuno reforço aliado.

Na região central, o Pacto de Varsóvia tem uma definida superioridade numérica em tanques, carros blindados, artilharia e aeronaves táticas. E a OTAN ainda está em desvantagem pelo mal posicionamento tático de muitas de suas unidades. Um tempo considerável seria necessário para que essas unidades alcançassem as posições defensivas de vanguarda. Um aviso oportuno de ataque do Pacto de Varsóvia nessa região, aliado a uma pronta decisão política, não precisam ser superenfáticas.

Tanto por razões geográficas como políticas, a Região Sul apresenta um problema militar específico. No Mediterrâneo Oriental, o persistente conflito entre a Grécia e a Turquia a respeito de Chipre e do controle dos recursos do Egeu continuam a desviar a atenção desses dois aliados, estrategicamente localizados, para a ameaça comum.

Na Itália, os interesses dos EUA e da OTAN defrontam-se com incertezas motivadas pela influência comunista em expansão no país. A recusa de ceder território italiano para operações dos EUA e da OTAN restringiriam severamente as frotas e as forças da OTAN nessa área de preocupação estratégica e econômica.

Um aspecto muito encorajador nessa região é o progresso feito em Portugal, na preservação dos valores ocidentais face a uma forte ameaça comunista pela conquista do poder.

Forças militares aliadas, terrestres e aéreas, na Região Sul estão menos equipadas do que as forças do Pacto de Varsóvia na área. No mar, onde a contribuição dos EUA na Região Sul é a maior de todas, a tradicional superioridade da OTAN está sendo ameaçada pelo crescente poderio marítimo soviético, que representa uma ameaça direta às rotas essenciais de reforço e de abastecimento da OTAN.

Por outro lado, toda a Aliança, ao cabo de vários anos de subestimar a importância da defesa e de colocar altas esperanças na redução da ameaça militar soviética através da détente, começa hoje a reavaliar a situação. Um ceticismo com respeito às intenções soviéticas está surgindo. Uma percepção sóbria da segurança europeia, bem como algum aumento no apoio popular por uma defesa forte, está se evidenciando. Entretanto, alguns aliados europeus estão tendo dificuldades econômicas e políticas para dar apoio aos atuais níveis de defesa.

Não se considera provável, num futuro próximo, uma decisão, por parte do Pacto de Varsóvia, de iniciar a guerra contra a OTAN. Todavia, se os pontos fracos da força convencional hoje identificados não forem corrigidos, e as possibilidades da URSS/Pacto de Varsóvia continuarem a melhorar, o desequilíbrio resul-

tante poderá levar Moscou a fazer uso prático de sua preponderância da força armada, por coerção e intimidação, em proveito de seus objetivos. O fator crucial é saber se a OTAN tem, na percepção dos líderes do Pacto de Varsóvia, suficiente vontade e poderio militar para fazer com que a agressão militar pareça arriscada demais.

FORÇA DO PACTO DE VARSÓVIA

O Pacto de Varsóvia tem feito significativos progressos, qualificativos e quantitativos, nas áreas de mobilidade, poder de fogo, apoio logístico e comando e controle. Quantitativamente, elas adicionaram novas unidades e aumentaram o número de tanques, artilharia e armas de defesa aérea.

Ao contrário da OTAN, a doutrina, as armas e o equipamento do Pacto de Varsóvia são, de um modo geral, padronizados. Ao contrário dos Estados Unidos, que precisam atravessar um oceano para reforçar a OTAN na Europa, os soviéticos podem rapidamente fazer reforços por terra em larga escala.

O aprimoramento significativo das forças de aviação na URSS/Pacto de Varsóvia continua incessante. Nos últimos cinco anos, o número de aeronaves de nova geração dos países do Pacto de Varsóvia, postos em atividade na Europa Oriental, aumentou de um terço.

O Pacto de Varsóvia tem 3.000 aeronaves de combate, de reconhecimento e bombardeiros destacados ao longo das regiões central e setentrional inferior da OTAN e 920 aeronaves dos mesmos tipos ao longo do flanco meridional. Essas forças estão frente a frente a 1.700 aeronaves táticas da OTAN nas regiões central e setentrional inferior e a 710 aeronaves da OTAN no sul. Nesses totais não está incluído o poderio aéreo da França.

As novas aeronaves do Pacto são mais sofisticadas e mais capazes do que as aeronaves soviéticas anteriores. Outro aspecto perturbador é o aumento da possibilidade de entrega de munições. As forças aéreas do Pacto de Varsóvia em posição podem hoje despejar, em uma surtida, várias centenas por cento maior tonelagem de munição, em maior área de milhas quadradas, do que em 1971. Sua possibilidade de utilização de armas nucleares está crescendo proporcionalmente.

Ao contrário das forças marítimas da OTAN, que têm sido reduzidas, a Marinha Soviética está expandindo constantemente sua capacidade de empreender amplas operações de combate em todo o mundo e de apoiar objetivos políticos em tempo de paz. A base doméstica para três quartos da Marinha Soviética e suas áreas preferenciais de operação estão dentro da área de responsabilidade do Comando Aliado da Europa. Em tempo de guerra, espera-se que as missões principais de Teatro da Marinha Soviética sejam combater as forças navais da OTAN, interditar as linhas de apoio e abastecimento da OTAN e apoiar as operações terrestres do Pacto de Varsóvia.

As forças do Pacto de Varsóvia estão equipados com sistemas de emprego nuclear tático. Além disso, os soviéticos têm centenas de mísseis balísticos de alcance intermediário (IR) que podem golpear as forças da OTAN.

Em 1970, a União Soviética tornou pública uma nova doutrina de guerra, que preconiza um tipo de blitzkrieg, utilizando ataques blindados em massa ao longo de uma ampla frente. Essa doutrina preconiza a conquista de objetivos profundos dentro de poucos dias ou semanas, no máximo. As possibilidades da atual estrutura de força e base logística do Pacto de Varsóvia refletem esse pensamento. Em vista dessas possibilidades e dessa nova doutrina, está claro que o Ocidente terá também de estar preparado para repelir um ataque com pequeno ou nenhum aviso.

ATITUDE E APRESTAMENTO DA FORÇA DOS ESTADOS UNIDOS

No caso de um ataque sem reforços do Pacto de Varsóvia, com pouco ou nenhum aviso, as forças dos EUA estacionadas permanentemente na Europa suportariam o impacto dos ataques iniciais. Nossas forças incluem quatro divisões, três brigadas e dois regimentos de cavalaria blindada; forças aéreas de cerca de 500 aeronaves de combate; e forças navais da Sexta Frota, mais submarinos nucleares de ataque. As forças aéreas poderiam ser reforçadas com aparelhos adicionais dentro de horas, ao cabo de uma decisão de emprego. Já foi posicionado o equipamento para unidades de reforço do Exército dos EUA, e sua decolagem para a Europa é objeto de exercícios constantes. Se o tempo de alerta permitir, existem efetivos sediados em bases norte-americanas e unidades de reserva prontos para serem acionados.

O aprimoramento contínuo do aprestamento da força é meta prioritária do Comando Supremo Aliado, Europa (SACEUR). Como resultado de avaliações feitas durante o ano, o preparo geral na Europa foi considerado bem melhor do que no ano anterior. Intensificou-se o treinamento de tropas, o grau de disponibilidade do equipamento foi muito alto e o trabalho de conjunto de elementos combinados de ataque-defesa foi consideravelmente melhor. Mas o SACEUR ainda exige melhoramentos ainda mais significativos, inclusive treinamento mais eficiente, maior ênfase em testes de preparo para missões pré-planejadas, medidas mais rigorosas de alerta, menor ênfase nos programas para missões não-essenciais e providências mais imaginativas de controle e comando.

Programas para aumentar a proporção de forças de combate em relação à força apoio já foram concluídos. Entretanto, essa transformação de aproximadamente 30.000 forças de apoio em forças de combate, conquanto aumente o poder de combate, acarreta um elemento de risco, especialmente num conflito prolongado.

Para ajudar a corrigir o desequilíbrio de forças entre o Grupo de Exército Norte e o Grupo de Exército Centro na Alemanha, uma brigada deverá ser sediada em Bremerhaven. A capacidade de comando e controle também será revigorada na Alemanha setentrional pela adição de mais unidades móveis de radar 407L. Essas unidades aumentarão a cobertura de radar do Air Defense Ground Environment da OTAN integrando-se com elas. No Norte, maior capacidade de comando e controle será obtida entre o grupo de Controle Tático das Forças Aéreas dos

EUA, Europa (USAFE), e os destacamentos de apoio às operações da OTAN que estão sendo mandadas para dirigir as unidades de comando e controle da USAFE, integrando-as com unidades do Exército sediadas no Norte.

O programa de proteção física para aeronaves táticas de reconhecimento/combate em posição e de dupla base, (forças localizadas nos Estados Unidos, que estão sujeitas a chamado imediato à Europa pelo SACEUR), está progredindo bem. Quase todas as forças norte-americanas em posição e de base dupla na Região Central estão abrigadas contra ataque inimigo com armas convencionais. Além disso, um grande número de abrigos no Reino Unido e na Itália ou já foram construídos ou estão sendo programados. Os esquadrões de reforço, para os quais não existem abrigos, obterão alguma proteção por dispersão, através do programa já ordenado de bases operativas. O progresso no programa de dispersão reduzirá a concentração de bases da USAFE com a introdução de aeronaves F-15 e A-10.

Tem havido um aprimoramento generalizado das forças dos EUA na Europa. Além disso, programas de melhoria em andamento darão nova contribuição à eficácia geral de combate das forças dos EUA. Grandes passos estão sendo tomados para melhorar o nível de combate noturno e em todas as condições de tempo de forças aéreas e terrestres, bem como para localizar e destruir alvos inimigos. Os melhoramentos incluem avançados mísseis solo-ar e interceptores para quaisquer condições de tempo, com capacidade para localizar e abater. Para aumentar a possibilidade de sobrevivência no mar, está sendo desenvolvido um aperfeiçoado sistema de defesa de ponto aproximado. O Sistema Aeroterrestre de Controle e Alerta (AWACS) oferece uma melhoria quantitativa em nosso primitivo sistema de defesa aérea e alerta, assim como para os sistemas terrestres de controle aerotático, tanto em operações defensivas como ofensivas. A comunidade militar da OTAN adotou uma frota de aeronaves de primeiro alerta, e os países estão agora trabalhando para as decisões finais de fabricação e financiamento.

As instalações EUA/NATO, isoladamente ou integradas e devidamente melhoradas são essenciais para coordenação e apoio efetivos. Um plano de melhoria nessa área está em andamento na região central. Embora as comunicações existentes sejam marginalmente adequadas para dar apoio a uma guerra geral, o Sistema Integrado de Comunicações da OTAN encontra-se em adiantado estado de implementação. Esse programa, para modernizar totalmente o sistema estratégico de comunicações na Europa, começou em 1971, e espera-se que esteja concluído por volta de 1981-1982. Adicionalmente, meios estão sendo explorados para garantir redes interoperáveis e interligados, entre os EUA e a OTAN, dessa forma aproveitando melhor os recursos existentes.

Embora a capacidade de guerra eletrônica da OTAN, como um todo, continue a melhorar nas áreas de bolsões aéreos auto-protegidos, receptores de alerta de radar, e a introdução de bolsões Chaff, a atual capacidade para operar num ambiente eletro-magnético hostil permanece pobre. Um programa cooperativo de equipamento, entre oito, nações foi estabelecido para proporcionar lançadores Chaff e armadilhas de infravermelho para unidades navais. Um programa de reequipa-

mento para forças terrestres também foi iniciado e unidades adicionais de guerra eletrônica estão sendo organizadas por diversos países da OTAN.

A capacidade dos EUA e da OTAN de dissuadir e defender-se num ambiente de guerra química é muito limitada. A Alemanha e os Estados Unidos lideram atualmente a Aliança em seus esforços para melhorar o treinamento e colocar em campo moderno equipamento defensivo. O exercício AUTUMN FORGE, realizado na Europa e envolvendo diversos países da OTAN, revelou aperfeiçoamento tanto em equipamento como em treinamento.

Existem dois meios fundamentais de melhorar a contribuição de força dos EUA à OTAN, além de sediar forças adicionais no território europeu em tempo de paz. Estes são pré-posicionar equipamento ou aperfeiçoar a mobilidade. Trazer reforços nos primeiros dias de conflito exige principalmente transporte aéreo melhorado, enquanto que sustentar operações exige, da mesma forma, transporte marítimo aperfeiçoado. Progressos específicos em ambas essas áreas estão sendo programados atualmente, mas ainda não se poderá satisfazer a todas as exigências. Em consequência, esforços intensos estão sendo feitos para atender ao problema geral da mobilidade e para pesquisar novos meios de maximizar o emprego de materiais existentes. No momento, a reconstrução de POMCUS (material pré-posicionado para o exterior arrumado em conjuntos de unidades) continua a ser uma alta prioridade, já perto da meta final. As exigências de Recomputação de Estoque de Reserva de Guerra (WRS), com base em taxas recalculadas de desgaste, têm resultado num aumento enorme de autorizações de equipamento. É urgente cumprir essas novas autorizações.

Embora o posicionamento e aprestamento das forças convencionais dos EUA na Europa tenham melhorado, é evidente, desde logo, que existem significativas deficiências. Como o SACEUR tem frisado, a pronta solução dessas deficiências constitui um passo importante para respaldar a confiança de nossos Aliados. Deixar que as deficiências críticas persistam, particularmente em áreas onde os EUA são considerados como particularmente vulneráveis, poderá ser percebido como falta de resolução. Nossa determinação é a chave para superar com êxito essas deficiências.

CONTRIBUIÇÕES DAS FORÇAS ALIADAS

Os aliados europeus dos EUA continuam a fornecer o grosso da capacidade militar da OTAN na Europa. No primeiro dia de mobilização, as forças da Europa comprometidas com a OTAN consistiriam de, aproximadamente, o equivalente a 48 divisões, 1.900 aviões de combate e 300 de transporte, e quase 550 belonaves.

O poderio de combate das forças da OTAN não-norte-americanas varia grandemente entre os aliados individuais e dentro das regiões da Aliança. Na região norte do Comando Aliado da Europa, tanto a Dinamarca como a Noruega contribuem com pequenas forças regulares, e dependem da mobilização para dar a essas forças a plena eficácia. A Noruega e a Dinamarca juntaram-se aos Estados Unidos, à Bélgica e à Holanda no projeto F-16, tendo a Dinamarca iniciado a introdução de novos tanques Leopard em seu arsenal.

Dentre as três regiões da Aliança os aliados da região central enfrentam o grosso do poderio militar do Pacto de Varsóvia e continuam a apoiar e alcançar programas de defesa da mais alta qualidade. As forças da República Federal da Alemanha (RFA) mantêm um alto grau de equipamento e preparo de pessoal. A Alemanha tem em serviço ativo três brigadas blindadas. A Bélgica dá andamento a um sólido programa de aprimoramento militar. Quatro batalhões anticarros, por exemplo, entraram recentemente em serviço ativo ali. Por sua vez, a Holanda vê-se sob contínua pressão política para reduzir sua contribuição. A força de defesa da Grã-Bretanha está sendo erodida por reduções no orçamento militar, depois da recente revisão na política de defesa.

A situação militar na região meridional da OTAN apresenta certos problemas especiais. A Grécia e a Turquia, por exemplo, necessitam de assistência para satisfazer suas obrigações militares com a Aliança, obrigações que ambos esses países têm reconhecido. A negação dessa assistência restringe seriamente a contribuição desses países à Aliança.

A Itália reduziu recentemente o volume de seus elementos de combate em quase um terço, anunciando o propósito de, em consequência, aumentar-lhes a eficiência. Melhorias qualitativas estão sendo planejadas para todos os seus serviços, superando contratempos orçamentários de origem econômica ou política.

A contribuição militar de Portugal à Aliança consiste em ceder direitos de base às forças dos Estados Unidos e da Alemanha e a uma sede naval da OTAN, especificação de alguma força naval e aérea e a designação de forças terrestres para engajamento na reserva da Região Meridional da OTAN. No contexto do programa da OTAN, os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha estão cooperando na modernização das forças armadas portuguesas através de equipes de levantamento, fornecendo artigos de equipamento terrestre e aéreo com os quais poderão organizar uma brigada de exército e um correspondente elemento de apoio aéreo.

A Espanha não é membro da OTAN, mas contribui para o poderio militar regional da Aliança permitindo a instalação de bases em seu território para forças dos EUA. O trânsito pelo território espanhol e o uso de suas instalações operacionais e de apoio, por parte de unidades de reforço dos EUA, são de grande importância para os Estados Unidos e para a OTAN, no Atlântico e no Mediterrâneo.

A despeito de ênfases constantes, as contribuições aliadas em forças ainda estão longe das metas fixadas pelos ministros da OTAN. Como se permite que cada discrepância continue, ela apresenta riscos para a capacidade do Comando Aliado da Europa em conduzir uma defesa bem sucedida e riscos para a credibilidade de nosso poder dissuasivo. Se a contribuição das forças convencionais da OTAN para o poder dissuasivo geral deixar de crescer, existirá maior probabilidade de recurso a armas nucleares durante as hostilidades.

Os aliados europeus, juntamente com os Estados Unidos, estão tentando resolver muitas das deficiências de força convencional com maior ação combinada. Esforços estão sendo hoje encaminhados dentro da Aliança para se encontrar novos meios de alcançar maior padronização de equipamento dentro das forças, na década

de 1980. Entretanto, esta é uma questão delicada para aqueles aliados cujos países possuem indústrias militares bem desenvolvidas. Melhoramentos mais imediatos estão sendo buscados para elevar a interoperação dos atuais sistemas de armas por meio de modificações de pequena monta econômica. Algumas das áreas mais promissoras para a maior interoperação do equipamento aliado são comunicações, munição e combustíveis.

No lado europeu, uma movimentação considerável no sentido de desenvolver um fórum europeu para tratar da padronização tem ocorrido dentro do Eurogrupo da Aliança. O Eurogrupo foi influenciado pelo apoio dado pelos EUA em 1975 a uma "via em dois sentidos" (os Estados Unidos tanto compram como vendem aos europeus) no desenvolvimento e consecução de equipamento padronizado. Num esforço de associar a França a essa iniciativa, os membros do Eurogrupo e a França organizaram recentemente o Grupo do Programa Europeu. Esse grupo está investigando a possibilidade de desenvolver e fabricar conjuntamente certas categorias de armamentos, bem como a possibilidade de expandir a experiência que os europeus adquiriram com os projetos conjuntos de armamentos em curso. Todos esses desenvolvimentos favorecem os esforços da Europa em levantar o nível de seu poderio convencional e reduzir o desperdício e a duplicação que caracterizaram, no passado, os esforços europeus. Estaremos avaliando, com grande interesse, o resultado desses esforços a longo prazo, bem como a relação que eles terão com os Estados Unidos.

REDUÇÕES MÚTUAS E EQUILIBRADAS DE FORÇA

O principal objetivo da OTAN nas negociações sobre Reduções Mútuas e Equilibradas de Força (MBFR) é manter inalterada a segurança, para todos os membros da Aliança, a níveis de efetivos mais baixos que os atuais. Esse objetivo seria alcançado através de reduções de efetivos terrestres da OTAN e de substanciais reduções dos efetivos do Pacto de Varsóvia e de tanques soviéticos. O objetivo da OTAN visa, tão somente, à compensação quanto à superioridade numérica militar do Pacto de Varsóvia em homens e tanques, mas também quanto à proximidade da União Soviética com relação à área de redução. A área de redução, conhecida como a Área de Diretrizes da OTAN, geograficamente inclui a República Federal da Alemanha, a Bélgica, a Holanda, Luxemburgo, a República Democrática da Alemanha, a Polônia e a Tchecoslováquia. As negociações MBFR tratam das forças militares desses participantes diretos, como também das forças estacionadas no Canadá, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética. Também representados nas negociações estão os representantes adicionais indiretos, isto é, cinco países da OTAN e três do Pacto de Varsóvia.

Reunidos em Viena, Áustria, os representantes dos 12 países da OTAN e de 7 do Pacto de Varsóvia continuam aferrados aos princípios básicos de negociação que cada lado advogou no outono de 1973. A OTAN pleiteia um acordo em duas fases. A Fase I consistiria de redução de forças dos EUA e da URSS, inclusi-

ve unidades blindadas soviéticas. Como parte de um acordo da Fase I, a OTAN prontificou-se a retirar, além de soldados norte-americanos, elementos nucleares dos EUA. A Fase II consistiria de reduções adicionais de efetivos da OTAN e do Pacto de Varsóvia, o que levaria a aproximar a paridade militar Leste/Oeste na forma de um teto comum quanto ao poderio terrestre e aeroterrestre combinado. Por outro lado, o Leste procura iguais reduções de percentagem (aproximadamente 15 por cento) para manter a atual correlação de forças. O Ocidente tem explicado que a proposta oriental deixa de levar em conta as disparidades existentes em termos de vantagens numéricas do leste em efetivos terrestres, forças blindadas e vantagens de reforço soviético.

Embora o progresso tenha sido lento, as negociações MBFR deverão continuar a receber apoio, desde que tal acordo não diminua a segurança militar dos Estados Unidos e seus aliados da OTAN. Além do mais, a conduta das negociações não deverá inibir nem o crescimento da cooperação européia de defesa nem os esforços futuros de aprimoramento da força militar da Aliança.

METAS OBJETIVAS

A OTAN não pode se permitir a correr os riscos inerentes à erosão de suas forças convencionais em face do Pacto de Varsóvia, nem o efeito deletério que isso poderia ter sobre a capacidade de estratégia flexível de resposta da Aliança. A OTAN está trabalhando para afastar esses perigos potenciais, embora o progresso dependa em grande medida do apoio econômico e político de cada nação.

O objetivo supremo da OTAN é fortalecer sua posição militar através do melhoramento quantitativo e qualitativo das forças convencionais necessárias para enfrentar o desafio soviético/Pacto de Varsóvia. O melhoramento das forças convencionais exige ênfase na modernização das defesas aéreas, para incluir o emprego de um sistema de alerta antecipado contra ações aéreas, a aceleração de programas de melhoramento naval, a correção de deficiências em guerra eletrônica, em treinamento e equipamento defensivo nuclear e químico e o aumento do poder-de-fogo.

Um objetivo igualmente importante para a OTAN é aumentar a capacidade de reforço da Aliança pela melhoria da capacidade de deslocamento aéreo e marítimo bem como através de planejamento e coordenação detalhados para seu uso. A capacidade de reforço é importante para a região central da Aliança, mas é ainda mais importante para os flancos setentrionais e meridionais.

Um outro objetivo atual é reimplantar os programas de assistência militar e restaurar a coesão do flanco meridional, bem como melhorar o recebimento, desdobramento e apoio aos reforços ao flanco estratégico setentrional.

Em todas as três regiões geográficas, a OTAN tem reconhecido e preconizado a necessidade por melhor planejamento civil-militar, maior armazenamento de equipamento pré-posicionado e de estoques de reserva de guerra, bem como o aperfeiçoamento do apoio por parte dos países hospedeiros para as forças de reforço. O aprimoramento da situação logística geral da OTAN incluirá a ênfase na ex-

pensão da interoperação do atual equipamento militar aliado e, a prazo mais longo, o desenvolvimento e a obtenção de maior padronização dos itens mais importantes do equipamento da Aliança como um todo.

Um outro objetivo é melhorar nossa capacidade, controle e comunicações, para permitir uma rápida tomada de decisão, o que nos parece de grande importância em caso de qualquer crise futura ou conflito na Europa.

Esses objetivos, que não interferem com as prioridades da Aliança, deverão modificar as tendências adversas no equilíbrio militar para enfrentar o desafio do Pacto de Varsóvia. Para conseguirem sucesso, nossos aliados terão de tomar as difíceis decisões de aumentar os gastos de defesa, em termos reais, como fizeram recentemente os Estados Unidos.

PERSPECTIVAS

Em resposta ao maior poderio quantitativo e qualitativo do Pacto de Varsóvia, vimos este ano uma revitalização dos compromissos dos EUA com a segurança do Atlântico Norte. Isso tem sido manifestado tanto em maiores gastos líquidos na defesa, como, e muito mais diretamente, com aumentos substanciais nas forças dos EUA sediadas e comprometidos com a OTAN. Mesmo assim, como um todo, tem deixado de acompanhar o ritmo do melhoramento das forças convencionais do Pacto.

Uma ação corretiva pode e deve ser tomada por todos os aliados, do contrário os riscos aumentarão inaceitavelmente, sobretudo com relação à área da força convencional. O malogro no aprimoramento obrigará a OTAN a recorrer rapidamente à guerra nuclear ou a sofrer as consequências da intimidação ou, ainda, ser derrotada pela superioridade de forças do Pacto de Varsóvia.

No momento, está ocorrendo na Europa uma mudança de mentalidade sobre segurança. Grande parte disso relaciona-se diretamente com uma análise mais séria dos melhoramentos militares soviéticos e com um maior ceticismo sobre as intenções de détente por parte da União Soviética. Conquanto isto seja uma saudável mudança para o realismo, é contrabalançada pelas fortes dificuldades econômicas de nossos principais aliados, pela instabilidade política de outros, e por disputas regionais e questões que desviam outros de uma resposta adequada à ameaça do Pacto de Varsóvia.

Embora a evidente necessidade de corrigir as deficiências da Aliança esteja, ao que parece, ganhando aceitação, podemos esperar que a Aliança continue a buscar medidas para reforçar a defesa a um custo mínimo, com alguns aliados sendo pressionados, por necessidade econômica ou fatores políticos internos, a reduzir ainda mais os seus esforços de defesa. As atuais tentativas em favor da padronização e da interoperabilidade progredirão à medida em que forem vistas como um meio razoável de conseguir melhor retorno para os investimentos.

Uma atitude convencional da Aliança, adequada à estratégia de resposta flexível e proporcional à ameaça só pode ser conseguida se continuarmos com nosso ímpeto e nos assegurarmos do esforço unido de todos os nossos aliados.

ORIENTE MÉDIO

Importância Estratégica

O Oriente Médio é um corredor estrategicamente importante que interliga os três continentes do Hemisfério Oriental e para onde convergem os interesses das grandes potências. Suas reservas de petróleo são importantes para os Estados Unidos e indispensáveis para os aliados. Setenta por cento das exigências de petróleo da Europa Ocidental e 80 por cento das do Japão terão de ser importados do Oriente Médio. Tais exigências não podem ser satisfeitas por outras fontes. O Oriente Médio tem sido o local para a exploração soviética da aparente fraqueza aliada. Recentemente, os Estados Unidos grangearam crédito e prestígio como um pacificador e promotor do comércio entre países. O controle dessa região por qualquer potência ou coalisão de potências, em oposição aos Estados Unidos, poderá ameaçar a segurança militar, a viabilidade econômica e a liberdade de ação política do Ocidente. A segurança nacional dos EUA, portanto, pode ser aumentada através de estabilização dessa zona de conflito, que tem ameaçado arrastar as grandes potências a uma guerra.

Embora o segundo acordo de desmobilização egípcio-israelense, de setembro de 1975, tenha reduzido a probabilidade de conflito aberto entre os dois países num futuro imediato, a probabilidade de um conflito militar permanece relativamente alta.

O Líbano é, sem dúvida, uma encruzilhada crítica. A solução da crise, delineada numa reunião da Cúpula Árabe no Cairo, em outubro de 1976, oferece uma base promissora de progresso no sentido de uma acomodação política e de reconstrução econômica. O êxito, entretanto, dependerá da habilidade em estimular essa acomodação ou de força e aquiescência por parte de todos os grandes partidos. Mesmo sob o cenário mais otimista, as lideranças libanesas, que podem convocar as tropas da Força de Segurança da Liga Árabe para exigências imediatas de segurança, enfrentarão uma demorada e difícil tarefa em reduzir o prosseguimento das tensões, o desarmamento de milícias privadas terá de ser um objetivo prioritário. O tratamento da questão da presença de palestinos armados no Líbano exercerá um significativo impacto não apenas na estabilidade do Líbano como também no potencial da tensão, bem como na sensível fronteira com Israel.

As duas principais questões que afetam o relacionamento no Golfo Pérsico são o desacordo básico entre árabes conservadores e nacionalistas árabes radicais sobre o destino da evolução sócio-política na Península Arábica, e a apreensão árabe relativa ao crescente poderio e interesses do Irã na área do Golfo Pérsico.

O Golfo Pérsico desfruta hoje de estimulante estabilidade, e as influências radicais dos nacionalistas, que antes ameaçavam a estabilidade da região têm feito pouco progresso recentemente. A tendência atual é no sentido de maior cooperação entre países árabes da Península, e da cooperação Peninsular-Árabe com o Irã, que reforce a segurança regional. São esses os recentes desenvolvimentos, contra um fun-

do de antiquíssima rivalidade, turbulência e busca de interesses individuais mesquinhos.

O Irã tem sido um forte advogado de um acordo de segurança no Golfo Pérsico, mas os árabes têm sido relutantes em concordar com disposições formais. Ao mesmo tempo, Bahrain, Kuwait, Qatar e os Emirados Árabes Unidos continuam a ficar apreensivos, não apenas com o Irã mas também com o Iraque e a Arábia Saudita, e continuam a promover a satisfação de seus próprios interesses.

Em resumo, o Oriente Médio é e continua a ser um ponto focal de tensão e de instabilidade. Os desenvolvimentos reais e potenciais afetam quase que todos os países do globo, dramatizando destarte o impacto da interdependência entre as nações.

Ameaça

A despeito das concessões negociadas e implementadas pelo Egito e Israel no Acordo provisório do Sinai, os problemas básicos da ocupação israelense de terras antes pertencentes aos árabes e palestinos continuam a fazer do Oriente Médio uma área de conflito potencial. As forças de oposição têm elevado suas quantidades de modernas e sofisticadas armas, aperfeiçoando-se na capacidade e defensiva. Um reinício das hostilidades poderia desencadear possivelmente uma série de acontecimentos que poderiam culminar num outro embargo árabe de petróleo. Se os soviéticos optarem por aumentar seu apoio às forças árabes ou por uma intervenção direta, então haverá uma nítida possibilidade de confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Os Estados Unidos mantém uma pequena força no Oriente Médio: Bahrain é o porto-chave para a Força dos EUA no Oriente Médio (MIDEASTFOR), que consiste de dois destróieres e um navio-capitânea. A MIDEASTFOR opera no Golfo Pérsico, no Mar da Arábia e no Mar Vermelho e faz visitas portuárias na área que se estende do Leste da África ao subcontinente indiano. O atual destacamento da MIDEASTFOR dá apoio a importantes interesses dos EUA pela manutenção de uma presença naval no Oceano Índico e no Golfo Pérsico. As instalações militares de comunicações em Asmara, na Etiópia, têm proporcionado um apoio primacial às missões do emissário presidencial na região. Outras exigências militares de comunicações estão sendo satisfeitas por satélites. Exigências de comunicações de alta-frequência poderiam ser atendidas pelo emprego de equipamento móvel/transportável à região.

O Oriente Médio é uma área de grande importância estratégica para os Estados Unidos. O reinício das hostilidades árabe-israelenses poderia apresentar uma ameaça à segurança dos EUA, particularmente se resultasse num grande confronto militar de potência ou em outro embargo de petróleo para o Ocidente. A instabilidade política e militar dentro da própria área do Golfo, se fosse motivo para interromper o abastecimento de petróleo, seria altamente prejudicial aos interesses dos EUA e dos aliados.

Estamos empenhados, portanto, em quatro objetivos principais no Oriente Médio:

- * Estimular uma negociação política do conflito-israelense, que assegure a segurança e a sobrevivência de Israel e que resolva as questões pendentes de uma maneira aceitável por todas as partes;
- * Reforçar as relações dos EUA com os países-chaves da região; e
- * Limitar a influência soviética na região.

Os atuais programas de assistência de segurança destinam-se a apoiar os objetivos acima, ao mesmo tempo que fornecem capacidade militar aos países amigos, a fim de deterem a agressão.

O petróleo do Oriente Médio é essencial para as forças aliadas, que apoiam os compromissos norte-americanos de defesa, bem como para toda a economia dos EUA e de seus aliados na Europa Ocidental e na Ásia. O acesso contínuo ao petróleo do Oriente Médio, a preços suportáveis para nossos aliados da OTAN, para o Japão e os EUA, terá de permanecer como um objetivo importante dos EUA na região, por um futuro previsível.

A atmosfera de intranquilidade política e de conflito no Oriente Médio tem permitido que a União Soviética espalhe sua influência e promova seus objetivos nessa região do mundo. A despeito dos reveses soviéticos no Egito, os soviéticos continuam sendo uma permanente preocupação para nós. A URSS é o maior fornecedor de armas a muitos países árabes, particularmente a Síria, a Líbia, o Iraque e a República Democrática do Povo do Iêmem. O fornecimento de armas e de ajuda econômica tem permitido aos soviéticos alcançar seus objetivos de firmar acordos militares e políticos. O objetivo sub-reptício da penetração soviética no Oriente Médio é uma tentativa de eliminar ou minimizar a influência ocidental. Ao mesmo tempo, os soviéticos estão procurando aumentar vínculos econômicos, tal como foi evidenciado por um recente acordo comercial com o Irã.

Se os árabes e israelenses obtiverem progresso na resolução de suas disputas e se os árabes puderem sentir uma orientação imparcial na política norte-americana para com o Oriente Médio, é de se esperar que ambos os grupos possam dar apoio continuado ao papel dos EUA na região. Os soviéticos continuarão a tentar explorar oportunidades para enfraquecer a influência dos EUA e aumentar a própria. Entretanto, os líderes árabes não demonstram intenção de permitir que os soviéticos exerçam influência controladora na região.

Esperamos que as tendências de cooperação a curto prazo entre os países do Golfo Pérsico, que se inclinam a neutralizar a influência adversa do nacionalismo árabe e a presença soviética no Golfo Pérsico, prossigam enquanto a região pouco a pouco se moderniza.

ÁFRICA

Importância Estratégica

O vasto continente africano merece atenção não apenas por sua estratégica posição geográfica e formidável tamanho, mas também como fonte cada vez mais importante de matérias-primas para países industrializados. Num mundo em que os recursos são finitos e a competição por mercados é acirrada, os países industrializados dependerão cada vez mais da África para obter matérias-primas.

Os interesses militares dos EUA centram-se principalmente nos países litorâneos da África. De particular importância para os planos de defesa é o acesso a instalações portuárias e a aeroportos, bem como às vias de comunicação que cruzam e contornam a África.

Conseqüentemente, somos sensíveis ao relacionamento que mantemos com países tanto do litoral atlântico como do Índico. Os soviéticos têm ganho terreno na Somália e na Guiné e a atual situação política em Moçambique e em Angola permite que as potências comunistas ganhem acesso privilegiado a recursos e lhes proporcionem especiais privilégios de logística militar prejudiciais aos interesses estratégicos dos EUA.

Muitos países na África ainda continuam sendo afetados por vários graus de animosidade tribal, regional e étnica, por subdesenvolvimento econômico, por frágil infra-estrutura política, e por secas e fome periódicas. Esses fatores, somados à herança de fronteiras coloniais arbitrárias, guerra de guerrilhas na Rodésia e desaprovação geral do *apartheid* na África do Sul oferecem oportunidade às nações comunistas de se envolverem na região de uma forma que ameaça os interesses dos EUA e do Ocidente.

Ameaça

Não existe ameaça direta aos interesses dos EUA na África. Entretanto, boa parte das disputas que se travam na África têm implicações de grande alcance. As questões consideradas de importância para os interesses de segurança dos EUA incluem: governo da maioria da Rodésia, auto-determinação para a Namíbia, *apartheid* na África do Sul, guerra de guerrilha em Angola, separatismo da Eritreia, irredentismo da Somália e a partilha do antes chamado Saara Espanhol.

O governo da África do Sul, sob intensa pressão internacional, concordou, em princípio, em conceder auto-determinação à Namíbia. Como resultado, os brancos e negros moderados do território envidaram esforços para conceber uma fórmula de governo provisório multi-social que pudesse começar a assumir certas funções administrativas. Contudo, grandes dificuldades interpõem-se no caminho de uma rápida e pacífica transição para a independência.

Sempre haverá pressões para a reforma da política do *apartheid* da minoria branca que governa a África do Sul. Há promissores níveis de expectativa por bene-

fícios políticos, sociais e econômicos no seio das comunidades negras, em virtude de enorme impacto psicológico dos acontecimentos nas antigas colônias portuguesas e na Rodésia.

A resistência guerrilheira ao governo da República Popular de Angola prossegue no sul e no noroeste do país e também no enclave de Cabinda. A despeito de uma série de operações do MPLA, com apoio de tropas cubanas e maciça assistência militar soviética, a União Nacional para a independência total de Angola (UNITA) continua a operar sobre uma grande área no sul de Angola. No noroeste, a rejuvenescida Frente pela Libertação de Angola (FNLA) continua travando resistência mais organizada. Além disso, Cabinda é ponto de contínua atividade guerrilheira por parte da Frente pela Libertação de Cabinda (FLEC). O tóverlinho pós-guerra civil em Angola oferece um forte pretexto para a presença no país de assessores soviéticos e tropas cubanas, o que é intranquilizador para os vizinhos de Angola, particularmente o governo de orientação ocidental do Zaire.

No Chifre da África, as atividades da Frente Eritreia de Libertação (ELF) e as Forças Populares de Libertação (PLF) continuam a apresentar uma grande ameaça à integridade territorial da Etiópia. Embora a insurreição ELF/PLF seja basicamente um problema interno, ela recebe ajuda externa.

Uma atração mais ativa da Somália, em prol de reivindicações irredentistas nas partes da Etiópia, Quênia ou de território francês de Afars e Issas (FTAI), habitadas por somalis, poderá levar a uma guerra aberta.

No momento, a maior ameaça à paz no Norte da África está na disputa do Saara, que envolve o apoio argelino aos insurgentes saarianos (Polisário) que se opõem à divisão marroquina e mauritaniana do antigo território espanhol.

POSIÇÃO MILITAR DOS EUA

Por tradição, os Estados Unidos têm mantido um baixo perfil militar na África. Hoje, os interesses norte-americanos estão aumentando em vista do quadro recente de rápida e acelerada evolução nessa parte do Terceiro Mundo.

Os EUA têm pessoal militar na Libéria, no Zaire, na Etiópia, Tunísia, em Quênia e Marrocos com a missão de prestar pequena assistência militar e atender a programas de vendas. O pessoal do Grupo de Assessoramento da Assistência Militar (MAAG) está nesses países por solicitação dos respectivos governos. Em cada um desses países nosso programa de assistência destina-se a reforçar a estabilidade interna e regional e, também, a promover relações bilaterais favoráveis.

O outro contato militar que temos com países africanos realiza-se através de esporádicas visitas de belonaves dos EUA, de aviões militares em trânsito e do treinamento de militares africanos nos Estados Unidos. O contato pessoal direto nesses programas proporciona benefícios a longo prazo.

Os interesses estadunidenses na África podem ser classificados como políticos, econômicos e estratégicos. A importância política da África deriva-se da

própria quantidade de países africanos e do nosso interesse em mostrar-lhes que a intrusão direta de uma grande potência nos negócios africanos, como em Angola, não ficará sem resposta.

O acesso continuado às matérias-primas africanas é cada vez mais importante para os Estados Unidos. Nossa crescente dependência de fontes externas, bem como a necessidade ainda maior por esses recursos da parte da Europa Ocidental e do Japão, é causa de preocupação. Seis dos artigos essenciais e indispensáveis às modernas sociedades tecnológicas são produzidos pela África meridional: cromo, cobalto, diamantes industriais, manganês, metais do grupo platina, e vanádio. A África do Sul, por exemplo, tem mais de 97 por cento das reservas conhecidas de cromo e platina no Mundo Livre. Os Estados Unidos importam atualmente 90 por cento de suas necessidades industriais por esses metais; 45 por cento dessa quota provém da África meridional. A única outra grande fonte dos EUA para cromo e platina é a União Soviética.

A liberdade de trânsito para o comércio marítimo e aéreo na região africana está se tornando cada vez mais importante para os Estados Unidos e para o Ocidente. Com o advento dos super-petroleiros, a maior parte do petróleo procedente do Oriente Médio com destino à Europa Ocidental e aos Estados Unidos passa pelo Cabo. As bases soviéticas em Berbera e em Conakry estão numa situação ideal para interceptar essas rotas de suprimento de petróleo.

Os interesses militares dos EUA evoluem a parte da necessidade de proteger esses interesses políticos, econômicos e estratégicos. Na busca desses objetivos, o acesso militar dos EUA a instalações, aos portos e aos direitos de sobrevoar os territórios é desejável e deve ser procurado em determinadas situações.

Tanto a União Soviética como a República Popular da China continuam a buscar influência cada vez maior na África. O envolvimento de Cuba nesse continente pode ser considerado como um prolongamento da influência da política e do expansionismo militar soviéticos. Através do emprego de força delegada cubana em Angola, a União Soviética logrou recentemente algum êxito na expansão de sua influência na África a custo e risco relativamente baixos. Em comparação com os soviéticos ou com o Ocidente, a China está presentemente um tanto limitada na atividade política. Entretanto, a longo prazo, seu programa inclui promover-se como líder do Terceiro Mundo em luta contra o "imperialismo" do mundo desenvolvido. Tal retórica e a maneira pela qual eles levam a cabo seus programas de assistência econômica exercem uma atração considerável para muitos dos governos africanos.

Para os países africanos que se tornaram independentes recentemente, a segurança nacional tem sido um objetivo imediato. Esses países estão se voltando gradativamente para os Estados Unidos como fonte de suprimento militar, por uma variedade de motivos, inclusive o desinteresse da Inglaterra e da França em fornecer material militar em termos concessionários. Temos presenciado um empenho consciente por parte das potências comunistas em se envolverem na África através de todas as formas de assistência, e é de se esperar que tais atividades prossigam no futuro.

ÁSIA/PACÍFICO

Importância Estratégica

A grande região da Ásia e do Pacífico, contendo dois terços da raça humana, desempenha um importante papel na arena econômica e política do mundo, bem como no terreno militar. A região possui importantes recursos naturais, inclusive petróleo, borracha, estanho, níquel, cobre e fosfato, sem falar em numerosos produtos agrícolas. Vias de comunicação marítima e aérea de vital importância ligam os Estados Unidos ao Pacífico Ocidental, ao Oceano Índico, ao Mar Vermelho e aos ricos campos de petróleo do Oriente Médio. Para proteger esses interesses, e também para proporcionar segurança contra ameaça externa, tornamo-nos militarmente associados com grande número de países, através de tratados bilaterais ou multilaterais de defesa. Os países signatários dependem de nossa presença como um fator de estabilização no espectro de forças pacífico-asiático.

A região caracteriza-se por uma grande diversidade de instituições políticas e bases enormemente diferentes de força política, variando de democracias consolidadas a governos autoritários de estreita base. A liberdade contra ameaça externa é imprescindível para que os países da região se desenvolvam pacificamente e de acordo com suas possibilidades individuais. Embora desejosos de segurança e de estabilidade, os países pacífico-asiáticos são fortemente afetados pelas relações que predominam entre os Estados Unidos, a União Soviética, o Japão e a República Popular da China; pelo crescimento da influência japonesa, da RPC, e vietnamita; pelas expectativas crescentes entre os países menos desenvolvidos não-comunistas; por um frágil mas progressivo regionalismo por toda a área; e pelas conseqüências de tradicional tensão entre vizinhos.

Os objetivos dos soviéticos na região se traduzem pela expansão de sua influência, contrariando os interesses dos EUA, da RPC e japoneses. A concessão de assistência econômica e técnica a países individuais se constituirá no principal instrumento soviético para aumentar sua influência. Embora a União Soviética tenha poderio para empreender operações militares ao longo de sua periferia asiática, o emprego direto de força militar trabalharia em desvantagem e provavelmente será evitado. Operações navais soviéticas, especialmente a navegação pelo Oceano Índico, seriam reforçadas se o acesso a instalações de reabastecimento, reparos e apoio pudesse ser feito no Pacífico Ocidental e na periferia oriental do Oceano Índico. Singapura e os soviéticos negociaram acordos sobre o uso, por parte dos últimos, de instalações navais de reparos de Singapura para navios não-combatentes.

A China continental mantém, e tentará modernizar, forças substanciais de finalidade geral. Essas forças têm capacidade de ameaçar países asiáticos em sua periferia; entretanto, a proteção contra ataques continuará a ser uma das maiores preocupações da RPC.

No sudeste da Ásia a situação de certo modo se estabilizou no ano passado. O surgimento da República Socialista do Vietnã, como a maior potência militar da

região, é motivo de preocupação. Alguns países da região estão adotando política externas pragmáticas, que se mostram menos identificadas com a política dos EUA, enquanto outros continuam a manifestar interesse numa estreita cooperação conosco. A União Soviética, a RPC e o Vietnã estão tentando capitalizar essa evolução pela expansão de sua influência na região. Os países não-comunistas da área continuam a opor-se à dominação da região por qualquer potência ou potências externas no sentido de maior confiança própria na busca de seus interesses de independência. O exército retemperado no campo de batalha do Vietnã, e sua posse de enormes quantidades de material militar capturado, não podem ser ignorados por seus vizinhos. Todavia, a despeito de conflitos esporádicos sobre fronteiras litigiosas e reclamações de ilhas ao largo da costa, é improvável que num futuro próximo o Vietnã se empenhe em operações militares em larga escala contra outro país qualquer.

Nossas relações com o Japão é que constituem um ponto forte. O tratado de segurança entre nossos dois países é um elemento integrante da política de defesa do Japão e da nossa. Ele proporciona uma influência estabilizadora que apóia a orientação democrática do Japão e sua posição militar orientada para a defesa. O Japão tem apoiado coerentemente a presença militar dos EUA na Coreia, visto que a ameaça de um conflito coreano envolvendo as grandes potências afetaria a sua segurança.

Na Coreia, a presença militar norte-americana é a manifestação tangível de nosso compromisso com a segurança da República da Coreia. Nossa presença contribui para demover a agressão norte-coreana ao sul. Tornando-se assim uma contribuição vital para a estabilidade do nordeste asiático de um modo geral. A volatilidade das relações norte-sul-coreanas é um problema importante que poderá perturbar a relativa estabilidade da região a qualquer tempo. Entretanto, embora Pyongyang procure a definitiva reunificação da península coreana, mesmo através de meios violentos, duvida-se que tanto Moscou como Pequim forneçam o indispensável apoio militar a um conflito de sérias proporções contra a Coreia do Sul, especialmente se uma invasão norte-coreana pudesse resultar no envolvimento de forças dos EUA.

A atividade marítima no Pacífico Sul por parte de potenciais adversários tem aumentado significativamente nos últimos anos. Sob esse aspecto, a União Soviética tem liderado todos os países e tem tratado com agilidade de estabelecer relações diplomáticas com as ilhas do Pacífico que têm conquistado recentemente a independência, do mesmo modo como trata de expandir suas atividades comerciais e de pesca na área. Os países novos necessitam de investimento estrangeiro e muitos deles recebem com simpatia a ajuda que provenha de qualquer fonte. Tonga e Samoa Ocidental receberam recentemente várias ofertas de ajuda, tanto da União Soviética como da República Popular da China.

No conjunto, parece existir pouca probabilidade de agressão intencional da parte de qualquer país, no momento. Contudo, as hostilidades poderiam resultar de uma escalada mal calculada que surja do tradicional antagonismo local, da concorrência por recursos naturais, ou de conflitos há muito tempo alimentados por territórios litigiosos por parte dos países desenvolvidos da região.

SITUAÇÃO DO NORDESTE ASIÁTICO

O Nordeste Asiático é estrategicamente importante em virtude de sua localização num ponto onde se cruzam os interesses de quatro grandes potências — os Estados Unidos, a União Soviética, a República Popular da China e o Japão — e em virtude da capacidade econômica e industrial do Japão, seu crescente envolvimento em assuntos internacionais e de seu potencial militar. Num Livro Branco de Defesa, o Japão fixou em 1976 sua política de defesa para os próximos anos, baseada na responsabilidade dos Estados Unidos de deter uma agressão em larga escala contra o país. O documento recomenda também o aprimoramento qualitativo das Forças de Auto-Defesa do Japão para conseguir maior poderio de defesa aérea e de guerra anti-submarina que complementem o poderio dos Estados Unidos. Nossos relacionamento mútuo de segurança com o Japão reconhece seu papel-chave no Pacífico Ocidental e constitui um elemento básico na manutenção da estabilidade do Nordeste Asiático.

Nosso relacionamento de segurança com o Japão exige uma presença continuada da Força dos EUA e também seu acesso a bases e instalações. Essas bases, juntamente com as forças norte-americanas destacadas na Coreia, refletem visivelmente a intenção dos EUA, bem como sua vontade e disposição, de ater-se a seus compromissos. Eles são essenciais para levar avante nossa estratégia de defesa e não podem ser atendidos por outras alternativas. Continuamos a reconsiderar exigências de facilidades que assegurem que só aquelas tidas como essenciais às nossas necessidades sejam mantidas. Cumpre-nos, entretanto, considerar quaisquer outras reduções de instalações e forças à luz de seu impacto tanto sobre nosso poderio militar como sobre a percepção de nossa resolução por parte dos nossos aliados.

O maior desafio para a estabilidade da área está na península coreana, onde as forças armadas das duas Coreias, totalizando mais de um milhão de homens, confrontam-se ao longo da Zona Desmilitarizada. Embora a Coreia do Sul continue a melhorar suas forças armadas através de um programa qualitativo de modernização, forças e apoio logístico dos EUA continuam fazendo-se necessárias para manter o relativo equilíbrio militar da península, na medida em que a República da Coreia caminhe para a auto-suficiência. Enquanto isso, a Coreia do Norte continua a aumentar seu peso quantitativo de material militar sobre a Coreia do Sul. A presença de forças combatentes dos EUA na República da Coreia é um fator dissuasório para a agressão norte-coreana, proporcionando destarte a estabilidade.

O assassinato de dois oficiais do Exército dos EUA em agosto de 1976, perto de Panmunjom, na Área Conjunta de Segurança na Zona Desmilitarizada, demonstrou a hostilidade da Coreia do Norte e a tensão contínua que existe ao longo da Zona Desmilitarizada. O incidente também demonstrou o valor de forças sediadas na linha de frente e o poderio e a presteza de unidades Continentais dos EUA (CONUS) para emprego mundial. Uma esquadrilha de F-4, procedente da Base Aérea de Kadena, em Okinawa, deslocou-se para a Coreia no dia imediato ao incidente de 18 de agosto. Ao cabo de 15 horas a partir da decisão tomada, uma esquadrilha de F-111 chegou à Coreia, procedente da Base da Força Aérea de Mountain

Home, Idaho, tendo recebido apoio de avião de reabastecimento KC-135, do Comando Aéreo Estratégico, e de navegação aérea estratégica do Military Airlift Command. Essas forças foram revigoradas pelo porta-aviões "Midway" e seu grupo-tarefa, que ficaram a postos no Estreito da Coreia antes que a situação se agravasse na Área de Segurança Conjunta na Zona Desmilitarizada, no dia 21 de agosto de 1976. A chegada oportuna dessas forças não apenas demonstrou o constante empenho dos EUA com a segurança da República da Coreia, como também nossa presteza em responder a maiores provocações na Coreia. Além disso, a atitude negociadora adotada pelos norte-coreanos talvez tenha sido aconselhada pela presença de forças, tanto quanto pelo reconhecimento dos norte-coreanos da repulsa mundial à injustificada grosseria de seus métodos.

SITUAÇÃO DO SUDESTE ASIÁTICO

A União Soviética, a República Popular da China, e a República Socialista do Vietnã estão envidando esforços para consolidar influência no Sudeste da Ásia, enquanto que a Indonésia, Singapura, Malásia, Burma, as Filipinas e a Tailândia estão tentando se ajustar à estrutura do poder em evolução naquela parte do mundo. Reconhecendo força na unidade, vários desses países estão tratando de promover cooperação econômica, social e cultural entre si, enquanto procuram cautelosamente normalizar relações com seus vizinhos comunistas. A Tailândia, influenciada por diferentes pressões comunistas e por mudanças internas de governo, tem vacilado entre uma associação estreita ou frouxa com os Estados Unidos. A preocupação militar fundamental dos tailandeses é com a vulnerabilidade a ataques por parte do Vietname e com a possibilidade de maior apoio laosiano e vietnamita aos insurgentes comunistas tailandeses. As insurgências de apoio comunista continuarão a flagelar o governo tailandês, mas no momento Bangkok está em condições de contê-las. Presentemente, cerca de duas centenas de pessoal militar dos Estados Unidos permanecem na Tailândia, e os EUA desfrutam do direito de trânsito para nossas aeronaves militares através do país. A Tailândia é signatária do Pacto de Manilha, juntamente com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Austrália, a Nova Zelândia, as Filipinas e a França. O país também é membro da Associação de Países do Sudeste Asiático, que inclui a Indonésia, Malásia, Singapura e as Filipinas. Essa organização contribui para a promoção de um senso de identidade regional e desenvolvimento econômico.

As Filipinas são de alta importância para a defesa dos interesses dos EUA no Sudeste da Ásia, particularmente à luz da decrescente presença norte-americana naquela parte do mundo. As ilhas filipinas estão estrategicamente localizadas a meio caminho da linha de países amigos que se estende da República da Coreia à Austrália. A cavaleiro de rotas marítimas vitais ao longo da periferia do continente asiático, nossas bases nas Filipinas estão em posição-chave para proteger essas rotas vitais de comunicação. A localização das ilhas também facilita a proteção do poderio naval e aéreo dos EUA ao longo de todo o sudoeste do Pacífico, do Oceano Índico e do continente asiático.

As Filipinas aliam-se aos Estados Unidos pelo Tratado de Defesa Mútua de 1952. As forças armadas filipinas não prestam nenhuma contribuição direta à posição militar dos EUA; elas proporcionam o grosso da própria defesa nacional e da segurança interna. O governo das Filipinas contribui indiretamente para a posição militar dos EUA ao permitir que operemos os complexos das bases da Clark e Subic. O complexo Subic Bay-Cubi é uma grande instalação de reparos navais, aeroporto e apoio logístico para a Sétima Frota. A base aérea de Clark é um complexo altamente desenvolvido para forças norte-americanas de combate tático e de vanguarda, e também uma importante concha para atividades de comunicações, decolagem e apoio logístico no Pacífico. As Filipinas, na tentativa de se tornar mais independente e menos alinhada aos interesses dos EUA, e reconhecendo o valor cada vez maior dessas bases pós-Vietnã, iniciaram a renegociação do uso continuado por parte dos Estados Unidos.

Situação do Sudoeste do Pacífico

Os países mais importantes do Sudoeste do Pacífico, a Austrália e a Nova Zelândia, estão desenvolvendo sua força econômica através da cooperação regional com os países do sudeste da Ásia, com o Japão e com ilhas recém-tornadas independentes do Sudoeste do Pacífico. Reconhecendo as realidades da atual situação política, eles têm procurado desenvolver vínculos mais amplos com a República Popular da China e com o Vietnã.

As relações dos Estados Unidos com a Austrália e com a Nova Zelândia são excelentes. Governos de coalisão conservadora, nesses países, dispuseram-se, recentemente, a fortalecer laços com aliados tradicionais ao mesmo tempo em que têm reafirmado a importância da cooperação com seus vizinhos. Eles são abertamente pró-Estados Unidos e o têm demonstrado ao permitir visitas de belonaves nucleares, a despeito de um certo grau de oposição política residual interna. A Austrália tem apoiado firmemente a presença naval norte-americana no Oceano Índico, e ambos os governos estão se empenhando em atuar como parceiros ativos sob o tratado tripartite de defesa australiano-neozelandês-norte-americano, dentro de suas possibilidades. Suas ações incluem a manutenção de compromissos visando ao fortalecimento de vínculos cooperativos com a Malásia e a Singapura sob o acordo de Defesa das Quatro Potências, bem como com a Indonésia e com Papua Nova Guiné.

A Austrália e a Nova Zelândia, como países dependentes de linhas de comunicação marítimas e aéreas, estão preocupadas com a manutenção de rotas comerciais numa crise, e dedicam uma parte importante de suas forças navais e aero-marítimas à defesa dessas linhas de comunicação. A Austrália está dando continuidade a planos ambiciosos de renovar suas forças armadas pela substituição de equipamento obsoleto e pela aquisição de destróieres leves tradicionais, aviões de patrulha marítima, tanques e veículos de apoio. A modernização de suas forças navais atenderá aos esforços dos EUA de criar um equilíbrio com a Marinha Soviética no Oceano Índico.

Região do Sul da Ásia e do Oceano Índico

Tendo-se em mente que mais da metade de todo o petróleo do mundo transita pelo Oceano Índico em qualquer momento determinado, a importância estratégica da região torna-se auto-evidente. Os interesses dos EUA nessa região incluem a manutenção do livre acesso aos países produtores de petróleo do Oriente Médio, tanto para nós próprios como para os países da Europa Ocidental e nossos aliados do Pacífico; liberdade de passagem para comércio marítimo e aéreo; e expansão comercial com países litorâneos ou continentais. O acesso a portos e instalações aéreas, para a manutenção de controle efetivo sobre linhas de comunicação marítima e aérea, no caso de conflito, bem como a negativa de bases a potências presumivelmente hostis, constituem facetas importantes desses interesses de segurança.

Como suas forças navais e seu poderio aéreo se desenvolveram, os soviéticos têm demonstrado um interesse cada vez maior em oferecer-lhes assistência e a fazer uso de exibições de força militar para influenciar acontecimentos onde estão em jogo importantes interesses competitivos. Assim, os soviéticos hoje projetam seu poderio militar a áreas distantes, inclusive o Oceano Índico. A visibilidade da União Soviética na área do Oceano Índico inclui não apenas sua presença naval, mas também instalações de apoio na Somália, amplo comércio marítimo e acordos para instalações em favor de sua frota pesqueira. Mostrando sua bandeira na área, é evidente que Moscou espera fazer com que os países litorâneos da região se tornem mais cientes do poderio militar soviético, e reafirmar sua posição de potência asiática. Com a retirada de força militar britânica do leste de Suez e com a situação de limitada presença militar dos EUA na área, Moscou pode acreditar ser-lhe possível alcançar seus objetivos a um custo mínimo. Se a presença militar soviética é persuasiva, muitos dos países dali poderão considerar a amizade com a União Soviética como uma alternativa prudente de acomodação com a República Popular da China ou de alinhamento com o Ocidente.

O foco do interesse soviético no Sul da Ásia ainda continua sendo a Índia. Desde a assinatura do Tratado Indo-Soviético de Paz, Amizade e Cooperação, de agosto de 1971, os soviéticos já entregaram cerca de \$ 700 milhões em armamento. Apesar da posição atual da Índia em se recusar a ceder bases e instalações para navios e aviões soviéticos, o apoio militar e a ajuda econômica da URSS à Índia continua, e espera-se que a União Soviética prossiga em seus esforços de obter acesso às instalações navais e aéreas da Índia para uso por parte de suas forças militares.

Equilibrando a presença soviética no Oceano Índico, estão as forças navais de várias potências ocidentais. A França mantém uma presença naval para proteger seus interesses no Território Francês de Afar e Issa e também La Reunion, e para projetar influência entre suas antigas colônias. Os ingleses ainda destacam uma pequena força naval no Oceano Índico, anualmente, para participar dos exercícios do Tratado Central de Organização. Os atuais sedimentos navais dos EUA no Oceano Índico estão em coerência com a política norte-americana de aumentar periodicamente a presença mínima permanente que temos mantido naquela área há

mais de uma geração. A Austrália também destaca uma pequena força naval, anualmente, para o Oceano Índico.

Nossa presença militar na região é composta, principalmente, de forças navais e aéreas, em destacamentos periódicos. Tais desdobramentos de forças, em parte facilitados pelas modestas instalações de logística e comunicações que estão sendo construídas em Diego Garcia, dão apoio não somente aos interesses nacionais dos EUA como também aos interesses de nossos amigos e aliados, uma vez que tal presença proporciona um lembrete tangível de nossos interesses mútuos em matéria de segurança e estabilidade no Oceano Índico.

Relações Sino-Soviéticas na Ásia

A animosidade e a desconfiança entre a União Soviética e a República Popular da China refletem-se no emprego de força ao longo de sua fronteira comum de 4.150 milhas. Aí estão envolvidos, aproximadamente, 40 por cento do Exército de Libertação do Povo Chinês e 25 por cento de forças soviéticas. Embora não tenha havido conflitos mais sérios desde 1969, sempre se registram escaramuças de menor porte ao longo da fronteira. Esse confronto é simbólico de competição mais ampla por parte de ambos os países para conseguir maior influência mundial, frequentemente às custas dos outros. Nenhum dos dois tem logrado grande êxito no estabelecimento dessa hegemonia, mas eles continuam a competir por influência, enquanto os países asiáticos em mira tentam conservar uma equidistância cautelosa. A China tem uma vantagem na Ásia porque é a maior potência mais próxima e em virtude da afinidade cultural. Mas faltam-lhe recursos econômicos, tecnológicos e militares em comparação com os soviéticos.

Enquanto a União Soviética e a China continuam a se confrontar, a maior parte dos países da região conquista maior liberdade de ação e muitos deles já registram menores ameaças de subversão.

No ano passado, os soviéticos melhoraram qualitativamente suas forças navais no Pacífico. E embora a China esteja concentrando maior aprimoramento em suas forças de defesa interna, ela reconhece a ameaça apresentada pela expansão soviética e vê com bons olhos a continuação da presença militar dos EUA como uma ajuda para enfrentar os soviéticos.

Com o falecimento de Mao Tse-Tung, os soviéticos lançaram uma campanha de propaganda destinada a mostrar seu interesse na distensão do confronto, mas não há sinais de uma reação favorável por parte da China. A profundidade da animosidade sino-soviética desde início da década de 1960 milita contra uma reconciliação mais ampla de suas diferenças políticas e de fronteiras, embora se considere possível uma limitada acomodação para atenuar as tensões.

Desdobramento e Poderio dos EUA

A estratégia avançada de desdobramento das forças militares dos EUA no Leste da Ásia e no Pacífico Ocidental baseia-se em três considerações fundamentais:

defesa dos Estados Unidos contra ataque através do Pacífico; segurança de linhas vitais de comunicação marítima e aérea, para a sobrevivência de nossos amigos e aliados; e, graças a essa presença, a expressão visível para honrar nossos compromissos firmados.

No ano de 1977 existiam nove esquadrilhas táticas de combate da Força Aérea destacadas no Comando do Pacífico (PACOM). Forças terrestres destacadas além do Havaí consistem de uma divisão de Exército na Coreia. O desdobramento de nossas forças navais consiste de duas forças-tarefa com porta-aviões, quatro esquadrões de patrulha e uma Força Marítima Anfíbia no Japão.

As alianças e as amizades são reforçadas pelo mesmo elemento que torna bem sucedida a dissuasão — a percepção estrangeira da determinação e do poderio dos EUA. Para inibir a expansão de áreas soviéticas de influência e anular seus esforços para minar as amizades e as alianças dos EUA, nosso poderio e nossa determinação terão de ser nitidamente sentidos tanto por nossos amigos como por nossos adversários. O guarda-chuva protetor dos EUA deve ser tão convincente quanto o permita o limite de nossas forças, e essa proteção é mais bem proporcionada por seditamento avançado. Nossas forças terrestres na Coreia, a Sétima Frota no Pacífico Ocidental e as forças aéreas táticas desdobradas na Coreia, no Japão e nas Filipinas proporcionam uma medida de dissuasão tanto quanto uma garantia visível a nossos aliados.

Se essa dissuasão falhar, e dependendo da forma que a agressão declarada assuma, será necessário um rápido aumento a partir do exterior para o teatro de operações. A disponibilidade de aumentar forças para o PACOM é que determinará o ponto avançado ao qual nossa defesa pode ser mantida e qual a eficiência condizente com as linhas de comunicação abertas. Se o conflito tiver início, é essencial que as Forças do PACOM realizem operações prioritárias para destruir ou neutralizar o poderio soviético para projetar força no Pacífico. A mobilidade de nossas forças em apoio às nossas unidades de bases avançadas é a chave para o sucesso de nossa estratégia.

As regiões da Ásia e do Pacífico continuarão a ser de importância primordial para os Estados Unidos. Conquanto não se preveja nenhum conflito importante a curto prazo, a paz é precária e a estabilidade política continuará a ser um problema até que os governos locais possam satisfazer as aspirações políticas e econômicas de suas populações. No último ano ficou patente que os líderes da maioria dos países asiáticos, inclusive as lideranças da República Popular da China, apreciam a presença de forças militares norte-americanas como um fator de estabilização. A cooperação ininterrupta dada por governos locais, aliada a um Programa de Segurança e Assistência para fortalecer a estabilidade interna, contribuirá para nossa capacidade de proteger nossos interesses nacionais na Ásia, principalmente ao Sul. As forças do PACOM podem atender às exigências de uma vasta gama de planos gerais de guerra e contingenciais, mas qualquer redução ou retirada da condição de posicionamento avançado incidiria na questão de nosso propósito e aptidão para proporcionar uma reação adequada.

O ATLÂNTICO

Importância Estratégica

A área do Oceano Atlântico é importante para os Estados Unidos como uma avenida de comércio mundial e como uma linha crítica de comunicações com a Europa, com o Oriente Médio e com a África.

O tráfego marítimo e aéreo sobre o Atlântico Norte é mais denso do que em qualquer outra área oceânica. O petróleo do Golfo Pérsico e o cromo da África Oriental põem em destaque a importância das rotas do Atlântico Sul. O Caribe concentra o tráfego oceânico pelo Canal do Panamá. Uma séria interrupção dessas linhas de comunicação prejudicaria o fluxo de materiais essenciais aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. Mais importante ainda, uma interrupção dessas restringiria severamente o reabastecimento e o reforço da Europa Ocidental em tempo de guerra.

A Islândia, os Açores, Bermuda e as Baamas são ilhas localizadas estrategicamente que oferecem bases militares de importância crítica aos vínculos entre a Europa e os Estados Unidos. As bases militares instaladas nessas ilhas são usadas como postos de navios e aviões, para apoio em trânsito, caça e resgate de guerra anti-submarina, vigilância marítima e instalações de navegação. A posição geográfica da Islândia é de extrema importância para a segurança das linhas atlânticas de comunicação. Do mesmo modo, a base aérea de Lajes, nos Açores, é de alta significação, particularmente se um rápido re-suprimento da Europa e do Oriente Médio se torne necessário.

A ameaça à área do Atlântico provém preliminarmente de forças marítimas da União Soviética. Maior poderio naval soviético para operar ao longo do litoral da África tem exercido grande pressão sobre nossa capacidade de proteger importantes rotas comerciais do Atlântico Sul, as quais proporcionam materiais essenciais aos EUA e à Europa. O poderio dos soviéticos para interditar essas linhas de comunicação está crescendo em proporção direta com o sucesso dos soviéticos em firmar acordos de base, com países litorâneos africanos. Na ausência de semelhantes acordos de base, o Ocidente terá de depender cada vez mais de reabastecimentos em movimento e deverá aceitar riscos maiores às forças desdobradas para proteger as linhas de comunicação do Atlântico Sul.

De um ponto de vista puramente militar, o Oceano Atlântico pode ser considerado uma área de patrulha dos Estados Unidos e de submarinos estratégicos de mísseis balísticos soviéticos. O Atlântico Norte proporciona cobertura aos submarinos Poseidon/Polaris dos EUA e submarinos mísseis balísticos soviéticos que patrulham o Atlântico e têm o poder de atingir alvos nos Estados Unidos e na Europa.

A preocupação fundamental que afeta o equilíbrio de forças no Atlântico é a força de submarinos soviéticos. Existem mais de 200 submarinos designados para as Frotas do Mar do Norte e do Báltico e praticamente todos eles contribuem para ameaçar as linhas de comunicação do Atlântico. Quase todos os submarinos

viéticos que operam no Atlântico estão baseados no litoral de Murman e devem transitar pela brecha Groenlândia-Islândia-Inglaterra para atacar as linhas de comunicação do Atlântico Norte.

As frotas soviéticas do Mar do Norte e do Báltico têm o poder de realizar operações anfíbias com duas forças de infantaria naval do nível de um regimento, apoiadas por unidades de fuzileiros motorizados do Exército Soviético. Essas forças poderão ser empregadas no norte da Noruega e no Báltico, constituindo-se numa forte ameaça às instalações de alerta e às bases do comando anti-submarino.

Os soviéticos estão aperfeiçoando seu poder de detecção e de localização, utilizando satélite de reconhecimento oceânico com radar. Os desdobramentos soviéticos de bases de apoio em Cuba, Guiné e Somália aumentam a cobertura de navios navais de reconhecimento para atender às rotas do petróleo procedente do Golfo Pérsico e da Venezuela. Os soviéticos têm demonstrado poder de interditar linhas de comunicação para a Europa, bem como as rotas no Atlântico.

A instabilidade política de vários países, em ambos os lados do Atlântico, afetam adversamente os interesses dos EUA. Embora alguma melhoria seja observada, a premente necessidade de Portugal por apoio político e econômico exerce impacto tanto sobre a solidez da OTAN como sobre a utilização futura dos Açores por parte dos EUA. Temos esperança de que as disputas islandesas sobre questões de pesca não reacendam a antipatia islandesa para com a OTAN e a Força de Defesa da Islândia equipada com homens dos EUA. A proximidade com os Estados Unidos, o Commonwealth das Baamas, e as atuais negociações para importantes instalações de bases norte-americanas, afetam os interesses dos EUA. Finalmente, a presença e a influência da Rússia na Guiné e em Cuba são hostis aos nossos melhores interesses.

Os atuais compromissos dos EUA e seus aliados para um esforço de defesa marítima no Atlântico totalizam cerca de 50 por cento das forças necessárias para lutar uma guerra marítima convencional. O projetado apoio aliado parece que continua a declinar.

A recente redução no poder de mobilização da Força Anfíbia Inglaterra/Írlanda criou um vácuo que requer a designação de outras forças. Essa redução, dada a um crescente poderio naval soviético no Atlântico, exige um aumento nas atribuições de força de outros aliados ou em remanejamento das forças dos EUA. Em ambos os casos hoje se requer um cumprimento seqüencial das tarefas de deslocamento anfíbio da OTAN. Já não há suficientes forças navais da OTAN para atender simultaneamente a todas essas exigências.

As exigências de força de mobilidade estratégica não são razoavelmente satisfizíveis só com os efetivos dos EUA. Os níveis planejados de deslocamento aéreo marítimo serão insuficientes para o necessário desdobramento estratégico sem o emprego de meios comerciais e militares da OTAN. Existe também uma forte dependência de forças de Reserva e de respaldo comercial, o que presume uma pré-declaração de mobilização por parte das autoridades nacionais dos EUA e da OTAN.

Os recursos norte-americanos, utilizados em navegação comercial e escolta, não satisfazem às exigências de deslocamento marítimo. É imprescindível a plena participação da OTAN quanto a reforço e reabastecimento.

Os países da OTAN reconhecem a necessidade de melhorar a estrutura total de suas forças. Devemos continuar a estimulá-los a alocar recursos suficientes para manter e melhorar as possibilidades de suas próprias forças nacionais.

As forças à disposição do Comando do Atlântico (LANTCOM) para planejamento de contingência mudaram pouco no ano passado. A conversão de Polaris a Poseidon é total, com exceção de duas unidades. As operações cada vez maiores de aviões F-4 e S-3 continuam a melhorar tanto na guerra anti-aérea como na luta anti-submarina.

Certas missões críticas continuam a exigir ênfase e aprimoramento a fim de satisfazer às exigências de beligerância. O rápido estabelecimento de barreiras ao longo de pontos de estrangulamento marítimos é um aspecto importante do controle do mar. No caso das forças navais norte-americanas de superfície, com poder de lançar minas, não estarem à disposição numa determinada localização, forças aéreas de base terrestre serão utilizadas no papel de lançadores de minas e de patrulha. A capacidade desses aviões lançarem um grande número de minas numa ampla área precisa e rapidamente, torna-os uma importante força de apoio na tarefa de controle do mar, pela Marinha.

Em vista da crescente ameaça soviética no campo tático e aéreo-marítimo de longo alcance, maior ênfase está sendo dada à importância da participação da Força Aérea do Atlântico (AFLANT). A penetração do inimigo através das brechas e ilhas G-I-UK (Groenlândia, Islândia e Grã-Bretanha) terá de ser sustada logo no início do conflito. Daí exigir-se da força AFLANT uma atitude de pronta resposta para interditar naquela área, pela interceptação aérea e fogos de artilharia de costa, as forças soviéticas aéreas ou de superfície. Da mesma maneira, o apoio da AFLANT será indispensável para repelir uma possível ameaça às linhas marítimas de comunicação na região do Caribe. Existe uma exigência para direitos de base, quando o apoio da AFLANT às linhas de comunicação marítima for necessário na região do Atlântico Sul.

O Comando do Atlântico tem escassez de plataformas de desembarque anfíbio ASW, submarinos, escoltas de comboio e minas ASW, e forças de contramedidas de minas. Tais deficiências podem ser contrabalançadas, em certo grau, pelo emprego de navios mercantes e pelas contribuições de nossos aliados da OTAN.

A contribuição da Islândia a operações de êxito depende de seu uso como uma base avançada de alerta, vigilância e interdição de forças hostis. Entretanto, há necessidade de melhorar as instalações de alerta e de defesa contra a ameaça aérea soviética cada vez maior.

Um outro aspecto que afeta o emprego imediato da Islândia como base avançada é a necessidade de melhorar o existente poder de apoio. Os sistemas a

reabastecimento de aeronaves, os processamentos de oxigênio líquido, e o armazenamento e a manutenção de mísseis exigem melhoramento. Além disso, também estão a exigir melhoramento as instalações de comando e controle, bem como o poder de comunicações insular para dentro e para fora. O efeito cumulativo de adiar essas melhorias prejudica nossa capacidade de enfrentar a ameaça soviética.

Os objetivos militares dos EUA para as áreas do Oceano Atlântico incluem a defesa das vizinhanças marítimas e aéreas dos Estados Unidos, Europa e Zona do Canal do Panamá; segurança de linhas marítimas de comunicação; e defesa da base naval norte-americana de Guantanamo. Nossa estratégia exige a condução de operações aeroespaciais e navais, com ênfase nas operações ASW, para defender o CONUS contra ataque nuclear estratégico; proteção de linhas de comunicação marítima e aérea para garantir o rápido reforço e ressuprimento do Comando Europeu dos EUA e o fluxo contínuo de material de apoio, bélico e combustível, para a Europa Ocidental e os Estados Unidos; proteção de áreas vizinhas vitais para o Hemisfério Ocidental; e estímulo a outros aliados dos EUA e organizações regionais de segurança a prestarem assistência, se necessária.

Desde que foi fundada, temos agido no pressuposto de que a aliança da OTAN seria capaz de controlar e utilizar os altos-mares. Até o presente temos planejado sobre a capacidade de executar na plenitude as tarefas recebidas. Essas tarefas incluem: realizar operações de controle marítimo; contenção de submarinos de ataque e míssil balístico soviéticos; imobilização de forças aero-terrestres soviéticas; proteger o trânsito de grupos tarefa de alto valor, inclusive forças anfíbias e reservas estratégicas; defesa de bases insulares estratégicas e, finalmente, proteger linhas de navegação marítimas de modo que os navios mercantes possam transportar cargas militares e outras. Uma vez que existe insuficiência de forças para se planejar a realização dessas missões simultaneamente, estabeleceremos prioridades e alocaremos forças para realizar tarefas de acordo com o poderio e o curso de ação soviéticos. É claro que se a União Soviética faz um esforço máximo para interditar as linhas marítimas de comunicação do Atlântico e está em condições de desdobrar uma grande frota de seus submarinos, haverá fortes dificuldades para o abastecimento e para os primeiros elementos de reforço. As implicações disso para os países aliados são evidentes. O reforço da Europa dependerá primeiro da capacidade de suas forças aéreas levantarem vôo e, por último, da navegação marítima que fica na contingência de se ter sob controle a ameaça submarina.

Embora alguns dos itens mais urgentes se voltem por prioridade aérea durante os dias iniciais e críticos do conflito, mais de 90 por cento da tonelagem exigida circulará por mar.

Isso significa que não devemos melhorar apenas a capacidade de levantar vôo, mas também nossa frota mercante; devemos também melhorar os sistemas de comunicações com esses últimos, e controlá-los melhor, de modo que os navios possam ser alertados e rapidamente deslocados para portos de carregamento.

Com as reduzidas forças da OTAN atualmente alocadas para o Comando do Atlântico, um grande esforço tem de ser dedicado à proteção das linhas aéreas e

marítimas de comunicação sobre o Atlântico. Isso pode ser alcançado através de diversas ações, sendo as mais importantes as que se seguem:

- Dar busca e destruir as forças inimigas na área do Atlântico;
- Interdição das rotas marítimas e aéreas soviéticas a partir de suas bases setentrionais nas áreas das linhas marítimas do Atlântico;
- Reforço de importantes ilhas estratégicas; e
- Apoio imediato aos primeiros navios cargueiros mercantes que devem navegar no começo.

Essas operações lançam as forças existentes a seu limite. O Comando do Atlântico deverá ser capaz de contribuir para a contenção em face da ameaça antecipada. As forças estratégicas podem executar suas missões sob diversos cenários. O poderio das forças convencionais está submetido a um processo de erosão, especialmente no contexto da estratégia de primeiro reforço para a OTAN numa guerra geral. Nem todas as missões podem ser realizadas simultaneamente e terão de ser submetidas a uma escala de prioridades. De particular preocupação é a deficiência de plataformas ASW de superfície e aéreas, escoltas de navios de comboio, poderio de decolagem anfíbia, poder de contramedidas de minas, e apoio logístico móvel para longo alcance de unidades da frota.

AMÉRICA LATINA

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Nas mãos de uma potência estrangeira inamistosa, o controle da América Central ou do Caribe permitiria uma larga escala de medidas militares, inclusive ataque estratégico de alcance curto. O Canal do Panamá é um importante fator de defesa que facilita o reforço das forças dos EUA na Europa. A negativa de seu emprego aumentaria a importância das linhas marítimas de comunicação em torno da América do Sul. Um país como o México, estável e amigo, com sua fronteira comum de 1.800 milhas, é importante para a manutenção da segurança dos EUA.

As matérias-primas da América Latina, e suas potenciais matérias-primas, ampliam a importância estratégica da área. Esses países abastecem os Estados Unidos com aproximadamente 50 por cento de nossas importações totais de seis materiais estratégicos, sendo o Brasil, a Venezuela, o Peru e Jamaica alguns dos importantes fornecedores de matérias-primas. Os Estados Unidos importam da América Latina nove por cento, aproximadamente, de suas importações totais de petróleo bruto. As refinarias do Caribe fornecem aproximadamente 50 por cento do petróleo refinado importado pelos Estados Unidos.

A potencial força econômica e militar da região aumenta sua importância estratégica. O Brasil e a Argentina possuem a tecnologia e a capacidade econômica para se tornar potências nucleares e dispõem de um potencial militar que contribui para a defesa do hemisfério.

Embora distanciados geograficamente, os soviéticos têm interesses na região. A América Latina é de interesse estratégico para a União Soviética em virtude do potencial de suas forças para operar nas vizinhanças dos Estados Unidos. Isso foi eloquentemente demonstrado em 1962, em Cuba. De importância secundária para os soviéticos é o comércio, tal como o trigo da Argentina.

A China também tem interesses comerciais, bem como um modesto programa de ajuda a países do Terceiro Mundo, contrariando a influência soviética. A China estende créditos ao Chile e ajuda a Guiana e a Jamaica.

Não existem forças soviéticas ou chinesas em operação na área da América Latina, com exceção de ocasionais navios soviéticos e desdobramentos de aeronaves em Cuba. Técnicos e assessores militares soviéticos em Cuba dão assistência na manutenção e operações de treinamento de lanchas porta-mísseis, mísseis superfície-ar e aeronaves de combate a jato. O Peru recebeu equipamento de defesa aérea e de artilharia de campo, e está comprando aeronaves de combate dos soviéticos.

A estabilidade da área vê-se afetada por desordem política, desigualdades sociais, debilidade econômica, disputas fronteiriças, questões de direitos humanos, surgimento de mini-países independentes, e a diminuição de benéficas influências estrangeiras.

Os países da América Latina voltam-se cada vez mais para organizações econômicas regionais para promover seus interesses coletivos e para contrabalançar o clima político e econômico que, da perspectiva deles, é excessivamente dominado pelos Estados Unidos. Em alguns países existe um forte sentimento para a criação de cartéis semelhantes à OPEP e para a nacionalização de indústrias estrangeiras de base.

A atual capacidade das forças da América Latina para defender-se contra uma moderna força do exterior, ou para participar na defesa do hemisfério, é mínima. As marinhas da América Latina ganharam 17 anos de experiência nos exercícios marítimos combinados que se realizavam anualmente com a Marinha dos EUA (JUNTA). As deficiências mais significativas das forças armadas latino-americanas seriam o apoio logístico que afeta a força permanente de combate.

O desejo da América Latina por uma moderna e sofisticada aviação e por navios lançadores de foguetes parece inviável para os Estados Unidos, e tem sido frustrado pela recusa americana de ajuda estrangeira. Nossa recusa em atendermos às notórias necessidades desses países só tem resultado na diminuição da influência dos EUA, não numa redução nos gastos em armamento, uma vez que esses países compram em outra parte. O desenvolvimento de forças militares profissionais e eficientes, com a correspondente aquisição de armas, resulta na transferência de tecnologia a uma enorme quantidade de conscritos que então se incorporam à força nacional de trabalho. Isso é particularmente certo na América Latina de hoje, onde as forças militares tendem a ser o fator mais coesivo e o grupo mais ativo na procura da modernização.

A principal ameaça aos interesses dos EUA na América Latina são os esforços da União Soviética e de Cuba para instalar bases de influência que explorem as instáveis condições econômicas e sociais predominantes, e interferir no acesso dos EUA aos materiais estratégicos. Cuba está penetrando com sucesso na infra-estrutura dos países do Caribe. Os soviéticos vêm a venda de armas como um meio eficaz de penetração. Recentemente eles não lograram êxito na venda à Colômbia de barcos lançadores de mísseis, mas venderam ao Peru um modelo de avião altamente sofisticado. Com essa venda virão técnicos soviéticos, como advirá a oportunidade de maior influência.

Embora dispendiosa, aproximadamente de \$ 2,3 milhões por dia, os soviéticos tiram as maiores vantagens de sua delegada ajuda ao Caribe através de Cuba. Até agora as técnicas de Castro neste hemisfério têm sido, basicamente, não-militares e sutis de um modo geral. Parece que ele está consciente de que uma ostensiva ação militar perto dos Estados Unidos poderão precipitar uma forte reação norte-americana. Concentrando esforços de preferência no Caribe, Castro ganha penetração com programas de infra-estrutura, tais como projetos de desenvolvimento econômico e acordos de amizade. Ao mesmo tempo, ele treina em Cuba as forças de segurança do país receptor, como o fez com a Jamaica e a Guiana. Por outro lado, Cuba apoia ostensivamente a revolução, a subversão e o terrorismo em toda a América Latina.

A Zona do Canal do Panamá vê-se ameaçada por subversão espontânea ou por distúrbio civil instigados por grupos nacionalistas radicais e pelo apoio comunista. Embora pequenos em número, esses grupos têm possibilidade de ampliar demonstrações emocionais, de ameaçar a segurança do pessoal dos EUA e a interromper as operações do canal. Se fracassarem as atuais negociações sobre o Canal, ou deixem de satisfazer às aspirações panamenhas, o Canal se tornará mais vulnerável à sabotagem.

No caso de agressão dentro da América Latina, os Estados Unidos estão vinculados a dois tratados: a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca, conhecido como Tratado do Rio de Janeiro.

A Carta da OEA estabeleceu a "Instituição" do Sistema Inter-Americano e é, basicamente, um documento político. Ele dispõe de um conselho permanente com poderes para realizar consulta imediata até que possa se realizar a Reunião de Consulta (ministro do exterior). E reafirma uma doutrina de segurança coletiva — o ataque a um dos membros será considerado como um ataque a todos — embora nenhum país seja obrigado a agir contrariamente a suas disposições constitucionais.

O Tratado do Rio de Janeiro obriga as partes contratantes a buscarem acordo para controvérsias dentro do sistema Inter-Americano através da OEA, antes de levarem o problema às Nações Unidas. Um ataque a um país é considerado um ataque a todos. A área do tratado é definida como, mais ou menos, 200 milhas a partir da América do Norte e do Sul, inclusive o Canadá. Esse tratado não dispõe sobre forças, estrutura de comando ou cláusula automática de guerra.

Posição Militar dos EUA

Em quase todos os países da América Latina e em alguns do Caribe, nossos MAAGs, Grupos Militares e adidos projetam a presença militar e a influência norte-americana através de programas de assistência de segurança, funções consultivas, obrigações diplomáticas e coleta de informações. As forças e bases dos EUA estão localizadas em Guantanamo, Cuba, Porto Rico e Panamá. Pequenas instalações da Força Aérea e da Marinha estão localizadas nas Baamas e numa cadeia de ilhas do Caribe oriental, para lançamento de mísseis/satélites e vigilância submarina.

As forças da Zona do Canal e em Guantanamo são mantidas num alto grau de prontidão, por causa da ameaça óbvia em ambas as áreas. Qualquer recrudescimento em distúrbios civis no Panamá exigiria o reforço das forças baseadas no CONUS. A atividade militar contra Guantanamo exigiria uma reação militar dos EUA a partir das forças do CONUS.

O Exército e a Marinha do Brasil, a Marinha chilena e um esquadrão da Força Aérea do México combateram ao lado dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. A Colômbia contribuiu com dois destróieres e tropas terrestres na guerra da Coreia. Dois destróieres argentinos e torpedeiros dominicanos participaram da Quarentena de Cuba. Em 1965, uma Força Inter-Americana de Paz, que incluiu elementos dos Estados Unidos, do Brasil, da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Paraguai restabeleceram a ordem na República Dominicana. Forças armadas latino-americanas não se envolveram na guerra do Vietnã. Tampouco houve ação latino-americana contra a intervenção cubana em Angola; entretanto, muitos países manifestaram preocupação.

As contribuições e as possibilidades militares da América Latina são fundamentalmente as de manter a segurança interna e a auto-defesa. A contribuição para a defesa do hemisfério não parece provável até que a ameaça se torne mais óbvia. O Brasil e a Argentina possuem o maior potencial para contribuir para a defesa mútua do hemisfério.

Os Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas estão representados no Conselho Inter-Americano de Defesa, que tem representantes militares da maioria dos países da América Latina. Esse órgão proporciona valiosos canais de comunicação e um foro para reforçar o entendimento profissional, a cooperação e as relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

O exercício conjunto anual centro-americano, CONDECA, os exercícios conjuntos da Marinha americana e de alguns países sul-americanos, UNITAS, e o exercício de vigilância, HALCON VISTA, são exemplos de exercícios conjuntos que servem para intensificar a segurança coletiva.

Os britânicos, os holandeses e os franceses deram, no passado, estabilidade à região, especialmente no Caribe. Mas, a partir de 1962, com a independência da Jamaica, os ingleses retiraram-se da área. Duas fragatas inglesas em patrulha no Caribe e um batalhão em Belize consistem na presença militar britânica na região.

Uma força militar holandesa de um destróier de escolta, uma esquadrilha da ASW e duas companhias de fuzileiros permanecem nas Antilhas do Caribe Holandês. Os franceses fazem visitas infrequêntes e mínimas a Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa.

Os objetivos militares dos EUA são evitar o estabelecimento de bases militares hostis aos interesses norte-americanos, manter o acesso aos recursos regionais, garantir a segurança e a operação irrestrita do Canal do Panamá, e evitar o envolvimento ativo das forças dos EUA na segurança interna.

Nossos métodos para atender a esses objetivos militares podem ser resumidos da seguinte maneira:

- Depositar confiança prioritária nas forças nacionais para arrostar ameaças internas;
- manter a postos forças que, juntamente com forças desdobráveis a partir do CONUS, possam garantir a segurança e a operação da Zona do Canal do Panamá;
- Apoiar alianças regionais e organizações de tratado, e
- realizar exercícios combinados e treinamento.

A influência soviética e cubana, prejudicial aos interesses de segurança dos EUA, continua insidiosamente na América e no Caribe. A penetração na infra-estrutura na forma de assistência técnica, educação econômica, cooperação cultural e laços de amizade constitui um método sutil que promove os objetivos soviéticos e cubanos sem provocar os Estados Unidos ou mesmo sem despertar muita preocupação pública. A venda de armas soviéticas, como a recente venda de bombardeiros ao Peru, é algo de mais óbvio. Ainda continua a existir um relacionamento bastante amigável entre representantes das Forças Armadas dos EUA e os militares latino-americanos. Em virtude do extraordinário papel de liderança que têm os militares latino-americanos, é importante que estimulemos esse tradicional relacionamento de militar para militar, mostrando-nos receptivos às legítimas necessidades de modernização de forças, promovendo destarte um clima favorável para se atingir as metas políticas, econômicas e de segurança dos EUA neste hemisfério. Recentes cortes em nossas verbas de treinamento militar internacional, a eliminação de alguns grupos militares e reduções em outros têm sido interpretados por alguns como uma redução do interesse dos EUA nessa região.

Como os países latino-americanos lutam para acelerar o ritmo de seu desenvolvimento econômico e industrial, podemos esperar que eles conduzam seus negócios de acordo com as próprias percepções de evolução de seus interesses nacionais. Assim fazendo, podemos esperar razoavelmente confrontos ocasionais com eles, ou em separado ou como parte de um bloco do Terceiro Mundo.

Os Estados Unidos deverão continuar a trabalhar no sentido de uma melhora de grande alcance de nossas relações com cada país latino-americano e com a região em geral, para proporcionar uma moldura de compreensão dentro da qual os interesses de segurança dos EUA sejam promovidos.

AMÉRICA DO NORTE

Importância Estratégica

A segurança dos Estados Unidos depende da liberdade e da independência de todo o continente norte-americano.

O Canadá considera sua soberania e sua sobrevivência nacional em termos semelhantes aos nossos. É natural que nossos dois países permaneçam ideologicamente aliados. Nas últimas décadas temos destacado essa aliança pelo estruturamento de forças de defesa para a proteção da América do Norte como uma entidade única, com pouca preocupação para com fronteiras. O Canadá é nosso único parceiro no Comando Norte-Americano de Defesa Aeroespacial (NORAD).

No ano passado obteve-se progresso significativo pela conclusão ou quase conclusão de uma série de acordos bilaterais de defesa, abrangentemente atualizados com o Canadá. Esses acordos dispõem sobre o sedimento avançado e disperso de caças e interceptores do Comando de Defesa Aeroespacial (ADCOM), e também tanques SAC, convênios para o uso de áreas de treinamento em mar alto para os submarinos dos EUA, direitos de sobrevoar o espaço e de reabastecimento ar-ar para bombardeiros e nossas forças de ataque estratégico, e a contínua disponibilidade de uma instalação essencial de base aérea com Goose Bay, Lavalador, para operações de emergência do NORAD e da OTAN. Além disso, estamos buscando melhorias para instalações de vigilância, sobreaviso e comunicações no Canadá, que ofereçam alerta vital a mísseis e bombardeiros e vínculos de comando e controle com nossa força de resposta estratégica.

A aviação interceptadora norte-americana e canadense proporciona ao NORAD o poder de interceptar sondagens no espaço aéreo norte-americano e de defender-se contra um ataque a bombardeiro a este continente. As forças marítimas canadenses fornecem patrulhamento aéreo e marítimo na guerra anti-submarina ao longo de suas costas do Atlântico e do Pacífico. O poderio do Canadá será reforçado pelo Novo Programa de Aviação de Combate (NFA) e pela recente decisão de comprar 18 CP-140, versões do P-3 da Marinha norte-americana, como um substitutivo para seus antigos aviões Argus. Ambas as iniciativas indicam uma solução canadense para garantir uma defesa estratégica atuante, embora limitada, da América do Norte.

A ameaça imediata à América do Norte consiste fundamentalmente de mísseis balísticos intercontinentais soviéticos (ICBMs), mísseis balísticos mar-terra (SLBMs) e bombardeiros de grande raio de ação, oferecendo mais de 3.000 veículos de carga nuclear, que possuem um poderio suficiente para atingir alvos no Alasca, no Canadá e Estados Unidos. As forças soviéticas de finalidade geral poderão ser empregadas em tempo de guerra contra o Alasca e contra techos do Canadá, situados relativamente perto das áreas soviéticas de desdobramento.

Uma ameaça potencial à América do Norte poderia ser apresentada pela utilização soviética de instalações em Cuba. Cuba poderia ser utilizada tanto como base de sedimento para bombardeiros nucleares de médio e longo alcance, como também como base de recuperação para bombardeiros soviéticos em missões procedentes de áreas do Ártico. A ilha também representa um potencial ponto de lançamento no hemisfério ocidental para mísseis balísticos de pequeno alcance (embora não exista nenhum ali no momento) e como um adequado ponto de reabastecimento para submarinos soviéticos. A presença soviética na ilha requer vigilância contínua de nossa parte.

Contribuição Militar dos Aliados — Posição

Em maio de 1975, uma ampla análise canadense sobre a defesa continental concluiu pela decisão de prorrogar o Acordo NORAD por um período adicional de cinco anos. Essa decisão reconheceu o NORAD como um instrumento eficaz de abordar os problemas de segurança canadenses-norte-americanos, e como uma contribuição para a segurança da OTAN. Os Estados Unidos reexaminaram recentemente sua política estratégica de defesa para reafirmar a importância de defender importantes áreas no mundo inteiro, bem como linhas aéreas e marítimas de comunicação contra ataque aéreo. Embora reconhecendo que continua a existir uma ameaça de bombardeio à América do Norte, o Canadá permanece fundamentalmente orientado para a vigilância pacífica e o controle da soberania de seu espaço aéreo.

Nossas forças no Alasca estão estruturadas para oferecer sobreaviso, defesa aérea limitada, e presença militar no mais aproximado ponto de contato com o território soviético. Vastas áreas de treinamento e oportunidades variadas de treinamento existem no Alasca. Já empreendemos um programa para utilizar esses recursos de treinamento, revezando ali unidades militares do Exército e da Aeronáutica.

Os esforços do Comando de Defesa Aeroespacial e do NORAD têm-se centralizado na vigilância e controle do espaço aéreo norte-americano e estado de alerta contra ataques por bombardeiros, mísseis ou naves espaciais. Nosso poderio para nos defendermos contra ataques mísseis e espaciais continua inexistente, enquanto que nossa defesa contra ataque por bombardeiro se limita à capacidade acentuadamente decrescente de nossa força de intercepção. O surgimento de um novo bombardeiro intercontinental soviético, o backfire, é motivo de preocupação para nossos esquemas de defesa. Uma atual avaliação de nossa posição de defesa estratégica exige melhoria e modernização, não apenas de nossas forças interceptoras mas também de nossa capacidade de detectar, identificar e avaliar as intenções de incursões no espaço aéreo norte-americano.

A localização exposta do Alasca requer especial consideração durante emergências de crises. Os planos de defesa do Alasca preconizam o oportuno aumento dos níveis de força militar, se necessário.

A base cooperativa para a defesa bilateral da América do Norte permanece forte. A natureza da ameaça à América do Norte continua a mudar, em vista do fortalecimento do poderio ofensivo soviético e da existência de potenciais áreas de sedimento dentro deste hemisfério.

(Transcrito do "Commanders Digest", 17/3/1977)



A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NOS ESTADOS UNIDOS E SEUS PARALELOS NO BRASIL

Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright

Livre Docente de Ciências e Professora de História da América na Universidade de São Paulo. Estagiária do Curso Superior de Guerra, da ESG.

Nesta tentativa de reunir argumentos capazes de enfatizar paralelos entre acontecimentos gerados nos Estados Unidos até o século XX e o ideal de progresso brasileiro, não se fará um estudo de áreas de influência, nem tampouco reproduzir-se-ão velhas concepções relativas aos Estados Unidos face aos latino-americanos, hoje em dia no mínimo desgastadas. Um apanhado de variados fatores da história norte-americana, para posterior comparação com o que se passava no Brasil, resultará em certa diversificação na argumentação usada para compor o quadro a ser aqui apresentado.

Naturalmente, diferentes aspectos do processo histórico serão destacados, visando, com isso, a apreender componentes do passado capazes de aglutinarem-se a propósito de uma direção geral que, no caso em pauta, seria a *idéia de progresso nos Estados Unidos*. E como essa manifestação busca motivação expressiva no plano das idéias, principalmente políticas, cremos ser válido começarmos por lembrar as fases comumente aceitas como etapas do pensamento norte-americano.

De início temos um período de adaptação da herança européia no Novo Mundo. Nessa fase se insere a modificação dessa herança à medida que cresce a ideologia da Ilustração ou *enlightment*.

Motivados pelo *enlightment* e pela Independência, os feitos dos americanos transcenderam suas próprias fronteiras. Suas acanhadas colônias, na maioria pobres em termos mercantilistas, projetam sobre o mundo um exemplo marcante de movimento libertador pioneiro nas Américas e, ao mesmo tempo, pertinente à humanidade em geral.

Uma segunda fase caracteriza o que chamaríamos de crescimento do americanismo, no sentido de valorização do "Novo Mundo" em todos os setores da atividade humana, enquanto desenvolvia-se uma reação aos excessos da Revolução Francesa, reação conservadora, especialmente contrária às idéias equalitárias. Nesta fase não se dá ainda a definição de uma mentalidade nitidamente americana, mas uma conscientização crescente da existência de uma identidade americana, particularmente enfatizada pelas diferenças entre a Europa e a América em termos de cultura e de objetivos.

À medida que os núcleos urbanos do leste americano tornam-se mais cosmopolitas, ressurgem correntes equalitaristas herdadas do *enlightment* e a popularização do conhecimento, aliada ao avanço rápido da tecnologia científica, define novos rumos e dá impulso ao pensamento democrático.

Ao mesmo tempo em que se exaltam valores do nacionalismo, surgem, mais tarde, as sementes do seccionismo e da disputa, espicaçadas por diferentes interesses e sobretudo por diferentes *ideais* econômicos.

Posições diversas, também do ponto de vista das mentalidades, contribuíram para levar a ruptura da união entre os Estados norte-americanos.

Enquanto o negociante abastado fazia-se paradigma do intelectual, no norte, o proprietário sulino encarnava a glorificação dos valores da *plantation* e da vida agrícola, onde o escravo desenvolvia papel importante, inclusive permitindo lazer necessário ao cultivo do saber elevado e refinadas lides do espírito.

Da chamada "reconstrução", que se seguiu à Guerra de Secessão, surge um novo nacionalismo que vê a nação como resultado do crescimento de uma experiência em constante evolução e aperfeiçoamento institucional, insinuando que tal crescimento se acelera a partir de então.

As formulações filosóficas e as posturas mentais deste período, por sua vez, colaboraram para a concepção de que a América ressurgida da convulsão interna possuía uma missão histórica a cumprir. E para o cumprimento de um tal destino ataram-se mais justos os liames da União. No mesmo impulso expande-se o capitalismo industrial procedente do leste, enquanto o triunfo das estradas de ferro produz maior divulgação dos pontos de vista dos mandatários do país, dando maior oportunidade de enfatizar pontos comuns em parcela da opinião pública cada vez mais expressiva.

Áreas de resistência à fusão completa entre as opiniões e as atitudes do sul e do norte continuaram a existir e permaneceram no cenário da vida americana.

A imigração, cada vez mais maciça para os Estados Unidos, acentuou-se no final do século XIX e início do XX. Foi responsável pelo reforço na ênfase de um nacionalismo psicológico traduzido em um "anglo-saxonismo" quase agressivo.

Escritores e políticos ajudaram a divulgar a argumentação favorável à superioridade anglo-saxã sobre os europeus meridionais. A teoria evolucionista, não raro, era invocada como respaldo científico para esta mentalidade discriminatória.

Logicamente, uma tal maneira de pensar teria reflexos sobre o que achavam, tanto no sul como no norte, os brancos em geral sobre o papel do negro na sociedade americana. E como decorrência natural desse modo de pensar, questionava-se sobre o papel de outras minorias nacionais. Por outro lado, a superioridade na capacidade de empreendimentos notáveis no mundo dos negócios, somada às oportunidades da América, de fato chegou a produzir verdadeiros titãs. Sua ascensão deveu-se em parte à espécie de autoconfiança coletiva exagerada na capacidade do indivíduo de lutar, disputando e vencendo o mais forte e mais hábil. Rudes e potentes, esses titãs constituíram um marco na formação da sociedade americana.

E foi em razão direta desse maciço movimento em direção ao acúmulo de riquezas através dos negócios que a filantropia se desenvolveu na América, apontada para as letras, as artes, as universidades, o saber enfim. Afinal, uma vez ricos em bens materiais, que outra conquista poderia atraí-los se não a riqueza intelectual e mental? Que outra melhor forma de ascensão social poderiam escolher os grandes negociantes?

O final do século XIX projeta nomes como os de Andrew Carnegie, Charles Vanderbilt e John D. Rockefeller, seguindo exatamente tal caminho.

O desenvolvimento da antropologia e da sociologia nos Estados Unidos processou-se através da matriz evolucionista e, por isso mesmo, medrou ali a doutrina do *Darwinismo Social* aplicando os princípios evolucionistas de Darwin à sociedade onde sobreviveria o mais apto.

Igualmente foi nos Estados Unidos que surgiram sérias refutações a essa forma de pensar.

O pragmatismo, a visão spenceriana popularizada através de debates abertos (especialmente nas universidades) — além das idéias de John Dewey sistematizando conceitos do instrumentalismo — são todos aspectos do pensamento americano que se projetam nas primeiras décadas do século XX.

Nessa época, inúmeros conceitos estéticos, éticos, várias idéias e a própria mente norte-americana sofreram modificações profundas e o velho conflito entre matéria e espírito, entre real e ideal passou a dar lugar ao conceito do relativo. Por volta de 1905, Einstein já havia exposto a teoria da Relatividade e esta, ao lado da então recente teoria do "quantum", completaram a transformação da física newtoniana.

Os reflexos desses acontecimentos em outras áreas das ciências e das artes foram imediatos. Um zelo inusitado para a organização e a sistematização da vida intelectual tomou conta da América, respondendo pela criação de organizações como o Conselho Nacional de Pesquisas.

Candidatos ao doutorado e encarregados de pesquisas avançadas passaram a contar, cada vez mais, com novos currículos nas universidades e novos auxílios de institutos de pesquisa e fundações. Também o próprio governo, contribuiu para o avanço rápido das ciências, das técnicas e das artes — atividades estas, todas voltadas para o desenvolvimento e para o progresso.

Tal incentivo partiu também de grandes conglomerados econômicos onde mais e mais se desenvolveu a idéia de patrocínio à pesquisa para chegar ao progresso, a exemplo do que fizera, já desde o final do século, a "General Electric", tendo como resultado a brilhante descoberta do fenômeno das correntes alternadas.

Uma nova onda em favor da divulgação e popularização da cultura maior e de cursos universitários tem lugar a partir de então. Ao lado de universidades, como a de Wisconsin, que matriculou em cursos especiais milhares de adultos a partir de 1914, nota-se fantástico esforço por parte das bibliotecas públicas, das entidades comerciais e das autoridades encarregadas dos estabelecimentos de ensino secundário.

Destaca-se, em geral, a crença na democratização do saber a ponto de admitir a sua massificação.

É claro que todos esses feitos encontravam suporte na idéia generalizada de que a aquisição de cultura seria o caminho para o progresso individual e nacional.

A constatação de que a média da população americana tinha maiores conhecimentos, além de cultivar o hábito da leitura mais do que outra nação do mundo, é feita por um visitante inglês, o escritor Lord Bryce, já em 1912. (1)

Registram-se também, por outro lado, ao longo das primeiras décadas do século XIX, movimentos de protesto político partindo de intelectuais defensores de posições extremistas em matéria política, muitos dos quais, nos Estados Unidos, constituíram os chamados liberais.

São eles os responsáveis, na maioria, pelos trabalhos artísticos e literários denunciadores de desigualdades e defasagens sociais e da má qualidade de vida de cidadãos americanos privados das benesses da grande sociedade.

Seu protesto possui conotações reformistas e liga-se a movimentos e campanhas que produziram a chamada literatura dos "muckrakers". Entretanto não se propõem a rompimentos da ordem política ou jurídica do país, pretendendo, ao contrário, inserir suas propostas nos quadros da democracia existente.

Uns poucos intelectuais, no entanto, discordavam desse quadro e, nutridos por uma tradição de individualismo extremado oriunda do passado, rejeitam qualquer forma de governo como coercitiva, a democracia inclusive, constituindo-se em anarquistas. Por vezes estes estão ligados, mas não necessariamente dependentes, de seus parceiros europeus, sejam eles Tolstoy, Bakúnin ou Kropotkin.

Pessoas do povo, devedores e contribuintes em geral, participam por vezes dos movimentos de protesto e da onda reformista, partindo principalmente de sugestões advindas de teorizações e movimentos que apontavam erros do sistema de coleta de impostos e da ordem monetária do país. Através de suas teorias tentam

(1) Of. James Bryce — *A comunidade americana*, II, trad. de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Edições Cruzelero, 1967, p. 14.

analisar a possibilidade de entrever aberturas e maior participação econômica de pequenos fazendeiros e trabalhadores, pequenos negociantes e profissionais em geral.

No fundo, a maioria das proposições de reforma derivaram de variadas formas de crítica e protesto contra o capitalismo industrial e a desigualdade por ele gerada, embora a posição de maior contundência crítica a esse respeito, a posição marxista, tenha em geral encontrado na América mais críticos do que seguidores.

Ao contrário, jamais pereceu na América o culto do "self-made man". E mais: quase sempre esse herói de todos é devidamente absorvido e guindado aos escalões das elites, através de um processo cujo paradigma foi exemplificado e divulgado pela brochura "Message to Garcia". Nela o herói é um jovem que não se apresenta voraz, argumentativo, disputador de privilégios, porém capaz de enfrentar durezas e responsabilidades no cumprimento do dever, diante do qual não esmorece. Uma consequência natural desse ideal de perfeição é a forma de pensar americana de que lhe cabia verificar e policiar áreas de conflitos e desordens, exercendo, para tanto, um papel de liderança que lhe teria sido talhado pelo destino.

A defesa de um tal conceito por homens de negócios pressionou, por vezes, membros do governo no sentido de intervir para garantir a presença americana nos mais diversos quadrantes da Terra.

Entusiasmou também homens de letras e políticos, e, dentre esses, um dos melhores expoentes foi Theodore Roosevelt. É importante lembrar que o poder político era invocado ao lado da elevação moral e que era convicção desses líderes de que as conquistas da comunicação faziam o mundo mais interdependente. Partindo desse raciocínio, alguma desordem que ocorresse em qualquer ponto do globo, certamente afetaria as demais partes.

A idéia da tarefa civilizadora dos Estados Unidos, não só na América Latina como no Oriente, mas no mundo em geral, constitui-se numa espécie de defesa prévia dos altos padrões almejados pelos norte-americanos, fazendo parte dos conceitos wilsonianos. Explica ainda em parte o seu tipo de internacionalismo e sua posição constante de campeão das liberdades humanas.

É importante lembrar que esse equacionamento de idéias, mesmo quando rejeitado, permaneceu latente nos Estados Unidos, reaparecendo de tempos em tempos e sempre dinamizando o espírito de reformas.

Isso apesar de posicionamentos como o do Presidente Calvin Coolidge, na década de 20, que se celebrou dizendo: "O negócio da América são os negócios e nada mais". Essa foi, de fato, a realidade entre 1923 e 1929 no período denominado "culto à prosperidade". No ano da grande crise, posteriormente transformada em Depressão Mundial, inicia-se a retomada do pensamento reformista, cujos sintomas far-se-iam sentir através das guinadas consideradas arrojadas e até radicais do "New Deal" do Presidente Roosevelt. Dentre as conquistas da era rooseveltiana, as mais significativas, talvez, tenham advindo do questionamento ao anteriormente consagrado culto do otimismo como predestinação americana. Tal questionamento colaborou para que se restabelecesse um otimismo tanto mais operativo quanto me-

nos ingênuo e um ideal de que o progresso na América não era tão inevitável como dantes se supunha. Resultava, ao contrário, de um esforço geral e conjunto da nação e do governo.

Foi esse esquema ideológico o impulso de novas e profundas reavaliações e a base para novas fórmulas de recuperação e reconstrução, após 1932.

Dessa reavaliação resultaram novos conceitos, sobretudo a respeito dos papéis do Estado na economia e do Executivo sobre os demais poderes.

A famosa luta de Roosevelt contra a Suprema Corte talvez tenha sido o episódio mais dramático do período em questão; mas o novo estilo político por ele inaugurado e a dinâmica de governo do "New Deal" fizeram época. Projetando mensagem de fé no trabalho diligente, é aparente sobretudo no esforço de guerra, após a entrada dos Estados Unidos no segundo conflito mundial.

Vale a pena lembrar que, enquanto tudo isso ocorria, o país retraía-se no tocante à sua participação nos acontecimentos da política exterior tendo, então, um comportamento explicavelmente mais isolacionista. Não tanto o isolacionismo buscado e marcante, responsável por uma linha política deliberada, mas uma retração comandada pela necessidade de "pôr a casa em ordem".

A nova maneira de governar e ser governado, o "New Deal" de Roosevelt, de forma alguma escapou à observação de outros países, mormente dos vizinhos latino-americanos — o Brasil entre eles.

Dentre os novos esquemas introduzidos pelo "New Deal", a reformulação da política exterior norte-americana — "vis-a-vis" à América Latina produziu a chamada política da *boa-vizinhança*, que prontamente repercutiu de maneira favorável no restante do continente. No Brasil, tais repercussões fizeram-se sentir de maneira mais explícita, pois foram concedidas bases militares aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Com seu gesto, o Brasil praticamente rompeu sua neutralidade *antes* de entrar na guerra.

A própria participação posterior do país no conflito foi uma decorrência natural do envolvimento brasileiro em um novo esquema político "pan-americano". A ação germânica afundando nossos navios forneceu um motivo frontal para declararmos guerra aos países do "Eixo". Esse envolvimento do Brasil na guerra ao lado dos aliados, como também sua maior aproximação com os efetivos norte-americanos, não constituiu novidade total em matéria de relacionamento e comportamento mental entre os dois países. Os Estados Unidos afinal vinham demonstrando, ao longo da nossa história, disposição sempre pronta para participar praticamente em todos os nossos eventos decisivos.

Quer reconhecendo de pronto nossa independência mal era ela firmada, ou nossa proclamação de preferência por um regime republicano, os Estados Unidos não nos faltaram no tocante ao que era esperado de sua parte. É que a partir daí mesmo da façanha norte-americana de transformar sua liberação nacional em um libelo a favor da libertação da *espécie humana*, a América do Norte captura os espíritos e inspira comportamentos políticos desafiadores. Estando a sugestão norte-

americana nesse terreno das idéias, fez certamente parte do empuxo responsável, no Brasil, pela constante procura do progresso independentemente das formulações políticas.

Na realidade histórica latino-americana, de fato, o pensamento político nutriu-se quase sempre de idéias que conjugavam transformações materiais às transformações políticas, sem a preocupação de separar nitidamente o "político" do "econômico". Assim é que o *pensador* latino, em geral preferindo a visão global das coisas, evitou quase sempre afiliar-se abertamente a uma escola de pensamento estrangeira, adotando, por isso, mais das vezes, uma "terceira posição". Essa posição entrelaçava, no entanto, de forma pragmática, estímulos externos a realidades internas. Uma identificação mais nítida com determinada escola de pensamento de procedência exógena deu-se na América Latina, talvez, tão somente no caso do Positivismo no século dezenove, eis que essa escola francesa de meados do século iria empolgar os espíritos dos pensadores latinos muito tempo depois.

No Brasil, o pensamento positivista assumiu o papel de verdadeiro comando dos espíritos. A partir de 1871, quando se fundava aqui a "Sociedade Positivista" passou a guiar politicamente o país no sentido de levá-lo à mudança radical, culminando por inspirar a instalação da república e a queda da monarquia em nome do progresso e da ordem. Cumprido porém esse objetivo imediato dos positivistas, o que se observa é a recessão da pugnacidade de seus seguidores no tocante à atuação política e à procura de inspiração; tanto na ordenação do Estado como nos objetivos do progresso inspirou-se fora do modelo europeu ou, mais precisamente, francês.

Talvez a característica mais marcante do pensamento brasileiro no século vinte tenha sido a rotação executada pelas idéias políticas no sentido de procurar adaptar soluções individuais e nacionais para essas novas fórmulas encontradas, quando se partira de uma nítida postura filosófica, como o positivismo, para chegar à república. Na realidade, em muitas dessas fórmulas estão contidas sugestões norte-americanas assimiladas desde o passado imperial.

A insinuação americana vinha de longe, como opção, em contrapartida à preponderância britânica sobre a economia brasileira, tema constantemente abordado pelos políticos imperiais. A realidade do progresso norte-americano alcançado no início do século XX mais capturou a imaginação de nossos estadistas, quando se empreendia a consolidação republicana.

Afinal, progresso material e progresso espiritual e humanístico foram em geral itens pouco diferenciados no pensamento político brasileiro.

A Petrobrás tem 7 nomes.

Felizmente, a Petrobrás não entende só de petróleo. De vez em quando o país precisa que ela resolva outros problemas.

E foi assim que nasceram as subsidiárias, os outros seis nomes da Petrobrás.

A Braspetro surgiu porque o nosso país precisa explorar petróleo lá fora, para garantir fontes externas de suprimento e economizar divisas com a importação. E ela já disse a que veio, fazendo a maior descoberta petrolífera dos últimos 10 anos, no sul do Iraque.

Para aproveitar o seu poder de barganha como uma grande compradora independente de petróleo do mundo, criou uma grande "trading company": a Interbrás, que está ajudando o país a exportar seus produtos para o mundo inteiro.

A Petroquisa veio



para viabilizar a indústria petroquímica nacional. A Petrofertil, para tornar o Brasil auto-suficiente em fertilizantes. A Petromin para explorar minerais que se encontram a grandes profundidades, como salgema, potássio e outros sais solúveis, exclusivamente em áreas sedimentares. E, para distribuir derivados de petróleo, a Petrobrás Distribuidora.

A própria Petrobrás, além de explorar e produzir petróleo, está lutando para dar ao país outras fontes de energia. Como o álcool, que já é uma grande realidade, o petróleo sintético do xisto e o gás do carvão.

Como você está vendo, para ajudar este país a resolver seus problemas, a Petrobrás teve de aprender a tocar sete instrumentos. E não desafina.



Petrobrás. Ontem. Hoje. Sempre.



O PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS NO EXÉRCITO

Jayme Miranda Mariath

General de Brigada, Diretor de Processamento de Dados do Exército. Possui o curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra.

POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA

Importância da Informática (desenvolvimento, soberania e segurança)

E notório o fato de que, na era da CIBERNÉTICA, todo dirigente ou Chefe não poderá, por vezes, levar mais que alguns minutos para tomar decisões importantes necessitando, em consequência, de dados corretos, objetivos, abundantes e integrados, dentro de um tempo ótimo.

O *desenvolvimento econômico-social* de uma Nação não pode dispensar métodos de automação para a tomada de tais decisões num mundo cada vez mais interdependente e complexo.

Os países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, não possuindo, como os desenvolvidos, uma infra-estrutura tecnológica no campo da informática, estão permanentemente dependentes de outros, o que lhes tira a autonomia indispensável para o exercício pleno de sua *soberania*.

Por fim, a dependência se agrava ainda mais quando a estrutura, seja dos Órgãos Governamentais seja das Forças Armadas, depende, para seu funcionamento, de equipamentos, suprimentos e manutenção alienígenas o que pressupõe a possibilidade de interrupção, levando ao caos administrativo e a prejuízos de grande monta *segurança nacional*.

Fácil é, pois, concluir-se que o *domínio da tecnologia*, em setor da computação e seus periféricos, é imprescindível a qualquer Nação que pretenda alçar-se à condição de potência.

Evolução da Informática no Brasil

Só a partir da década de 70 é que se desencadeou, no Brasil, um esforço sistemático para a obtenção de um mínimo de autonomia tecnológica no campo da informática.

O nosso país viu-se na contingência de procurar seu próprio caminho, com ações isoladas e discretas de início para depois prosseguir com mais ousadia e objetividade.

Com a criação da CAPRE, em 1972, praticamente se iniciava a configuração dos primeiros contornos de uma *política nacional de informática*, consubstanciada em diretivas, resoluções e recomendações, a princípio à Administração Pública e depois a todos os ramos de atividade.

A primeira vitória decorreu do Grupo de Trabalho Especial, com a participação do Ministério da Marinha, do BNDE e FINEP, com o *PROJETO GUARANY*S que resultou no minicomputador G-10.

O amadurecimento decorrente e as dificuldades sem número enfrentadas, particularmente devido a falta de recursos humanos com conhecimento de eletrônica digital e de mecânica fina, contribuíram para que já em fins de 1975 se pensasse na necessidade imediata da definição de uma política integrada para o setor.

Assim, a CAPRE foi reformulada para ser o organismo formulador dessa política, recebendo encargos executivos de controlador de importações de equipamentos na área, até que, em 1977, recebeu a tarefa de estudar e propor as diretrizes da Política Nacional de Informática.

Do Conselho Plenário, dentre vários Órgãos Federais, participam as Forças Armadas, através do representante do EMFA, tendo as três Forças Singulares apresentado em 1977 suas sugestões para a formulação da referida Política.

Vários eventos importantes foram concretizados na preparação de recursos humanos, nos estudos da potencialidade do setor e na decisão de reserva de mercado para a fabricação de minicomputadores nacionais — decisão histórica que se constituiu em um marco na evolução da informática no Brasil.

A bem da verdade deve ser dito, no entanto, que não foi ainda formulada a *política nacional de informática*, imprescindível para atender aos rumos que devem ser tomados em vários Órgãos da administração pública como COMUNICAÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FAZENDA, EDUCAÇÃO E CULTURA e muitos outros, com objetivos definidos a curto, médio e longo prazos.

Parece ser agora a hora e a vez desta formulação antes que todo esforço seja perdido, com o passar do tempo, na luta que a Nação enfrenta neste setor vital.

Absorção da tecnologia específica: transferência e/ou criação

O parâmetro fundamental no modelo a ser seguido para a implantação da indústria brasileira de computadores encontra-se no "grau de participação da tecnol-

logia nacional". A plataforma escolhida para o lançamento da tecnologia no setor foi o da área de minicomputadores e pequenos sistemas por motivo de ser de tecnologia mais acessível, requerer menores investimentos e apresentar altas taxas de crescimento de mercado.

Basicamente o que se discute é a melhor forma de adquirir e consolidar os conhecimentos fundamentais na área dos minicomputadores, com extensão aos métodos, bem como dos periféricos indispensáveis aos sistemas.

Em princípio, duas formas ou alternativas podem ser adotadas:

- 19) Transferência de tecnologia por "pacotes", mediante contratos com as multinacionais no setor (a grande vantagem seria o MENOR TEMPO e a desvantagem, a dificuldade do CONTROLE EFETIVO da transferência da tecnologia dentro do prazo).
- 20) Absorção de uma tecnologia própria, com desenvolvimento progressivo, partindo das UNIVERSIDADES e CENTROS TECNOLÓGICOS NACIONAIS (a vantagem é a obtenção de complexo conhecimento de tecnologia e as desvantagens são o TEMPO exagerado e a EVOLUÇÃO acelerada no setor).

A solução que parece mais coerente com as necessidades do nosso país seria a adoção das duas formas ou alternativas citadas, o que se vislumbra nas decisões e diretivas governamentais. O PLANO NACIONAL DE INFORMÁTICA deveria, em consequência, consubstanciar e expressar claramente a solução adotada e a ser seguida por toda a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e PRIVADA.

Conclusões Parciais

É evidente que, embora não claramente delineada, existe uma orientação governamental no campo do desenvolvimento da informática no país.

Não só a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA como as ENTIDADES PRIVADAS necessitam conhecer clara e objetivamente os rumos que serão seguidos, para a melhor estruturação de seus sistemas de PAD e de sua evolução futura.

Incluem-se, fatalmente, as FORÇAS ARMADAS que precisam adotar critérios em seus PLANOS DIRETORES/PAD a médio e longo prazos.

Dá ser possível afirmar que a POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA é não só desejável como também um imperativo dentro da conjuntura atual.

POLÍTICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO EXÉRCITO

Situação Atual

Os objetivos gerais da política de Processamento de Dados do Exército, consubstanciados em Portaria Ministerial, são os seguintes:

- Propiciar aos Altos Escalões do Exército:
 - Fatores quantificáveis, para tomada de DECISÃO;
 - Instrumentos mais velozes para o CONTROLE da execução das decisões.
- Oferecer, aos Estados-Maiores e Grupos Assessoriais equivalentes, base para o assessoramento do Chefe.
- Assegurar aos Órgãos do Exército em geral:
 - Exploração das possibilidades do PAD na atividade-fim, em particular quanto a operações militares e Sistemas-Arma;
 - Maior velocidade na busca da racionalização e aperfeiçoamento da atividade-meio;
 - Melhor emprego dos recursos humanos, materiais e financeiros;
 - Disciplinar a distribuição dos recursos de PAD no âmbito do Exército, de forma racional, flexível, dinâmica, integrada e econômica.

As áreas de atuação previstas são: ADMINISTRATIVA, OPERACIONAL, INFORMAÇÕES e ENSINO e PESQUISA. As áreas ADMINISTRATIVA, de INFORMAÇÕES e parte da OPERACIONAL (comutação automática de mensagens) cabem ao SIPRODEx.

As demais, estão enquadradas como ATIVIDADES ESPECIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, principalmente a de ENSINO e PESQUISA a ser estruturada num novo Sistema e num Projeto a serem aprovados pelo EME.

A estrutura do SIPRODEx, montada até a presente data, engloba o CPDEx (BRASÍLIA-DF), o CPD/1 (RIO DE JANEIRO-RJ), o CPD/3 (PORTO ALEGRE-RS), o CPD/4 (RECIFE-PE) e CPD/5 (MANAUS-AM) (Ver Figura nº 1).

Todos os Centros estão interligados pelo teleprocessamento, bem como os Terminais da Alta Administração no QG/SMU (Ver Figura nº 2).

Previsões para Médio Prazo

As estimativas a médio prazo correspondem ao período de 1981 a 1983. Dentro do Plano Diretor do SIPRODEx, trata-se de dotar todas as RM com SPD, interligando-as por teleprocessamento ao CPD da Área e ao CPDEx (Ver Figura nº 3). Neste período também está proposta a "comutação automática de mensagens", pelos CPD e SPD.

Prevê o Plano Diretor a utilização intensiva de equipamentos fabricados no país.

Previsões a Longo Prazo

Até 1985, estima-se que os estudos realizados permitam levar o PAD às Divisões de Exército e, talvez, às próprias Brigadas (Ver Figura nº 4). Espera-se uma



FIGURA Nº 1

PREVISÃO DE INSTALAÇÃO DA LIGAÇÃO DE TERMINAIS DOS USUÁRIOS
DE ALTO NÍVEL AO CPDEX

PERÍODO 1978/1980

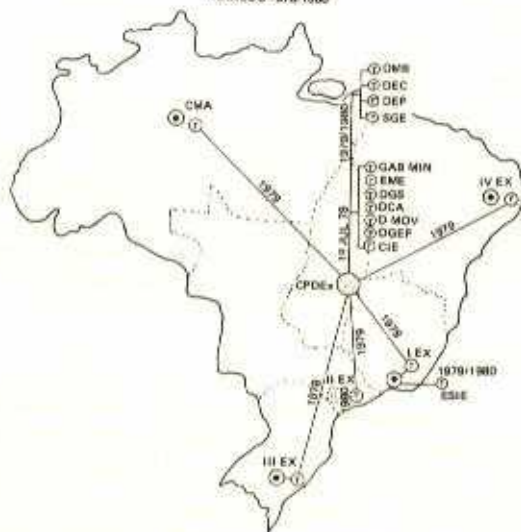


FIGURA Nº 2

integração completa entre o SIPRODEX e o SIGECOMEX, dentro de uma estrutura Setorial que englobe as atividades de Comunicações e de Processamento de Dados — a DGCI.

Conclusões Parciais

O PLANO DIRETOR/SIPRODEX, iniciado em 1976, propõe-se a criar uma infra-estrutura de PAD de forma progressiva e flexível. A orientação geral é de nacionalização dos equipamentos, acompanhando a evolução da indústria nacional no Setor.

Os recursos humanos e financeiros influirão decisivamente nos eventos programados, de forma a diminuir ou aumentar os prazos.

PONTOS A DESTACAR

Recursos Humanos

Os recursos humanos no país para a área de PAD são escassos e de formação deficiente. O mercado de trabalho, no entanto, é supervalorizado.

Pode-se afirmar que, em consequência, a falta de recursos humanos é o *maior problema* que o SIPRODEX enfrenta. O baixo salário oferecido pelo Governo não atrai os profissionais civis competentes. Por outro lado, os militares especializados são em número reduzido e subordinados à legislação militar rígida (movimentação, escolas, comandos etc.).

Recursos Financeiros

O orçamento do Ministério do Exército prevê recursos para atender à ATIVIDADE e ao PROJETO. Aqueles, os destinados a ATIVIDADE, são indispensáveis para manter o SIPRODEX funcionando, com seu pessoal e equipamentos.

Estes, os destinados ao PROJETO, podem sofrer alterações. Com as restrições atuais, face à conjuntura, os eventos previstos tiveram que ser reprogramados, com os prejuízos ao PLANO estabelecido e aprovado pelo EME.

Posicionamento do PAD

O melhor posicionamento do PAD seria junto às COMUNICAÇÕES, acrescido também de um setor de eletrônica, indispensável a um Exército Moderno.

Por outro lado, COMUNICAÇÕES e INFORMÁTICA servem a todos os escalões de uma estrutura, seja civil ou militar, mas particularmente à ALTA ADMINISTRAÇÃO. Assim quanto mais perto desta forem colocadas tanto mais fácil as informações chegarão para a *tomada de decisão* e sua difusão em *tempo ótimo*.

(FABES IMPLANTAÇÃO e TELEPROCESSAMENTO)



FIGURA Nº 3

SIPRODEX

(1977 / 1985)



FIGURA Nº 4

A criação da Diretoria-Geral de Comunicações e Informática (DGCI) atenderia a proposição acima.

Mentalidade Favorável Vertical

A utilização de processos de automação requer uma mentalidade evolvida das integrantes da organização e uma adaptação rápida da estrutura anterior. Os usuários de todos os níveis devem estar conscientizados de que a época em que vivemos exige uma mudança de comportamento.

Querer preservar organismos pesados, morosos, burocratizados e antieconômicos, demonstra no mínimo falta de visão.

A adoção do PAD no Exército, decidida pela Alta Administração, exige das Chefias e Comandos uma integração completa e uma mentalidade evolutiva em todos escalões. Sem isso, dificilmente teremos uma modernização administrativa a curto prazo. Depende, pois, de todos integrantes do Exército Nacional, a rápida evolução pretendida.

Colaboração do Usuário

A grande alavanca impulsionadora do PAD está no próprio *Usuário*.

QUERER, PARTICIPAR e EXIGIR são as molas mestras que permitem a integração do usuário ao sistema de processamento automático de dados. Não é a atitude passiva mas a altamente atuante e prestante que melhores serviços presta à reforma administrativa do nosso Exército.

CONCLUSÃO FINAL

O PROJETO SIPRODEX representa concretização de parte da *reforma administrativa* e a *modernização* dos métodos e processos administrativos do nosso Exército.

Representa, também, com a sua estrutura espalhada em todo território nacional, com computação distribuída por área e integrada num ponto central através dos Sistemas Gerais, uma parte do *reaparelhamento* de nossa Força Terrestre.

Por fim, é um PROJETO que não pode sofrer *solução de continuidade*, dependendo das futuras gerações de Oficiais o prosseguimento da obra iniciada.

Cabe lembrar a importância da fabricação de equipamentos de PAD no país e a absorção da tecnologia do setor para o nosso desenvolvimento econômico-social, para a soberania nacional e para a garantia da segurança interna e externa.



HOMENAGEM AO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

Senador e Presidente do Congresso Nacional. Palestra proferida na ECEME, em 20 de setembro de 1979

Estou profundamente honrado e agradecido ao convite para falar sobre o Presidente Castello Branco, neste alto instituto de cultura militar, onde há sempre acesa uma lâmpada votiva em homenagem à memória do seu antigo Comandante.

Mas, se estou honrado, nem por isso devo esconder a dificuldade em que me encontro ao tratar de personalidade tão rica, possuidora de tantas faces extraordinárias, e sobre cuja figura militar não faz muito que aqui discorreu o ilustre General Octávio Costa. Permiti que tente apenas esboçar um perfil da admirável figura do Presidente Castello Branco. Por certo, foi a Presidência da República que lhe coroou a existência, marcando-a com uma perene dimensão nacional. Mas, na base, no cerne da sua personalidade, estará, indelevelmente, presente a formação do militar. Nem por outro motivo, ao deixar a Chefia do Estado-Maior do Exército, fez ele esta afirmativa: "Ao Exército tudo devo, minha educação, a formação do meu caráter, e as habilitações que me foi dado adquirir". Em verdade, a disciplina, o espírito de sacrifício, o hábito do estudo, a capacidade de decidir, assumindo todas as responsabilidades, eram virtudes hauridas ao longo da devotada carreira das armas, e que jamais o abandonaram. Castello Branco teve paixão pela profissão. Do Exército ele buscou conhecer tudo, e tudo enaltecer. Desde os pormenores da vida da caserna, até as grandes concepções das batalhas. Tanto sabia assentar corretamente no chão uma metralhadora, como estudara os planos inovadores de Napoleão ou o pensamento de Clausewitz. Não seria, porém, uma paixão passiva, limitada à rotina e às exterioridades. Castello Branco tinha a alma do reformador. A rotina como que o esmagava. E desse sentimento é testemunho eloquente o ensinamento com que advertira o General Octávio Costa, e aqui mesmo lembrado: "Octávio: o maior inimi-

go da vida militar é a rotina, até mesmo a rotina da perfeição. Em nossa carreira, precisamos estar sempre em movimento, para que nunca enferrujemos. Mudar sempre, sempre que possível para melhor, mas mudar”.

Ao ler-lhe a correspondência, tão reveladora das suas idéias e sentimentos, pude observar o entusiasmo com que, quer no Comando da Amazônia, quer à frente do IV Exército, lutou para imprimir novos rumos à vida militar. Permiti e perdoei que, embora brevemente, ouse falar-vos do soldado, que tão bem conheceis. Acontece, porém, a meu ver, ser impossível compreender-se o grande Presidente, sem antes se conhecer o grande militar.

Ao completar o primeiro ano no Comando Militar da Amazônia, depois de dizer deste que “Empolga, mas é difícil e duro”, ele assim abria o coração a um companheiro de armas: “Estamos em período crucial do Exército. Tudo avelhado, uma organização caduca e um quadro de Generais constituído de alguns paquidermes, vários bons moços, muitos cansados (cansados de que?) quase todos ultrapassados pelo tempo. Pensam que o tempo espera por nós. Os fatos estão andando mais depressa do que o pensamento de tão ilustre companhia. Precisamos de renovação e reorganização. Como matar a nossa rotina, que cada vez se torna mais lerda, se não com uma reestruturação aprofundada?” Não faltava sequer a nota de humor que lhe era habitual.

Aí estais a ouvir a palavra do reformador e renovador. Do mesmo modo, ao assumir o Comando em Recife, e numa prova de que o tempo não lhe mudava as convicções, ele assim informava ao hoje General Moraes Rego, que com ele também servira no Amazonas: “O IV Exército é difícil e, ao mesmo tempo, empolgante. Vou dar tudo do resto de forças que me sobram daquelas que apanhei, quando menino no Ceará, oriundas de meus pais (como vai longe!) nas salas de aula das santas Irmãs do Pequeno Grande e da brincadeira descuidada nas calçadas, nas coxias e em Messejana”.

Numa e noutra das observações citadas, dir-se-á ser o impulso de quem ainda vislumbrava longo futuro militar, e, portanto, dispondo de tempo para a sonhada renovação. A verdade, entretanto, era outra, e mais o enaltece. Realmente, nessa ocasião, Castello Branco já antevia próxima a conclusão da sua carreira militar, e o fato, normalmente, deveria contribuir para esmaecer-lhe o entusiasmo reformista.

Não era esse, porém, o seu feitio, a sua natureza. O lutador era desses que não se rendem. Certa vez, em abril de 1966, quando numerosos e árdusos os problemas com que se defrontava o Governo, o Presidente chamou-me ao seu gabinete e, como se fora um desabafo em meio às atribulações que o angustiam, limitou-se a dizer-me com amargor: “Dr. Luiz Viana, eu não desanimo. Não desanimo porque não fui feito para desanimar”. De fato, ele assim era, e combateria até o fim. Daí haver escrito, em novembro de 1959, ao seu amigo General Amarante: “Desejo trabalhar, e trabalhar bem, até o último dia da atividade”.

Como imaginar que o Brasil ainda reclamaria daquele reformador de vontade férrea tão árdusos, relevantes e decisivos serviços? Aliás, na Presidência, Castello

Branco não perderia de vista as Forças Armadas. Lembro-me que, em dezembro de 1965, ao ser votada a lei sobre a inatividade dos militares, levei-lhe, como era das minhas funções, os originais da lei que ele sancionaria. Coloquei os originais diante do Presidente, abri-os na página em que ele deveria apor a assinatura, e, de pé, aguardei que ele o fizesse. O Presidente demorou um pouco, folheou a lei, e em seguida, voltando-se para mim, declarou-me pausadamente: "Esta é a lei que assino com mais prazer". Imaginava estar dando novos rumos à vida militar.

Para a Presidência, Castello Branco levou a alma do militar. Assim, em que pese haver despido a farda antes de assumir o Governo, e tornar-se um Presidente tão civil quanto os que mais o foram, ele levou para a mais alta magistratura do País as altas virtudes de um grande militar, e graças a elas liderou a abertura de novos caminhos para o Brasil, acelerando, sem sombra de dúvida, o relógio do desenvolvimento nacional. Tendo assumido o poder como síndico de uma massa falida, como ele próprio o disse, não custou, em meio ao rescaldo das agitações comunistas e dos percalços de uma inflação galopante, a impor a ordem, restabelecer a confiança no governo, e assentar as bases para a retomada do desenvolvimento. Para tanto, além da visão do estadista e da capacidade do administrador, acredito que, entre outras, duas condições foram fundamentais — a coragem e oportunidade das decisões e a indiferença aos passageiros aplausos da popularidade, que ele jamais requestaria. Era, talvez, dos que preferem o juízo da História.

Castello Branco tinha a convicção de haver recebido o Governo, como se fora missão a cumprir. De lá nada o desviaria. E ele a cumpriria do melhor modo possível e a qualquer preço. E parecia certo de que a alta missão se destinava ao futuro, e não aos dias que passavam.

Daí haver dito tratar-se de um governo de entressafra, o que vale dizer que a ele tocava desbravar a terra, ará-la, e semear. Outros viriam para colher, como de fato aconteceu. O reformador, no entanto, animado por convicções arraigadas, parecia, sobretudo, preocupado com o êxito da sementeira, e assim se manteria durante todo o Governo.

Tal como ocorre na vida militar, o Presidente, para realizar a obra com que se sonhava desde a primeira hora, buscou compor o seu Estado-Maior. Vale dizer, o seu Ministério, que o Ministro Osvaldo Trigueiro afirmou ser um dos de mais alto nível até então organizado na República. Cada chefe tem a sua maneira de relacionar-se com os seus auxiliares. É uma influência recíproca, e em nada irrelevante. Falando do papel do Estado-Maior, André Maurois observou vários aspectos do trabalho de equipe e a sua importância. "Um aspecto delicado do problema, escreveu Maurois, é a influência sobre o Chefe, do seu círculo. Há homens que querem agir sozinho, e tomam as suas decisões no segredo do seu espírito. Outros amam sentir as suas idéias, ensaiando-as com os subordinados da sua confiança. Os primeiros não suportam em torno deles senão executantes passivos. Lyautey chamava esses auxiliares, mudos e aduladores, os *"Benditos Sim-Sim"*. Os segundos preferem ter sob as suas ordens espíritos exigentes e francos, que respeitam o chefe, estão prontos a executar lealmente qualquer decisão, mas contribuem para suscitá-la pela discussão

e a crítica... Um Estado-Maior, pode, a propósito de um plano, estar dividido. Não é um mal, contanto que na hora da execução todo conflito se encontre automaticamente terminado. O General Berthelot, Major General, desaprovou a manobra do Marne. Disse-o, e depois a executou do melhor modo".

O Presidente Castello Branco, embora fosse corrente a sua teimosia, era dos que davam e até estimulavam a plena liberdade de opinião e de crítica dos seus colaboradores. Nas reuniões de pequenos grupos, do Ministério ou do Conselho de Segurança, as discussões costumavam ser amplas, francas, por vezes demoradas. Cada qual tinha a maior liberdade de opinião. Contudo, uma vez tomada uma decisão pelo Presidente, ninguém mais se animaria em externar a discordância porventura havida. O Governo atuava como um todo, unido, solidário, e poderia mesmo dizer orgulhoso do grande Chefe. Disso, aliás, ele se me afigurava até lisongeado.

Foram muitas e difíceis as decisões que o Presidente necessitou tomar para mudar os rumos do Brasil, que caminhava, então, a passos largos para a insolvência e a anarquia. Insolvência e anarquia que, por vezes, me parecem, infelizmente quase apagadas da memória dos brasileiros. Decisões que enfrentavam a má fé dos demagogos ou a reação dos prejudicados pelas inovações, que freqüentemente feriam privilégios longamente consolidados. De algumas, vos falarei pouco adiante. Depois de haver observado, em meio ao fragor das batalhas e dos inenarráveis sofrimentos, a convulsão que atingira a humanidade, Castello não tinha dúvida de que dos sacrifícios impostos, haveria de surgir uma nova sociedade, menos egoísta, mais justa, despida de classes privilegiadas. Escreveu ele então à esposa distante: "É impossível que de tamanha hecatombe não saia mais uma grande revolução de idéias e que daí venha uma evolução social mais humana, mais cristã, menos dura para os pequenos, limitando o mais possível a exploração de um homem por outro. É o que estou vendo na fogueira que ainda não se apagou".

A observação significa que ao retornar da Itália, e, mais tarde, ao assumir a Presidência, Castello Branco possuía nítida consciência não apenas de que estávamos em busca de um mundo novo, mas sobretudo da necessidade de ser construído esse mundo. Era freqüente ouvi-lo falar contra os privilégios de toda a sorte. E, na medida do possível, ele tentou sempre contribuir para que da Revolução emergisse um Brasil libertado de preconceitos sociais e de privilégios odiosos.

A guerra, que ele dizia tornar os homens transparentes, haveria de marcar-lo fundamentalmente. E estou certo de que não ocorresse a morte inesperada e prematura, e ele teria, nas horas calmas da inatividade, escrito algumas páginas sobre aqueles dias de glória e de sofrimento. A um amigo então em Paris ele escreveria após a Guerra: "eu continuo fazendo estudos pessoais sobre a campanha da Itália. Quem sabe se um dia poderei também dar um depoimento?" Aliás, do que aprendi no convívio com que me honrou, guardo a impressão de que dois temas pensava e desejava o Presidente Castello abordar algum dia — a campanha da Itália e o pensamento militar de Caxias, que tinha como maior, se não o único estrategista de monta em toda a América do Sul.

Disse-vos haver Castello Branco levado para o Governo a alma do Soldado.

Talvez vos devesse dizer que, como soldado, ele levava acima de tudo a alma do reformador. Este seria extraordinário e incansável. Não houve setor de administração que, apesar da brevidade do seu mandato, não sacudisse, introduzindo algo novo, do mesmo modo que criou instrumentos de governo, como o Banco Central, havia muito encajado no Congresso pelos interesses contrariados; o Banco Nacional de Habitação; a Zona Franca de Manaus; o Ministério do Interior, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e tantas outras inovações destinadas a proporcionar maior vigor e mobilidade à administração pública.

Sempre e a cada passo era ele o homem avesso à rotina. Combatia-a corajosamente, e dessa atitude surgiram fecundas decisões das quais algumas eu desejaria lembrar. Observei, certa feita, que a marca mais profunda da personalidade de Castello Branco foi colocar os grandes interesses do futuro sempre acima dos pequenos interesses do presente. Em verdade, ele deveria conviver dolorosamente com um mar de impopularidade, para o qual desaguará a contenção dos salários, a liberação dos aluguéis, a extinção do subsídio ao trigo e ao petróleo, tudo enfim que era inerente e indispensável para por cobro à inflação, contra a qual todos costumam bradar, mas bem poucos aceitam de bom grado os remédios dolorosos e inevitáveis.

Capaz de debater, durante horas e horas, e até dias a fio, em busca de um consenso em torno de algum problema ou solução, ele, uma vez tomada uma decisão, obstinava-se em torná-la realidade. Tendo assumido o Governo em decorrência de uma Revolução, ser-lhe-ia possivelmente fácil impor soluções. Entretanto, sempre preferiu obtê-las através do debate e da apresentação de argumentos. Por vezes, sobretudo quando o assunto dependia do voto do Congresso, era penoso consumir dias e dias conquistando a opinião e o voto de parlamentares. Castello, entretanto, parecia incansável nessa busca de prosélitos para as suas idéias e objetivos. Era a sua concepção do Governo, e dela não se afastaria.

Não vos falarei das múltiplas reformas e decisões que levou a bom termo, e graças às quais mudou até hoje a face do Brasil, pois bem a conheceis. Contudo, para terdes nítida idéia da maneira por que perseguia uma convicção, atraindo para ela o consenso e o apoio da maioria, pediria licença para evocar alguns rumorosos episódios que lhe marcaram o Governo, e somente possíveis nas mãos de um homem de vontade firme e inabalável.

Começarei por vos falar da famosa compra da Amfort — a American and Foreign Power Company — que tanto se prestava às explorações de todos os matices. Falsos ou iludidos nacionalistas, comunistas e inquietos políticos oposicionistas, todos encontravam na operação motivo fácil e adequado para perturbarem e impressionarem o julgamento público. Um público que desconhecia inteiramente o problema, como é tão freqüente, mas que se mostrava sensível àquela maré de "slogans", que varriam o país de uma ponta a outra. Apresentada como um montão de ferro velho, que o Governo se dispunha a adquirir por milhões de dólares, a Amfort facilmente se transformava em escandalosa negociata urdida pelos "entreguistas", certamente inclinados a favorecer os felizes acionistas norte-americanos. Por sinal, não se tratava de uma operação nova — herdara-a a Revolução do Governo Goulart, quando fôra, inclusive, objeto de conversações e acertos entre o Presidente Kenne-

dy e o Ministro San Tiago Dantas. Contudo, sempre vacilante, Goulart acabara por encontrar um meio para não concluir a compra. Tocou assim ao Presidente Castello, reestudar e decidir sobre o assunto, complexo e difícil. E sobre ele, como do seu hábito, debruçou-se afincadamente, consultando e ouvindo numerosos colaboradores, até se inteirar por completo do assunto, que examinou sob todos os ângulos possíveis.

Saltava aos olhos que a solução era fundamental para a política energética do País. Contudo, em verdade, chegara-se a um impasse. De um lado, o Brasil a clamar por amplos investimentos que reaparelhassem as empresas componentes do grupo Amfort, todas elas em deficientes e precárias condições de funcionamento, e, do outro as dez empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e alegarem, reiteradamente, não disporem dos recursos necessários para atenderem aos imprescindíveis reclamos das áreas a que tão mal serviam. Diziam-se sem condições para qualquer investimento, e, enquanto o tempo corresse, um clima emocional, acirrado dia a dia, fizera do problema o alvo fácil e predileto de todos os adversários do Governo.

Havendo, porém, estudado o problema, que o Ministro Mauro Thibau resumira numa Exposição de Motivos, convencera-se o Presidente da necessidade de cortar-se o nó górdio, que tanto prejudicava uma adequada expansão da produção de energia hidro-elétrica. Não era, porém, do seu feitio cortá-lo com a espada, e sim desenvolver uma ampla campanha de convencimento junto ao Congresso Nacional, que deveria autorizar a operação. Para tanto, o Presidente mobilizou os Ministros do Exterior, da Fazenda e do Planejamento, que auxiliaram a ação do Ministro Thibau, que, por ordem do Presidente, daria conta do assunto aos Governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, ambos contrários à operação. Também o Conselho Nacional de Segurança foi convocado, antes que o assunto chegasse ao Congresso, que deveria dar a última palavra. Na realidade, pequena batalha que o Presidente Castello comandava pessoalmente, atento a todos os pormenores, ao mesmo tempo em que os ataques da imprensa recrudesciam, ampliando aquela imagem do montão de ferro velho que o Brasil ia adquirir por alto preço. Silenciavam-se os motivos que levavam o País a realizar a compra, imprescindível para que se abrisse o caminho para os investimentos necessários no campo da energia.

Por fim, feita a avaliação do acervo pela idônea Scandinavian Engineering Corporation, o Congresso, por larga margem de votos, autorizou o Tesouro a dar o aval para a operação. A vitória fora ampla. Mas, o de que poucos talvez suspeitassem era da ação obstinada do Presidente. Tranquilamente, seguro de que lutava pela melhor solução para o País, ele arrostara a impopularidade sem a menor vacilação. Ele era assim.

Outro episódio que agitou as águas foi a política dos minérios de ferro. Era tema também postergado pelo Governo anterior, pois estava posto nas cogitações governamentais, desde o período do Presidente Kubitschek. Para estudá-lo, constituiu-se uma Comissão Interministerial, a que se somou o Chefe da Casa Militar, General Ernesto Geisel. Certa vez, assim resume os acontecimentos que envol-

veram o problema em torno do qual tantos interesses se congregaram e agitaram: "Internamente, o problema era dos mais intrincados, pois inúmeros interesses se chocavam. O Presidente da Vale do Rio Doce, além de não acreditar que a iniciativa privada tivesse condições de atender às necessidades nacionais, era contra a construção de novos terminais de minério de ferro. O Governo Lacerda pleiteava um porto em Sepetiba, para atender a siderúrgica estadual, a Cosigua. O Governador Magalhães Pinto temia não serem suficientemente consideradas as reivindicações de Minas Gerais. E havia ainda que atentar para os problemas do Porto do Rio de Janeiro, e da Central do Brasil. E por cima de tudo isso alguns "slogans" nacionalistas completam o quadro".

Por esse tempo, ao discursar na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, o Presidente Castello lembrou os "que faziam rufar os tambores em torno das expressões "nacionalismo e entreguismo". E a presença, em Brasília, para audiência com o Presidente, do Sr. John Mc Cloy, e dos Srs. Antony Salomon e Donald Palmer, ambos da Agência Internacional de Desenvolvimento, e que se faziam acompanhar do Embaixador Lincoln Gordon, desencadeou uma série de ataques das esquerdas, no Congresso. Mc Cloy, ex-alto comissário dos Estados Unidos na Alemanha, e primeiro Presidente do Banco Mundial, era tratado como pessoa sem qualificação.

Certo da importância de uma adequada decisão para o desenvolvimento do Brasil, o Presidente Castello não vacilou um instante diante dos ataques desfechados precipitadamente, e que ameaçavam confundir o assunto. Pessoalmente ele se pôs em campo para coordenar uma solução capaz de atender aos interesses do País. Acima de tudo, ele se dispunha a cortar o nó górdio de um impasse no qual faziam, maliciosamente, avultar a Hanna Mining, que, na realidade, era apenas uma das muitas parcelas do problema.

Tal como Bismarck, para quem qualquer política era melhor do que a hesitação, Castello Branco estava certo da necessidade de se pôr termo a uma indefinida protelação. Chegava a hora de o Brasil adotar, em relação aos minérios de ferro, orientação que transformasse em riqueza efetiva as jazidas inaproveitadas convenientemente.

Com esse objetivo o Presidente encetou verdadeira mobilização. Convocou pessoas, ouviu interessados, escreveu cartas, estudou pareceres, promoveu reuniões, e, por último, auscultou o próprio Conselho de Segurança Nacional. Havia apenas uma coisa a que o Presidente parecia não dar importância: — a própria popularidade. Para ele era o irrelevante do debate. E, em dezembro, após uma larga mobilização de opinião, ele aprovou a Exposição de Motivos da Comissão Interministerial. Fazia-o convicto de construir o futuro. Todos os legítimos interesses haviam sido considerados, a começar por Minas Gerais, onde durante cinco anos, as empresas mineradoras deveriam investir os seus lucros. A Companhia Vale do Rio Doce tivera as suas exportações preservadas, e o Porto do Rio de Janeiro e a Rede Ferroviária também tinham a expansão assegurada. Sinal do quanto tivera de ser complexa a decisão. E do acerto que a presidiu o testemunho está nos fatos posteriores. No

particular, o Brasil deu uma volta de 180 graus. A Hanna desapareceu suavemente, fazendo enrolar-se a bandeira do nacionalismo esquerdista. E o Brasil, sem prejuízo da siderurgia nacional, incrementou as exportações de minérios.

Tal como nos dois exemplos que acabo de mencionar, não houve problema, por mais difícil ou impopular, que o Presidente deixasse de enfrentar, buscando a solução que julgasse mais convir ao Brasil. Semeava para o futuro, e era quanto lhe bastava. A História lhe faria a justiça que percebia não poder encontrar dos contemporâneos.

Mas, se já tentei um esboço, embora breve e pálido, do homem de Governo, do estadista cuja visão tanto contribuiu para mudar o Brasil, permiti que vos fale também um pouco do cidadão na sua simplicidade e afetividade. Sendo um homem cheio de amigos, cultivando as relações pessoais, particularmente entre os camaradas de arma, não era ele de fácil intimidade. Longe disso, a sua postura era reservada, discreta, se não distante. Que me lembre, entre os amigos que me animaria a chamar de íntimos, no círculo do Governo, não iria além do Marechal Ademar de Queiroz, por quem tinha especial afeto; Cordeiro de Faria, a quem o ligava um reconhecimento nascido nos campos de batalha; e Juarez Távora, seu colega de Escola. Contudo, esse feitio que se poderia ter até como cerimonioso, em nada alterava as demonstrações de estima e de apreço com que cumulava quantos o auxiliavam. Impecavelmente educado, era incapaz do menor deslize ou descuido nesse trato do dia a dia, que se torna mais um hábito do que um propósito. Principalmente em relação às famílias de companheiros já desaparecidos, era o Presidente invariavelmente atento. Em meio aos pesados encargos do Governo, jamais lhe faltava tempo para corresponder à gentileza de algum convite. E ao receber a comunicação do casamento do descendente de um antigo companheiro, logo recomendava ao Ministro Paranaguá, Chefe do Cerimonial, que não esquecesse o presente, que, por vezes, escolhia pessoalmente e fazia acompanhar de palavras de carinho. Tudo em relação aos amigos, eram atenções, cuidados, gentilezas. É que sob a fisionomia fechada, severa, e que, sobretudo à distância, nada tinha de simpática ou acessível, escondia-se um coração sensível, que se alegrava no bom convívio dos amigos, do mesmo modo que participava do sofrimento alheio. Daí haver Roberto Campos feito em boa hora esta observação: "Era o mais terno dos homens e teve de parecer indiferente ao sofrimento humano". Realmente, assim foi. Tendo chegado ao Governo envolto nas tristezas da viuvez, Castello Branco, talvez para melhor se dedicar à missão que lhe fora atribuída, cultivou a solidão e o isolamento, na medida em que lhe foi possível. Os graves problemas do Governo, que por vezes entremetiava com um pouco de música, enchiam-lhe as horas sempre marcadas pelas preocupações. Certa feita, o Governador Ademar de Barros, alegando ter assunto urgente a tratar com o Presidente, solicitou-lhe uma audiência. E, como não houvesse na agenda Presidencial daquele dia um minuto vago, pediu-lhe o Presidente que à noite, depois do jantar, fosse ao Laranjeiras, onde o Governador chegou por volta das 21 horas. Como era habitual, salvo o ajudante de Ordens, e raros empregados, não havia ninguém. O Palácio era um deserto. Recebido no salão da frente do primeiro andar, Ademar de Barros externou graves preocupações sobre a sorte ou a estabilidade da Revolução. Revelou conspira-

ções e descontentamentos que estariam lavrando nas Forças Armadas. Um tanto surpreso, o Presidente quase se limitou a ouvir. E, finda a audiência, desceu com o Governador para acompanhá-lo até o carro, onde, inesperadamente, havia uma Senhora aguardando Ademar de Barros, e que logo saiu do automóvel para cumprimentar o Presidente, exprimindo-lhe, sem rodeios, o pesar com que o via em meio àquela solidão, enquanto ela e o Governador iriam em busca de algum restaurante famoso, para jantar. Castello não se embarçou, tendo respondido prontamente: "A Senhora está enganada. Eu não vou ficar só, pois ficarei com tudo que o Governador acaba de me contar".

Em verdade, durante todo o período do Governo, o trabalho e a meditação encheriam as horas do grande Presidente, que, graças a isso, logrou erradicar a rotina e implantar as reformas, cujos frutos outros colheriam depois dele, tal como imaginara e desejara. Mas, se o Presidente foi grande, um dos maiores que a Nação conheceu, como bem acentuaria Eugênio Gudin, o homem, o ser humano, nada lhe ficava a dever. Gostaria poder defini-lo. Receio, porém, que a amizade e o reconhecimento tornassem suspeitas as minhas palavras. Prefiro recorrer ao General Vernon Walters, seu companheiro na Guerra e seu amigo na Paz, e que nas suas *Memórias*, gravou este justo conceito sobre o Presidente Castello Branco: "Era verdadeiramente o homem mais correto e mais nobre que conheci".



O VIETNÃ EM PERSPECTIVA

William C. Westmoreland

General-de-Exército (R/1) do Exército dos EUA, formado pela Academia Militar de West Point. Foi Chefe do Estado-Maior do Exército de 1968 a 1972. Serviu também como superintendente da USMA, como comandante-geral do XVIII Corpo Aeroterrestre e da Força Estratégica de Aprestamento do Exército e como comandante do Comando de Assistência Militar dos EUA no Vietnã.

Durante o período pós-2ª Guerra Mundial, crescemos de maneira demasiada nos campos econômico, militar, psicológico e político. Cometemos um grave erro no Vietnã e por isso traímos um aliado. É de nosso interesse nacional determinar onde erramos e não varrer a sujeira da casa para debaixo do tapete. O autor foi figura central nas operações militares dos EUA no Vietnã e apresenta certas conclusões interessantes a respeito de quaisquer operações militares futuras dos EUA.

Este artigo é uma versão condensada de um discurso pronunciado pelo General-de-Exército Westmoreland em 11 de abril de 1978 na ECEME/EUA.

Os últimos anos têm sido traumáticos para os EUA. O Vietnã e Watergate têm ocupado a cena principal. O episódio do Watergate foi dissecado, vituperado e explorado. Já foi decididamente atribuída a culpa desse caso sórdido. Algumas lições foram aprendidas, mas tal não aconteceu com o desastre do Vietnã.

Não mais existe Vietnã do Sul; foi absorvido pelo Vietnã do Norte após clamorosa agressão. Extinguiu-se, talvez para sempre, a chama da liberdade. Nosso outrora honrado país traiu e desertou a República do Vietnã depois de havê-la atraído para nosso seio. Foi uma atitude ignóbil por parte dos EUA, uma mancha em nossa História e uma possível influência maléfica em nosso futuro. Foi prejudicada nossa credibilidade. É de nosso interesse nacional que essa experiência infeliz não seja varrida para debaixo do tapete e olvidada. Há lições a serem aprendidas e vulnerabilidades em nosso sistema nacional que necessitam de exame minucioso.

Como vivi bem de perto com esse assunto por muitos anos, talvez minhas observações e análises sejam de interesse. Creio que foi Josh Billings quem disse: "Não é tanto pelo fato de sermos ignorantes, mas porque sabemos tanto que não é verdade". Contudo, existe uma verdade válida aceita pela maioria: a maneira de conduzir o caso Vietnã foi um erro nacional vergonhoso. Nosso interesse no Vietnã do Sul nasceu no período pós-2ª Guerra Mundial, motivado por uma preocupação a respeito de um avanço comunista incontido contra as áreas inseguras e instáveis. Em 1947, o Presidente Truman expôs a política nacional que nos comprometia a um apoio incondicional aos "povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação por parte de minorias ou de pressões externas". O Congresso aprovou essa doutrina por grande maioria. Em 1950, enviamos uma missão militar a Saigon. O Presidente Eisenhower ressaltou a política de "contenção" associada à sua estratégia de retaliação maciça.

Ao ser eleito presidente, Kennedy interessou-se no chamado conceito de "guerra de pequenas proporções", preocupou-se com o efetivo e a prontidão do Exército que, na sua opinião, haviam sido negligenciados no governo Eisenhower, aumentou o valor do Exército e patrocinou pessoalmente os "Green Berets" (Boinas Verdes). Ele previu o advento do equilíbrio nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética. Depois de sua confrontação verbal com Krushev em Viena, em 1961, acredita-se que Kennedy tenha dito a Scotty Reston de *The New York Times*: "Nosso problema é tornar nosso poder digno de crédito, e o Vietnã parece ser o lugar".

Kennedy caracterizou o tom de sua administração em seu discurso de tomada de posse, quando prometeu que nosso país iria "aceitar qualquer ônus, enfrentar qualquer dificuldade, apoiar qualquer amigo e opor-se a qualquer inimigo a fim de garantir a sobrevivência e o êxito da liberdade". Daí ter ele aumentado tanto o nosso esforço militar no Vietnã com assessores, Boinas Verdes, helicópteros tripulados por americanos e aeronaves de emprego tático.

O jovem presidente, em seu zelo, cometeu um grave erro em aprovar nosso envolvimento na deposição do Presidente Diem do Vietnã do Sul. Esta ação encerrou-nos moralmente naquele país. Prevaleceu o caso político durante dois anos. Se não fosse por nosso envolvimento nos assuntos políticos do Vietnã do Sul e com base em considerações pragmáticas, poderíamos ter aiosamente retirado nosso apoio face a uma falta comprovada de unidade no Vietnã do Sul. Por outro lado, seguindo o exemplo dos pronunciamentos da tomada de posse de Kennedy, é duvidoso que sua administração ou a de Johnson tivesse corrido o risco de repercussões políticas. O discurso de tomada de posse de Kennedy ainda ressoava nos ouvidos dos americanos.

Johnson herdou o problema e manteve a maior parte dos assessores de seu antecessor. Ele estava obcecado com seu programa da "grande sociedade". Na esperança de que a guerra desaparecesse, tomou certas decisões com o endosso de líderes do Congresso, que estavam fadados a prolongar a guerra indefinidamente. Expandiu nosso esforço militar a fim de evitar derrota inevitável e aumentou a dívida

nacional para fazê-lo. Sua política de "canhões e manteiga" resultou em negócios como de costume — de fato, uma economia em crescimento rápido. Ninguém "aceitou o ônus, enfrentou a dificuldade", exceto os que estavam no campo de batalha e seus entes queridos. De fato, se não fosse pela cobertura sensacional dos meios de comunicação levada pela primeira vez aos lares americanos, poucos teriam notado que estávamos em guerra.

O Presidente anunciou que não a ampliaríamos. Isso estabeleceu para nós uma estratégia defensiva terrestre e deu ao inimigo grande liberdade de ação. Uma força na ofensiva é mais poderosa do que uma na defensiva, porque tem a iniciativa e pode concentrar sua força onde e quando preferir sem preocupar-se com a segurança das zonas de retaguarda.

A administração Johnson formulou uma estratégia sumariamente descrita como: conter o inimigo, derrotá-lo no Sul, ajudar a construir um país, bombardear os alvos relacionados à guerra no Norte de maneira gradativa até que o inimigo perceba que não pôde vencer e, assim, negociará ou aceitará tacitamente um Vietnã dividido.

O problema é que o bombardeio era intermitente — um termômetro de pressão política interna. Hanói adaptou-se a cada fase da escalada. O inimigo percebeu não decisão e força mas insegurança e fraqueza política, não só por parte de ações oficiais mas também de elementos verbais e emocionais de nossa sociedade que preferiram resistir ativamente à nossa política nacional. Dessa síndrome surgiram sofismas e clichês, tais como "guerra ilegal" e "guerra imoral". Os líderes em Hanói previram que poderiam vencer o conflito politicamente em Washington, como fizeram contra os franceses em Paris em 1954.

Os controle e prosseguimento da guerra não eram conducentes à sua conclusão. Com base no êxito do estrito controle pessoal de Kennedy com respeito à ação tático-militar durante a crise dos mísseis cubanos, os seus assessores, cuja maioria foi conservada por Johnson, consideraram esse controle como o meio moderno de enfrentar um inimigo.

A aprovação da Resolução do Golfo de Tonquim por uma apreciável maioria do Congresso, em 1964, concedeu ao Presidente autoridade para comprometer forças militares quando considerasse necessário para alcançar nossos objetivos. À medida que se permitia que a guerra se prolongasse, a disposição do Congresso, refletindo atitudes públicas, por sua vez influenciadas profundamente pelos meios de comunicação — em particular por reportagens diárias na televisão — afastou-se cada vez mais da política do Poder Executivo. À medida que a guerra se tornou controversa, o Presidente deveria ter solicitado uma confirmação formal sobre a Resolução do Golfo de Tonquim. Na realidade, a liderança do Congresso deveria tê-la exigido.

Por outro lado, a política da administração Johnson era discreta. Tanto o Presidente como os líderes do Congresso temiam um debate nacional aberto. Estavam incertos acerca das repercussões políticas e estavam mais preocupados com os "falcões" do que com os "pombas", no tocante à teoria conveniente de que a China

Vermelha poderia ser provocada a entrar na guerra. Seus temores foram concretizados. Não era evidente a importância do Vietnã à nossa segurança, e o idealismo implícito nas palavras de Kennedy desapareceu na obscuridade.

Cortinas de fumaça eram semanalmente lançadas por políticos partidários, intelectuais, meios de comunicação e grupos de "cruzadas". Como atestam nossos prisioneiros de guerra, a propaganda instilada pelos seus captores comunistas era uma repetição de declarações de membros do Congresso e de outras personalidades públicas.

A decisão do Presidente e do Congresso de diferir o serviço militar de estudantes universitários foi um erro lamentável com repercussões amplas. Essa política imprudente foi perniciosa à nossa sociedade, degradante às nossas instituições acadêmicas e prejudicou nosso esforço de guerra. Era discriminatória, antidemocrática e resultou numa guerra combatida principalmente pelo filho do homem pobre. Atribuo os sentimentos emocionais antiguerra nos campos universitários a um complexo de culpa e à frustração de ter que possivelmente participar de uma guerra controlada por uma política de não vencer.

O Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) nos campos tornaram-se o "bode expiatório" simbólico, e essa fonte de oficiais foi prejudicada. Em outras guerras, as Forças Armadas buscavam seus oficiais nos campos universitários. Durante a guerra do Vietnã, negou-se-lhes praticamente essa fonte de jovens inteligentes e com capacidade de liderança. Portanto, o Exército foi obrigado a baixar os seus padrões para o oficialato, e alguns elementos não-qualificados foram declarados oficiais.

Em 1970 venceram muitos diferimentos universitários, e o Exército recebeu milhares de recrutas como soldados rasos com diplomas universitários e de pós-graduação. Muitos proviam de campos com tensões emocionais. Criou-se uma inversão educacional, com muitos soldados mais cultos do que seus sargentos e muitos dos tenentes.

Surgiu um problema de comunicação que teve de ser resolvido por métodos singulares. Surgiram jornais e cafés subterrâneos, e apareceu um novo léxico: o homem de carreira era um "lifer"^{*}, um voluntário era "assassino pago". Distribuíam-se folhetos quando os homens deixavam os seus postos militares, urgindo-os a frustrar a disciplina militar. Tudo isso era feito em nome de dissensão.

Veio então a ofensiva do Tet por parte do Vietnã do Norte em 1968, reação do inimigo a seus grandes reveses no Sul em 1967. O seu objetivo era infligir uma derrota militar ao Vietnã do Sul e aos americanos, bem como fazer o povo sul-vietnamita rebelar-se contra o regime de Saigon.

* *lifer* — vocábulo de aceção pejorativa para descrever os militares de carreira. Nota da Edição Brasileira.

A derrota militar do inimigo foi tão implacável que foram necessários quatro anos para a sua recuperação. Não houve levantes públicos. Quando as pessoas fugiam dos invasores norte-vietnamitas, esse fato era freqüentemente descrito pelos meios de comunicação como movimento para evitar o nosso ataque aéreo e a artilharia. A maioria das unidades sul-vietnamitas combateram bem, mas nos círculos dos meios de comunicação não era "moda" falar algo favorável sobre o Vietnã do Sul. Esses meios iludiram o povo americano com suas reportagens sobre a ofensiva do Tet e mesmo vários funcionários do governo em Washington foram enganados.

Um antigo axioma militar diz que: "Quando você sentir que o inimigo foi atingido, não diminua mas aumente a pressão contra ele". Apesar da recomendação dos militares no sentido contrário, nossos líderes políticos diminuíram a pressão contra o regime de Hanói e atraíram o inimigo para a mesa de conferência. Sentaram-se em Paris por mais de quatro anos e decidiram somente uma coisa: a configuração da mesa de conferência. Nossas ações oficiais e extra-oficiais não incentivaram Hanói a agir de forma contrária.

Para demonstrar esse princípio, desejo fazer-lhes lembrar que em 1972, depois que o Porto de Haiphong foi minado, e os B52 foram usados pela primeira vez contra importantes alvos militares no Vietnã do Norte, Le Duc Tho e seus colegas vieram à mesa de conferência e chegaram a chorar dizendo que não podiam agüentar mais. Podíamos ter exercido essa espécie de pressão contra Hanói depois da derrota da ofensiva do Tet. O inimigo teria sido forçado a negociar de acordo com os nossos termos e milhares de vidas teriam sido salvas.

Mas isso não aconteceu. Os grupos contrários à guerra dedicaram-se a resistir à política nacional. Eles queriam pôr termo ao conflito. Mas quem não queria? É lamentável que os que dissentiam em alta voz eram os que inadvertidamente encorajavam o inimigo a continuar. E foi exatamente o que ele fez, pois qualquer medida destinada a encorajá-lo a mudar a sua estratégia agressiva era solapada por expressões e ações que refletiam falta de decisão, compreensão ingênua da guerra ou "feliz ignorância" da linguagem que os comunistas compreendem — decisão demonstrável.

Enquanto nossos soldados lutavam e morriam pelo princípio da liberdade e pelo direito de dissentir, o que presenciávamos em nosso país? Incendiar a bandeira, difamar os funcionários públicos, destruir edifícios do CPOR, jovens que mentiam e enganavam para se tornarem isentos do serviço militar, queimar fichas do recrutamento militar, resistir à convocação fugindo para o Canadá e para a Suécia — conduta irracional mês após mês. Alguns a chamavam de democracia em operação. Seria melhor defini-la como anarquia. Seja qual for o nome, ela encorajou os nossos inimigos, prolongou a guerra e, o que é triste, custou vidas.

Em 1969, adotou-se uma estratégia de retirada sem nenhum *quid pro quo* por parte de Hanói. A liderança norte-americana continuou a promover a ficção de que o conflito era basicamente uma guerra civil — uma revolução popular. A ofensiva do Tet deveria ter acabado com esse mito. Deveria ter sido óbvio que, como a

Guerra da Coreia, tratava-se de uma guerra de agressão por parte dos comunistas do Norte.

Após a pressão finalmente exercida contra os norte-vietnamitas pela invasão de suas bases no Camboja, incursão no Laos, colocação de minas submarinas no Porto de Haiphong e ataques dos B52 contra o Vietnã do Norte, o inimigo decidiu pela primeira vez negociar com seriedade. No início de 1973 chegou-se a um acordo, o qual, embora deficiente em muitos aspectos, era teoricamente exequível. Mas qualquer esperança de êxito foi logo destruída pela Emenda Case-Church à Lei de Dotações de 1974, a qual proibia quaisquer verbas:

... para financiar direta ou indiretamente as atividades de combate das forças militares dos EUA no Vietnã do Norte, Vietnã do Sul ou Camboja, nesses países ou a partir de seu litoral.

Isso foi reconhecido por Moscou e Hanói como nosso instrumento de capitação; eles podiam violar o Acordo de Paz de Paris e sair impunes. Além disso, o Congresso cortou a ajuda militar ao Vietnã do Sul pela metade e ameaçou suspendê-la por completo — tudo isso depois de nossos presidentes assegurarem repetidas vezes por meio de emissários e por escrito ao Presidente Thieu que apoiariamos completamente suas forças militares depois de nossa retirada e reagiríamos se o inimigo violasse o Acordo de Paris. Como bem sabemos, no início de 1975 o acordo foi flagrantemente violado; Hanói conseguiu vencer o jogo. Os Estados Unidos haviam-se paralisado.

O General Van Tien Dung, que comandou as forças invasoras de Hanói, conta a história em seu relatório do êxito da conquista do Vietnã do Sul. Afirmou ele com exatidão que a redução na ajuda militar dos EUA, determinada pelo Congresso, afetou seriamente a capacidade de combate do Exército Sul-Vietnamita.

Calcula ele que o poder de fogo do Exército Sul-Vietnamita foi cortado em 60 por cento em virtude da escassez de bombas e comunicações, enquanto a sua mobilidade foi reduzida pela metade por causa de aeronaves e viaturas indisponíveis como resultado da escassez de peças sobressalentes e combustível. Thieu, disse ele, foi obrigado "a lutar a guerra de homem pobre". Por outro lado, as forças norte-vietnamitas estavam totalmente equipadas e eram apoiadas pela Rússia e pela China. Dung não deu crédito significativo ao vietcongue local.

Os líderes em Hanói estudavam nossos sistemas políticos sensíveis e as vulnerabilidades de nossa sociedade aberta. Não era acidental o fato de a maior parte de suas iniciativas estarem astutamente coordenadas com nossas eleições nacionais. Eles desejavam encorajar nossos líderes políticos a tomarem decisões com base na conveniência política em vez de em critério sensato baseado na experiência. Alcançaram êxito considerável.

Sob o aspecto de cobertura da imprensa, a Guerra do Vietnã foi, ao mesmo tempo, a que recebeu maior e menor cobertura em toda a História — se considerarmos, para o primeiro caso, o que foi noticiado sobre Saigon, e, para o segundo, o que foi noticiado sobre Hanói. As famílias americanas em seus lares podiam assistir

pela televisão o derramamento de sangue inevitavelmente presente em qualquer campo de batalha. A guerra foi noticiada pela primeira vez como crime numa batida policial ou como uma campanha política em que vale tudo.

Hanói pôde cultivar a ficção de que não havia tropas norte-vietnamitas no Sul, de que a guerra era basicamente uma revolução popular e de que se tratava de uma guerra ilícita e imoral. É impressionante que um grande número de nossos cidadãos e alguns representantes dos meios de comunicação tenham sido enganados pela propaganda de Hanói.

Thieu tornou-se alvo favorito da imprensa e foi injustamente difamado, ao passo que a conduta dos líderes autocráticos do Norte não recebeu o mesmo tratamento. Alguns dos meios de comunicação sugeriram, por meio de suas reportagens subjetivas, que a nova nação sul-vietnamita, sem experiência na democracia ou mesmo em autogoverno devia ser tão democrática e livre de corrupção como a América com quase dois séculos de experiência. Esperava-se presumivelmente que ele demonstrasse uma forma avançada de democracia, lutando, ao mesmo tempo, por sua sobrevivência.

Em comparação, os líderes inimigos pareciam ser os "mocinhos". Não havia câmaras de televisão atrás das linhas inimigas. Todas as notícias do Vietnã do Norte eram propaganda para servir seus propósitos. E foi, de fato, o que aconteceu. Lembrei-me da expressão: "se um grande carvalho cair despercebido numa floresta remota, ele nem existe nem cai".

Numa situação em que as vidas de nossos homens estavam em jogo, é lamentável que tantos tivessem feito todo o possível para solapar o apoio a uma política relacionada com seis presidentes e endossada por nove congressos. Tal desunião evidente manteve para os líderes de Hanói as perspectivas da vitória. É triste afirmar que nossa sociedade aberta e nossos sistemas políticos foram manipulados com maestria por Hanói e Moscou para servir a seus interesses.

Esta análise não seria completa sem mencionar os militares e seus colegas civis que procuraram com tanto zelo tornar válido o compromisso de nossos líderes nacionais para com o povo do Vietnã do Sul. Esses homens e mulheres atuaram admiravelmente em circunstâncias singulares na História. Não é fácil manter o moral no campo de batalha se há dúvidas sobre o apoio do povo americano.

Minha tese é simples. Nosso país cometeu um erro crasso no Vietnã e daí traiu um aliado escolhido. Pode-se aprender mais do fracasso do que do êxito. Em nosso interesse nacional, procuremos determinar onde erramos. Não proponho mais nenhuma investigação de culpados, mas insisto em que não devemos varrer a sujeira da casa para debaixo do tapete.

Desejo encerrar com conclusões minhas de caráter amplo.

Crescemos demasiadamente no período pós-Segunda Guerra Mundial nos campos econômico, militar, psicológico e político. O dia do juízo era inevitável. Nossa política externa deve ser objeto de revisão não-partidária pelo menos bienal-

mente. Devemos desenvolver uma política externa bipartidária, livre de política o máximo possível.

Quando houver ameaça de guerra, nossos líderes militares merecem voz mais forte na elaboração da política. Quando nossos líderes políticos nos empenharem numa guerra, a voz militar deve receber consideração prioritária.

É injusto e fatal enviar nossas tropas para o campo de batalha se não forem respaldadas pelo país.

Quando formos à guerra, o ônus e a dureza devem ser compartilhados por vários setores da nossa sociedade.

Devemos dar ouvidos a um antigo provérbio oriental: "o tigre usa toda a sua força para matar um coelho" e devemos usar a força adequada para pôr termo à guerra.

Quando nossa reputação nacional e as vidas humanas estiverem em jogo, os meios de comunicação devem mostrar um senso de responsabilidade mais convincente. Como país, devemos estar atentos para que nossos adversários não manipulem outra vez a vulnerabilidade de nosso sistema político e de nossa sociedade aberta.

O episódio do Vietnã é uma paródia do modo como os EUA devem funcionar. Mas os homens e as mulheres que vestiram honrosamente o uniforme de seu país podem orgulhar-se de seu desempenho — e mais de 97 por cento o fizeram. No período de 1964 a 1973, menos de 3 por cento dos 7,5 milhões ou mais de homens deram baixa desonrosa do serviço militar. Não é esse o quadro que alguns procuram pintar para o povo americano.

Durante a era da Guerra do Vietnã, os militares americanos — milhões de homens e mulheres patrióticos — foram:

- Leais e prontos a servir a seu comandante-em-chefe, o Presidente.
- Hábeis e bravos no campo de batalha segundo a melhor tradição americana.
- Humanitários e compassivos (houve relativamente poucos casos de mau comportamento e desobediência, mas foram assaz propalados).
- Merecedores de confiança no desempenho de suas obrigações — outra vez com algumas exceções.

Os homens mantidos como prisioneiros de guerra demonstraram lealdade a seu país e orgulho dele, e a coragem e vigor para resistir à intimidação. Todos, com poucas exceções, aderiram ao Código de Conduta e deram grande crédito à nossa nação. Nossos combatentes continuaram firmes e não vacilaram ao serem cobertos de injúrias por elementos mal orientados de nossa sociedade.

Mas o ônus e o desgaste de uma guerra, a que se permitiu continuar por sete longos anos, teve suas repercussões nos indivíduos envolvidos, nas famílias militares e na organização do serviço militar. Todos passaram na prova. O desempenho au-

têntico das Forças Armadas causou impressão favorável sobre a grande maioria dos nossos compatriotas. Uma recente pesquisa de opinião feita por uma respeitável organização (Potomac Associates) informou que o povo americano tem mais confiança na "liderança militar" de nosso país do que em qualquer outro setor da sociedade, exceto em si mesmo.

Os militares desempenharam seu papel admiravelmente em toda nossa História, e continuam a fazê-lo. São o epítome do patriotismo e da lealdade a nossos ideais.

O soldado, ao interceder pela paz, deve estar preparado para enfrentar as durezas da guerra e sofrer suas cicatrizes.



CRIPTOANÁLISE, SUA IMPORTÂNCIA NA CONDUTA DA GUERRA

Sergio Ernesto Alves Conforto

Major de Artilharia, com os cursos de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações do Exército, e o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

INTRODUÇÃO

A História da humanidade é a História das guerras". Realmente, se estudarmos os diversos volumes da História Universal concluiremos que a maior parte dos acontecimentos ali narrados e que remontam às civilizações mais antigas até os dias em que vivemos, têm por tema principal os conflitos que desde as épocas mais longínquas são a constante do relacionamento entre os povos.

Já se estimou que se somássemos os dias de paz absoluta no mundo, iniciando no tempo mais remoto de conhecimento histórico até os dias atuais, o total não atingiria duas dezenas de anos. Entretanto, nem sempre os vencedores foram os mais fortes, possuidores de Exércitos mais numerosos e melhor armados; e estas vitórias passam à posteridade como grandes feitos e consagram inúmeros personagens, levando-os à galeria dos grandes capitães, dos gênios militares. Longe de nós qualquer intenção de diminuir, por pouco que fosse, o brilho desses nomes. Seria absurdo e sem cabimento dizermos que Rommel, Von Hindenburg, Ludendorff, Nimitz, Foch, Montgomery, Patton e muitos outros, obtiveram os seus louros apenas por serem bafejados pela sorte ou que não fossem profundos conhecedores da arte militar.

Estudam-se as suas vitórias chegando-se aos menores detalhes da manobra. Desse estudo, extraem-se os ensinamentos que por sua vez, dão lugar às doutrinas militares.

Entretanto, dificilmente se encontra, no relato das batalhas a presença do fator que foi talvez, aquele que fez pender a balança da vitória para determinado lado. Na verdade, sempre se evitou sequer fazer-se referência a este fator, não que isto diminuisse a glória do vencedor, mas para proteger aquilo que se tem constituído em um dos mais preciosos segredos de todas as nações: — o trabalho de criptanálise.

Considerada como assunto merecedor do mais elevado grau de sigilo, tem sido a criptanálise afastada das páginas do noticiário e da História e só há pouco, graças ao extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação, uma pequena parte de sua influência foi divulgada e mesmo assim, cercada de uma aura de mistério que como que a aproxima do subnatural. No entanto, aqueles que têm a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre ela freqüentemente se porão a pensar se, não existisse a criptanálise, seriam os mesmos os nomes que figuram na relação dos grandes generais.

Este trabalho tem por principal objetivo despertar o interesse do leitor militar para esse fator que normalmente não é demonstrado durante os seus estudos e fazer com que venha a ser levado em conta quando, na paz ou na guerra, uma decisão deva ser tomada.

Durante o seu desenvolvimento serão dados alguns exemplos históricos que ilustram o que acima foi dito. Posteriormente procuraremos mostrar aspectos da situação atual de nosso país seja no que diz respeito às medidas de proteção às nossas comunicações, seja no estabelecimento de um sistema que permita realizar a criptanálise na escala desejável. A nossa conclusão constará de algumas sugestões no sentido de melhorar nossa atual posição.

DESENVOLVIMENTO

Exemplos Históricos

Poderíamos citar exemplos de emprego da criptanálise na conduta das operações militares e políticas desde algumas centenas de anos, mas isto seria certamente fastidioso. Limitar-nos-emos aos fatos conhecidos de maior importância no século XX e que tiveram, de alguma forma, o poder de mudar o curso da História.

A Batalha Final

A RÚSSIA entrou em colapso em 1917 e isto possibilitou à ALEMANHA equilibrar a grande desvantagem que lhe trouxera a entrada dos EE.UU. na guerra, pois lhe permitiu transferir para o front ocidental cerca de três milhões de homens que lutavam no leste, enquanto o grosso do potencial americano não tivera tempo de ser aplicado.

Durante o inverno a ALEMANHA verificou que teria que vencer a guerra na primavera de 1918 ou a perderia de vez. LUDENDORFF planejou romper as linhas aliadas e tomar PARIS. As divisões francesas eram esqueletos de apenas 6.000 homens. Os ingleses tinham um claro de 100.000 homens e não tinham mais como preenchê-lo. O moral aliado estava em seu mais baixo nível. Em toda a frente os alemães estavam mais fortes. Se PARIS caísse, a guerra estaria vencida.

Os alemães não tencionavam repetir os erros do princípio da guerra, em que a fraqueza de seus sistemas criptográficos fora intensamente aproveitada, principalmente pelos franceses. Por isto criaram uma cifra inteiramente nova para ser utilizada em tudo que se referisse à ofensiva final.

Os aliados pressentiam aquela operação, mas precisavam de dois ou três meses para que os americanos pudessem ser plenamente aplicados na guerra. O aparecimento da nova cifra em si já se constituía em um sinal da iminente ofensiva alemã. Entretanto, as mensagens continuaram indecifráveis e a 21 de março, 62 divisões alemãs irromperam em uma frente de 64 km. Em uma semana os alemães estavam a menos de 59 km de PARIS. Entretanto, o mais brilhante criptoanalista francês, GEORGES PAINVIN, trabalhava furiosamente na tentativa de decifrar o sistema alemão. Enquanto isto, o grande canhão BERTHA já despejava suas granadas no interior da capital da FRANÇA. Os ministros preparavam-se para evacuá-la.

Os alemães tinham ainda cerca de quinze dias para o assalto final. Era essencial atacar os aliados onde eles menos esperassem, como das outras vezes, e o sucesso dependia da segurança das mensagens. Para aumentá-la, fizeram uma modificação no sistema. Isto, entretanto, deu a PAINVIN a inspiração para a solução. A 2 de junho ele resolveu a mensagem mais importante, e que dizia: "Enviem munições urgente. Mesmo durante o dia, se não forem vistos". Embora simples, esta mensagem era vital, pois fora endereçada ao EMG do 18º EXÉRCITO alemão em RENAMGIES, uma pequena cidade a meio caminho dos dois braços da pinça que ameaçava PARIS.

O serviço de informações aliado deduziu imediatamente que a munição mencionada era necessária para a enorme preparação de artilharia que precedia os ataques alemães tal como tinham feito em março e maio e que os tinham levado às portas da vitória. Tudo indicava, pois, que LUDENDORFF iria golpear no interior da pinça, entre MONTDIDIER e COMPIEGNE, um setor a cerca de 80 km ao Norte de PARIS.

FOCH colocou suas reservas em posição de forma a bloquear aquela região. Jogara uma cartada por tudo ou nada. Mas a 9 de junho a ofensiva alemã se lançou exatamente onde era esperada. Pela primeira vez, naquele ano, LUDENDORFF não obtivera a surpresa.

Durante cinco dias a batalha se desenrolou, ora favorável aos alemães, ora aos franceses. Finalmente, os germânicos foram detidos e pouco depois a iniciativa passou para os aliados, reforçados pelos americanos. A guerra mundial estava perdida para os alemães.

O início da I Guerra Mundial foi o ponto de inflexão da história da criptoanálise. Antes, tivera pequeno emprego; depois assumiu papel preponderante. A causa disto foi o grande incremento das comunicações, principalmente por rádio.

Rommel — Gênio Militar (até que ponto?)

Poderíamos citar ainda, numerosos exemplos da influência da criptoanálise naquela conflagração. Preferiremos, entretanto, passar a outros mais recentes, ocorridos durante a II Guerra Mundial.

Em inícios de 1941 os ingleses colhiam esplêndidas vitórias no Norte da ÁFRICA. Os italianos são capturados aos milhares. MUSSOLINI quase que implora o auxílio alemão que finalmente lhe é dado, mas com a condição de que todas as unidades rápidas ficassem sob o comando de um general alemão. Isto fez com que ERWIN VON ROMMEL fosse colocado à testa do DEUTSCHE AFRIKAKORPS.

Em fevereiro, o general já se acha no continente africano. Com ele a astúcia, a intuição do terreno já demonstrada na depressão de HOUX e no planalto de HORNOY. Com ele a Cia FERNMELDEUFKLARUNG, que interceptava toda e qualquer estação de rádio do 8º Exército inglês, ouvia as conversas dos rádio-operadores, localizava concentrações de tropas e movimentos por rádio-goniometria e estudava os criptogramas ingleses, somando-se estas ações às desenvolvidas pelo PERS Z um dos órgãos de criptoanálise de alto nível dos alemães.

Suas vitórias não se fazem demorar. Apesar da cautela recomendada por HITLER e pelo fato de não contar ainda com todas as forças que receberia, a partir de 24 de março toma EL AGHEILA, AGEDÁBIA, BENGASI. Generais ingleses são aprisionados. Em dez dias chega à fronteira egípcia. Neste tempo seu nome é citado em todo o mundo.

Durante a campanha da ÁFRICA adquire o cognome de "RAPOSA DO DESERTO". Mas há fatos que poucos livros contam. O mais importante deles diz da existência do adido militar americano no CAIRO, CEL BONNER FRANK FELLERS, brilhante oficial que percorria os campos de batalha e estudava a tática e os problemas da guerra no deserto, fazia perguntas e observava os acontecimentos tendo acesso a muitos segredos dos britânicos.

FELLERS enviava extensos relatórios de suas atividades e do que observava a seus superiores em WASHINGTON, usando o código "Negro", do serviço diplomático americano. Ele discorria sobre as forças inglesas no front, suas missões, capacidade e eficiência; falava de reforços esperados, navios de suprimento que chegavam, problemas de moral, analisava as diversas operações em estudo pelos britânicos, e até mesmo descrevia planos de operações.

As interceptações de suas mensagens eram enviadas imediatamente aos criptoanalistas alemães que as decifravam, traduziam e recifravam em um sistema germânico e as transmitiam a ROMMEL. Frequentemente, ele lia as mensagens apenas poucas horas após terem sido enviadas por FELLERS.

E que mensagens eram? Elas davam a ROMMEL o mais fidedigno e amplo

relatório sobre as forças inimigas e suas intenções que qualquer comandante do Eixo jamais teve.

No vai e vem da guerra na ÁFRICA, ROMMEL fora forçado a recuar através o deserto pelo Gen AUCHINLECK, no final de 1941, mas no início de 1942 ele retornou com tal vigor que em 17 dias ele empurrou os ingleses de volta por quase 500 quilômetros. Durante esses dias ele dispôs de informações como estas, providas de mensagens do CEL FELLERS:

— 23 Jan — 270 aviões e certa quantidade de artilharia antiaérea foram retiradas do Norte da ÁFRICA para reforçar as forças britânicas no Extremo Oriente.

— 25 — 26 Jan — Avaliação das deficiências do Eixo em blindados e aviões.

— 29 Jan — Completa relação das forças blindadas britânicas, incluindo número de carros disponíveis e indisponíveis e suas localizações. Localização e grau de eficiência das unidades blindadas e motorizadas.

— 19 Fev — Próximas operações de comandos; grau de eficiência de diversas unidades britânicas; informação que os tanques americanos M3 não poderiam ser utilizados antes do meio de fevereiro.

— 6 Fev — Localização e grau de eficiência da 4ª Divisão Indiana e 1ª DB; alterações nos planos ingleses de penetrar através da linha ACROMA — BIR HACHEIN; reconhecimento da possibilidade das forças do Eixo alcançarem a fronteira egípcia desde que as divisões blindadas viessem a ser reagrupadas.

— 7 Fev — Forças britânicas estabilizadas na linha AIN EL GAZALA — HACHEIN.

Mensagens posteriores deram a ROMMEL a informação de que os ingleses pretendiam fixar sua linha defensiva em MERSA MATRUH; quando AUCHINLECK decidiu que esta posição seria insustentável, as interceptações permitiram a ROMMEL saber que os ingleses tinham mudado de idéia.

Assim as espetaculares vitórias de ROMMEL dependiam quase que apenas de ter ou não combustível.

Mas a 10 de junho a maré da sorte do comandante alemão começou a esvaizar-se. O comandante da Cia de Inteligência de Campanha e a maioria do seu pessoal foram mortos ou capturados durante uma ação relâmpago dos comandos ingleses. Muitos dos seus registros caíram em mãos britânicas. Isto dificultou em muito o trabalho dos futuros recompletamentos e deu aos ingleses uma visão do que estava ocorrendo.

Cerca de um mês depois o CEL FELLERS foi chamado de volta à AMÉRICA e o sistema de cifras americano mudado.

ROMMEL perdera o seu maior trunfo justamente quando estava às portas da vitória, frente a EL ALAMEIN.

Os ingleses, graças aos documentos capturados, taparam as brechas de seu sistema de comunicações.

Pouco depois, chega MONTGOMERY e os fatos restantes são conhecidos. Posteriormente, o 1º Ministro CHURCHILL disse:

“Antes de ALAMEIN nós nunca tivemos uma vitória; após ALAMEIN nós nunca tivemos uma derrota.”

O início do fim para o Japão.

Após o ataque a PEARL HARBOUR a esfera de domínio japonês na ÁSIA expandiu-se largamente. GUAM fora capturada a 10 de dezembro, WAKE a 23 e HONG KONG a 25. Os aviões nipônicos afundaram o Prince of Wales e o Repulse, praticamente expulsando os ingleses do Pacífico Oeste, Oceano Índico, Oceania e praticamente deixando a AUSTRÁLIA à mercê do JAPÃO.

SINGAPURA, MALAIA, ÍNDIAS ORIENTAIS HOLANDESAS, o SIÃO e ILHAS SALOMÃO foram conquistadas, possibilitando enormes recursos de borracha e petróleo.

A CHINA achava-se bloqueada e as FILIPINAS não demoraram a cair.

O JAPÃO, vitorioso tratou agora de consolidar o domínio que conquistara. Para isso, o seu mais brilhante chefe naval idealizou um plano mediante o qual arriscaria de vez com o que restou da esquadra americana e estenderia o seu cordão defensivo de forma a manter inexpugnável o Império e suas conquistas.

O plano de YAMAMOTO, que já idealizara o ataque a PEARL HARBOUR, dividia-se em duas partes:

— A primeira consistia na captura do atol de MIDWAY, considerado a sentinela do HAVAI e dotado de enorme importância estratégica pois controla o Pacífico Central e permite ou impede o prosseguimento para qualquer dos seus extremos.

— A segunda e mais importante parte do plano residia no ataque e destruição do restante da esquadra americana, que fatalmente iria em socorro de MIDWAY, por forças japonesas muito maiores.

Realmente, os efetivos em presença na batalha eram totalmente favoráveis. Os japoneses dispuseram de mais de 200 navios, entre os quais 11 couraçados, 5 porta-aviões, 22 cruzadores e 65 contra-torpedeiros. Os americanos tinham, no máximo 2 couraçados, 3 porta-aviões, 9 cruzadores e cerca de 30 contra-torpedeiros, sendo que várias destas embarcações estavam avariadas.

Entretanto, um fator não fora levado em conta.

Os americanos já tinham decifrado o sistema de código japonês e receberam a ordem de operações de YAMAMOTO às suas unidades ao mesmo tempo que estas a recebiam pelo rádio. Desta maneira, pode o Almirante NIMITZ posicionar a sua frota no local mais favorável e apanhar de surpresa os japoneses, no momento em

que seus aviões espalhados nos convezes dos porta-aviões ressupriam-se de combustível e bombas.

Os resultados foram largamente expostos em um filme há pouco exibido. O JAPÃO começava a perder a guerra.

Outra brilhante vitória americana devida à criptanálise ocorreu pouco depois. O próprio YAMAMOTO foi morto mediante um ataque ao avião em que viajava por terem tido as forças americanas conhecimento da viagem de inspeção que fazia.

Outros Exemplos

Poderíamos ainda relatar inúmeras ações em que a criptanálise teve papel preponderante. Entretanto, isto alongaria demasiado este trabalho, sem maiores proveitos. Apenas, citaremos alguns, para a memória do leitor:

- Malogro do ataque aéreo aliado a PLOESTI.
- Sucesso alemão na invasão à NORUEGA.
- Alto rendimento alcançado pelos ataques de submarinos alemães aos comboios aliados até 1943.
- Desistência dos alemães em invadir a INGLATERRA, em 1940.
- Neutralização da guerra submarina movida pelos alemães, a partir de 1944.
- Obtenção da surpresa quando do desembarque aliado na NORMANDIA.
- A batalha das ARDENAS, em fins de 1944.
- A reação finlandesa à invasão russa, em 1940.
- Sucessos alemães na invasão à RÚSSIA, em 1941 e 1942.

Incontáveis foram os sucessos obtidos em ações de pequenos escalões graças a criptanálise. Os grandes chefes militares bem sucedidos nas últimas guerras tiveram atrás de si uma seção de criptanálise. E por que foi tão grande o seu sucesso?

Talvez por uma tendência muito natural que possui o não especialista em acreditar na impossibilidade do adversário ler as suas cifras e códigos.

Os manuais de comunicações nos dizem que o comandante utilizará ou não os sistemas criptográficos mediante o estudo dos fatores rapidez e segurança que pretenda imprimir às suas mensagens. Tendo dado maior valor à segurança e decidido pelo emprego de cifras ou códigos poderá ser levado a crer demasiado nesta segurança e isto lhe poderá ser fatal.

E como proceder então, já que nos parece ter-se chegado a um impasse?

Como em outros tipos de operações, a melhor defesa continua a ser o ataque. Um comandante que disponha de uma boa seção de criptanálise poderá só pesquisar e revelar os segredos de adversários como também avaliar até que ponto

são seguros os seus de forma a usá-los na exata medida.

Situação Atual

Antes de nos dedicarmos ao nosso país, vamos procurar dar uma idéia do que ocorre em outros, para que se possa estabelecer uma comparação.

Inglaterra

Iniciou suas atividades de criptanálise com um pequeno número de pessoas apenas interessadas, chefiadas pelo diretor de ensino naval, Sir Alfred Ewing, no ano de 1914. A seção foi inicialmente denominada "Room 40", pela sala que ocupavam. Posteriormente veio a ser conhecida por "ID 25" (Seção 25 da Intelligence Division).

A natureza e o volume de mensagens a serem estudadas logo exigiu o aumento do efetivo e a descentralização das ações.

O Exército Inglês também criou sua seção, o M. I. 1 (b), ligada ao Ministério da Guerra e que possuía uma agência de campanha, no QG das Forças Expedicionárias Britânicas, no continente. Criptoanalistas individuais trabalhavam em diversos Exércitos.

O M. I. 1 (b) possuía inicialmente (dezembro de 1915), apenas quatro elementos e o seu chefe era um major que fora ferido no ano anterior, capturado pelos alemães e posteriormente repatriado, por ser julgado incapaz para o serviço militar devido a uma paralisia parcial que adquiriu.

Como o seu correspondente naval, iniciou seus trabalhos com amadores de criptanálise, mas logo seu efetivo subiu, chegando a 84, inclusive 30 mulheres, ao fim da guerra.

Posteriormente os britânicos unificaram esses serviços e na II Guerra Mundial o seu trabalho foi de valor inestimável. O 1º Ministro recebia diretamente um relatório diário de suas atividades.

O "Jornal do Brasil", de 7 de setembro de 1974, publica uma reportagem sobre um grupo denominado "HUT 3" e relata seus sucessos que chegaram à leitura de mensagens alemãs cifradas pela máquina "Enigma".

Alemanha

Quando do irrompimento da I Guerra Mundial não possuía serviço de criptanálise, o que lhe trouxe sérios problemas na elaboração de seus próprios códigos e cifras, bastante elementares aos olhos de seus adversários. Podemos dizer que os alemães não tinham capacidade para fazer a autocrítica de seus sistemas.

Somente em 1916 foi criado o Abhorchdienst (Serviço de interceptação) onde criptoanalistas, a maioria dos quais recrutados entre matemáticos, logo obtive-

ram ótimos resultados embora nunca pudessem suplantiar os serviços similares dos aliados que, desde os primeiros dias da guerra já se familiarizaram com a fraseologia e vícios dos seus adversários e, com estes ensinamentos, puderam melhorar, sobremaneira, a segurança de seus próprios sistemas de comunicações.

A mesma situação não se aplicou à ALEMANHA quando da II Guerra Mundial. O serviço de criptanálise do seu Ministério de Relações Exteriores fora criado em 1919 e era conhecido por Referat IZ, a seção Z da 1ª Divisão. Em 1936 a reorganização do Ministério fez com que a seção passasse a denominar-se PERS Z, a Seção Z da Divisão Administrativa e de Pessoal.

No intervalo entre as guerras a seção trabalhou ativamente, solucionando diversos sistemas diplomáticos estrangeiros.

Quando da ascensão de HITLER, em 1933, a PERS Z possuía cerca de trinta elementos. A partir daí o seu efetivo cresceu rapidamente e o recrutamento era feito de forma tal que os prováveis recrutas não sabiam que estavam sendo selecionados para um trabalho altamente secreto. Posteriormente, durante a guerra, o número de elementos da seção chegou a 300.

Ao final da guerra tinham como resultado do seu trabalho a leitura de comunicações secretas de 34 países, a saber: Inglaterra, Irlanda, França, Bélgica, Espanha, Portugal, Itália, Vaticano, Suíça, Jugoslávia, Grécia, Bulgária, Romênia, Polônia, Egito, Etiópia, Turquia, Irã, China, Japão, Mandchúria, Tailândia, Estados Unidos, Brasil, Argentina, Chile, México, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Desde 1933 o Ministério da Aeronáutica possuía o seu "FORSCHUNG-SAMT" (Gabinete de Pesquisas), ligado diretamente ao Ministro e que era, afinal, o elemento de criptanálise de GOERING.

Quando HITLER fundiu as três forças armadas na WERMACHT, o órgão maior de criptanálise, a ABWEHR ficou sob a chefia do Almirante CANARIS, embora o Exército, Marinha e Aeronáutica continuassem a possuir suas próprias equipes.

A do Exército, denominada H.N.W., era a mais antiga e mais eficiente e seus elementos operavam como uma organização separada dentro de um Exército ou de um Grupo de Exércitos, constituindo-se em companhias e pelotões de informações de campanha. Conseguiram solucionar as mensagens oriundas do criptógrafo M - 209 (até hoje em uso no Brasil) praticamente desde os dias em que os Exércitos alemão e americano se chocaram na ÁFRICA DO NORTE, em fins de 1942.

A agência criptanalítica da Marinha, o "B-Dienst" (Serviço de Observação) obteve importantíssimos sucessos. Graças a ela, os alemães, já no início da guerra, podiam ler alguns dos códigos e cifras mais secretos do Almirantado Britânico. Isto deu-lhes grandes vitórias no início da guerra e o enorme triunfo na guerra submarina até 1943.

Entretanto, a dispersão de esforços e a rivalidade entre os diversos órgãos de criptanálise da ALEMANHA impediram que este país obtivesse melhores resultados.

Estados Unidos

Caracterizou-se, por ocasião da I Guerra Mundial, pela fragilidade de seus sistemas. Autores diversos dizem que os EUA devem ter sido motivo de riso de todo criptoanalista do mundo durante a 1ª Guerra Mundial e nas décadas de 20 e de 30. A causa disto, provavelmente, seria a inércia burocrática e exiguidade de orçamento. Entretanto, tanto o Exército como a Marinha possuíam agências de criptoanálise desde há muito. Ambas, organizadas por ocasião da I Guerra Mundial achavam-se, nos anos 20, perfeitamente estruturadas, embora com pequenos efetivos e lutando com a falta de verbas e de crédito por parte das altas autoridades.

Em 1930 o S.I.S. (Signal Intelligence Service) possuía três jovens criptoanalistas e dois mensageiros.

A lei federal de comunicações dos EUA de 1934, proibia a interceptação de mensagens de países estrangeiros por parte de americanos, pois isto não seria cavalheiresco.

Pelos exemplos acima, demonstra-se que não foi fácil a missão dos primeiros criptoanalistas americanos. Mas passaremos por cima destas dificuldades que duraram até os últimos anos da década de 30 e mesmo de como foi montado o sistema que foi o mais brilhante da II Guerra e iremos aos dias atuais, para que se possa ter idéia de quão importante é, para um país que procura manter a sua posição de potência mundial, a tarefa de criptoanálise.

É sabido que, com o término da II Guerra Mundial e o advento da guerra fria, os EUA passaram a dispor de um sistema de comunicações estratégico cujos postos espalhados por todo o mundo transmitem um total de cerca de duzentas e cinquenta mil mensagens *por dia*. E para que a segurança destas comunicações se torne verdadeira e eficiente foi criada a Agência Nacional de Segurança, a NSA, a maior organização criptológica da história.

A NSA apareceu em 1952 como resultante da extinta AFSA, a Agência de Segurança das Forças Armadas, esta criada em 1949 para centralizar os esforços dos órgãos similares do Exército, Marinha e Força Aérea (embora estes não tenham sido extintos e tenham ficado com a incumbência de prover a segurança e análise das comunicações de caráter tático).

Dado à natureza sigilosa de suas atividades somente se veio a ter vaga notícia de sua existência em 1957, embora hoje em dia seja bastante conhecida. Suas finalidades principais são prover segurança e informações. Para isto cria e supervisiona a criptografia para todos os órgãos de governo dos EUA, e ao mesmo tempo intercepta, faz análise de tráfego e criptoanalisa mensagens de todas as outras nações, amigas ou adversárias.

A agência funciona em WASHINGTON, suas instalações só são menores que as do Pentágono e do Departamento de Estado. O edifício é dotado de dezenas de escritórios, instalações de computadores, um restaurante para 1.400 pessoas, um auditório para 500, oito bares, agência postal, ambulatório com salas de cirurgia,

agência bancária, lavanderia, etc.

Na década de 1960 seu efetivo, que vinha sendo constantemente aumentado, andava por volta de 14.000 pessoas, homens e mulheres, acrescentando-se a isto cerca de 1.000 pessoas que trabalham no exterior. O orçamento da agência não é conhecido nem mesmo pelos congressistas, sabendo-se, entretanto, que deve ser cerca de duas vezes o da CIA. Como os desta, todos os seus fundos são contabilizados acrescentando-se alguns milhões de dólares a cada item do orçamento federal.

Os funcionários são selecionados através dos mais rigorosos padrões pelo Departamento de Defesa, que incluem investigações secretas sobre sua lealdade e ainda testes pelo detector de mentiras. Além disto, qualquer funcionário pode vir a ser dispensado sumariamente por decisão superior sem que lhe caiba qualquer recurso trabalhista.

Grande parte do pessoal que lá trabalha consiste em cientistas, engenheiros e técnicos em línguas estrangeiras e de modo geral são selecionados ao terminarem as universidades.

A Agência trabalha em três grandes ramos, a saber:

- O maior de todos denomina-se Seção de Produção, ou PROD e encarrega-se das informações de comunicações. Por isto entende-se a criptoanálise, análise de volume de tráfego e análise de texto claro. Grande parte deste serviço é feito por máquinas como radares, sistemas de controle de mísseis, satélites artificiais e computadores especiais. Para isto dispõe de cerca de 2.000 posições de interceptação por todo o mundo. Os seus criptoanalistas de primeira ordem, aqueles que realmente pesquisam e encontram soluções são cerca de 200 e trabalham em equipes. Acredita-se que a NSA decifre sistemas de todas as nações;
- Outro ramo é a seção de pesquisa e desenvolvimento, que estuda novos princípios de cifragem e novos métodos de transmissão;
- O terceiro ramo destina-se à segurança das comunicações e é o COMSEC. É responsável pela proteção das comunicações secretas do governo. Para isto, prescreve ou aprova os sistemas que cada órgão deve usar e como devem ser usados. Elabora a doutrina de segurança criptográfica e supervisiona a sua execução.

Produz ou controla a produção de todo o material criptológico (incluindo equipamento criptográfico, instruções, peças sobressalentes e material complementar) para todos os usuários, inclusive Forças Armadas; controla ainda o emprego e proteção de todo este material, bem como sua retirada de uso. Estuda ainda cada criptosistema proposto para determinar quão seguro ele é, isto é, quantas mensagens poderão ser enviadas por ele sem mudança de chaves, obtendo-se a segurança desejada. Baseando-se neste estudo prescreve o período de mudança de chaves necessário a cada sistema.

A NSA é sem dúvida a maior e mais eficiente "câmara negra" de todo o mundo. Entretanto, é possuída por um país que por muito tempo relegou a criptoanálise a um plano bastante inferior. Foi preciso que Pearl Harbour tivesse ocorrido para que a consciência dos dirigentes dos EUA despertasse para a sua importância. Felizmente, não foi tarde demais, mas de qualquer forma, Pearl Harbour já tinha ocorrido.

Brasil

Partamos da hipótese que no Brasil não exista um órgão especialmente destinado à criptoanálise de mensagens, sejam de origem interna sejam de outros países. Admitamos ainda que o Exército, particularmente, não tenha um serviço a isto destinado, e também para a elaboração de sistemas para o seu uso, bem como ao levantamento da confiabilidade dos que hoje emprega; que não haja uma diretriz que regule a utilização desses sistemas pelos diversos escalões; que a maioria dos seus oficiais não tenha conhecimento de quanto tem sido influenciado o curso da história pela ação da criptoanálise.

O que poderia ser feito a curto, médio e longo prazo para minorar e eliminar os problemas causados por esta situação hipotética? Passamos a alinhar algumas idéias neste sentido.

Necessitaríamos, sem dúvida, de um órgão que, em nível nacional, a exemplo do que ocorre com a NSA nos EUA e agências similares nos demais países coordenasse o trabalho das agências dos demais órgãos de governo, como os Ministérios Militares, das Comunicações, Relações Exteriores, Interior, Justiça, etc. . .

Este órgão, naturalmente, seria diretamente ligado ao Serviço Nacional de Informações e, sem que houvesse o perigo de vir ferir suscetibilidades, seria o responsável pela elaboração e *controle da execução da política brasileira de segurança das comunicações*, bem como abrigaria o órgão de criptoanálise mais elevado. Teria a palavra final na liberação de todos os elementos diretamente envolvidos neste tipo de atividade. Teria os mais completos registros sobre o assunto, uma vez que a ele seria enviada uma síntese do trabalho das demais agências e que a ela recorreriam para resolver problemas acima de suas capacidades técnicas e materiais.

Tal órgão recrutaria os elementos mais destacados na matéria e seria dotado de facilidades de processamento de dados próprios, fator indispensável a seu bom êxito.

Contaria com auxílio não só dos órgãos diretamente ligados ao governo como também, de maneira indireta, de outras entidades como aquela que congrega rádio-amadores, empresas civis brasileiras no exterior, etc. . . .

Poderia ainda coordenar e auxiliar associações não oficiais destinadas à descoberta e estímulo a pessoas com aptidões à atividade criptoanalítica, mediante a publicação de trabalhos e revistas, realização de concursos e intercâmbio. Isto daria lugar à catalogação de elementos aproveitáveis imediata ou remotamente.

Baixaremos agora um pouco de escalão, e conjecturemos sobre o Exército.

Parece-nos que o ponto de mais difícil solução na criação de um sistema de criptoanálise é justamente a seleção do pessoal com as características necessárias. O criptoanalista precisa possuir determinadas qualidades inatas sem as quais dificilmente terá sucesso. Precisa possuir aquilo que YARDLEY denomina "cérebro de cifra". Seria isto a capacidade da mente em realizar a operação psicológica básica da criptoanálise — o reconhecimento de um tipo de modelo, a integralização de um texto fragmentário a que nunca tenha visto antes.

Cada problema representa para ele um desafio, pois seu interesse reside não no que contém aquele texto, mas no ato de solucioná-lo. Deve possuir uma capacidade de concentração tal que o faça debruçar-se sobre a tarefa por horas a fio sem que a fome, sede ou fadiga venham perturbá-lo. Terá tão grande desprendimento que o faça entregar-se totalmente a uma tarefa que a priori está destinada ao total desconhecimento por parte de outras pessoas, até mesmo familiares. Sua paciência o fará recomeçar sempre que, após dias ou meses de trabalho estafante, chegar a um impasse. Naturalmente, será inteligente em alto grau. Finalmente, deverá possuir uma certa dose de intuição que até mesmo se aproxime do sobrenatural.

Convenhamos que este não é o tipo de trabalho que atraia a maioria das pessoas ou para o qual muitos sejam passíveis de indicação.

Por isso, a seleção teria que ser feita em um horizonte muito amplo para que alguns poucos possam afinal sobressair.

Durante a II Guerra Mundial os alemães faziam uma primeira triagem entre os universitários por meios de problemas de palavras cruzadas. Para tornar mais ativa a participação acenavam para aqueles que não conseguissem resolvê-los satisfatoriamente com o recrutamento para os Exércitos do Leste . . .

Parece-nos que uma forma atrativa e que apresentaria bons resultados consistiria na elaboração periódica de concursos sobre o assunto, os quais ofereceriam a todos os acertadores diplomas e prêmios, principalmente sob a forma de publicações estrangeiras especializadas, aos que mais se destacassem. Com isto conseguir-se-ia despertar o interesse entre aqueles que por natureza possuissem as aptidões necessárias e poder-se-ia cadastrar esses elementos.

Tais concursos poderiam ser difundidos até mesmo pelo "Noticiário do Exército" que publicaria periodicamente também sínteses de fatos históricos de relevância sobre o assunto.

Paralelamente a isto constituir-se-iam cursos para o desenvolvimento dos elementos mais aptos. Tais indivíduos poderiam pertencer a qualquer Arma ou Serviço, mas dar-se-ia preferência aos de Comunicações ou possuidores do Curso da Escola de Comunicações, tendo em vista a familiaridade com os sistemas de comunicações, o que lhes facilitaria a tarefa.

Vemos a possibilidade de criação de até três tipos de cursos diferentes. No primeiro ministrar-se-ia conhecimentos sobre criptoanálise dos sistemas de campanha, a lápis e papel e instrumentos mais simples. Uma excelente fonte de consulta

básica para tal curso seria a obra "Cryptanalysis" de Helen Fouché Gaines.

Os elementos que o concluíssem com aproveitamento ficariam automaticamente matriculados no segundo, a ser feito por correspondência, independentemente do local em que estivessem servindo ou seja, em órgãos ligados à criptoanálise ou não. Tal curso seria simples; consistiria na remessa a cada semestre, por exemplo, de um folheto com exposição dos últimos progressos, novas formas de solução de sistemas e proposta de resolução de alguns problemas. Isto serviria para manter, sem muito esforço, o interesse e a atualização dos "iniciados". O primeiro curso teria a duração de cerca de seis meses e ambos poderiam ser realizados na Es Com ou na Es N I, conforme a maior conveniência para o Exército.

O terceiro curso seria certamente realizado na Es N I, que congregaria nele elementos não só das Forças Armadas como também de outros órgãos de governo.

Nele seria ensinada a criptoanálise de mais alto nível, em que avultam em importância os sistemas diplomáticos. Os alunos seriam selecionados entre os que, tendo se destacado nos cursos anteriores, fossem aprovados por severa seleção por parte dos elementos de segurança.

De grande importância seria o aproveitamento de elementos egressos do IME, por sua excelente formação matemática, que é, em síntese, considerada a ciência basilar de qualquer trabalho criptoanalítico. O conhecimento de línguas estrangeiras é outro fator de enorme importância no assunto.

Na AMAN, na Es A O e principalmente na ECEME seria largamente demonstrado a seus alunos a importância do assunto por meio de exemplos históricos como aqueles a que nos referimos na primeira parte deste trabalho. Isto serviria para desenvolver o espírito de segurança das comunicações e daria aos futuros comandantes o justo valor que devem ter os códigos e cifras, impedindo que venham a confiar cegamente em algo que julgariam impossível de ser decifrado por um eventual adversário e ao mesmo tempo tornando-os receptivos à utilização do trabalho de seus próprios criptoanalistas.

As manobras deveriam se desenvolver com absoluto realismo no que diz respeito às comunicações. Nelas se constituiriam equipes de criptoanalistas que, sem dúvida, formariam uma figuração inimiga de inestimável valor, dando aos comandantes um quadro perfeito de possíveis fragilidades existentes em suas Brigadas, Divisões de Exército ou Exércitos.

O pessoal de criptoanálise seria lotado a partir do escalão Divisão de Exército, inclusive, com o valor de pelotão, provavelmente. Brigadas atuando isoladamente receberiam equipes ou grupos oriundos da Divisão para utilizá-los em seu proveito.

O escalão Exército teria, em princípio, um núcleo de companhia capaz de enquadrar vários pelotões.

Em períodos de paz os elementos usariam efetivos reduzidos uma vez que o adestramento seria mantido por correspondência. Seriam agrupados então por ocasião de manobras e exercícios periódicos.

Os que permanecessem nas funções especificadas de criptoanalistas desempenhariam suas funções normalmente ligados à 2ª Seção de seus escalões e a elementos de escuta.

Os possuidores do curso de maior profundidade estariam aptos a serem aproveitados na constituição da "Câmara Negra" brasileira ligados ao órgão máximo de criptoanálise do País.

Parece-nos que já esboçamos o que seria o sistema nacional, em geral, e do Exército, em particular. Maiores detalhes serviriam apenas para alongar este trabalho sem maiores proveitos.

Não temos dúvida que as características do TO Continental ou as condicionantes de um conflito nuclear obrigarão, quando de um possível emprego de tropas brasileiras, à utilização de forças de certa forma independentes, altamente móveis e largamente dispersas. Isto conduzirá a grande emprego dos meios-rádio de comunicações por parte dos contendores, quer em âmbito local, quer em ligação com os escalões superiores e mais recuados. E este grande emprego fornecerá um veio riquíssimo de informações por meio de criptoanálise que, se por um lado cumpre negar ao adversário, por outro urge que tenhamos condições de aproveitar. E como o sistema a isto destinado não é passível de improvisação necessária é que se crie desde logo tal sistema, para que tenhamos meios de manter a vantagem de invencibilidade que nossas forças armadas receberam dos que nos antecederam.

BIBLIOGRAFIA

1. BAUDOIN, Commandant. *Éléments de Cryptographie* — Paris — Éditions A. Pedone — 1946.
2. CARTIER, Raymond — *A Segunda Guerra Mundial. La Seconde Guerre Mondiale*, Paris — Rio de Janeiro — Librairie Larousse et Paris Match — Gráfica Editora Primor — 1970.
3. GAINES, Helen Fouché — *Cryptanalysis. A Study of Ciphers and Their Solution*, New York — Dover Publications, Inc. — 1956.
4. KAHN, David. *The Codebreakers. The Story of Secret Writing* — 7ª Ed. New York — The Macmillan Company, 1972.
5. NORMAN, Bruce. *Secret Warfare. The Battle of Codes and Ciphers*, Washington, DC. Acropolis Books Ltda. 1973.
6. SALOMON, Délcio Vieira — como fazer uma monografia. *Elementos de Metodologia do Trabalho Científico*, 4ª Ed. — Belo Horizonte — Interlivros — 1974.
7. SACCO, Général L. *Manuel de Cryptographie*. Traduzido para o francês pelo Capt J. Brés. Paris. Payot — 1951.
8. SMITH, Dwight Laurence. *Cryptography. The Science of Secret Writing*. New York. W. W. Norton and Company, Inc. — 1943.

9. VAN, Wehrty Rodolf. Tannenberg. Aout 1914. Traduzido do alemão para o francês por R. Jovan — 1ª Ed. — Paris. Payot — 1935.
10. YARDLEY, Herbert O. The American Black Chamber. Tradução e adaptação do Ten-Cel Cav QEMA Mario Orlando Ribeiro Sampaio — 1968.
11. CALVOCORESSI, Peter. Os Segredos da Guerra Concentrados na Estação X. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro — 1974 — Caderno B.
12. COLMENARES, Narses J. Estudio Probabilístico del Idioma Español — Caracas — Universidad Metropolitana — 1974.
13. MONOGRAFIAS e Trabalhos em Grupo — Rio de Janeiro — ECEME — 1976.
14. THE, Cryptogram. Bethesda, USA — American Cryptogram Association 1974, 1976.



ECONOMIA DE GUERRA (SEM GUERRA)

Paulo de Oliveira Reis

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN), é membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, onde realizou os cursos de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas e o Curso Superior de Guerra, Diplomado em Ciências Políticas e Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes, fez também o curso de Comando e Estado-Maior do Corpo de Fuzileiros Navais Norte-americano. Ex-Comandante do Centro de Instrução e Adestramento do Corpo de Fuzileiros Navais.

INTRODUÇÃO

O momento brasileiro apresenta uma série de circunstâncias que, incidindo predominantemente sobre a vida econômica, estão trazendo preocupações tais que recentemente tiveram sua caracterização como a de um quadro de economia de guerra.

Nosso propósito é analisar o assunto abordando-o sob três aspectos distintos. Inicialmente, tentaremos alistar sem maiores comentários as características gerais de um país que efetivamente esteja em guerra declarada, tendo como inimigo outra nação, fato que implicaria uma série de alterações amplas e emergenciais nesse país. Definidas as linhas amplas dessa situação de beligerância, analisaremos mais amplamente o caso atual brasileiro, no qual, inexistindo guerra, a conjuntura é de tal sorte adversa que impõe uma série de ações, medidas específicas e determinadas mudanças na vida nacional, as quais tentaremos caracterizar e que ensejam imaginar-se uma economia de guerra. Ao final, procuramos estabelecer o que pode ser esperado a curto, médio e longo prazos.

Classicamente, a conjuntura interna de determinado país, quando se concretiza uma situação de beligerância, implica, normalmente, ter havido um processo de preparo de mobilização durante o conflito.

Porém não é só o Campo Econômico que experimenta alterações profundas. O mesmo ocorre nos Campos Político, Psicossocial e, evidentemente, no Militar e a duração dessas alterações será maior que a própria guerra.

Todo o esforço nacional terá que se voltar para a vitória no conflito, mantendo assim os interesses vitais da nação. E em nome desses interesses terá que ser conseguida a necessária coesão nacional que incorporará enorme elenco de sacrifícios e privações por parte da população em situação de extrema emergência.

Quais seriam as modificações principais a serem verificadas nos campos a que nos referimos?

Em linhas gerais e sem abranger todos os aspectos, teríamos:

No Campo Político

- prevalência da Segurança Nacional sobre o Desenvolvimento;
- Intervenção estatal em grau variável, com restrição de liberdades;
- Prevalência do Poder Executivo, gerando menores franquias democráticas;
- estabelecimento de medidas impopulares; e
- minimização do debate público quanto a certas medidas imediatas.

No Campo Psicossocial

- necessidade de coesão nacional;
- neutralização de grupos de pressão;
- distribuição justa de sacrifícios;
- combate violento à especulação e ao mercado negro; e
- apelo intensivo à propaganda.

No Campo Militar

- busca intensiva de novas tecnologias;
- mobilização geral de pessoal;
- preparo e aquisição de armamento e material bélico em geral;
- incorporação intensiva às Forças Armadas; e
- controle das indústrias bélicas.

No Campo Econômico

- intervenção do Estado no Sistema Econômico visando criar estoque de matérias-primas, adaptando a produção às necessidades da guerra, controlando o consumo pela repartição dos ônus e impondo disciplinamento aos grupos econômicos;
- produção intensiva de bens e serviços para o esforço de guerra que implicaria mudanças no uso dos fatores de produção e relocação de mão-de-obra;

- limitação e restrição ao consumo pelo racionamento de produtos escassos e diminuindo, ou minimizando, a soberania e a liberdade de decisão dos consumidores;
- controle de lucros excessivos; e
- redução da tendência para novos investimentos.

Além desses, outros efeitos podem ser esperados, tais como: agitações, greves, má distribuição da mão-de-obra, lucros decorrentes de processos inescrupulosos, especulação de preços, deterioração do padrão de vida, crescimento da dívida nacional, entre outros.

De um modo amplo, este é o quadro clássico da situação de uma nação que se veja envolvida por uma guerra e os efeitos específicos nos Campos Político, Econômico, Psicossocial e Militar.

No quadro brasileiro presente, não há uma guerra clássica pela frente, nem perspectivas para tal. Assim, quais teriam sido as razões que levaram à criação da recente imagem de estarmos convivendo, ou necessitando de conviver com uma economia de guerra?

Evidentemente, trata-se de um chamamento psicológico.

Qual teria sido a intenção dessa atitude?

Respondidas essas indagações, que modificações e características deverá experimentar o Brasil nessa nova circunstância de guerra, sem guerra? Que perspectivas a curto, médio e longo prazos se podem imaginar? .

O Chamamento Psicológico

A resposta está na necessidade imperiosa de ser motivada a consciência nacional para a gravidade do problema, que, embora de caráter mundial, aflige nosso País de forma mais dramática pela carência que temos de petróleo próprio e a certeza de sua futura extinção. É importante ser lembrado o evidente grau de vulnerabilidade que hoje apresentamos, quer à luz da Segurança, quer à luz do Desenvolvimento Nacionais.

O Brasil vinha baseando seu processo de Desenvolvimento na certeza de uma energia barata, predominantemente oriunda do petróleo e que hoje representa 42% da energia primária utilizada no País. E devemos lembrar que 83% dessa energia é importada, gerando a grande vulnerabilidade já referida.

Todos precisam estar conscientes de que essas importações significarão este ano pagamentos, aproximadamente, de sete bilhões de dólares que, se somados a outros sete bilhões referentes a amortizações e serviços da dívida externa, superam as expectativas de exportações para 1979. E não podemos esquecer que também necessitamos importar bens e serviços diversos.

As estratégias a serem traçadas para a contenção da expansão do consumo

de combustíveis, para a reorganização do setor secundário da economia e para o combate à inflação, vão implicar pesados ônus à população brasileira. Haverá certo grau de insatisfação social, aumento de desemprego (inexistente num quadro clássico de economia de guerra), diminuição de taxas de crescimento, restrições de investimentos e falências e concordatas em níveis acima do normal.

O deslançar real do desenvolvimento brasileiro teve origem no setor secundário da economia, cujo segmento predominante, nos idos de 1958, foi a indústria automobilística. A consequência lógica, embora não racional, foi o crescimento da malha rodoviária desproporcionalmente às ferrovias e aos transportes marítimos. E esse petróleo barato — quase todo importado — comandou a montagem de uma infra-estrutura, a cada instante mais necessitada de petróleo. O setor transporte é hoje responsável por 45% do consumo de petróleo no Brasil.

O desenvolvimento industrial do centro-sul do País foi sendo processado com ampla utilização do óleo combustível como gerador de energia, cujo consumo crescia à medida que acontecia o "milagre brasileiro". A euforia justificada no incipiente, porém dinâmico, setor secundário deu origem a projeções ambiciosas baseadas, exatamente, em energia barata. Daí o superdimensionamento em alguns setores de indústrias médias e pesadas, resultando em capacidade ociosa e o não pleno emprego do fatores. Aproximadamente 34% de todo combustível consumido no País, é responsabilidade desse setor. Sua diversificação proporcional, hoje, variada gama de opções ao consumidor de produtos afins, o que é penoso em um país ainda pobre como o nosso. Como diz o Ministro Camilo Penna: "a nossa indústria evoluiu sem padrões e normas, conseguiram-se algumas muito boas, ou adotaram-se outras de diversos países em variedade caleidoscópica. Há exemplos gritantes de custos adicionais e desperdícios com os quais não podemos conviver".

Em paralelo com a problemática energética, a persistência de uma inflação renitente, em níveis incomodamente altos (em torno de 45% a.a.) reclama medidas corretivas imediatas, mais violentas que gradualistas.

Tal fato conflitará com os justos reclamos nacionais pelo pleno emprego da mão-de-obra, por investimentos maciços em infra-estrutura de serviços carentes e em programas sociais de vulto, como por exemplo habitação e saúde.

O dilema é real, pois redução de gastos públicos, dificuldades gerais de crédito, política monetária austera, desaquecimento certo da economia e conseqüente redução dos investimentos, contidos em uma política de combate à inflação, resultarão no não-atendimento das aspirações acima referidas.

A ampla gama de insatisfações a serem geradas incidirá, predominantemente, no Campo Psicossocial, onde, a par da injusta distribuição da renda nacional, existem carências de toda ordem, setoriais e regionais, ferindo em larga escala a dignidade da pessoa humana.

Daí o chamamento psicológico por uma economia de guerra (sem guerra) que afetará toda a sociedade brasileira, não importa qual classe salarial e de renda que se tome por referência. E as respostas ao problema terão que ser encontradas

dentro do Sistema Neocapitalista que é opção da nação brasileira. Deverá haver sacrifícios para todos, inclusive para aqueles que, egoisticamente, vêm transferindo, e gostariam de ainda transferir, sua própria parcela de sacrifício para aqueles já mais carentes.

Parece-nos que entramos na descendente do ciclo de Kondratiev, cuja inflexão de rumo só poderá ocorrer com o novo sucedâneo energético para o petróleo. Nesse aspecto nosso País, a despeito de seu estágio tecnológico, tem na biomassa, certamente, a possibilidade de resposta. O problema está — daí a “economia de guerra” — no intervalo de tempo a decorrer até sua total solução. Medidas corretivas amplas, violentas e dramáticas como se poderia imaginar, tendem a provocar inquietações políticas e sociais. *O ponto lógico e ótimo dessas medidas, com o qual se poderia conviver, é realmente o grande problema político.* De qualquer forma, não se avizinham tempos fáceis.

CARACTERÍSTICAS DESSE TIPO DE ECONOMIA

Pelo que já foi exposto, o caso brasileiro está caracterizado por dois problemas fundamentais: a carência e o preço do petróleo e a inflação. A referência feita à “economia de guerra” se deve à dramaticidade desses dois problemas.

As estratégias de combate aos mesmos não são difíceis de apontar. Os prazos para sua evolução é que tornam penosa a conjuntura atual.

Quanto à solução do problema petrolífero as estratégias poderiam ser: procura de fontes alternativas (resposta a longo prazo); aumento da produção de petróleo interno (sem prazo previsível) e a utilização plena das fontes existentes (a médio prazo).

As consequências óbvias da adoção dessas estratégias, em prazos diversos seriam: novos contratos de risco; ênfase tecnológica imediata na pesquisa energética e limitação das importações nos níveis de preços (e não volume) atuais.

Para o problema inflação, as estratégias são: reorientação mais seletiva com diminuição do ritmo de investimentos; controle de custos; controle de preços; controle do crédito e contenção salarial (todos em graus variáveis). E isso deveria ocorrer a curto prazo.

As consequências dessas estratégias, em prazos diversos, seriam: crescimento menor do PIB; reflexos impopulares; insatisfação social e desemprego em níveis mais altos (lembramos que não há guerra para absorver contingentes).

É claro que a gravidade das consequências acima guardarão relação de causa e efeito com a intensidade de adoção das várias estratégias.

Porém as consequências em outras áreas, na realidade, é que caracterizarão a “economia de guerra”. Assim, quanto à produção, é esperada uma reorientação do esforço produtivo, a busca do aumento de produtividade e a reorientação da mão-

de-obra. Para tanto terá que haver mudanças na estrutura em razão da atual ociosidade e superdimensionamento de certos segmentos; haverá diminuição na produção de bens supérfluos; maior racionalização na produção de bens duráveis; recessão variável no setor secundário e aproveitamento apenas parcial da mão-de-obra no setor primário e na agroindústria.

O consumo deverá sofrer restrições seletivas, ocasionando demanda suprimida em graus variáveis, mudança de hábitos, menor consumo conspícuo e situação de alguma escassez.

A vida econômica como um todo precisará de maior controle por parte do Governo, sem que, com isso, seja descaracterizada a livre iniciativa e a economia de mercado. Tal fato parece um conflito de idéias em si mesmo, porém o chamamento psicológico a que me referi terá que resultar na necessária coesão interna e identidade geral de propósitos.

O CURTO, O MÉDIO E O LONGO PRAZOS

Considerando que a dramaticidade da conjuntura atual ainda não sensibilizou a grande maioria da população que não parece responder ao chamamento psicológico, temos a impressão que a curto prazo haverá um iniciar de medidas internas, lento e gradual, que paulatinamente implicarão as consequências já referidas. Imaginamos o final do semestre atual e o primeiro de 1980 como um período de saída da perplexidade de alguns e da conscientização da maioria para a gravidade dos fatos. Concorrerão positivamente para isso medidas externas que sirvam de novos alertas, como por exemplo as recentes providências internas norte-americanas e suas consequências naquela região ou eventuais novos aumentos de preço no barril de petróleo.

A médio prazo, de dois a seis anos, imaginamos o auge de nossas dificuldades e todo um esforço interno para a superação dos óbices energéticos e os da inflação.

O preço a pagar será alto, pois o redirecionamento geral da economia em busca de novo ponto ótimo e utilizando novas fontes de energia significará menor crescimento e desenvolvimento interno. O quadro político-social deverá ser turvo, com grupos atuando no sentido de caracterizar o Governo como culpado por uma situação que este, na realidade, não criou. Haverá tendência de alguns para culpar o sistema econômico brasileiro e o regime político vigente pelos males que nos afligem e, obviamente, tal momento será aproveitado por grupos de cunho ideológico radical, de quaisquer tendências.

Se as medidas apontadas forem adotadas no curto prazo, e caso a situação internacional apresente um aceitável grau de estabilidade política, cremos que a solução de nossos problemas, até o final da próxima década será atingida.

Estaremos então em pleno ritmo acelerado de desenvolvimento, baseado em novas fontes de energia de origem interna e com tecnologia nacional. O setor

primário cumprirá seu papel de alimentar convenientemente a população e de gerar divisas. O setor secundário, com bases racionais de infra-estrutura, com o esforço produtivo reorientado para menor desperdício e com maiores índices de produtividade, retomará, juntamente com o setor terciário, os níveis de crescimento do índice da atual década.



OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA POR EQUIPES DE ARMAS COMBINADAS

1. GENERALIDADES

Trabalhando sob a cobertura da escuridão e seguindo a filosofia de que "se eles podem nos ver, podem nos matar", os engenheiros da 7ª Bda Eng e membros do VII Corpo de Armas Combinadas do Exército Norte-Americano concluíram que as operações de travessia de cursos de água podem ser conduzidas com sucesso e sem maiores dificuldades.

Em uma série de exercícios, durante o mês de abril de 1975, a 7ª Bda Eng realizou treinamentos de travessia de cursos de água e quatro Exercícios Táticos de Campanha (ETC) de travessia de cursos de água utilizando elementos de armas combinadas. Cada exercício teve a duração de três dias e foram realizados no rio Maine, perto de KITZINGEN — ALEMANHA. Os exercícios forneceram uma oportunidade única aos engenheiros e membros das equipes de armas combinadas para praticarem e desenvolverem técnicas de condução de operações noturnas de travessia de cursos de água, em um ambiente hostil. Ainda que surgissem alguns conceitos novos, muitas das lições foram ratificadas estabelecendo técnicas e doutrinas.

2. OBJETIVOS

Os objetivos dos exercícios eram tríplices:

- a) permitir aos engenheiros treinarem com todas as equipagens de pontes flutuantes do Corpo;

- b) exercitar as equipes de Armas Combinadas em uma situação que exigia limitado movimento diurno e executando uma travessia à noite, em movimento retrógrado;
- c) desenvolver experiências e aprender lições para ampliar a doutrina de travessia de cursos de água em movimentos retrógrados.

3. PREPARAÇÃO DO ETC

Na preparação do ETC, cada um dos 4 BE Cmb da 7ª Bda Eng foi submetido a 3 dias de intensivo treinamento com o equipamento de travessia de cursos de água. Os dias de treinamento foram longos e permitiram exercícios diurnos e noturnos. Durante a preparação cada unidade fez o máximo uso do treinamento integrado e dedicou um esforço maior às pontes pesadas – C1 60, M4T6 e a ponte Bailey M2.

Cada unidade estava consciente, no seu ciclo de treinamento, da importância da cooperação entre unidades de apoio e apoiadas. A cerrada cooperação então obtida, durante esse ciclo de treinamento, auxiliou todas as unidades a cumprir suas missões no ETC, com um mínimo de baixas.



O Exercício Tático de Campanha (ETC) visava empregar uma intensa, porém realista, utilização de todos os meios de travessia de cursos de água. Os engenheiros eram solicitados a apoiar travessias táticas de armas combinadas, no tempo real, baseado em um inimigo real e a situação das forças amigas. Os locais de pontes e de travessia de assalto disponíveis eram combinados com o atual número de veículos das unidades e planos táticos dos comandantes de áreas de travessia. Os árbitros, entretanto, limitaram o material de pontes àquele que estaria, normalmente, disponível em uma área de travessia, na zona do Corpo.

Cada situação foi preparada para uma unidade de travessia tática específica. Devido à variedade das unidades de travessia, desde um grupo de artilharia, um esquadrão de cavalaria até a infantaria mecanizada, cada local de travessia foi preparado para a unidade de travessia. Cada situação admitiu a perda da superioridade aérea, imediatamente após o rompimento das hostilidades e, cada uma, admitia uma travessia de curso de água em movimento retrógrado. Os comandantes táticos atuaram como comandantes de área de travessia (CAT) e foi exigido deles a preparação de Planos de Travessia onde eram construídas pontes na primeira noite e portadas na segunda. A operação das portadas foi imposta, por meio da retirada das pontes pesadas para a retaguarda, juntamente com a aproximação das forças inimigas. Cada CAT foi apoiado por um BE Cmb da Bda, mais uma Cia Pnt Flu. Em acréscimo, cada CAT foi apoiado por um Pelotão de Polícia para o controle do tráfego, uma unidade de Artilharia Antiaérea (mísseis Vulcan e Chaparral) e fumígenos de uma seção da Cia da Geradores de Fumaça. Para pintar realisticamente a falta de superioridade aérea, os CAT foram atacados por aviões de alta performance e mísseis de tipo Cobra.

5. ENSINAMENTOS OBTIDOS DO ETC.

a) Reação à perda da Superioridade Aérea

De todas as lições aprendidas, a reação à perda da superioridade aérea foi a mais interessante. A reação inicial das unidades de engenharia foi absterem-se de qualquer movimento ou atividade durante as horas de luz por medo de um ataque aéreo inimigo. Entretanto, a restrição de tempo e a pressão para o cumprimento da missão, forçou uma reavaliação. Como resultado, o trabalho foi realizado com uma vulnerabilidade limitada e apresentando, apenas, pequenos alvos (alvos que o inimigo não arriscaria perder um avião de um milhão de dólares). Mais tarde, a eficiência da Artilharia Antiaérea (bateria Vulcan/Chaparral) contra inimigo aéreo foi suficiente para aumentar a confiança de todos os elementos de travessia e os trabalhos foram realizados com poucas baixas. Após a primeira noite, quando a travessia foi concluída, utilizando apenas as pontes, os engenheiros tiveram que remover essas pontes e colocá-las ao longo do rio. Cada unidade de engenharia recebeu a missão de dispersar o material de pontes; entretanto, a dispersão realizada foi insuficiente. Devido à capacidade de carga de grandes bombas pelos aviões inimigos e a sua possibilidade de bombardear a intervalos regulares, as seções de pontes tiveram



que ser espalhadas e separadas numa distância mínima de 100 m e com intervalos irregulares. Outro artifício empregado foi a de montagem de seções de pontes e posterior camuflagem para simular uma ilha ou banco de areia.

As unidades de engenharia aprenderam cedo o valor da retirada de todos os veículos desnecessários do local de ponto, pois além de apresentar um alvo muito menor, facilitariam as operações pela redução do congestionamento na área. Em muitos casos, as viaturas retornaram para os depósitos de material de pontes. Uma linha de ação alternativa, sugerida pelo pessoal da FAe, foi a de estacionar os veículos formando figuras geométricas, próximo a uma vila. A detecção infra-vermelho poderia facilmente identificar as viaturas pelo calor dos canos de descargas contra o fundo frio da floresta, porém a imagem não seria visível contra a localidade. Entretanto, tais veículos tinham que ser movimentados ou bem camuflados antes de surgir a luz do dia.

Ao construir a ponte e conduzir a travessia sob condições de escuridão, alguns comandantes ficavam preocupados sob o ponto de vista de segurança e operacional. Seus temores eram infundados, visto que todas as quatro travessias foram conduzidas com sucesso, apesar da pouca luz. Luz difusa e lanternas manuais foram as únicas luzes usadas para construir as pontes e portadas pesadas. As portadas táticas leves e passarelas foram construídas usando apenas lanternas cobertas.

Como uma ilustração da disciplina de luz obtida, elementos do agressor que estavam a menos de 1 km de distância, não perceberam a construção de portadas táticas leves e passadeiras. Conquanto algumas luzes fossem visíveis dessa distância, o tipo de atividade permanecia desconhecido.

Com a disponibilidade de geração de fumaça, toda unidade estava pronta para fazer sua máxima utilização. Infelizmente, as restrições administrativas limitaram o uso a uma ou duas horas durante a manhã e tarde. As possibilidades de as unidades de geradores de fumaça criarem bruma em uma área provaram ser esta bruma tão eficiente como fumaça densa e permitiram no interior da neblina, melhores condições de trabalho de construção.

A fumaça, em geral, tem um efeito negativo nas unidades de Artilharia do tipo Vulcan/Chaparral porque elas são dependentes da observação visual para a detecção de alvos. Mais tarde, foi feita uma interessante observação pelo pessoal da FAe, no que diz respeito ao uso de fumaça e análise do terreno. Como o vale utilizado para a travessia era muito semelhante a um vale adjacente, a fumaça poderia ter sido usada somente no vale não utilizado, como uma finta. Esta finta teria permitido à Artilharia operar com visibilidade sem limitações, tirando proveito do ardil.

b) Doutrina de Transposição em Movimento Retrógrado

O exercício demonstrou, claramente, que uma travessia de curso de água em movimento retrógrado não é meramente uma transposição preparada ou imediata, em sentido inverso.

Os aspectos que merecem ser ressaltados são os seguintes:

1) Área de Travessia à frente do limite de retaguarda da Bda.

A indefinição na designação precisa do Comandante da Área de Travessia (CAT), nas operações de transposição de cursos de água, em movimento retrógrado, poderá induzir à criação de um novo Elemento de Comando. Para evitar problemas de Comando, o CAT, pela doutrina atual, poderá ser o próprio Comandante Tático. Isto evitará, também, que o Plano Tático possa ficar subordinado ao Plano de Travessia;

2) Área de Travessia além do Limite de Retaguarda da Bda:

Diferente da situação descrita acima, a área de travessia não se destina, apenas, para determinadas unidades. Às áreas poderão chegar unidades diferentes das previstas. Além disto, poderá haver muitas unidades atravessando em ambas as direções. Essas unidades poderão pertencer ou não ao mesmo Comando Tático. Portanto, pela doutrina atual, o CAT deverá ser atribuído ao Engenheiro responsável pelo local de travessia e não ao Comandante Tático. Esse Comando será exercido, apenas, durante a travessia ou até que a área seja abrangida pelo limite de

retaguarda da Bda (fique dentro da Área de Retaguarda da Bda). Os elementos de apoio deverão reforçar (PE e Fum) ou ficar em apoio direto (art AAe) durante todo o período de tempo em que existir a Área de Travessia. Caberá ao Eng/CAT estabelecer os diversos locais de travessia, dentro da Área Travessia, acomodá-los às várias unidades que atravessarão, em ambas as direções. O Comandante Tático, então, simplesmente, comunicará ao Eng/CAT quando ele deseja atravessar. Para este movimento, os eixos deverão ser desobstruídos com relativa antecedência, mas a determinação da hora exata da travessia, deve permanecer como uma responsabilidade do Eng/CAT. A localização do PC/CAT e as freqüências-rádio devem ter ampla difusão para as unidades que aguardam para atravessar.

c) Localização do CAT

A localização adequada do CAT e do Cmdo dos Elm de Ap, incluindo a engenharia, é importante para o controle de toda a área de travessia. Geralmente, todos os CAT envolvidos nesta série de exercícios localizaram seus PC na ZRFME (Zona de Reunião Final de Material de Engenharia) ou perto dos locais de travessia. Durante a travessia, muitos deslocaram-se para um local junto ao rio. Já que a maioria das travessias ocorreram em um único local, esta solução foi a melhor. Entretanto,





to, isto será desaconselhável quando houver mais de um local. Os comandantes de apoio tendiam a permanecer nos seus PC e permitir que os oficiais de ligação efetuassem a coordenação cerrada. Em apenas um caso, um comandante de engenharia optou por mudar seu PC para a mesma área do PC do CAT. A coordenação seria mantida, visto que a unidade possuía suficientes equipamentos de comunicações para manter um cerrado contato com seus próprios elementos subordinados. Tal como aconteceu, o efeito global foi prejudicial ao controle. Entretanto, a menos que o engenheiro seja o próprio CAT, o deslocamento do PC da Eng e dos elementos de apoio para junto do CAT não é recomendado.

d) Apoio de Artilharia

O apoio de artilharia foi incluído no exercício, mas, os CAT falharam ao integrar o apoio de artilharia em seus Planos de Travessia. O apoio de artilharia em uma operação de travessia de cursos de água em movimento retrógrado é essencial, particularmente durante as últimas fases da operação. A artilharia e minas esparsas espalhadas no terreno podem auxiliar consideravelmente os últimos elementos a transpor o rio e podem retardar o inimigo enquanto os engenheiros recolhem as pontes táticas ou destroem as equipagens e pontes remanescentes.

e) A Guerra Eletrônica e o Apoio de Comunicações

O grande número de aparelhos de rádio utilizados durante a transposição criou um problema de guerra eletrônica decisivo, que foi resolvido durante o exercício. A concentração e freqüência de uso foi controlada em parte mas, não, em alto grau. Entretanto, algumas medidas tomadas pelas unidades visando a reduzir as omissões foram significativas. Em um caso, uma instrução específica — CIOE — (Comunicações — Instruções para Operações Eletrônicas) foi preparada e assegurava a possibilidade de se transmitirem símbolos e freqüências para todos os elementos integrantes, em reforço ou em apoio direto. Outra medida foi a utilização de rádio em escuta durante a travessia. Para unidades operacionais foi concebível esse emprego, mas a Polícia do Exército teria que sacrificar o controle do tráfego, devido às restrições impostas. Como resultado, a PE, para cumprir sua missão de controle do tráfego, seria obrigada a usar a prescrição de rádio-livre. Uma terceira tentativa, e a de melhor resultado, foi a de regular os aparelhos-rádio para baixa potência, suficiente para cobrir somente a área de operações. A pequena capacidade de alcance dos aparelhos-rádio foi, também, utilizada nos locais de portada durante as horas de escuridão extrema, quando o tráfego tendia a ser desigualmente distribuído. Um rádio de baixa potência em cada local, controlado centralizadamente pelo responsável pelos trabalhos de engenharia, contribuiu significativamente para equilibrar o fluxo de tráfego. Finalmente, o uso de sistema fio nunca foi considerado apropriado, face ao grande número de veículos sobre lagarta e problemas administrativos para o lançamento do cabo.

6. CONCLUSÕES FINAIS

O exercício foi útil para enfatizar o papel do Engenheiro de Combate nas equipes de armas combinadas do VII Corpo. Ele influenciou até na designação dos objetivos das armas combinadas. O ETC permitiu a construção, em situação real, de pontes e portadas e forneceu experiência de como executar uma travessia com um grande número de unidades combinadas, incluindo a operação de travessia do lançador do míssil Pershing em uma ponte tática, pela primeira vez. O exercício de treinamento realizado pela 7ª Bda Eng foi, realmente, um exercício de transposição de curso de água, em estilo novo, num estilo a ser repetido muitas vezes com novos e melhores equipamentos e com novos conceitos doutrinários, que poderão ser aprimorados.

(Transcrição da Revista *The Engineer* — Dez 75)



O SISTEMA MILITAR DE ISRAEL

Pesquisa da Redação

CONSIDERAÇÕES GERAIS

ISRAEL, por suas características particulares, presta-se muito bem a um estudo de sistemas militares uma vez que as soluções encontradas para suas necessidades de Segurança, são salientadas em sua Expressão Militar e, conseqüentemente, em seu sistema.

A situação do país nos dá as necessidades e os condicionantes. A Expressão Militar desenvolvida nos dá as respostas.

ISRAEL é um país estreito, com 425 km de extensão e uma fronteira terrestre de 950 km, apresentando uma largura máxima de 110 km ao sul de BERSEBA. A área total, após 1967, é de 74.000 km², em contraste com os 2,2 milhões km² dos países árabes.

A maioria da população, de cerca de 3,7 milhões, está concentrada ao longo da costa do MEDITERRÂNEO; quarenta e cinco por cento dela e oitenta por cento da indústria estão reunidos em HAIFA e TEL AVIV que distavam, até 1967, 40 e 20 km, respectivamente, do ponto mais próximo da JORDÂNIA. Esta concentração próxima à fronteira, obviamente é um fator importante a considerar. Além disso, rodeado de nações que juraram sua destruição e são dezenas de vezes mais populosas, a desvantagem em recursos humanos é enorme (3,7 milhões x 125 milhões, no mínimo).

Geograficamente, pode-se dizer, ISRAEL é uma ilha judaica em um oceano árabe.

OBJETIVOS NACIONAIS

A consciência da ameaça árabe e até do mundo, a posição geográfica e política de isolamento, a falta de aliados fidedignos, tudo isso levou ISRAEL a uma percepção da realidade que se revela em seus Objetivos Nacionais. Em termos da Escola Superior de Guerra podem eles ser estabelecidos como:

- Soberania
- Integridade Territorial
- Progresso
- Integração Social.

O "Weltanschauung" de ISRAEL, se considerado como um Ator Nacional Racional, facilita uma explicitação daqueles objetivos.

A Soberania encara a continuidade do Estado israelense como a garantia da representação da Nação judaica no concerto mundial. Esta visão do mundo é mais produto, talvez, de uma consciência étnico-religiosa do que política, razão por que considera apenas a comunidade judaica como a única fonte segura de apoio externo. Os Estados Unidos da América, todavia, são vistos como mais sensíveis à permanência de ISRAEL no sistema internacional, já que as características da democracia americana facilitam a expressão das minorias étnicas e a opinião pública daquele país é fator de relevo na política nacional e internacional.

A intenção dos estados árabes, expressa sem rebuços, de eliminar ISRAEL do mapa valoriza, dentro da Soberania, as necessidades da Segurança Nacional e também o segundo objetivo, a Integridade Territorial. Significa ela, no dizer dos israelenses, a manutenção de fronteiras seguras, isto é, com exceção de JERUSALÉM, algumas perdas territoriais poderão ser aceitas. O importante é que não fique comprometida a situação estratégico-militar. A Segurança é mais relevante do que a Paz.

O Progresso é visto como desenvolvimento de uma economia duradoura que lhe garanta os recursos necessários à sobrevivência com o mínimo de dependência externa e a Integração Social se justifica em face da existência de cerca de meio milhão de habitantes que não são judeus e de que a própria população judaica apresenta muitos problemas sociais devido às diferentes origens e culturas representadas, apesar da mesma herança religiosa.

ESTRATÉGIA MILITAR

Embora não expressamente enunciada, deflui da explicitação dos Objetivos Nacionais israelenses uma atitude político-militar ofensiva como resposta a qualquer ameaça à Segurança Nacional e à procura de uma estratégia que proporcione os meios e modos de atingir os objetivos em consonância com aquela atitude. ISRAEL acredita, assim, que deve se basear predominantemente na aplicação violenta de sua própria Expressão Militar, antecipando-se a qualquer evolução maior das inúmeras

ameaças à segurança e sobrevivência do Estado. Quaisquer alianças políticas ou militares não deverão retirar-lhe a possibilidade de, ele próprio, decidir e poder aplicar as medidas julgadas necessárias.

Antes de 1967, a falta de profundidade territorial não permitia hesitações, dependência de entendimentos com aliados e, muito menos, qualquer conceito defensivo, devido à incapacidade de absorver um ataque inimigo sem sacrificar áreas vitais.

Após 1967, com o grande aumento de território sob o controle de ISRAEL, as "fronteiras seguras" amorteceram os impulsos ofensivos e o imperativo absoluto do primeiro golpe, sempre com "handicap" político, foi abrandado para a categoria de alternativa.

O grande desgaste econômico e psicossocial com a guerra de atrito no canal de Suez, o chamado "Conceito" dos serviços de informações de que os países árabes só atacariam em bloco e quando tivessem condições ótimas, e a mobilização parcial de maio de 1973 considerada como hiper-reação acresceram-se à maior confiança nas fronteiras seguras e levaram à situação angustiosa do YOM KIPPUR. Os dividendos políticos esperados com o fato de passar de agressor a agredido não surgiram e, pelo contrário, a estratégia econômica árabe levou o país a um maior isolamento internacional. As Forças Armadas sofreram grandes perdas em pessoal, carros e aeronaves que poderiam ter sido menores, se mantida a concepção antiga.

O natural seria a volta à atitude da iniciativa militar a qualquer preço.

A conjuntura evoluiu bastante, no entanto.

Às grandes perdas de material de guerra somou-se o fato de que ISRAEL, para enfrentar os materiais de tecnologia avançada fornecidos aos adversários, teve de adquirir semelhantes e postergar suas aspirações de maior independência no setor. Os Estados Unidos da América, agora com maior capacidade para pressionar, forçados pela crise energética e acontecimentos do IRÃ a solucionar uma ameaça à segurança da área vital a seus suprimentos de petróleo, conseguiram dobrar os dois contêndores mais sacrificados na luta, ao preço de concessões e substancial auxílio econômico.

O relaxamento da tensão com o EGITO não significa, contudo, o abandono da premissa, do restante do mundo árabe, de que ISRAEL não deve existir. O Estado israelense, em consequência, continuará a apoiar-se pesadamente na Expressão Militar e vendo seu preparo e aplicação como tarefa prioritária, que envolve toda a nação, porque é um imperativo dramático de sobrevivência. Pouco será negado às Forças Armadas e delas esperar-se-á, como sempre, resultados rápidos e decisivos.

O Estado, embora com apenas trinta anos de vida, representa uma nação que pretende aglutinar a DIÁSPORA com a volta à SION e, talvez, não aceite a falência de seu projeto acalentado há mais de um milênio. Este permear da história quase religiosa na estratégia pode conduzir a linhas de ação até mesmo suicidas.

O SISTEMA MILITAR

Dentro da metodologia da ESG reduziremos a Expressão Militar de ISRAEL a um modelo que aproveite, dos fundamentos, fatores, órgãos e indicadores os que caracterizam e distinguem o sistema militar israelense dos demais.

Fatores Inespecíficos

Nas considerações iniciais já foram salientados os fatores geográficos que, encarados sob a ótica do tempo disponível e do espaço necessário ao sucesso das operações militares, impõem, ainda hoje, Forças Armadas aprestadas e adequadas, agindo em questão de horas.

Do ponto de vista histórico, os judeus têm uma longa tradição militar que começou com os fatos da Bíblia, passou pelo indelével episódio de MASSADA, continuou com a milícia civil do retorno sionista e fortificou-se com as forças paramilitares subterrâneas, particularmente a HAGANAH (Defesa, em hebraico), que também desempenhou parte ativa na construção do Estado. A tradição se mantém com as guerras de 48, 56, 67 e 73 e com a permanente tensão com os países árabes.

A vontade de libertar-se da dependência estrangeira em material e armamento é facilitada pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, aliadas à grande flexibilidade e espírito prático. Os israelenses além de criarem armamentos próprios como o carro de combate MERKAVA, o avião ARAVA, os mísseis GABRIEL (SS) e SHAFRIR (AA), a sub-metralhadora UZI e o fuzil de assalto GALIL (baseado no AK-47 soviético) realizaram adaptações do material antigo que possuem. O carro de combate SHERMAN americano foi virtualmente reconstruído, com lagartas mais largas, motores "diesel" e um canhão de 105 mm, transformando-se no SUPER-SHERMAN. Com a obsolescência, estão sendo transformados em artilharia autopropulsada. Os caças MYSTÈRE (obsoletos) adaptados com turbinas americanas foram vendidos a HONDURAS. Os caças KFIR C2 oferecidos ao EQUADOR (\$4,2 milhões cada) são estrutura do MIRAGE com motores GE J79. A produção de armamentos já está voltada em 45% para o mercado externo e a exportação saltou de \$38 milhões em 1970 para \$340 milhões em 1976, o que ajudará a cobrir o déficit de vários milhões no balanço de pagamentos, ocasionado pela necessidade de manter-se em igualdade técnica com os países árabes.

O desenvolvimento científico e tecnológico possibilita, também, segundo alguns observadores, a capacidade de produzir armas nucleares. Um argumento a favor da sua utilização por ISRAEL é o chamado "complexo de MASSADA" (suicídio nacional) e o outro que, segundo o então Chefe do Serviço de Informações, Maj-Gen GAZIT, pelo menos alguns dos países árabes terão ogivas nucleares operáveis e seus sistemas de lançamento dentro de 5 anos.

As atividades estão centralizadas, ao que parece, nas instalações de DIMONA, mantidas sob o mais estreito sigilo e cujo espaço aéreo violado é a causa atribuída do ataque e destruição da aeronave de passageiros, que predispôs o mundo contra ISRAEL em 1973.

Doutrina Militar

A doutrina militar influencia a Expressão Militar ao estabelecer valores, conceitos, normas, métodos e processos que permitirão a organização, preparo e condução das Forças Armadas nas operações admitidas e previstas.

Admite ela, no caso israelense, que as carências em relação aos recursos humanos e ao território exigem a atitude ofensiva, e mais, o desencadeamento de um ataque, se caracterizada a ameaça iminente de agressão árabe. Após o desencadeamento, as operações deverão ser transferidas, no mais curto prazo, para o território do oponente. Deste modo, poderá ser obtida a profundidade estratégica necessária à flexibilidade da manobra e a minimização dos danos aos campos econômicos e psicossocial.

Isto, contudo, só será possível se a decisão e a vitória forem obtidas no menor prazo possível.

É o conceito da guerra de curta duração, imaginada como "uma guerra que dura menos tempo do que levaria para que a economia do protagonista fosse dizimada pela total destruição de sua sociedade civil, devido à completa utilização de seus recursos pelas forças de defesa da nação. Durante esse período, elas imediatamente assumem a ofensiva esperando poucos reforços e não parando nem para respirar durante o assalto. A força de defesa, uma vez engajada, deve prosseguir na luta até que a vitória seja alcançada. A não consecução desse objetivo significará derrota certa e rápida pelo desgaste".

Como corolário dessas idéias, as Forças Armadas devem ser mantidas em constante e elevado treinamento e aprestamento, apesar de que as carências econômicas e de recursos humanos impõem que fiquem baseadas em um sistema de reservas, cada cidadão um soldado, capazes de serem mobilizadas no mais curto prazo.

Em decorrência, ainda, a comunidade de informações e a Força Aérea têm um papel destacado.

A necessidade de superar a quantidade pela qualidade faz com que sejam enfatizadas uma grande motivação dada aos blindados e pára-quedistas, uma iniciativa operacional e liberdade de ação bastante grande aos comandantes e a preocupação com a minimização das baixas.

A estas idéias devem somar-se as de três destacados chefes militares: YIGAL YADIN, Chefe das Operações Militares em 1948 e do Estado-Maior de 1949 a 1951, MOSHE DAYAN e YITZHAK RABIN, bastante conhecidos no presente. YADIN estabeleceu o tríplice conceito do desbordar, ultrapassar e surpreender; DAYAN, o do "assalto pela força de vontade" para salientar a ação de liderança no combate, particularmente para oficiais; RABIN criou o "rolo compressor humano": a vitória só está completa quando o inimigo for esmagado; usar-se-á o ataque frontal com metralhadoras de mão, granadas e cargas de demolição.

A diretriz recebida pelos chefes militares pode ser sintetizada em: "Atacar sempre, inicialmente com surpresa, logo a seguir com pressão incessante, improvisando, aceitando riscos e nunca esperando pelos suprimentos".

Estrutura militar

A organização das Forças de Defesa de ISRAEL é mostrada no quadro abaixo.

O efetivo pode ser assim visto:

	<i>Carreira</i>	<i>Conscritos</i>	<i>Reserva</i>
Força Terrestre	18.000	120.000*	375.000
Força Naval	5.000	1.000	8.000
Força Aérea	19.000	2.000	25.000
Total	42.000	123.000	408.000
Nahal	5.000		
Guarda Fronteira	4.500		

* — Incluindo mulheres

A Força Aérea, como se conclui de seu efetivo da ativa, não pode à maneira da FT, basear-se em reservas. As missões que a doutrina lhe impõe exigem elevado grau de aprestamento, que ela mantém graças a seus pilotos, que são selecionados entre os melhores homens de cada convocação.

Em 5 de janeiro de 1967, com 500 aeronaves fez 3.000 sortidas e, praticamente, eliminou a Força Aérea dos países árabes; em 7 de outubro de 1973 fez vinte vezes mais sortidas que a VI Esquadra norte-americana pode realizar com aeronaves quase idênticas. Quando da destruição das bases egípcias em 1967, o treinamento, a audácia e a vontade de cumprir a missão eram tão grandes, que alguns dos caças foram atingidos pelos estilhaços de suas próprias bombas e nenhum simulacro egípcio foi bombardeado.

A Marinha é pequena, mas tem a distinção especial de ser a única nos tempos modernos a capturar um navio de guerra, em combate, pois, em 1956, após uma batalha aeronaval apoderou-se de um contra-torpedeiro egípcio ao largo de HAIFA.

Serviço Militar

O serviço militar é universal (judeus e drusos somente. Cristãos e Maometanos podem se apresentar voluntários), sendo de 36 meses para os homens, 42 meses para os oficiais e de 24 meses para as mulheres ("Chen"). Para estas ele é visto como Integrador, desenvolvendo sua autoconfiança e consciência cívica, além de contribuir para alterar a situação da mulher em algumas comunidades.

O treinamento prolonga-se até 50/54 anos para o sexo masculino e 25 para as mulheres. Compreende um dia por mês (ou três dias de três em três meses) sobre

armamento e serviço em campanha, e um mês por ano de exercícios intensivos de campanha (para os oficiais dura 5 a 6 semanas por ano).

Desta maneira, ISRAEL obtém uma reserva treinada de cerca de 90% de sua população masculina em idade militar e de cerca de 50% da população feminina, para quem há dispensas mais generosas.

Aqui é interessante salientar os programas GADNA (Brigada da Juventude) e NAHAL (Juventude de Pioneiros Combatentes) mantidos pela FDI.

A GADNA é uma organização voluntária para meninos e meninas de 14 a 18 anos de idade, que proporciona instrução nos moldes do escotismo, mas com maior ênfase no pioneirismo, agricultura e participação em projetos de serviço público. Setores especializados incluem atividades aéreas, navais e de comunicações. Embora a GADNA contribua para as FDI com a instrução preparatória paramilitar, sua maior colaboração está na assimilação de jovens de diversas origens e em incutir o espírito de pioneirismo e de serviço nacional.

A NAHAL é destinada a combinar o serviço militar com a preparação para uma vida agrícola em uma colônia coletiva, que é a meta de muitos grupos jovens israelenses. Os grupos selecionados desde o primeiro ciclo da escola (o nome GARIN, somente, dá idéia do propósito) após a instrução básica militar, recebem instrução agrícola ainda sob disciplina militar, seja numa colônia já existente ou em um núcleo de colonização fronteiriço da NAHAL, numa área muito exposta ou muito difícil para um povoamento normal. Esta é seguida por uma instrução militar avançada. Quando o período de instrução termina, o grupo NAHAL está plenamente instruído para incorporar-se a um estabelecimento agrícola coletivo já existente ou organizar uma nova colônia.

Isto é consequência da incorporação à doutrina do conceito de defesa de área. É baseado na experiência que demonstrou que colonos decididos com alguma instrução e armamento podem defender-se contra ataques árabes por longos períodos.

As FDI são ouvidas na seleção de locais para os povoamentos fronteiriços. Algumas vezes prevalecem as considerações militares com os consequentes ônus de subsídios oficiais para tornar a colonização economicamente exequível. Contudo, novos métodos de cultivo são criados para reduzir ou mesmo eliminar os subsídios especiais. Por exemplo, antes de 1967, a defesa do exposto corredor de JERUSALÉM foi reforçado com o estabelecimento de comunidades agrícolas nas colinas da JUDEIA, baseadas no cultivo de terraços. Novos aperfeiçoamentos no cultivo tornaram estas comunidades auto-suficientes.

O custo da defesa da área é baixo. As FDI fornecem o armamento, munição e instrução. O armamento compreendia principalmente armas individuais e coletivas leves. As colônias são organizadas para a defesa com reservas de suprimentos essenciais, fortificações de campanha preparadas e abrigos de pessoal, aparelhos eletrônicos, cercas com campos minados e pistas aradas para detetar pegadas. Sua missão é a defesa em posição para retardar e deter um ataque terrestre.

As defesas de área constituem elementos de economia de forças, que provêm segurança em regiões secundárias e liberam unidades militares para a ação ofensiva. Constituem, também, uma excelente fonte de informações.

Capacidade de mobilização

A incapacidade de dissuadir ataques árabes mantendo apenas as unidades da ativa ficou demonstrada em 1973. ISRAEL terá de mobilizar para dar credibilidade à defesa, mas as considerações econômicas não permitem que isto seja feito a qualquer arreganho árabe. A mobilização parcial de maio de 1973, ante pronunciamentos, exercícios e mobilizações mais ou menos intensivas da SÍRIA e do EGITO, custou 40 milhões de libras israelenses e, quando o período passou, foi objeto de severas críticas, considerada como "Hiper-reação". Em consequência, quando os árabes continuaram suas demonstrações em julho, setembro e outubro de 1973 criaram o dilema cuja solução — não mobilizar — não foi bem sucedida. O dilema permanece.

A mobilização dos 408.000 homens das FDI é possível de se realizar totalmente em 72 horas graças, em parte, ao conceito de defesa de área, graças, por outro lado, a uma preparação minuciosa. A mobilização se realiza por áreas, por Brigadas, que possuem sua própria linha de fronteira, depósitos de unidades onde o equipamento é mantido em prontidão e zonas de ação onde já treinam e inclusive conhecem praticamente toda a topografia.

Exercícios de mobilização são realizados por avisos codificados ou por notificações individuais através da cadeia de comando. Em 1967, ouviram-se no rádio nomes como: Amor de SION, Raspada, Homens trabalhadores, Corrente alternada, Janela aberta, Bons amigos etc. Jovens correram aos lugares secretos; veículos de lavanderia, de sorvete, táxis, carros particulares etc. correram para os campos. Os carros de combate tripulados por um militar da ativa e completados com reservistas, que já estavam prontos com lâmina de barbear, escovas de dentes, capacete etc.

O sistema foi organizado por DAYAN, quando chefe do EM, entre 1953 e 1956, e permitiu que, em questão de horas, motoristas de ônibus estivessem rumando para o SINAI dirigindo carros de combate em unidades sob o comando de gerentes de banco e que o primeiro israelita a entrar em EL ARISH fosse um soldado em seu próprio carro particular vermelho. A fase dos tempos heróicos já passou com a sofisticação dos meios e processos, mas o retrospecto histórico dá uma idéia do espírito que anima a mobilização.

A desmobilização também é imediata. Tivemos oportunidade de assistir na Sociedade Hebraica, em 1968, conferência do Cel ARIEH CHACHAR, jovem chefe do EM de um dos comandos do SINAI onde, entre muitos, projetou um "slide" de uma unidade blindada, em formatura pouco aquém de SUEZ, abandonada por seu pessoal imediatamente após a vitória para retorno às atividades civis e aguardando o retorno aos depósitos.

Alto Comando

O pessoal de carreira forma um pequeno núcleo de oficiais e sargentos. Os oficiais são recrutados nas fileiras e servem sob contrato, renovável de três a cinco anos. A seleção é rigorosa e a promoção altamente seletiva, particularmente aos postos de coronel e superiores. Os oficiais são avaliados quanto a controle e liderança, lealdade e responsabilidade no cumprimento das missões, capacidade de antecipar-se e reagir a situações incomuns, trabalho de equipe, estabilidade sob pressão e em situações especiais e profissionalismo. Há, no entanto, forte indicação de que a reputação pode ser mais forte que o sistema formal de avaliação, que é considerado apenas um meio de julgar as qualificações e não desempenha grande papel na promoção ou outras ações de administração de pessoal.

Como a maioria dos oficiais da ativa tem apenas instrução secundária quando convocados, é feita previsão para capacitá-los a obter educação universitária em ISRAEL ou no exterior, e para freqüentarem escolas militares estrangeiras.

A capacidade de liderança dos oficiais é notável. O Gen S.L.A. MARSHALL, autoridade mundial no assunto, atribui, entre outros, os sucessos de ISRAEL à "ampliação dos limites da ousadia militar". A percentagem de baixas de oficiais é elevada: a maior do mundo. Em 1967, as perdas de oficiais foram de 25% quando as das FDI, em geral, foram de 10%. Em 1973 foram: 2.521 militares e 609 oficiais mortos.

Os números falam por si sós, mas, podemos acrescentar que, em 1972, quando da designação de nosso primeiro adido militar para ISRAEL tivemos oportunidade de ler as 33 únicas citações de combate das FDI com emoção de velho profissional. Os fatos relatados na concisa e simples linguagem castrense escapavam, às vezes, aos limites da credibilidade, tal o valor e a audácia demonstrados. Quase todos eram "post-mortem".

A juventude dos comandantes é considerada ímpar. DAYAN, falando da reunião de 2 de outubro de 1965 em seu diário diz: "em torno da mesa, assentavam-se os comandantes das FDI: comandantes regionais e chefes dos Corpos Blindados da Força Aérea e da Marinha. A maioria deles não passava dos trinta anos de idade". Em junho de 1967, RABIN, Chefe do EM, tinha 41 anos; HOD, Cmt da Faé, 40 anos; os Cmt das três áreas, 41 e 42 anos; os Cmt Corpos, 38, 42 e só um com 54 anos; os Cmt Brigada, 40 anos ou menos. Em meados de 1972, todos os generais em serviço ativo tinham menos de 50 anos. Na incursão a ENTEBE, o Chefe do EM, Gen MORDECHAI GUR tinha 46 anos, o Cmt dos Pára-quedistas e Cmt Geral da Operação, Gen DAN SHOMRON, tinha 39 anos e o Ten-Cel JONATHAN NETANYAHU, Cmt do assalto final, tinha 30 anos.

Moral

Finalmente, "last but not the least", o fator moral. No caso israelense deve ser considerado como um produto da coesão anímica que une uma nação que, após

séculos de vida errante e desagregada, encontra sua terra prometida e se vê acossada por todos os lados por inimigos que declaradamente querem eliminá-la do mapa. Se a isso acrescentarmos o cunho religioso da instalação do Estado e da existência nacional como centro de comunidade judaica mundial teremos alguns dados para explicar o elevado moral das FDI.

Alguns fatos podem realçar a idéia:

- Em 1967, quando JERUSALÉM foi bombardeada, a sinagoga do Centro Médico de HADASSAH, com vitrais de CHAGALL, teve um danificado. O artista escreveu da França: "Não me preocupam as janelas, só a segurança de ISRAEL; deixem que ISRAEL se salve e lhes farei as mais maravilhosas janelas".
- Às 10 horas da manhã do 3º dia foi conquistado o Muro das Lamentações, único vestígio do 2º Templo destruído, que há 1.897 anos era o símbolo da esperança e do desespero. O duro Cmt dos comandos que capturaram o Muro declarou: "Nenhum de vós, na vida, viu ou fez algo tão grande como no dia de hoje". Todos caíram de joelhos e choraram.
- Quando da conquista de JERICÓ, foram trazidas do Templo as históricas trombetas para que fossem tocadas na hora.
- Em 1969 tivemos oportunidade de conversar com um jovem executivo paulista de uma fábrica de material eletrônico. Fora chamado a ISRAEL dias antes do conflito de 1967 e, pára-quedista, lutara no passo de MITLA.
- Quando o Ten-Cel JONATHAN morreu na incursão a ENTEBE, seu nome marcou o espírito da nação. Para comemorar a incursão e promover fundos resolveu-se cunhar uma medalha que levou o nome do herói. Nomeou-se uma comissão de militares e artistas que encontraram solução belíssima dentro da diretriz recebida: com uma frase do Velho Testamento adequada. Ela foi encontrada: eles vieram dos céus.

CONCLUSÕES

Do modelo apresentado podemos concluir:

A disparidade de recursos humanos e econômicos, aliada ao reduzido espaço para a defesa, numa nação sob ameaça quase permanente impuseram:

- um serviço de informação de alto nível;
- um engajamento elevadíssimo da população na Segurança Nacional;
- um sistema militar baseado, na parte terrestre, em ampla utilização de unidades da reserva prontas para o combate, que permite dizer que a maioria das forças está de folga 11 meses por ano, mas exige-se um sub-sistema de mobilização altamente eficiente;

- a defesa de área, com aproveitamento de atividades civis;
- uma doutrina ofensiva que dá importância excepcional à Força Aérea e aos blindados;
- dentro desta doutrina, os conceitos de guerra de curta duração e ataque pré-ataque;
- uma busca de independência tecnológica e de auto-suficiência em material e armamento; e
- uma caminhada sigilosa para uma capacidade nuclear, a ser utilizada "in-extremis", mas com uma determinação que poderá conduzir ao suicídio do Estado.

As TSAHAL (sigla correspondente às FDI) respondem, em seus fatores de força e de fraqueza, às necessidades e condicionantes da situação de ISRAEL.



OS SUPERDOTADOS

Taunay Drummond Coelho Reis

General de Brigada Reformado, Psicólogo, exerce atividades profissionais no PRONTEL—SEAT, órgão do Ministério da Educação e Cultura. Realizou diversos estudos na área das Diferenças Individuais.

A adequada preparação e o sábio aproveitamento dos recursos humanos, constituem os mais poderosos fatores de progresso e riqueza nacionais. A Suíça e o Japão, pobres em recursos naturais, demonstram, de modo dramático e exemplar, essa verdade.

Dos 150 países, apenas cinco têm população superior à nossa. Em números absolutos, estamos em posição privilegiada, pois contamos, potencialmente, com mais superdotados que a grande maioria dos países.

Na medida em que formos capazes de preparar e aproveitar nossos superdotados, eles certamente irão fecundar nossas atividades e acelerar nosso progresso.

O presente trabalho, em boa parte fruto de compilação, tem também algumas idéias que, até o momento, julgamos originais, inclusive porque voltadas para problemas de sociedades em desenvolvimento como a nossa.

Entre os assuntos tratados, chamamos a atenção do leitor para os seguintes:

- O falso antagonismo entre os atendimentos que devem ser proporcionados aos infradotados e aos superdotados.*
- O falso preconceito de conotação patológica da superdotação, que tem raízes na fase pré-científica em que o problema começou a ser debatido.*
- O sentido de atendimento pelo critério do mérito que deve nortear o apoio, a preparação e o aproveitamento dos superdotados, particularmente, nas sociedades em desenvolvimento.*
- A necessidade de uma tomada de consciência, com relação à importância da linha filosófica que deve orientar a educação dos superdotados.*
- A conveniência de enfoque e abordagem globais do problema. Mesmo quando as ações possíveis forem parciais e lentas, nunca perder de vista a visão geral e a urgência.*

A maior riqueza de um país é seu povo, e os superdotados constituem a parcela mais preciosa dessa riqueza. Quanto mais cedo (idade e data) forem identificados, apoiados, preparados e aproveitados, melhor para eles e para a coletividade.

É oportuno registrar que, neste trabalho, o conceito é o mais abrangente. Inclui, entre outros, superdotados em qualidades morais, afetividade, equilíbrio emocional, liderança, criatividade, talentos artísticos, capacidade crítica, psicomotricidade, saúde, possibilidades físicas e quociente intelectual. Infelizmente, nem todos esses dotes podem ser tão facilmente identificados quanto os três últimos referidos.

A conceituação das várias facetas da superdotação deve ser preservada, aberta e dinâmica para, permanentemente, se beneficiar da evolução da cultura no tempo assim como de sua diversificação em decorrência de variáveis geográficas, étnicas, lingüísticas, éticas e outras.

O desempenho superior, singular ou múltiplo, depende da conjugação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e decorre de superdotação herdada e desenvolvida através de cuidados adequados com a alimentação, a saúde, a educação e a cultura.

Se Pelé tivesse nascido antes da invenção da bola não teria se destacado como jogador de futebol, por outro lado, não basta apoiar e ensinar futebol ao homem médio para que ele venha a jogar como Pelé.

Sócrates e Platão, há mais de 2.000 anos, e Fichte, há 150, já preconizavam a educação especial para os superdotados (SD). Galton e Wundt, na segunda metade do século passado, lançaram as bases da Psicologia Experimental. Binet, Stern, Hollingworth, Terman e outros, no primeiro quarto do século, contribuíram, de maneira fecunda, para o conhecimento do assunto.

No Brasil, desde a década dos anos 20, em Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Niterói, Rio de Janeiro e noutras cidades, patrícios ilustres conheciam praticamente tudo que ainda hoje prevalece e tratavam do assunto com discernimento e competência. Entre nossos precursores, encontramos Leoni Kaseff, Estevão Pinto, Lourenço Filho e Helena Antipoff. Seus seguidores vêm, através dos anos, acompanhando o problema. Nós mesmos tivemos nossa atenção e nosso interesse despertados para os superdotados, em 1958, pelos professores e alunos do Curso de Classificação de Pessoal, hoje, incorporado ao Centro de Estudos de Pessoal do Exército no Leme, Rio de Janeiro, com o nome de Curso de Psicotécnica Militar.

Os países desenvolvidos, possuindo estruturas de escolas de 1º grau que atendem a grande maioria da população infantil têm, normalmente, menos dificuldade em identificar cedo os superdotados e, subsequente, assegurar-lhes apoio para que não permaneçam analfabetos nem cheguem tarde às escolas, ou delas se afastem prematuramente. Identificados, apoiados e preparados, na época conveniente, seu aproveitamento, além de ocorrer com mais freqüência, fecunda, por mais tempo, as faixas superiores das estruturas hierárquicas, suprindo-as de pessoal da melhor qualidade. A nosso ver, essa situação tem contribuído, poderosamente, não só para gerar, como para aprimorar o desenvolvimento.

Há bons exemplos de tratamento adequado da questão, entre outros, na Suíça, Alemanha, França, União Soviética e Estados Unidos. O Professor J. Camarinha Nascimento destaca a Grã-Bretanha e o Japão como modelos. Nesses países, o bom atendimento aos SD tem gerado progresso, riqueza e aprimoramento da cultura, acarretando conseqüentes melhorias das condições gerais de vida.

Sarah Couto César em seu relatório sobre a 1ª Conferência Mundial sobre Superdotados — Londres, Set. de 75 — distingue, dentre os programas apresentados pelos países em desenvolvimento, o da Índia.

Um dos equívocos que, às vezes, inibe e prejudica uma política de identificação, apoio, preparação e aproveitamento dos SD, é pretender que se possa, ou se deva, executá-la em detrimento dos deficientes.

Seria desastroso, tanto para os deficientes como para os superdotados, estabelecer-se ou aceitar-se antagonismo entre os atendimentos que devem ser dados a ambos. Os recursos para preparar e aproveitar os SD, jamais deverão ser subtraídos dos destinados aos deficientes ou vice-versa.

A intensificação do apoio aos SD, é, não só prioritária como urgente e, em hipótese alguma, deverá ser exercida em detrimento de qualquer outro grupo, muito menos do dos deficientes.

Imaginemos, que, por falta de apoio a Braille, Montessori, Helen Keller, Piaget, Binet e outros, os deficientes não pudessem contar com os frutos específicos de seus trabalhos. Suponhamos que também não pudessem tirar proveito das obras de Pasteur, Beethoven, Santos Dumont, São Francisco de Assis, Buonarroti, Edson e demais SD que tanto enriqueceram o patrimônio de toda a humanidade. As vidas dos deficientes, seriam certamente mais pobres e menos felizes.

Com ou sem apoio, no futuro como no passado, os SD continuarão sendo os maiores responsáveis pela melhoria da qualidade de vida dos deficientes. Seu trabalho, certamente, será mais rendoso na medida em que isso for entendido. Talvez um dos veios mais ricos de apoio a nossos deficientes seja aperfeiçoar a preparação de nossos SD para que venham a ajudá-los. A história está cheia de exemplos comprovando que os SD merecem confiança.

Os países em desenvolvimento, por várias razões, têm-se visto na contingência de ter gênios analfabetos ou com pouca escolaridade. No Brasil, isso ocorre e explica o fato de testes para seleção de pessoal identificarem, freqüentemente, candidatos a funções modestas com elevado QI e nenhuma ou pouca escola. Se dispuséssemos de uma estrutura escolar maior e melhor, esses elementos estariam, provavelmente, se candidatando a funções de direção. Embora a situação esteja melhorando, precisamos levar em conta que a ampliação e a elevação da qualidade de nossa rede escolar — numa medida que permita atender a grande maioria de nossa gente — demandará, além de recursos humanos e materiais, tempo precioso. Essas limitações constituem, mais uma razão, para não retardarmos o atendimento dos SD, condicionando-o à solução de outros problemas.

Os países que estão desperdiçando gênios precisam ampliar e aperfeiçoar a identificação, o apoio, a preparação e o aproveitamento de seus superdotados com plena consciência de que é importante encontrá-los, o mais cedo possível, inclusive porque, antes dos doze anos de idade, sua necessidade de apoio é maior.

Desde o primeiro quarto do século e, principalmente, depois da década dos anos quarenta, dispomos de excelentes testes para identificação de SD, aplicáveis em populações de todas as faixas etárias, desenvolvidas, sub-desenvolvidas, urbanas, rurais e, inclusive, analfabetas. O empenho universal e louvável de aperfeiçoar esses instrumentos, deve constituir, também entre nós, atividade paralela e nunca fator de protelação de seu aproveitamento. Assim procedendo, estaremos seguindo o exemplo de sociedades de cultura avançada que, sem inibição ou pessimismo, vêm, de longa data, tirando proveito do rico acervo de testes que, com o passar dos anos, se torna cada vez melhor e maior.

É indispensável que, como qualquer criança, também a superdotada tenha uma dieta alimentar que lhe proporcione um desenvolvimento normal e evite perdas irreparáveis. Toda a vantagem hereditária de um superdotado pode ser anulada em decorrência de carências alimentares na fase de crescimento, período em que se torna dramática a importância de apoio, no que concerne à alimentação e à saúde, particularmente nos primeiros anos de vida, inclusive intra-uterina.

Como as demais crianças também a superdotada precisa de amor para desenvolver, em toda a plenitude, suas potencialidades afetivas, cognitivas e psico-motoras.

Nos países onde grande parte dos SD têm menos de 12 anos, (Brasil 1970 cerca de 34%) aumenta a necessidade de se tirar proveito das descobertas científicas relativas a essa faixa etária, principalmente, nas áreas de pediatria, psicologia e pedagogia.

É também importante apoiar os SD ao longo do tempo, a fim de que lhes sejam propiciadas oportunidades compatíveis, que permitam aproveitá-los na solução de problemas como, por exemplo, o de transferência e criação de tecnologia, evitando, inclusive, que venhamos a perder, para países menos necessitados, a contribuição de suas competências. Acresce que uma emigração contínua de nossos valores tenderia a fazer baixar, no futuro, o nível qualitativo genético do universo populacional brasileiro.

O conhecimento relativo a SD foi, numa proporção esmagadora, elaborado e acumulado nos países desenvolvidos, com base nas respectivas realidades. Esse acervo tem exercido e continuará exercendo, nos demais países, grande influência; esta, só poderá ser benéfica na medida em que os referidos conhecimentos forem utilizados com discernimento crítico, atento à realidade específica de cada um.

Como nação em desenvolvimento, nossos objetivos imediatos apresentam características peculiares. Precisamos assegurar o atendimento mínimo e, sempre que possível, o adequado, tendo sempre presente que nossos SD mais desatendidos estão entre os patrícios que não tiveram possibilidade ou não têm perspectivas de

frequêntar escola. Em conseqüência, precisam, pelo menos, ser identificados e escolarizados, para que, tão logo as circunstâncias o permitam, sejam integrados na clientela da educação especial.

Particularmente a níveis de 29 e 39 graus, a melhoria e ampliação do atendimento ao SD, através de um sistema de bolsas de estudo, rigorosamente baseado no mérito, constitui um dos mais eficazes instrumentos de uma boa política de apoio.

No que concerne a QI, até 3 desvios-padrão acima da média, os SD são bem aceitos pelos companheiros da faixa normal, assumindo, muitas vezes, posições de liderança. Mas, à medida que a diferença se amplia acima de 3 desvios, sua integração com os demais colegas, começa a encontrar dificuldades crescentes. Em decorrência dessa e de outras circunstâncias, que se revelam no exame e no atendimento das diferentes realidades, os especialistas variam na preferência pelo "enriquecimento", pela "aceleração", pelas "classes e escolas especiais" ou por outros métodos e combinações de métodos. Não obstante, são unânimes ao reconhecerem que qualquer deles é melhor que a omissão.

Embora não consideremos conveniente nos fixarmos na preferência por qualquer dos métodos de conduzir a educação dos SD, desejamos lembrar, àqueles que fazem restrições às "classes especiais" que a realidade já consagrou as "classes especiais para deficientes" e as "classes especiais para normais" o que nos leva, conseqüentemente, a considerar também válidas as "classes especiais para SD". Os educadores sabem que a homogeneidade, nas salas de aula, é benéfica e que concessões à heterogeneidade devem ser contidas dentro de limites toleráveis.

Quando as circunstâncias, conveniências e possibilidades aconselharem a "congregação" de superdotados em "classes especiais" deve-se tomar o cuidado de rejeitar o termo "segregação", de conotação negativa, que pode dar a impressão de preconceito com relação ao método.

Constata-se, entre os especialistas, notável concordância relativa ao tratamento da maioria das questões que compõem o mosaico da problemática dos SD; somos, portanto, de parecer que nós, os interessados, devemos, particularmente na fase que estamos vivendo, concentrar nossos esforços em desenvolver os setores sobre os quais há coincidência de pontos de vista.

No Brasil, autoridades, grupos e pessoas já acumularam, a respeito de superdotados, conhecimentos e experiência que precisam ser amplamente compartilhados, a fim de que se possa ajudar os responsáveis a mobilizar, coordenar e conduzir, operacionalmente, as ações nas abrangências, proporções e prazos devidos.

Temos observado, inclusive através da imprensa falada e escrita, a veiculação de textos negativos, pessimistas e dúbios, com relação ao superdotado e à superdotação, redigidos por leigos pouco informados, intimidando e desorientando pais, administradores, professores e os próprios SD.

Esse posicionamento negativo tem raízes num período inicial em que os estudiosos tentavam explicar a superdotação através de hipóteses subjetivas chegan-

SENTIDO DE ATENDIMENTO PELO CRITÉRIO DO MÉRITO

Heck	Conant	Torman	Hollingworth	+3	+3,09	+3,72	+4	+4,26	+4,75	Limite de abrangência sugerido por O desvio - padrão
+1	+1,04	+1,28	+2,33	+3	+3,09	+3,72	+4	+4,26	+4,75	O desvio - padrão
1:6,3	1:6,6	1:10	1:100	1:740	1:1.000	1:10.000	1:31.500	1:100.000	1:1.000.000	Proporção
15,87%	15%	10%	1%	0,135%	0,1%	0,01%	0,00317%	0,001%	0,0001%	Porcentagem
84	85	90	99							Acima do percentil
19.044.000	18.000.000	12.000.000	2.736.000	162.000	120.000	12.000	3.800	1.200	120	Nº de brasileiros (1979) (1)
120	121	126	140	160	162	174	180	185	195	GP-1 T C G E (2)
600	604	628	700	800	809	872	900	926	975	GP-1 C E A U (3)
115	116	119	130	145	146	156	160	164	171	Q I de Desvio ou de Afastamento (4)

(1) População brasileira em 1979: 119.670.000, cerca de 120.000.000 hab.

(2) Grau Padrão de Inteligência do Teste de Classificação Geral do Exército dos E.U.A. (TCGE), Média 100, (s) 20.

(3) Grau Padrão de Inteligência do Comissão de Exame de Admissão à Universidade E.U.A., Média 500, desvio-padrão (s) 100.

(4) Q I de Desvio ou de Afastamento, Média 100, desvio-padrão (s) 15.

do alguns, como Lombroso, a apresentar os SD até mesmo como aberrações patológicas. Na medida em que a psicologia passou a ser tratada cientificamente e os pesquisadores abandonaram o empirismo passando a utilizar observações sistemáticas e estatística, o conhecimento do assunto foi se tornando cada vez mais consistente.

Dados cuidadosamente acumulados, abrangendo grandes números, levaram as maiores autoridades na psicologia do SD entre as quais Terman, Hollingworth e Witty, para citar apenas três, a concluir que os SD, em média, como grupo, são mais equilibrados e maduros, gozam de melhor saúde física e mental, são mais desenvolvidos fisicamente e têm aparência melhor que os demais grupos. Os SD são, inclusive por definição, os melhores no que concerne ao fator ou grupo de fatores que estiver sendo considerado.

Na verdade, atletas, artistas, médicos, engenheiros, professores, executivos, cientistas, inventores, etc., quando revelam competência e desempenho invulgares, via de regra, são avidamente disputados por organizações as mais diversas, inclusive estrangeiras. Podemos pois concluir, com toda segurança, que pessimismo, com relação ao SD e seu futuro, decorre de desconhecimento do assunto.

Mesmo com recursos modestos, se obedecermos rigorosamente o "sentido de atendimento pelo critério do mérito", poderemos desencadear um ambicioso programa de apoio e preparação de superdotados. Basta que, na medida da disponibilidade de meios, eles sejam atendidos da direita para a esquerda de sua curva de distribuição. Com isso, em vez de um limite fixo rígido, estamos propondo um limite móvel que possa sempre aproveitar da melhor maneira, os recursos disponíveis.

Para facilitar a visualização e compreensão do atendimento proposto, elaboramos, como exemplo e em forma resumida, o QUADRO I que deve ser percorrido e analisado da direita para a esquerda.

Se tomarmos, por exemplo, a coluna encabeçada por $+ 4,75 \delta$ teremos a probabilidade de encontrar, 1 em cada milhão ou seja 0,0001% da população, cerca de 120 dos 120 milhões de brasileiros existentes em 1979, com QI de Desvio igual ou superior a 171.

Na medida que deslocarmos nossos limites para a esquerda, diminuirão os afastamentos em desvios-padrão (δ) e também os valores dos QI correspondentes. Consequentemente, aumentarão proporções, percentagens e número de brasileiros englobados pelos novos limites.

Tomando $+ 3,72 \delta$ como limite, teremos a probabilidade de abranger, aproximadamente, 12.000 patrícios. Com o limite de $+ 2,33 \delta$, abarcaremos cerca de 1.200.000 brasileiros.

Cada vez que pudermos avaliar e tabular qualquer agrupamento de fatores ou fator de aptidão humana, bem como definir suas gradações sucessivas, em termos de desvios-padrão da curva normal ou valores correspondentes a esses desvios, poderemos organizar novo quadro ou enriquecer o transcrito neste trabalho, com uma nova linha horizontal.

O quadro poderá também ser ampliado com novas colunas, anteriores, subsequentes ou intercaladas; inclusive, levando-se em consideração outras populações e, quando convier, a distribuição das mesmas por faixas etárias.

É importante levar sempre em conta que o distanciamento da média, em termos de desvio-padrão, constitui o termo de referência principal dos quadros aqui referidos ou sugeridos.

Neste trabalho, adotamos, de conformidade com a maioria dos autores, idéias de Galton segundo as quais, as freqüências de distribuição dos superdotados, nos diferentes graus, acompanham, aproximadamente, a curva de Gauss. Isso não impede que, na medida em que pesquisas identificarem dados novos, de caráter geral, ou específicos da realidade brasileira, introduzamos, adaptações enriquecedoras, em nossos quadros, tabelas e curvas.

Na página do GRÁFICO II, apresentamos as extremidades direitas das curvas normais de distribuição (de Gauss) para populações de 100 mil, 1 milhão, 10 milhões e 100 milhões de habitantes.

Nas superfícies limitadas pelo eixo horizontal e cada uma das quatro curvas uma pessoa ou grupo de cem pessoas está representado, graficamente, como indicam as respectivas setas.

Apresentamos ainda, na referida página, um quadro de distribuição, da população brasileira, por faixa etária, elaborado com dados do IBGE.

Nosso propósito, com esses quadros e gráficos, é ajudar os responsáveis pelo tratamento da questão, inclusive nas perspectivas estadual e municipal, a fazerem uma idéia concreta das grandezas relativas e absolutas envolvidas; os dados nelles contidos permitem um cálculo aproximado do número de superdotados por população e sua distribuição por faixa etária.

Face ao exposto, somos levados a concluir pela conveniência da tomada de medidas de caráter público e privado, que nos permitam ampliar substancialmente a preparação e o aproveitamento de nossos superdotados, em benefício deles e do país. Conseqüentemente, relacionaremos algumas providências que, somadas a outras, poderão contribuir para a solução do problema:

- Dar o melhor atendimento possível à educação especial dos SD, inclusive e, principalmente, ministrando-a de acordo com a filosofia proposta por Cristo na Parábola dos Talentos ensinando que cada um deve assumir e concretizar, tarefas compatíveis com os talentos que recebeu. Seu conteúdo foi reiterado por Stern na frase: "Gaben sind aufgaben" ("Dons representam missões"). A nosso ver, o maior benefício que podemos prestar aos SD é mostrar-lhes o valor dessa filosofia;
- Ampliar, no MEC/CENESP e através dele, a coordenação federal das ações relativas, fortalecendo as organizações que já tratam do assunto e encorajando as Secretarias Estaduais de Educação a ampliarem ou

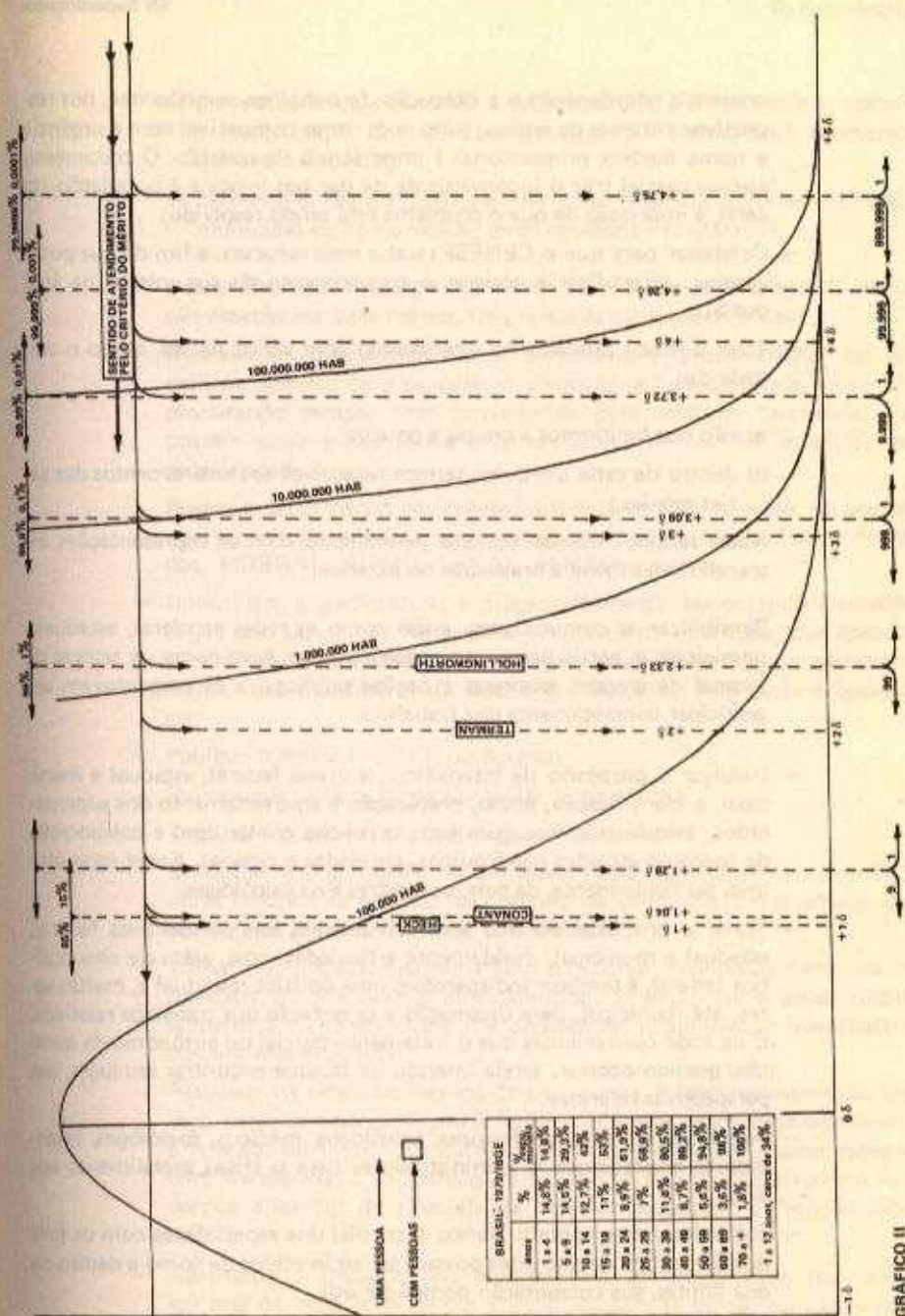


GRÁFICO II

criarem a coordenação e a execução de trabalhos semelhantes, nos respectivos sistemas de ensino; tudo num ritmo compatível com a urgência e numa medida proporcional à importância da questão. O tratamento apenas parcial traz o inconveniente de dar aos leigos e à população em geral, a impressão de que o problema está sendo resolvido;

- Colaborar para que o CENESP receba mais recursos, a fim de que possa ampliar, diversificar e acelerar o cumprimento de sua missão na área dos SD;
- Tirar o maior proveito do intercâmbio com vários países, tendo o cuidado de:

a) não nos limitarmos a um ou a poucos;

b) dentro de cada um deles, sermos receptivos aos ensinamentos das várias escolas;

Nesse sentido, manter contato permanente com as representações estrangeiras no Brasil e brasileiras no exterior;

- Sensibilizar as comunidades, assim como as redes escolares, estaduais, municipais e particulares, em todos os graus, bem como os setores de pessoal de grandes empresas e órgãos públicos, a se empenharem em participar concretamente dos trabalhos;
- Divulgar o propósito de intensificar, a níveis federal, estadual e municipal, a identificação, apoio, preparação e aproveitamento dos superdotados, informando que, para isso, se precisa contar com a colaboração de todos os escalões hierárquicos, entidades e pessoas. Entre estas últimas, particularmente, os pais, os mestres e os psicólogos;
- Tratar o problema do SD, simultaneamente, nas perspectivas federal, estadual e municipal, devidamente articuladas, pois, além de uma política federal, é também indispensável uma política, estadual e, muitas vezes, até municipal, para ordenação e orientação dos trabalhos relativos. É de toda conveniência que o tratamento parcial ou autônomo da questão, quando ocorrer, esteja inserido ou busque encontrar seu lugar, nas perspectivas referidas;
- Selecionar e treinar professores, psicólogos, médicos, sociólogos, orientadores educacionais e administradores para o eficaz atendimento aos SD;
- Estabelecer um contato franco e cordial dos especialistas com os pais dos SD, a fim de que estes possam ser esclarecidos de como e dentro de que limites, sua colaboração poderá ser útil;
- Fixar prazos para atingir objetivos numericamente definidos, como por exemplo:

- a) percentagem da população a ser pesquisada, por faixa etária, visando à identificação dos SD para freqüentarem escolas e/ou receberem Educação Especial;
 - b) percentil acima do qual os SD de determinada unidade da federação, município ou comunidade, serão apoiados e preparados;
- Desenvolver um sistema de bolsas de estudo que garanta aos SD educação especial ou, pelo menos, freqüência às escolas existentes;
 - Reexaminar, freqüentemente, as conclusões e recomendações dos encontros, seminários e congressos, nacionais e internacionais, sobre SD, procurando sempre tirar proveito de oportunidades favoráveis, que possam surgir e possibilitar a concretização do que foi concluído ou recomendado;
 - Buscar a participação das entidades que já venham fazendo ou possam vir a fazer, testagens em grande escala, como por exemplo: Forças Armadas, MOBRAL, PIPMO, SENAI, SENAC e outras;
 - Intensificar a participação e o aproveitamento das potencialidades do ISOP, dos Conselhos Nacional e Regionais de Psicologia, das Associações de Pais, Professores e Psicólogos e das Universidades, particularmente, das Faculdades de Educação, Medicina, Psicologia e Sociologia;
 - Publicar trabalhos sobre superdotados;
 - Reimprimir os bons livros, sobre SD, já esgotados;
 - Traduzir e publicar livros estrangeiros selecionados;
 - Encorajar a organização ou enriquecimento de bibliotecas, com boas obras relativas ao assunto, nas Secretarias de Educação dos estados, dos municípios importantes e nas Universidades;
 - Tomar providências visando a tirar o máximo proveito da destacada capacidade do SD para o autodidatismo. A importância dessa medida aumentará na razão direta das deficiências qualitativas e quantitativas dos sistemas escolares;
 - Pesquisar os estabelecimentos de ensino que, tradicionalmente, só têm vaga para uma percentagem inferior a 10% dos candidatos submetidos à seleção, no início dos cursos. Esses casos merecem exame, porque, com freqüência, a proporção de SD, entre seus alunos aproxima seus corpos discentes da clientela de "classes especiais" e "escolas especiais";
 - Aproveitar o trabalho dos superdotados, principalmente, nas tarefas em que os benefícios de sua atuação possam se tornar mais abrangentes, como em funções relacionadas com chefia, teleducação, pesquisa, energia atômica, computadores e outras;

- Pesquisar novos instrumentos, eficazes e de fácil aplicação, para identificação dos Superdotados;
- Providenciar para que as informações relativas aos SD, convenientemente tratadas pelos especialistas, sejam amplamente divulgadas, para que se possa antecipar a hora em que a questão, entre nós, passe a receber tratamento compatível com sua importância, dimensão e urgência;
- Prever, através dos currículos de Escolas Normais e Faculdades de Educação, orientação aos professorandos, concernente ao assunto, buscando o envolvimento de todos os educadores;
- Promover Seminários, Reuniões e Encontros, sobre SD, nas Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios importantes e nas Universidades;
- Congregar os interessados a emprestarem seu apoio à Associação Brasileira para Superdotados e associações regionais que venham a ser organizadas nas diferentes Unidades da Federação;
- Buscar a colaboração dos próprios SD na solução dos problemas relativos;
- Encorajar a criação de grupos de trabalho sobre SD nas Secretarias de Educação e Cultura, estaduais e municipais e nas Universidades;
- Promover a elaboração de um glossário sobre o assunto;
- Estabelecer os perfís profissionais dos especialistas que deverão dar atendimento aos SD;
- Providenciar a elaboração de currículos especiais para SD;
- Promover uma legislação que encoraje iniciativas favoráveis à identificação, apoio, preparação e aproveitamento dos SD e facilite a solução dos problemas relativos.

Antes de finalizar reiteramos, resumidamente, alguns pontos da maior importância:

- O grupo dos superdotados tem, proporcionalmente, mais saúde física e mental que os demais grupos;
- Seria desastroso, para os deficientes e para os SD, admitir antagonismo entre os atendimentos que devem ser proporcionados a ambos;
- Quando não for possível educação especial, deve-se proporcionar ao SD, pelo menos, a oportunidade de freqüentar escola;
- Carências alimentares, no período de crescimento, podem acarretar a perda definitiva da superdotação hereditária potencial;
- Enquanto as oportunidades de educação especial forem limitadas, os SD devem ser atendidos de acordo com o grau de superdotação, isto é,

- da direita para a esquerda de sua curva de distribuição, obedecendo-se, rigorosamente, o "sentido de atendimento pelo critério do mérito";
- O SD bem orientado e bem informado, provavelmente, será altruista e assumirá, com naturalidade e até mesmo com entusiasmo, cotas de responsabilidade compatíveis com os talentos que recebeu;
- A identificação dos SD, de mais elevada potencialidade, envolve a avaliação das aptidões, se não de toda, da maior parcela possível da população. Em consequência, fica, inequivocamente, caracterizada a necessidade do tratamento da questão a nível macro.

Finalizando, queremos registrar a convicção de que, o apoio adequado à parcela mais preciosa de nossos recursos humanos constitui mais solução que problema. Em benefício dela e nosso, essa sementeira de "solucionadores de problemas" merece ser cultivada com desvelo e aproveitada com sabedoria.

BIBLIOGRAFIA

- ANNASTASI, Anne. *Differential Psychology*. The Macmillan Company, New York, 1947.
- ANNASTASI, Anne. *Testes Psicológicos, Teoria e Aplicação*. Editora da Universidade de São Paulo — São Paulo, 1975.
- BRASIL-FGV. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. Vol. 28, Rio de Janeiro, abri./jun., 1976.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, *Anuário Estatístico 1978*. Rio de Janeiro, 1978.
- BRASIL-MEC. Centro Nacional de Educação Especial. *Educação Especial, Superdotados*. Rio de Janeiro, 1976.
- BRASIL-MEC. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nº 139*, Rio de Janeiro, jul./set., 1976.
- BRASIL-M. EX. Curso de Classificação de Pessoal, Notas de Aulas mimeografadas. Rio de Janeiro, 1958.
- DUNN, M. Lloyd, LUCITO, Leonardo J. e outros. *Crianças Excepcionais Seus Problemas Sua Educação*. Ao Livro Técnico S.A., Rio de Janeiro, 1971.
- ESTADOS UNIDOS, *The Journal of Creative Behavior*. Volume 12, Número 1, Primeiro Quadrimestre, 1978.
- KASEFF, Leonl. *Educação dos Supernormais*. J. R. de Oliveira & Cia. — Editores, Rio de Janeiro, 1931.
- KIRK, Samuel A. *Educating Exceptional Children*. Houghton Mifflin Company, Boston, 1972.

- NICK, Eva e KELLNER, Sheilah R. de O., *Fundamentos de Estatística para as Ciências do Comportamento*. Editora Renes, Rio de Janeiro, 1971.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia do Ensino Aprendizagem*. Editora Atlas S.A., São Paulo, 1977.
- PFORMM NETTO, Samuel. *Psicologia da Adolescência*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1977.
- PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação*. Livraria José Olympio Editora S.A., Rio de Janeiro 1976.
- PINTO, Estevão *O Problema da Educação dos Bem Dotados*. Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1933.
- RESEMBERG, Rachel Lea. *Psicologia dos Superdotados*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.
- STANLEY, Julian C., GEORGE, William C., SOLANO, Cecília H. *The Gifted and Creative. A Fifty-Year Perspective*. The Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1977.
- SZEKELY, Béla. *Los Testes*. Editora Kapelusz S.A. Buenos Aires, 1966.
- TEPLOV, B. *Recherches Psychologiques en URSS*. Editions du Progrès URSS. Moscou, 1966.
- TRUMAN, Lee Kelley. *The Kelley Statistical Tables*. The Macmillan Company. New York, 1938.
- VIVEIROS DE CASTRO, Lauro Sodré. *Pontos de Estatística*. Editora Científica, Rio de Janeiro, 1964.
- WITTY, Paul e outros. *The Gifted Child*. D. c. Heath and Company, Boston, 1951.



O IDEAL SOCIALISTA NÃO É COMPATÍVEL COM A LIBERDADE

Irving Kristol

Professor da Universidade de Nova York e co-editor da revista "Public Interest". Autor de vários livros sobre Ciência Política, entre os quais o mais recente é "Two Cheers for Capitalism".

A relação entre liberdade política e liberdade econômica não é tão íntima como alguns defensores do capitalismo afirmam. Mas tal relação é bastante real e de importância não muito pequena.

Assim, não é simplesmente verdadeiro, como se costuma ouvir, que uma economia de mercado gere — como por partenogênese — um sistema de liberdade política, com os indivíduos tendo direitos tanto contra o governo como no governo. Os fisiocratas do século XVIII, que inventaram o lema *laissez — faire, laissez — passer* eram eles mesmos partidários da monarquia absoluta — embora pensassem que este despotismo pudesse ser mais estável, mais próspero e, afinal, mais benevolente se não se imiscuisse nos assuntos econômicos, os quais eram governados por suas próprias leis, que nem mesmo o poder e a soberania de um monarca absoluto poderiam contestar. E em nosso próprio tempo, temos muitos exemplos de nações que combinam regimes políticos autoritários com economias predominantemente de livre mercado.

Aquilo que não é simplesmente verdadeiro, entretanto, não é sempre verdadeiramente falso. Embora uma sociedade liberal deva ter uma tradição política favorável a sustentá-la, uma economia dirigida pode contribuir de algum modo para a formação desta tradição. Uma destas contribuições é o desenvolvimento econômico, como testemunha a história de todas as nações capitalistas. Enquanto a maioria da população viver em miserável degradação, a liberdade não pode representar para ela o principal problema. Mais importantes podem ser as pequenas oportunidades que surgem de desenvolver aqueles traços de caráter — acima de todos a auto-confiança e a confiança mútua — que são indispensáveis a qualquer espécie de

regime liberal. (Sim, confiança mútua se os contratos não são honrados, e se cada contrato tiver que ser questionado o sistema falirá). E o modo de desenvolvimento econômico sob o capitalismo é peculiarmente propício aos propósitos liberais. Ele não apenas tira as pessoas da miséria como as habilita a sair, pelo próprio esforço, desta situação, e ainda ajuda a prepará-los, individual e coletivamente, para irem da dependência ao auto-governo.

Eis porque uma economia de mercado com suas liberdades econômicas muitas vezes acaba causando problemas aos regimes autoritários. Onde estes regimes são totalitários, os problemas são permanentes, agudos e orgânicos: uma economia de mercado permite às pessoas prosperarem indiferentemente da política — e isto é intolerável para um estado totalitário. Num regime não-totalitário, mas autoritário, a tensão entre o sistema político e a economia de mercado é menos aguda e pode ser mantida por longo tempo. Mas, uma vez que a economia de mercado tende a gerar um espírito de auto-confiança antes que de dependência, e também porque ele difunde riqueza (e a influência que sempre acompanha a riqueza) de maneiras totalmente imprevisíveis, ao mesmo tempo em que cria um “espaço” social no qual os dissidentes podem não apenas viver, mas prosperar, um regime autoritário nunca terá com a liberdade econômica mais que um compromisso experimental e pragmático.

Entretanto, é possível que se tenha um considerável grau de liberdade econômica com muito pouca liberdade política — ao menos por algum tempo. Mas a recíproca não é verdadeira. A liberdade econômica pode não ser uma condição suficiente para a liberdade política, mas é uma condição absolutamente necessária. Nunca na história do homem se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre — isto é, um sistema baseado na propriedade privada, no qual a atividade econômica normal consiste em transações comerciais entre adultos aquiescentes. Nunca, nunca, nunca. Não há exceções.

Por que isso ocorre? Bem, para existir um regime político liberal sem um sistema de liberdade econômica seria necessário existir uma espécie muito especial de cidadãos, com uma concepção muito especial de liberdade. Estes cidadãos teriam que ser especiais em ao menos dois aspectos cruciais:

1 — Eles não poderiam considerar o desenvolvimento econômico — ou, para ser mais exato, a prosperidade econômica do indivíduo — como um bem muito importante. Porque os indivíduos não prosperam economicamente quando não têm liberdade econômica. O Estado pode prosperar — pode tornar-se militarmente forte ou construir catedrais e pirâmides maravilhosas. Mas apenas onde os indivíduos verdadeiramente preferam a prosperidade do Estado ao invés de sua própria prosperidade é que pode existir a liberdade política sem a liberdade econômica.

2 — Eles teriam que partilhar tão fortemente um consenso de crenças e valores a ponto de as autoridades políticas encarnarem perfeitamente a vontade coletiva e, assim, não encontrarem resistência (mas apenas consentimento) em suas ações — as quais incluíam, por certo, a distribuição de cargos, de renda, de empregos, etc.

Esta espécie de cidadão existe? Sim — de certo modo. Pode-se achá-lo em monastérios, em alguns *Kibbutzim* israelenses, em algumas outras colônias religiosas aqui e acolá. Em todas estas comunidades, pequenas e integradas, o ideal de virtude — tanto individual como social — é tão dominante que ser um membro leal da comunidade exaure o verdadeiro significado de liberdade.

Mas note-se que estas são entidades sociais artificiais, integradas por um pequeno número de indivíduos auto-selecionados, que compartilham intensamente um elenco pré-determinado de valores. Tais comunidades existem apenas à margem das sociedades e são modelos completamente impróprios para sociedades maiores. Pois quando se trata com números mais elevados de pessoas, cuja maioria não tem de maneira alguma o desejo de se privar dos próprios interesses, e cujos valores e crenças não são nem homogêneos, nem mesmo inteiramente coerentes — então será absurdo pensar que o ideal comunal é relevante. Se alguém é, não obstante, seduzido por este absurdo, coloca-se então na posição de atrair pessoas para tal vida coletiva (apelando para seus interesses próprios), ou de coagí-las e, em qualquer dos casos, terminá-se com uma viciosa paródia do original.

Esta é exatamente a estratégia do moderno socialismo. Ele ambiciona estabelecer uma comunidade cooperativa, em bases nacionais, seja através do apelo aos apetites pessoais (promessas de imperturbável abundância), seja através da coerção. Em resumo, almeja criar uma comunidade socialista habitada por cidadãos que não são, sob qualquer sentido significativo do termo, socialistas.

Se estes ativistas socialistas são do gênero social-democrático, eles estão convencidos de que tão logo seu governo esteja planejando a economia todos receberão tão depressa os benefícios desta nova condição que haverá uma conversão em massa aos ideais socialistas. Falando cruamente (mas com justiça), eles acreditam em magia política — na transformação da realidade econômica e da própria humanidade por uns poucos idealistas que tenham o poder de decretar algumas simples reformas, como prescrevem suas teorias. Tudo o que acontece, de fato, como mostram claramente as experiências da Suécia e do Reino Unido, é que eles criam versões do estado capitalista, nas quais as pesadas burocracias interferem cada vez mais nas liberdades individuais — sem nenhum dos presumíveis benefícios do socialismo. A desilusão é o destino inescapável da social-democracia, desilusão que engendra uma luta mutuamente destruidora entre aqueles idealistas socialistas dogmáticos que querem prescindir completamente dos obstáculos constitucionais, e aqueles socialistas da ala direita que permanecem fiéis a alguns ideais liberais. O socialismo democrático revela-se uma composição inerentemente instável, uma contradição em termos. Todo partido social-democrático, uma vez no poder, logo se encontra oscilando entre a sociedade socialista a que aspira e a sociedade liberal que o criou.

Quanto aos socialistas não-democráticos — comunistas de um tipo ou de outro — eles têm um pervertido sonho platônico de que seu governo onisciente e absurdo transformará a condição humana pela doutrinação das novas gerações dentro das virtudes de um novo modo de vida. Mas doutrinar as pessoas é difícil, como qualquer rabino poderá dizer, e mesmo as novas gerações não são doutrinadas tão

facilmente como qualquer pai logo descobre. O comunismo, sempre e em todo lugar, acaba como uma pseudo ortodoxia, apenas com uma pretensão de consenso — uma pretensão mantida pela perpétua coação. Daí porque, se você pretende estudar seriamente o marxismo, estará perdendo o seu tempo se for à União Soviética, onde — depois de 60 anos de domínio comunista — ninguém nem mesmo finge estar interessado em marxismo, e onde nenhum livro sério sobre marxismo é escrito ou publicado.

O socialismo é um espécime mais ou menos exagerado de romantismo político, que propõe substituir uma complexa sociedade liberal por uma comunidade altamente simplificada, mas mais "humanamente autêntica". Em si e por si mesmo, este ideal não é desprezível. O que é desprezível é a asserção blandiciosa de que o ideal e os meios para concretizá-lo são compatíveis com a liberdade individual, como nós, ocidentais, a temos entendido por tantos séculos.

É verdade, que nos Estados Unidos de hoje não são muitas as pessoas que se proclamam socialistas. Mas o que agora passa por liberalismo está muito perto daquilo que se entende por social-democracia (ou socialismo democrático) na Europa. Como George Will observou, ao passo que o velho liberalismo do New Deal objetivava ajudar as pessoas a escolher o tipo de vida que elas desejam viver, o liberalismo recente está bem mais interessado em determinar — através de diretrizes burocráticas — o tipo de vida que se deve viver. Esta espécie de liberalismo somente pode acabar onde acabam os movimentos mais abertamente socialistas: uma sociedade onde a liberdade é propriedade do Estado e é doada (ou não) a seus cidadãos juntamente com outros "benefícios" contingentes.

(Transcrito de "O Estado de São Paulo")



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO

A. de Lannes

Dentre os muitos países hoje "libertados" pelo comunismo totalitário e ateu, CUBA completa vinte anos da tal "libertação".

Nesse período, um dos mais destacados comandantes de tropas de SIERRA MAESTRA esteve recolhido às prisões, condenado por "traição" ao comunismo que se instalou na sua pátria, por obra dos traidores da revolução que os democratas cubanos fizeram para derrubar Batista.

Agora, ao ser libertado, HUBERT MATOS, casado, quatro filhos, um dos quais, uma menina que jamais tivera a oportunidade de ver, declara que seu povo "perdeu muitas coisas a troco de nada ou quase nada".

Sua sobrevivência heróica, aos vinte anos de maus tratos e iniquidades — dezesseis anos incomunicáveis, nu durante quase 1 ano, celas de 1 metro de largura por 2 metros de comprimento, janelas lacradas, surras repetidas, costelas quebradas e um braço inutilizado, várias greves de fome, proibido de visitar o túmulo de sua mãe falecida durante o seu cativeiro — atinge aos limites de um verdadeiro milagre!

Ao chegar em COSTA RICA, acompanhava-o o velho pai, com 94 anos, que permaneceu em CUBA e havia prometido a si mesmo, reunir forças e manter-se vivo enquanto seu filho não fosse libertado. E, DEUS concedeu-lhes esta GRAÇA!

Até o último momento de sua saída de CUBA "libertada", MATOS foi vilipendiado, jogado no chão de um automóvel e pisoteado pelos zelosos guardas do castrismo.

No curso desses vinte anos, massacrado pelo obscurantismo cubano, HUBERT não recebeu a menor atenção dos habituais defensores dos direitos humanos, sempre atentos, quando se trata de defender terroristas marxistas-leninistas.

Os Comitês de Anistia e tantos outros grupos espalhados pelo mundo são sempre diligentes quando se trata dos comunistas, mas facciosamente calados, inclusive os "liberais" e "intelectuais" do BRASIL, quando os algozes são seus próprios patrocinadores.

A saída de MATOS, do "paraíso" cubano, após cumprir integralmente a pena imposta de 20 anos, bem mostra o que seja o regime cubano e estabelece um interessante fator de comparação quando regressam ao BRASIL, completamente livres e anistiados, inúmeros simpatizantes do modelo aplicado na pequena Ilha da rumba.

A propósito dessas duas décadas de regime comunista em CUBA, transcrevemos o artigo de HUGH THOMAS (L'EXPRESS), especialista em história hispânica e publicado recentemente no Caderno Especial do Jornal do Brasil.

A revolução cubana tem 20 anos. No último dia de 1958 Batista fugiu de Havana para um exílio dourado preparado há muito tempo. Em janeiro de 1959, Fidel Castro entrou na Capital cercado por suas tropas, fortes e sedutoras à primeira vista, compostas por jovens idealistas barbudos. Já se passaram 20 anos!

Uma vez que Castro tem-se mostrado tão interessado em exportar as lições de seus grandes feitos, seria interessante examinar de perto qual é realmente a sua obra revolucionária. A primeira pergunta que deve ser feita por qualquer investigador sério é: em que medida a obra de Fidel é realmente revolucionária?

Não existe aqui a vontade de imitar Tocqueville, que recusava os lugares-comuns sobre a importância da Revolução Francesa, mas simplesmente o reconhecimento de que as grandes características da economia cubana, não mudaram desde a década de 50. Certamente, como em todos os países comunistas, o Estado desempenha um papel determinante na economia. Mas o que continua a dominar a economia cubana hoje em dia, como em 1957, é o açúcar. E se qualquer coisa mudou foi no sentido de uma ampliação da monocultura. Em 1957 Cuba exportava mercadoria num valor total de 818 milhões de dólares, com uma exportação de açúcar no valor de 654 milhões de dólares, ou seja, cerca de 80% das exportações do país. Em 1976, último ano para o qual disponho de estatísticas precisas, o total das exportações cubanas chegou a dois bilhões 925 milhões de dólares, com uma exportação de açúcar no valor de 2 bilhões 590 milhões de dólares, ou seja, mais de 86% do total. Para 1977, a estimativa da exportação do açúcar é de 83% das exportações totais do país.

No início da história do regime castrista falava-se muito na diversificação da agricultura. Mas a partir de 1968, talvez diante da pressão dos soviéticos, é o açúcar que se beneficia de uma atenção prioritária e do grosso dos investimentos. Entretanto não se registrou um aumento importante das quantidades produzidas. Durante os últimos anos a produção de açúcar tem ficado por volta dos 6 milhões de toneladas, um ligeiro aumento em relação à produção média dos anos 50. Mas Cuba produziu 7 milhões de toneladas de açúcar em 1952 e 5 milhões de toneladas em 1925. A tecnologia moderna fez progredir o rendimento do açúcar nos cerca de 1,2 milhões de hectares que hoje em dia como na década de 50, são plantados com a cana-de-açúcar. O regime conseguiu introduzir máquinas para cortar cana, na medida em que os sindicatos se tornaram parte integrante da burocracia do Estado — uma vantagem para a economia, mesmo que se prefira não falar muito nisto. Mas não há dúvida que a Revolução não só manteve como também ampliou ainda mais a dependência do país em relação à monocultura do açúcar. E por esta única razão, sem se falar nas outras, a política externa cubana é tão dependente dos soviéticos, como antes era dependente dos americanos. Em 1977 quatro quintos do comércio exterior cubano foi realizado com os países do Comecon, com a URSS ficando com 60% deste comércio. São estes países que hoje em dia fornecem aos cubanos a quase totalidade de seus adubos, trigo, petróleo e das outras importações vitais. Calcula-se que a ajuda econômica da URSS a Cuba — excluindo-se a assistência militar — chegue a 5 bilhões de dólares nos últimos 15 anos (cerca de 1 milhão de dólares por

dia, em dólares de 1970, aproximadamente). A partir de 1972 Cuba passou a fazer parte do Comecon, e somos forçados a reconhecer que a orientação da economia cubana é determinada pelo que o Comecon deseja e não pelo que Cuba, ou os agricultores cubanos gostariam de produzir em outras circunstâncias.

Cuba nunca possuiu indústria, a não ser a do açúcar. O desenvolvimento econômico da ilha foi, desde 1959, o mais lento entre os países da região das Caraíbas. Tendo-se em conta a dificuldade de estabelecer estatísticas precisas, parece que a taxa de crescimento cubano não passou da média de 2,5% ao ano. Até mesmo a República Dominicana obteve um crescimento médio de 6% ao ano.

É verdade que algumas novas atividades industriais substituem este quadro pouco brilhante; particularmente a produção de aço, cimento e ácido sulfúrico. Cuba hoje em dia é o quinto produtor mundial de níquel. A metade de sua produção é vendida aos países do Comecon. Entretanto, mesmo o novo homem não pode viver apenas de aço; as rações alimentares modestas com que o cubano médio se deve contentar hoje em dia são aos olhos de um grande número de habitantes a marca de um fracasso pois no passado estas mesmas pessoas dispunham de alimentação muito mais variada.

O racionamento coloca Cuba muito atrás dos outros países da Europa Oriental, os quais são, por comparação, a verdadeira *terra das maravilhas*. Os próprios europeus do Leste são os primeiros a reconhecer. Um deles me fez esta observação na década de 60, uma época em que eu podia ir a Cuba quando queria. Passar de Cuba para a Hungria, por exemplo, como fiz uma vez, era como passar de um país onde se come como durante a pior época da Segunda Guerra Mundial a um país com uma sociedade de fartura.

Se nos voltamos para a situação política é preciso não esquecer que no lugar do regime de Batista, Fidel Castro fundou um estado onde ele mesmo é o *grande líder*, talvez vitalício. O novo Partido Comunista Cubano é pouco diferente, em sua organização, dos Partidos dos outros países comunistas e, com a importante exceção do próprio Castro, os seus dirigentes são hoje em dia, em sua maior parte, homens que já eram comunistas antes de 1959. Isto vale particularmente, e deve ser sublinhado, para aqueles que se envolveram diretamente nas recentes aventuras africanas de Cuba.

O Partido Comunista cubano ainda é hoje em dia muito menor, em porcentagem da população, do que os dos outros países comunistas. Ele compreende algumas instituições diferentes: por exemplo, os comitês de defesa da Revolução, um empreendimento que surgiu como uma espécie de rede de espionagem a nível de quarteirão (com a função de verificar se aqueles que deixavam o país entregavam seus bens ao Estado, segundo a lei, e não os distribuíam entre os amigos), e que se tornou finalmente o animador da ação cívica a favor do Partido. Quanto ao próprio Fidel Castro, parece mais lírico em seu estilo de liderança do que seus pares nos outros países comunistas. Ainda dispõe de uma corte de velhos fiéis — em sua maior parte homens sem ideologia, combatentes da época da guerra civil contra Batista — que lhe servem de confidentes ou de guarda-costas.

Além do estabelecimento de um Estado poderoso, o que aconteceu em Cuba? Pode-se dizer que o país foi transformado em um enorme campo militar. O elemento militar na propaganda do regime, na qual os dirigentes provavelmente acreditam, é muito mais evidente do que em qualquer outro país comunista. Castro certamente o apóia integralmente e declarou em 19 de dezembro de 1976: "Enquanto houver um revolucionário com um fuzil, nenhuma causa estará perdida".

Com o passar dos anos, este aspecto militar do regime vem-se reforçando, apesar de a ameaça americana pertencer claramente ao passado, apesar de nenhum outro país do Norte ou do Sul da América poder tentar modificar o regime cubano pela força das armas e apesar de este regime não possuir inimigos armados no interior de seu território.

Por seu simples tamanho as Forças Armadas cubanas — 190 mil homens mais 90 mil reservistas, 10 mil homens dedicados à "segurança do Estado", 3 mil guardas de fronteiras e 100 mil milicianos — constituem de longe as mais importantes da região das Caraíbas, excetuando-se as norte-americanas. Dos satélites europeus da União Soviética, só a Polônia possui forças mais numerosas, mas sua população é quatro vezes maior do que a de Cuba.

Ditaduras militares como a do Chile ou a da Argentina possuem muito menos homens e armas do que Cuba. Este poderoso exército é também a instituição mais importante da nação. E desempenha um papel chave na economia, fornecendo, por exemplo, a mão-de-obra suplementar para a colheita da cana.

As relações financeiras entre a URSS e Cuba no domínio militar são evidentemente secretas. Mas, na prática, as forças cubanas e a polícia são armadas, equipadas e treinadas pela URSS. É provável que Cuba tenha uma participação mínima nestas despesas.

"Quanto mais examinamos de perto este domínio", declarou Castro em 19 de dezembro de 1976, "tanto maior é nossa gratidão em relação à União Soviética, que nos forneceu estes armamentos notáveis (aplausos) e nos ensinou a utilizá-los... Graças aos esforços extraordinários dos cientistas, dos técnicos e dos trabalhadores soviéticos, estes armamentos não param de ser aperfeiçoados".

Consequência evidente: o exército cubano está intimamente ligado ao Exército Vermelho. E todo aquele que tiver a esperança de que Cuba dispõe de uma certa liberdade de ação na África, ou em outras partes, deve se lembrar deste fato. Temos até boas razões para acreditar que a URSS preparou o exército cubano com a idéia de se utilizar dele como o vem fazendo.

Existem algumas vantagens em viver numa sociedade militarizada; as realizações do regime em questão de saúde, serviços sociais e educação devem ser vistas dentro desta perspectiva. O regime cubano conseguiu nestes domínios certas condições que nenhum outro Governo latino-americano obteve. Em Cuba praticamente não existe mais analfabetos e o acesso à educação é universal. Na década de 50 um terço da população cubana não sabia ler nem escrever e apenas a metade das crianças em idade escolar freqüentava a escola. A maior parte dos cubanos possui um

médico por perto e não está longe de um hospital; coisa indispensável na década de 50, muito mais nos campos.

Mas para que serve este progresso e estas atividades? No passado os senhores de escravos cuidavam da saúde de sua mão-de-obra, assim como todos os proprietários cuidam de seus bens, por razões evidentes. Em Cuba as pessoas são educadas e cuidadas para servir à causa e a carregar a chama da revolução, para participar do "caravanará heróico" (segundo a expressão de David Caute), partir com o fuzil no ombro para onde manda o "chefe supremo". As pessoas que visitam Cuba às vezes ficam impressionadas com a moral dos médicos e dos professores que encontram. Mas esta é a moral de uma nação cujos dirigentes souberam simular uma guerra permanente pelo meio indireto de uma incitação à revolução permanente.

Eis um êxito da revolução cubana muito difícil de negar: o de sua propaganda entre aqueles que na Europa ou em outras partes sentem a necessidade (por uma série de razões) de agitar uma bandeira antiamericana, quando a encontram. As causas da impopularidade dos Estados Unidos eram numerosas mesmo antes da guerra do Vietnam: o ciúme desempenhou um grande papel; o ressentimento ante a chegada dos Estados Unidos ao nível de superpotência, no lugar da Europa; o temor da tecnologia americana; a apreensão ante a perspectiva de um estado mundial que os Estados Unidos, talvez infelizmente, nem mesmo ensaiaram criar.

Qualquer que seja a razão, o ódio aos Estados Unidos conduziu a uma atitude de incrível indulgência em relação a Fidel Castro. E isto continua. Não é necessário ir muito longe para encontrar alguns bons exemplos desta atitude: em 1961, o líder sindical britânico Clive Jenkins, visitando Cuba, perguntou a um miliciano se desejava eleições. "Ele me encarou e, segurando sua metralhadora, me disse: "Nós temos isto". Então, dadas as circunstâncias do momento (prossague Jenkins, utilizando um velho clichê) esta resposta me pareceu convincente".

É relativamente fácil visitar Cuba e chegar à conclusão de que o regime é popular. Mas muitas ditaduras deste século souberam dar essa impressão. Será que nunca aprenderemos que aquelas pessoas que o turista encontra evitam criticar o sistema na frente de qualquer um que possa traí-lo, seja por negligência seja de propósito? Precisamos ter em mente que, no período em que os cubanos tiveram possibilidade de deixar seu país, 640 mil pessoas o fizeram, além de cerca de 16 mil que empreenderam a fuga ilegalmente, embarcando clandestinamente ou nadando para a base americana de Guantanamo. Herói simbólico desta rota para o exílio é o surpreendente Armando Socorras que se escondeu no compartimento do trem de aterrissagem de um avião DC-8 que partia para a Espanha: sobreviveu às 10 horas da travessia do Atlântico para poder contar sua história.

Fazer uma multidão simular entusiasmo é coisa fácil. Já deveríamos saber hoje em dia até que ponto uma multidão pode ser manipulada. O número de cubanos independentes de espírito, adultos antes de 1959, e que — se pudessem ser encontrados — teriam o direito de esperar uma ajuda internacional, ou pelo menos um apoio moral, não pára de diminuir. Quanto à massa dos cubanos, é possível que o Governo tenha reconquistado sua popularidade depois de suas guerras africanas

curtas e vitoriosas contra adversários fracos. Mas como as famílias reagiram ao anúncio da morte de um pai ou de um irmão longe de casa, em nome de uma causa estrangeira totalmente ignorada por elas?

Quanto a esta questão, reservo meu julgamento.

Para descobrir entre os próprios cubanos o esboço de uma crítica às suas aventuras africanas seria necessária uma pesquisa que mostrasse mais coisas da criptografia do que da leitura. Sem dúvida um bom número de cubanos de temperamento fervoroso tem, em relação ao regime, aquela espécie de entusiasmo meio moral meio religioso que os alemães tinham pelos nazistas, maravilhados que ficam pelos talentos oratórios de Castro, enfeitiçados por sua habilidade, admirados ante sua capacidade de sobreviver, confiantes em seu "machismo" no cenário internacional, satisfeitos, enfim, com o pensamento de que os cubanos não mais encantam o mundo com seus charutos e sua música mas sim com o barulho de suas armas. Em suma, satisfeitos como certos italianos estavam sob o regime de Mussolini.

Dito isto, realmente Cuba me parece representar, mais do que qualquer outro, o primeiro regime fascista de esquerda, quero dizer: um regime tendo objetivos totalitários de esquerda definidos e perseguidos pelos métodos fascistas. Talvez isto tivesse surgido aos nossos olhos quando as pessoas que conheceram Fidel Castro no tempo de estudante, lembravam que ele passeava com uma edição anotada da "Mein Kampf" ou quando outros testemunhos recordavam que em Sierra Maestra ele lia as obras de Jose Antonio Primo de Rivera (o criador do movimento fascista espanhol — a Falange).

Hitler, no processo de 1923, que se seguiu ao *putsch* de Munique, declarou: "Vocês podem considerar-me culpado mil vezes, a deusa do tribunal eterno da História vai rir de vocês e reduzirá a mil pedaços o dossiê do promotor e a sentença desta corte. Pois esta deusa me absolve".

Em seu processo de 1953, Castro termina seu primeiro grande discurso com uma fórmula mais curta: "Condenem-me. A História me absolverá".



TRATADO DE REDUÇÃO DE FORÇAS

— Extraído do *Strategic Survey 1978*, editado em 1979 pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres —

Houve uma movimentação sem precedentes durante as conversações para o Tratado de Redução de Forças, desenvolvidos durante o ano de 1978, talvez porque tanto o Leste como o Oeste desejavam preservar a impulsão na busca de uma "detente" militar, no momento em que os entendimentos para a Limitação de Armas Estratégicas estavam deteriorados e as relações russo-americanas tensas. Em 19 de abril, os representantes da OTAN nas conversações de Viena fizeram uma nova e importante proposta e, em junho, o Pacto de Varsóvia emitiu sua resposta, calcada em seus interesses. A proposta Oriental revelava em seu texto a aceitação de algumas posições fixadas pelo Ocidente, a saber; os tetos estipulados incidiriam sobre o efetivo como um todo (princípio da coletividade) e não sobre o efetivo de cada nação; seria observado o princípio da paridade, ou seja, ambas as organizações teriam o mesmo efetivo; tais reduções de efetivo observariam um faseamento e as de material ficariam sujeitas ao princípio da seletividade. No entanto, a aparente identidade em termos conceituais encobria significativas diferenças nos pormenores, agravando-se o impasse a respeito de certos dados.

As estimativas do Ocidente, a respeito dos efetivos do Leste, excediam em cerca de 130.000 homens, àqueles constantes dos quadros de organização apresentados pelas autoridades orientais. Tornava-se pois extremamente difícil qualquer acordo, até que tal impasse fosse resolvido.

A proposta ocidental continha algumas concessões: não mais era exigida a retirada de uma tropa blindada soviética, de valor exército, desdobrada na Alemanha Oriental, sendo, em troca, aceita a retirada do equivalente a cinco divisões blindadas, incluídas as guarnições dos carros (em número de 1.700), de qualquer ponto

da região relativa ao texto das conversações (Esta área conhecida como NGA — sigla de NATO GUIDELINES AREA — constitui-se dos países do BENELUX, das duas Alemanhas, da Polónia e da Tchecoslováquia). Ao mesmo tempo o Ocidente aparentava ter concordado que todos os demais equipamentos militares relacionados com carros de combate não necessitariam ser retirados. De um certo modo, isto simplesmente removia certas aberrações contidas na posição ocidental. Fora previamente solicitada a retirada de grandes comandos completos (como o exército blindado) sem, no entanto, estipular quantas unidades poderiam permanecer, ensejando pois, desde que os tetos estabelecidos em pessoal e carros de combate não fossem ultrapassados, a perspectiva de que fôsse o exército blindado retirado, imediatamente reorganizado com uma nova roupagem e logo a seguir reintegrado a força. Porém a proposta de abril trouxe à baila o problema da retirada de tropas, numa tentativa de discernir sobre as implicações das duas linhas de ação — retirar grandes comandos completos ou um certo número em carros de combate e em homens.

Quanto ao faseamento das reduções, o Ocidente propôs uma fórmula complicada. Gonforme estabelecido anteriormente, a 1ª fase envolveria, exclusivamente, reduções nas tropas americanas e soviéticas (cerca de 29.000 americanos e 68.000 soviéticos). A 2ª fase compreenderia duas subfases; na primeira, os outros participantes realizariam cortes totalizando 40% do excesso ainda existente ao término da 1ª fase, em relação ao teto comum proposto de 700.000 homens. Na 2ª subfase os 60% restantes seriam retirados, momento em que soviéticos e americanos poderiam sofrer novos cortes. A fim de assegurar à URSS que os países ocidentais, especialmente a RFA, realizariam tais cortes, o Ocidente propôs que fôsse firmado um compromisso durante a 1ª fase, visando os dimensionamento das reduções a serem levadas a cabo na 2ª fase. Seria então decidida a forma pela qual as mesmas se processariam (por extinção de unidades completas ou reduções de efetivos em todas as unidades) — e se tal não chegasse a bom termo, as partes buscariam qualquer outro critério para realizá-las. Ao final do ano, o Ocidente fez um novo lance: a Alemanha Ocidental manifestou a intenção de, à margem do tratado, reduzir proporcionalmente seus efetivos.

O Pacto de Varsóvia, firmado em junho de 1978, tinha em vista a redução das forças soviéticas em 20.000 homens, 1.000 CC¹ e 250 VBTP². Por outro lado os EUA retirariam 14.000 homens, 1.000 ogivas nucleares, 54 aeronaves capacitadas ao lançamento de nucleares e 30 mísseis balísticos de curto alcance PERSHING (Em muito se aproxima da proposta feita pela OTAN em 1975 — "OPÇÃO III" — na qual seriam retirados 29.000 soldados americanos e o equivalente em equipamento em troca da retirada de 68.000 soviéticos e 1.700 CC). A 2ª fase conduziria à manutenção do efetivo da força terrestre em 700.000 homens, compreendendo cada subfase a redução de 50% do excesso existente. O Leste deixou de insistir na exigência de tetos específicos para cada país do Ocidente, propondo, desta feita, que nenhuma nação poderia absorver mais do que 50% das reduções de outrem ou

¹ Carro de combate.

² Veículo blindado de transporte de pessoal.

atingir efetivos superiores aos ora existentes. (A 30 de novembro, o Leste avocou o princípio da "coletividade": foi reintroduzida sua familiar proposta de congelamento de efetivos enquanto perdurassem as negociações, sendo que desta feita aplicar-se-ia às forças de cada lado desdobradas na região da NGA, e não a cada signatário do tratado de per si.). A proposta oriental, datada de junho, exigia também que o pessoal militar retirado não poderia ser substituído por civis. Diferentemente do Ocidente, o Leste incluiria na 2ª fase tanto reduções de pessoal como de equipamento.

As bases para um acordo agora existiam, no entanto, apesar da aparente convergência de ambos os lados, tal não seria facilmente atingido. Tornava-se difícil imaginar como as discrepâncias entre o Leste e o Oeste, no que tange aos números apresentados pelo primeiro, pudessem ser resolvidos sem um ou outro lado admitir um erro ou uma dissimulação deliberada, já que todas as tentativas em busca de uma saída tinham até então falhado. Enquanto os dois lados concordavam aparentemente sobre a natureza da tropa a ser computada, o Ocidente estimava que as forças do Pacto desdobradas na NGA totalizavam 935.000 homens; o Pacto continuava a afirmar que os números verdadeiros eram 805.000.

Durante o ano, dois fatos ligados à discussão sobre os efetivos intensificaram as divergências, colaborando talvez para aumentar a pressão sobre o Leste, não levando, no entanto, a qualquer solução. Ao início do ano, ambas as partes levaram à mesa de conversações os dados sobre suas forças, contendo o efetivo de cada nação, e desdobrado por unidades importantes ou não. Durante o outono, após muitos anos de estocadas do Leste, o Ocidente apresentou suas estimativas sobre as forças do Pacto de Varsóvia, observado o mesmo critério. Ficou evidente que a diferença básica entre as duas versões, a respeito das forças do Leste, residia no efetivo soviético estacionado na Polônia. Apesar das manifestações do Leste em busca do princípio da coletividade, o Ocidente, e, em particular, a Alemanha Ocidental, permaneceu preocupado com o fato de que a aceitação de tetos por nação, quaisquer que (embora aperfeiçoados), daria a URSS o "droit de Regard" sobre as forças ocidentais, especialmente sobre as da RFA. Por exemplo, à luz da proposta feita em junho pelo Leste à Alemanha Ocidental não seria facultado elevar suas forças aos níveis de redução pré-fixados.

Assim, se a França, que não participou das conversações de Viena, decidisse, unilateralmente, retirar suas forças estacionadas na área, não seria permitido à RFA preencher tal lacuna. Por outro lado, à URSS não seria negada a possibilidade de preencher, em até 50%, os claros decorrentes de qualquer redução levada a cabo por seus aliados (menos ameaçador), observados os limites de seu próprio teto. Enquanto, no papel, os EUA poderiam fazer o mesmo em relação às forças belgas, holandesas ou alemães ocidentais, poucos viam essa possibilidade como provável.

Tornou-se também evidente, no decorrer do ano, a crescente preocupação da OTAN com a possível influência que o Tratado de Redução de Forças pudesse exercer sobre a ameaça nuclear à Europa Ocidental criada pelos mísseis soviéticos SS-20 e outros sistemas não incluídos nem nas Conversações SALT, nem no pró-

prio acordo ora perseguido. O Ocidente sentia agora o risco de negociar armas nucleares por CC soviéticos, nos moldes em que as propostas de junho preconizavam. Desde que a OTAN externou sua proposta, em muito similar, no ano de 1975 (OPÇÃO III), a sua capacidade de defesa anticarro melhorara, e verifica-se também a modernização das forças nucleares soviéticas. Em 1978, por conseguinte, parecia insensato que se reduzisse a capacidade nuclear da OTAN, sem que restrições de mesma natureza fôsem impostas à contraparte. Além disso, tanto a OPÇÃO III como as propostas de junho de 1978 envolviam a retirada, por parte do Ocidente, de 36 dos 180 mísseis Pershing (com um alcance de 720 km) da NGA. Se a OTAN decidisse substituir esses por 164 mísseis Pershing IIXR, a fim de contrabalançar os mísseis SS-20 desdobrados na Rússia Ocidental, o Leste poderia valer-se disso para alardear que não estava no espírito das conversações retirar alguns mísseis e substituir os remanescentes por modelos mais sofisticados.

A limitação do tratado à área conhecida como NGA vinha progressivamente inquietando o Ocidente, particularmente a Alemanha Ocidental. Responsável pelo efetivo maior das forças terrestres da OTAN, a exemplo do que ocorre com a URSS no Pacto de VARSÓVIA, ver-se-ia, obrigada por força de sua condição geográfica, a licenciar algumas de suas tropas, para levar a cabo a redução exigida. As reduções impostas aos soviéticos, por sua vez, poderiam ser atingidas pela simples evacuação para a área ocidental da URSS e ante qualquer necessidade, o seu retorno seria rápido e simples. Por outro lado, qualquer retirada americana redundaria em cruzar o Atlântico.

Se a controvérsia de dados permanecesse como obstáculo, uma forma de se dar um impulso nas conversações seria focalizar mais explicitamente aquilo que no Tratado de Redução de Forças é rotulado de "medidas correlatas ou associadas". Talvez mais conhecidas pela expressão adotada na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação da Europa (Ata de Helsinki) como "medidas destinadas a fortalecer a confiança", elas servem a três objetivos, coincidentes em parte: aumentar a estabilidade e a confiança, evitar acordos calcados em embustes, e promover o direito de verificação.

Durante o verão e o outono, a OTAN discutiu um novo pacote de medidas destinadas a fortalecer a confiança, visando apresentá-lo ao Leste o mais breve possível de modo a enfatizar o interesse do Ocidente no assunto e complementar essa sua importante iniciativa. Essas novas medidas, apesar de originárias das Conversações de Helsinki, teriam objetivos mais amplos e de aplicação mais rígida. Tornariam tais medidas compulsórias (e não voluntárias, conforme previsto em Helsinki) e estender-se-iam a todos os participantes do tratado (e não somente aos EUA e URSS, conforme a proposta inicial do Ocidente). Reduziriam também o efetivo acima do qual os exercícios militares deveriam ser previamente notificadas (25.000 homens de acordo com as Conversações de Helsinki), bem como fixariam um período mínimo para tal notificação, estendendo tais medidas aos deslocamentos militares e às manobras. Por seu turno, o Leste poderia desejar a elevação dos efetivos empregados em exercícios, embora pudesse haver alguma discussão a respeito dos números reais; quando do encontro para a Revisão da Conferência de Hel-

sinki, levada a efeito em Belgrado, a OTAN reagiu ao teto estipulado, alegando a necessidade de realizar exercícios de maior vulto que o Pacto de Varsóvia (A série dos exercícios realizados pela OTAN em 1978, denominada "AUTUMN FORGE", envolveu mais de 200.000 homens).

Qualquer nova iniciativa do Ocidente no sentido de propor medidas para o fortalecimento da confiança incluiria por certo aquelas destinadas a admitir o direito de verificação, considerando tratar-se o mesmo como um dos pontos nevrálgicos do problema. No entanto, diferenças fundamentais entre o Leste e o Oeste mostravam-se difíceis de serem superadas. A União Soviética vem tradicionalmente relutando em aceitar medidas de verificação, julgadas demasiadamente importunas — observadores nos pontos de entrada e saída da região da NGA, inspeções locais e aéreas por razões bastante óbvias. Por outro lado, o Ocidente exigiria garantias de que as reduções acertadas e as retiradas seriam levadas à cabo, especialmente após os desentendimentos provocados pelos dados apresentados.

As perspectivas para um acordo em Viena poderiam ser julgadas, no todo, um pouco mais promissoras que um ano atrás.

O obstáculo mais gritante era ainda o problema dos números. Porém a convergência das facções era, em princípio, também importante e o principal passo, no caso, era a aceitação pelo Leste do princípio da paridade. A primeira declaração pública a respeito foi feita durante a Declaração Germano-Soviética, decorrente da visita de Breznnev a Bonn, em maio de 1978:

"Os dois lados consideram importante que nenhum deles deva procurar a superioridade militar. Partem do pressuposto de que a paridade e a igualdade são suficientes para assegurar a defesa".

Todavia, conforme as negociações de Viena haviam deixado claro, uma coisa é formular princípios, a outra é cumpri-los.

Dado o alto interesse público no Ocidente, a respeito do esforço militar soviético, tornar-se-ia impossível a qualquer governo do Ocidente aceitar um acordo que deixasse em aberto o problema dos números. Além disso, o modo pelo qual as reduções seriam realizadas — se pela redução dos efetivos em geral ou pela retirada de unidades completas — permanecia sem definição. A retirada de unidades afetaria mais provavelmente a estrutura defensiva do Ocidente do que a do Leste, mas a saída de unidades soviéticas completas da Europa Oriental teria um considerável impacto político. O que ficou evidente, após mais de cinco anos de negociações, foi que se nenhum acordo fosse obtido no decorrer do ano de 1979, o saldo das concessões até então conquistado acabaria por desgastar-se. A crítica à OPÇÃO III aumentava no Ocidente e crescia a preocupação com o desenvolvimento do poderio nuclear soviético. Os principais negociadores do Ocidente, os EUA e a RFA, defrontam-se com as eleições de 1980, o que não favorecia 1979 como um ano propício a um acordo de controle de armas com o Leste.



OS TERMOS DA PAZ DE PONCHE VERDE

Manoel Soriano Neto

Major de Infantaria cursando a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

INTRODUÇÃO

Recentemente, em face da decretação da anistia a punidos por atos da Revolução de 31 de Março de 1964, foram e estão sendo publicados, na imprensa, vários artigos sobre anistias concedidas ao longo de nossa História, com ênfase no que se refere à "Guerra dos Farrapos". Nesses artigos a figura do Patrono do Exército, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, com justa razão, é enaltecida e polariza todas as referências encomiásticas, particularmente por sua atuação patriótica na luta fratricida que ensanguentou o Rio Grande do Sul por quase dez anos.

Em verdade, a par das excelsas virtudes castrenses do "Pacificador", o seu espírito conciliador e magnânimo foi a principal razão para que republicanos ("farroupilhas") e imperiais, esquecendo suas dissensões, se reaviessem em prol do bento solo que os viu nascer.

Assumindo simultaneamente a Presidência da Província e o Comando das Armas lançou o Barão de Caxias uma célebre proclamação, cujo trecho mais candente a História registrou: "Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria que é nossa mãe — comum". E tal foi sua habilidade na condução da Pacificação da Província que, a 28 de Fevereiro de 1845, pode, finalmente, ser selada a paz entre brasileiros, os quais, mesmo nos momentos mais pungentes da luta, souberam sempre ter as vistas voltadas para o interesse maior do Brasil, como tão bem demonstra o episódio da oferta de ajuda militar aos republicanos, por parte de Rosas, da Argentina, e que foi rejeitada através da memorável resposta do líder farroupilha David Canabarro, registrada indele-

velmente nos anais da História: "Senhor: o primeiro de vossos Soldados que transpuser a fronteira fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais. Acima de nosso amor à República está nosso brio de Brasileiros". Destarte, a paz era um objetivo justo a ser perseguido e que foi alcançado, trazendo a reconciliação a irmãos que, repetimos, apesar das divergências políticas, já haviam optado pelo Brasil e a outros interesses não visavam que não fossem aos da Pátria Brasileira.

OS PRÓDROMOS DA PAZ

Entretanto, para a "Paz de Ponche Verde" também contribuiu, decisivamente, um homem que soube, mercê de proficiente ação política, conciliar as partes desavindas, recebendo, na Corte, da parte dos republicanos, uma Comissão que partira do Sul, a 6 de Novembro de 1844, debatendo, com essa Comissão, os problemas referentes ao final das hostilidades, até chegar-se a um consenso e redigindo de próprio punho, as instruções de 18 de Dezembro de 1844 que poriam fim à guerra. Esse ilustre brasileiro foi o Ministro da Guerra de então, Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. Vejamos o que nos diz o Comandante Lucas Boiteux ⁽¹⁾: "Em perfeita inteligência e acordo com o então Presidente e Comandante em Chefe do Exército naquela Província, o General Barão de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporâneo na Academia, tudo entre eles se dispôs e combinou com tanto acerto que a paz veio a efetuar-se pelos meios de convicção espontânea e sincera, fazendo-se com que os rebeldes confiassem na clemência imperial e na fé do Governo".

Transmite-nos o Almirante Henrique Boiteux ⁽²⁾ o seguinte: "Para chegar àquele auspicioso resultado de combinação entre Jerônimo Coelho e Caxias, viera ao Rio de Janeiro uma Comissão por parte dos rebeldes e entre os membros o Tenente Coronel Antonio Vicente da Fontoura acompanhado pelo Coronel Manoel Marques de Souza, futuro Barão de Porto Alegre. O primeiro emissário por eles mandado, o Dr. Joaquim Vieira de Souza, trazia instruções que se cifravam na possibilidade única de um acordo, que apresentava Bento Gonçalves, mediante a federação do Rio Grande ao Brasil, juntamente com os Estados de Montevidéu, Corrientes e Entre Rios.

Foi o Snr. Coelho quem fez com o Comissário Fontoura e Coronel Marques todos os ajustes e combinações para se realizar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos e milhares de vidas preciosas sacrificadas não podiam conseguir.

No seu gabinete e com seu próprio punho foi ele quem redigiu as instruções de 18 de dezembro de 1844, que foram levar a pacificação material e moral à infeliz e magnânima Província do Rio Grande do Sul, havia nove anos trucidada pelos horrores da guerra civil.

Quando algum dia essas instruções chegarem a ser publicadas, se reconhecerá que a paz desta Província foi obtida pelos meios os mais honrosos, com brilho e magnanimidade da Coroa e, sem ao mesmo tempo humilhar os brios daqueles nos-

Criteriosamente cumpridas as instruções retro-citadas — “um Tratado, resume, de quem venceu a guerra” — o Rio Grande do Sul estava, de fato, pacificado, tanto assim que o Barão de Caxias permaneceu no Poder, pois foi eleito, pelos republicanos, Presidente da Província. . . E, o que é importante, estava o povo gaúcho em condições de apresto para, participando da comunidade nacional, empunhar, outra vez, as armas, dessa feita em defesa do Brasil, nas Campanhas externas de que o Império participou, posteriormente.

Os dois artífices da Pacificação assim se manifestaram em ocasiões diversas. O Barão de Caxias ao saber da idéia de ser fazer celebrar um Te-Deum, em ação de graças pela vitória militar obtida, chamou o seu Capelão e lhe disse: “Se é verdade que fiz guerra aos rio-grandenses dissidentes, não posso deixar de sentir as suas dores e choro pelas vítimas que eles perderam em combate, como um pai pode chorar a perda de seus filhos. Vá, Reverendo, e em lugar de um Te-Deum em ação de graças pela vitória que obtiveram os defensores da lei, diga antes uma missa de defuntos que eu, com o meu Estado-Maior e a tropa que couber na Igreja, a iremos ouvir pelas almas de nossos irmãos que morreram em combate”.

O Ministro Jerônimo Coelho, comparecendo à Câmara dos Deputados, rebatendo impiedosas críticas à atuação do Ministério, em brilhante e empolgante rasgo de oratória, finalizou sua oração dizendo: “Senhores! Está unida a família brasileira; o Império em paz. Rendamos graças a Deus!”

O Homem — Jerônimo Francisco Coelho

Jerônimo Francisco Coelho, Brigadeiro do Exército Imperial, engenheiro militar, político, jornalista, cientista, poeta e administrador, foi um dos arquitetos da Paz que pôs cobro à Revolução Farroupilha.

Nasceu em Laguna — Santa Catarina em 30 Set 1806. Cedo ingressou na Carreira das Armas, destacando-se sempre, como aplicadíssimo aluno, em todos os cursos de que participou. Estudioso e pesquisador infatigável, chegou a construir, ele próprio, um telêmetro (“telêmetro — bengala”) que costumeiramente usava em seus trabalhos de medição topográfica.

Foi o “Pai da Imprensa Catarinense” ao fundar o jornal “O Catarinense” em 1831. Fundou ainda, em sua terra natal, a primeira loja maçônica de Santa Catarina, de nome “Concórdia”. Foi o fundador, outrossim, da Academia de Letras da qual fazia parte — hoje é patrono de uma das cadeiras daquela Academia. Compôs a letra do “Hino de Santa Catarina” e foi sócio do Instituto Histórico Brasileiro — é o Patrono da cadeira nr. 29 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Tal era sua eloquência retórica — “imbatível no uso da dialética” — que recebeu o epíteto de “A Espada Falante”.

Foi eleito deputado provincial por Santa Catarina e deputado geral em duas legislaturas pela mesma Província, da qual foi Vice-Presidente.

Ocupou os cargos de Presidente e Comandante das Armas das Províncias do Pará (1848) e do Rio Grande do Sul (1856) quando deu cabais provas de excepcional administrador.

Conselheiro do Império e Comendador das Ordens da Rosa e de São Bento de Aviz.

Na carreira militar desempenhou com raro brilhantismo, inúmeras funções, atingindo ao posto de Brigadeiro. Dentre as Comissões exercidas destacaram-se as de Diretor da Fábrica de Pólvora da Estrela, do Arsenal de Guerra da Corte e da Escola de Aplicação do Exército.

Ministro da Guerra e interino da Marinha no Gabinete de 2 Fev 1844, retornou ao Ministério da Guerra no Gabinete de 4 Maio 1857.

Como Ministro da Guerra, em 1857, criou na Escola Central do Exército, a especialidade de engenheiro civil, inexistente no país, sendo, "ipso facto", considerado pelo emérito historiador, membro do Instituto de Geografia e História do Brasil, Ten Cel Eng QEMA, Cláudio Moreira Bento (3), o "Pai da Engenharia Civil", no Brasil.

Em vista de suas estreitas ligações com o Rio Grande do Sul, máxime em face de sua atuação em 1844, quando Ministro, foi nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província, em 1856. Granjeou, então, a admiração e a simpatia dos gaúchos, sempre gratos ao homem que tão decisivamente concorrera, anos antes, para o fim da "Guerra dos Farrapos". Como nos conta Henrique Boiteux (2), a 22 de junho de 1856, foi-lhe prestada significativa homenagem por ter, quando Ministro da Guerra, "poderosamente contribuído para a pacificação da Província". O Coordenador dessa homenagem foi o seu inseparável e fraternal amigo, Coronel Manoel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre que, em 1844, sentara à mesa de negociações juntamente com o Ministro da Guerra e a Comissão dos republicanos, acertando as condições da Paz (o Barão de Porto Alegre foi o grande vitorioso na Batalha de Monte Caseros, notabilizando-se na Guerra do Paraguai, quando comandou um de nossos Corpos de Exército; foi Ministro da Guerra). Para a referenciada homenagem assim foi redigido o convite: "Tendo o Exmo. Snr. General Jerônimo Francisco Coelho, na qualidade de Ministro da Guerra, tão poderosamente contribuído para a Pacificação desta Província que por dez anos sofreu os estragos e horrores da guerra civil e sendo a pacificação tão de coração abraçada por todos os homens de ambos os partidos, que de um momento para outro se viram fraternalmente unidos, os habitantes desta cidade eternamente gratos a V. Exa., resolveram oferecer-lhe um baile que terá lugar na noite de 22 do corrente mês na casa — Soirée Porto Alegrense, e os abaixo assinados comissionados para convidarem as pessoas que hajam de abrilhantar essa demonstração de gratidão, têm a honra de convidar a V. S. e sua família para o mesmo baile e espera que lhe fará o favor de aceitar o convite.

Porto Alegre em 22 de junho de 1856

(AS) Manoel Marques de Souza — Barão de Porto Alegre". . . (seguem-se outras assinaturas)

Jerônimo Coelho, acometido de grave moléstia, veio a falecer, precocemente, em Nova Friburgo — RJ, a 16 de janeiro de 1860.

Lucas Boiteux (4) o considera "o maior dos catarinenses do passado", bem como o Desembargador José Antonio Boiteux (5) que, a ele se referindo, assim se expressou: "Se é uma verdade que nas fileiras do Exército, no Quadro da Armada, nas carreiras liberais e outras contrastando com a sua exígua extensão territorial, conta Santa Catarina uma vasta galeria de homens ilustres, nenhum se destacou superiormente a Jerônimo Francisco Coelho no conjunto de qualidades, no cômputo de valores, pois foi ele um homem de letras, um cientista, um administrador, um técnico, um parlamentar.

E todas essas etapas ele as percorreu proficientemente, com brilhantismo invulgar, todo devotado à terra natal, como não conheci outro a igualá-lo, através de gestos e atos que biografias que por aí correm não expõem, mas que se sabem pelas cartas íntimas e pela tradição que gente velha e verdadeira conserva e saudosamente transmite".

A respeito de Jerônimo Coelho, disse-nos Cláudio Moreira Bento (3): "Figura proeminente do Império, sua vida e obra têm sido pouco estudadas e difundidas".

Perlustrando a existência desse ilustre brasileiro, repassamos com nossas mentes, uma das fases mais empolgantes da história de nossa Nacionalidade.

Faz-se mister, portanto, que se proceda a uma percutiente análise da vida e obra do Ministro da Guerra dos Gabinetes de 2 Fev 1844 e de 4 Mai 1857, para que possamos melhor cultuar a memória daquele que tantos e relevantes serviços prestou ao Brasil, dentre os quais pontifica a reintegração da comunidade gaúcha à Pátria Brasileira que pôde se manter íntegra, una, monolítica e indivisível para glória nossa.

Conclusão

Nossa intenção nesse despretencioso trabalho foi a de contribuir com modesta colaboração para maiores esclarecimentos sobre o epílogo da chamada "Guerra dos Farrapos". Assim, analisando perfunctoriamente o episódio, nosso escopo foi o de realçar a participação (infelizmente muito pouco evidenciada, por nossa História) do ministro da Guerra, da época.

Tão pouco foi nosso desiderato, analisar em profundidade a vida do Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho; apenas, para não dissociarmos a figura humana dos feitos por ela empreendidos, traçamos um bosquejo histórico, sobre esse notável brasileiro do passado, que é nosso tetra-avô, em linha direta, fato de que muito nos orgulhamos.

Urge não esquecermos de que "cultuar o passado na glorificação dos que mais lidaram por encher os anais da Pátria de cintilações astrais, não é apenas ação

louvável: é dever precípua de todo povo que aspira a se fazer merecedor da reverência e da admiração do mundo.

Quando um povo entra a esquecer, nos prazeres fugacíssimos da vida, de seus vultos mais salientes, daqueles que se notabilizaram pelo saber, pelo heroísmo, pela santidade ou pelo martírio, ninguém deve maravilhar-se de vê-lo, um dia, desgregado, desvirilizado, desacreditado, e, ainda por maior desdita, escravizado pelos outros povos". . .

É a milenar lição que nos têm legado as civilizações, através da História, a Mestra da Vida.

- (1) "Marinha Imperial na Guerra dos Farrapos"
- (2) "Santa Catarina no Exército" — 2o volume
- (3) "O Criador do Município de Canguçu", in "Diário-Popular, Pelotas, 26 Jun 1977.
- (4) "Os Ministros da Marinha"
- (5) "Os Partidos Políticos de Santa Catarina"
- (6) "Coisas Velhas"
- (7) "Minha Árvore Genealógica"

Bibliografia

- POMBO, Rocha — "História do Brasil" — São Paulo, Edições Melhoramentos, 1964.
- VIANNA, Hélio — "História do Brasil" — Vol II — São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962.
- EXÉRCITO, Estado Maior do — "História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo" — 2o volume, Brasília, EME, 1972.
- GALANTI, Pe. Raphael M. S. J. — "História do Brasil" — Tomo IV — São Paulo, Duprat e Cia. 1913, 2a edição.
- BOITEUX, Almirante Henrique — "Santa Catarina no Exército" — 2o volume, Rio, Biblioteca Militar, 1942.
- TORRES, Theodorico Lopes Gentil — "Ministros da Guerra do Brasil (1808-1950)", Rio, Borsol-Imp, 1950.
- GHISI, Ademar — "Tricentenário de Fundação da Laguna, SC" — Brasília, C Doc da Câmara Deputados, 1976.
- ADERALDO, Mozart Soriano — "Minha Árvore Genealógica" — Fortaleza, Editora Instituto do Ceará Ltda, 1951.
- SOUZA, Francisco Fausto de — "Família Guilherme de Melo" — Mossoró, Coleção Mossoroense, 1954.

ULYSSEÁ, Saul — "Coisas Velhas", Laguna. (Coletânea).

BENTO, Cláudio Moreira — "O Criador do Município de Canguçu", In "Diário Popular", Pelotas, 26 Jun 77.

DOMINGUES, Moacir — "Famílias Lagunenses" (Livro Inédito)

ULYSSEÁ, Rubem — Notas pessoais. (Laguna, SC).

UNGARETTI, Norberto Ulysséa — Notas pessoais (Florianópolis, SC).

Notas particulares da família Soriano Aderaldo (Fortaleza, CE).



CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME DE 1979

PROVA DE GEOGRAFIA

1ª QUESTÃO (Valor: 4,0)

Considerando a possibilidade da implantação de um "Programa de Planejamento Familiar" pelo Governo Federal, analisar os seguintes aspectos da realidade brasileira:

- a) vazios demográficos;
- b) infra-estrutura social;
- c) desenvolvimento econômico, particularmente quanto a mão-de-obra e mercado de trabalho;
- d) influências ético-religiosas.

Concluir, enumerando as vantagens e desvantagens da implantação do referido programa.

2ª QUESTÃO (Valor: 2,0)

Citar, justificando, os fatores condicionantes do intercâmbio comercial do BRASIL com os países da ÁFRICA ATLÂNTICA.

3ª QUESTÃO (Valor: 2,0)

Considerando o sistema ferroviário nacional e o seu desenvolvimento, examinar, separadamente, os seguintes aspectos:

- unificação de bitolas;
- tração elétrica;
- integração.

4ª QUESTÃO (Valor: 2,0)

Citar os principais fatores que condicionam a expansão da pecuária na região sul do BRASIL, na ARGENTINA e no URUGUAI.

PROVA DE HISTÓRIA

1ª QUESTÃO (Valor: 3,5)

BRASIL e ARGENTINA assinaram em 1828 uma Convenção de Paz pela qual se concedeu independência à chamada Banda Oriental. Analise as causas que levaram aqueles dois países a assinar a referida Convenção e conclua citando as conseqüências desta independência no panorama político platino.

2ª QUESTÃO (Valor: 2,5)

Cite as conseqüências da Revolução Industrial nos países da EUROPA OCIDENTAL, durante o século XIX, e assinale as implicações daquele processo histórico na evolução econômica do BRASIL, no mesmo período.

3ª QUESTÃO (Valor: 2,0)

Cite os eventos econômicos ocorridos na fase do BRASIL-COLÔNIA que influíram na formação territorial brasileira.

4ª QUESTÃO (Valor: 2,0)

Assinale os fatos decorrentes da permanência de D JOÃO VI no BRASIL, que contribuíram para a formação e evolução do Estado Brasileiro, nos campos político e social.

PROVA DE INGLÊS

1ª QUESTÃO — TRADUÇÃO (Valor: 7,0)

The Main Battle Area

Behind the covering force lies the area in which the main battle will be fought. Terrain advantages may be used repeatedly in the forward zone to inflict

casualties on a stronger attacking enemy force, and mounted elements can exploit their mobility to fight a succession for advantageous actions. However, the farther forward the battle can be fought, the better. The more the enemy is permitted to penetrate, the greater the chance of breakthrough, and the more difficult the coordination between adjacent units, including units of different nations, will be. If the active defense can maintain coherence along the line of the Forward Edge of Battle Area or in the tactical zone just behind it, the easier coordination on the flanks will be, and the more successful the total defense will be.

Nonetheless, the defense must be elastic — not brittle. Because the attacker will attempt to overwhelm the defense with a concentrated mass of tanks and armored vehicles supported by very heavy artillery fires, the success of the defense depends upon the destruction of enemy armor. The problem will be to destroy many targets in a short period of time. Thus the defense must be built around tanks and antitank guided missiles. These are the backbone of the defense. In order to cope with large numbers of targets the tanks and antitank guided missiles must be sited so that they can engage at maximum effective ranges and begin the attrition of the enemy early. The use of mines or obstacles to slow down the enemy will afford more time for engagement.

29 QUESTÃO — COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (Valor: 3,0)

LEIA, NÃO TRADUZA

EXTRAORDINARY ACCURACY

The answers were quickly delivered, in the biggest outbreak of violence since the end of the war. Less than 67 hours after the destroyer Elath went down, Israeli gunners opened up from positions on the west bank of the Suez Canal. Their weapons were heavy mortars, their tactics a technique known as a rolling barrage, their target Port Suez and the refineries that produce all of Egypt's cooking and heating gas and 80% of its oil.

The attack began with a few rounds on the city of Suez itself. Then, with extraordinary accuracy, the israelis zeroed in on the \$30 million Nasr (Victory) Oil Co. refinery two miles inland, and the equally important Suez Oil Processing Co. another mile behind. Apparently operating from blueprints, they lobbed shell after shell into the two major plants, hitting their oil storage tanks, pipeline complexes and coking and cracking units with every incoming shell. U.N. truce supervisors immediately appealed for a cease-fire, but the Israelis ignored them. A second appeal was referred to Jerusalem, where the government pleaded "technical difficulties" in contacting the mortar units at the front.

When the firing finally stopped, after three hours and eleven minutes, Egypt had only one small oil refinery left in Alexandria, 175 miles away. The two

Suez plants were virtually demolished. Egypt, its economy already in ruins as a result of the June war, had been dealt a staggering blow.

ANSWER, IN PORTUGUESE, THE FOLLOWING QUESTIONS, CONCERNING TO THE FORMER TEXT:

1. What was the first target hit by the Israeli fire?
2. How long did the Israeli forces wait for answering to the sinking of the Elath?
3. Which weapon has been employed by the Israeli forces during the bombardment?
4. How far was the Suez Oil Processing Co. from the city of Suez?
5. Was the Egyptian oil production affected by the Israeli attack? Why?
6. What was the U.N attitude after the Israeli attack?
7. What was the Israeli authorities behavior th the U.N. attitude?
8. What technique has been used by the Israelis during the attack?
9. How far is Alexandria from Port Suez?
10. What did the author consider "extraordinary accuracy"?
11. How many refineries have been practically destroyed by the Israeli firing?

PROVA DE MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

1ª QUESTÃO (Valor: 6,0)

1 — SITUAÇÃO

Em 1948, o comunismo conquistou o poder na TCHECO-ESLOVÁQUIA no desfecho de um processo gradual e sem violência, conhecido como "Assalto ao Parlamento".

No CHILE, após a vitória da Unidade Popular (UP) em Set 70, SALVADOR ALLENDE em uma primeira fase — período de Set 70 a Mar 73 — tentou, sem êxito, processo análogo denominado de "Via Chilena para o Socialismo".

2 — PEDIDO

Anecie, sucintamente, ambos os processos adotados, apenas nos seguintes aspectos:

- localização geográfica;

- ambiente internacional;
- quadro político interno; e
- Forças Armadas;

concluindo sobre a contribuição de cada um destes aspectos para a vitória do Movimento Revolucionário na TCHECO-ESLOVÁQUIA e para o fracasso da "Via Chilena para o Socialismo".

2ª QUESTÃO (Valor: 4,0)

1 - SITUAÇÃO

O EUROCOMUNISMO, como tática dos partidos comunistas de alguns países da EUROPA, tais como o Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Comunista Espanhol (PCE), tem se caracterizado por uma atitude de independência, ainda que não absoluta, em relação ao Partido Comunista da União Soviética (PUCS).

O EUROCOMUNISMO se fundamenta nos seguintes princípios:

- rejeição do conceito da "ditadura do proletariado";
- aceitação do pluripartidarismo democrático;
- fixação, pelos governos de cada país, de sua política externa.

2 - PEDIDO

Considerando que a corrente ideológica mais expressiva do Movimento Comunista Internacional (MCI) no BRASIL é a representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), apresente, sucintamente, as razões que dificultam a concretização de fenômeno semelhante no nosso País.



O LIDER DE VÔO

Aldir Raposo Martins

Tenente Coronel Aviador, Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.



1 - EVOLUÇÃO DE SUA FORMAÇÃO

Durante um largo período de tempo, a aviação de caça formou seus líderes de vôo nas unidades operacionais. O caçador, como é chamado o piloto de caça egresso de Fortaleza, onde durante um ano realizava o estágio de piloto de caça, formava-se em ala não operacional. No seu primeiro ano da unidade operacional, então só existentes o 1º Grupo de Aviação de Caça, em Santa Cruz, e o 1º/14º Grupo de Aviação, em Canoas, ele evoluía para ala operacional e, talvez, até líder de elemento. E assim ia aprimorando sua operacionalidade à proporção em que transcorriam os anos de instrução.

Com essa sistemática, o 1º Gp AvCA e o 1º/14º GAv ficavam seriamente penalizados, pois arcavam com uma responsabilidade de instrução incompatível a unidades que deveriam estar voltadas exclusivamente para sua operacionalidade em combate.

O piloto recém-chegado nessas unidades trazia em sua bagagem profissional um total aproximado de 300 horas de voo, sendo que destas, umas 80 eram em aeronaves a jato, e muita experiência de voo na ala, mas quase nenhum discernimento no emprego tático da formatura das aeronaves.

Se naquela época esta deficiência era suportável nas unidades operacionais, cujas aeronaves F-8 Gloster Meteor tinham performances semelhantes às das unidades de instrução (F-80-T-33), com o advento das aeronaves F-103 Mirage e F-5E Tiger na Força Aérea, isto passava a ser insuportável, dado a característica de voo dessas últimas, operando acima e abaixo do número MACH, (velocidade do som) e com envelope de voo bastante desigual ao do AT-26 Xavante hoje equipando a Unidade de Instrução.

Uma mudança na formação do piloto de caça que futuramente iria operar as novas aeronaves supersônicas nas unidades operacionais, agora acrescida do 1º Grupo de Defesa Aérea, fazia-se necessário. A reestruturação na formação permitiu essas unidades receberem seu novo piloto já qualificado como Líder de esquadrilha, tendo ele, após os quatro anos da Academia da Força Aérea, realizado a seleção no CATRE em Natal, e a posteriori, por um período de mais dois anos, evoluído sua qualificação no 1º/4º Grupo de Aviação em Fortaleza.

Caso ele se destine a 3º/10º Grupo de Aviação, a nova unidade de ataque, ativada em Santa Maria — RS ou ao 3º EMRA já está pronto para o emprego operacional, logicamente necessitando tão somente de adaptação à filosofia recomendada pela Doutrina de Emprego da Aviação de Ataque.

Com a transferência para 1º GDA, 1º Gp AvCA e 1º/14º GAV, adaptar-se-á na nova aeronave e melhor se especializará nas operações e tarefas específicas de sua nova unidade.

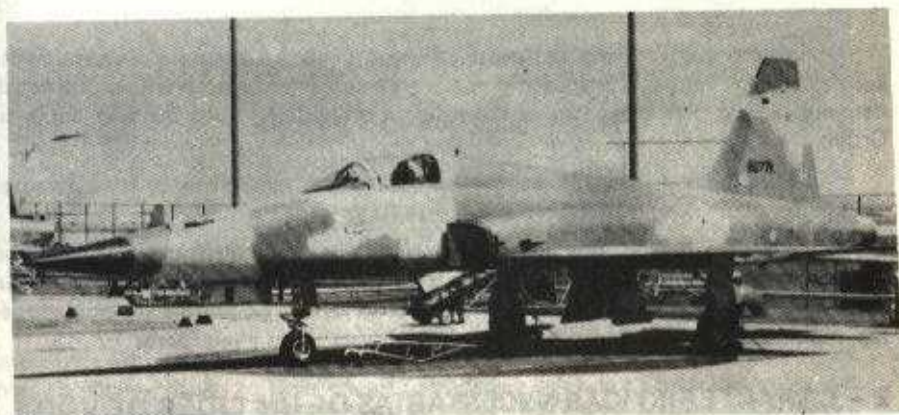
Acreditamos, a despeito de alguns considerarem por demais extenso o tempo de formação de um piloto de caça ou ataque operacional, que as Unidades Aéreas vêm recebendo um material humano suficientemente qualificado, para os fins a que se destinam.

Talvez a única restrição que façamos a este tipo de formação seja a deficiência de uma maior experiência de comandamento, ou seja, afirmação da personalidade do piloto quanto a decisões a serem tomadas em ambientes diversos daqueles padronizados, encontrados nas sedes das Unidades Aéreas com a sua infra-estrutura administrativa funcionando azeitada para a missão aérea.

E, quando as situações anormais ocorrem, sem a possibilidade de consultar o oficial de material, de operações e até seu comandante? Talvez nesta hora recordemo-nos daquela experiência tão necessária que nós, os pilotos mais antigos, adquirimos nas popularmente chamadas missões de "rambling" dos fins de semana. Então sim, tínhamos oportunidade de desenvolver nosso senso de julgamento e decisão, movimentando-nos por pequenos aeródromos, sem a infra-estrutura desejável e enfrentando situações que despertavam nossos sentidos e nossa criatividade.



F-103 Mirage do 1º GDA



F-5E do 1º/14º GAV e 1º Gp AvCA

Colocando na balança os prós e contras dessa experiência, proporcionada pela Força Aérea em tempos passados, lembramo-nos principalmente do "contra" e, reavivamos em nossas mentes as nefastas indisciplinas de vôo. Mesmo assim, concluímos ser esta experiência, sem o "contra", imprescindível para um futuro líder e não pode ser obtida no ambiente da unidade de formação e muito menos nas operacionais.



AT-26 Xavante do 19/49 GAV e CATRE

Como contribuição aos nossos pilotos de caça e ataque e principalmente àqueles que os formam, propusemo-nos a ordenar certas características que consideramos básicas para o sucesso de um líder, seja ele de Esquadrilha, Esquadrão ou Grupo.

Para melhor exemplificar estas características nos louvamos em incidentes e acidentes ocorridos na Aviação Naval Norte Americana.

Convém realçar, que ao apresentarmos essas características necessárias ao líder de voo, não poderíamos deixar de frisar a importância complementar que assumem as atividades desenvolvidas nos seus afazeres terrestres, junto à sua unidade aérea, quando então complementar a sua personalidade junto a seus pares.

2 — CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS DE UM LÍDER DE VOO

O líder de voo de uma formatura de caças táticas tem uma das mais importantes funções na aviação de combate. De fato, todas as aeronaves, com dois ou mais pilotos a bordo, têm um completo e extenso treinamento e um programa de qualificação que transforma pilotos com pouca experiência em responsáveis comandantes de aeronaves. Entretanto, em aeronaves monoplaces (um único tripulante), o piloto inexperiente é o comandante de sua aeronave, a partir do dia em que ele deixa o local de sua formação. Desde que ainda há muita coisa para ele aprender, mui-

tó do treinamento e supervisão do jovem piloto depende do líder da formação. O líder em voo não está obviamente na mesma nacele daquele que ele espera supervisionar e treinar. As exigências e responsabilidades sobre ele são pesadas.

Infelizmente os acidentes havidos através dos anos indicam que muitos dos líderes em voo não estão capazes de merecer esta responsabilidade. Por exemplo:

Três A-4 SKYWALK decolaram para realizar uma missão de bombardeio no estande local. Embora as condições meteorológicas estivessem precárias, o líder da formação desprezou a informação meteorológica atualizada. Ele tinha voado mais cedo, naquele mesmo dia, e acreditava que as observações anteriormente realizadas eram suficientes.



A-4 SKY WANK dos fuzileiros navais norte-americanos.

As condições começaram a piorar pouco após a decolagem, mas o voo continuou numa altura de 600 pés sobre o terreno. Como estava cada vez mais difícil manter condições visuais, o líder desistiu alcançar o estande e alertou seus alas, novatos, para uma curva de 180º de regresso à base. Durante a curva, o líder baixou para 100 pés de altura em decorrência de desorientação ou numa tentativa de continuar voando visual. Ambos os alas mantinham-se firmes, buscando com bastante sacrifício não perder de vista o líder. Durante a curva, o líder triscou as copas das árvores. Sua aeronave nada sofreu, mas seus dois alas colidiram com o solo e morreram.

Esta é talvez a consequência extrema de uma deficiente liderança em voo. Antes que todos os exemplos de técnicas e trabalho mental deficientes do líder

não tenham terminado em um acidente, o líder deve estar ciente da responsabilidade que ele tem em suas mãos — *Aeronaves Caras e Vidas Humanas inavaliáveis*.

Como se faz um bom líder de voo? Uma relação de características favoráveis provavelmente variará de acordo com o exame individual do candidato. Porém, existem geralmente alguns traços que foram identificados através dos anos, que se manifestaram nos acidentes onde os líderes das formações não os tinham.

Vejamos o primeiro deles:

a — O conhecimento da aeronave, seus sistemas e os procedimentos de emergência

O líder deve saber sobre a aeronave que voa e seus procedimentos de emergência, em qualquer situação. Ele é chamado a analisar e aconselhar sobre piores das aeronaves-ala e tomar decisões sobre a continuação do voo ou procedimentos alternativos. Se o líder demonstrar qualquer confusão ou dúvida sobre procedimentos, provavelmente não servirá de ajuda para os integrantes de sua formação. Vejamos dois casos em que isso aconteceu:

— Dois A-4, monoplaces, estavam baixando para realizarem uma etapa interessante de seu voo de treinamento de navegação. O líder estava voando na ala, procedimento normalmente adotado quando operando aeronaves de um só lugar. Quando as aeronaves começaram a descer, o piloto que realizava a navegação observou que o seu manche comandava erroneamente em todos os quadrantes. O nariz da aeronave começava a subir embora o compensador estivesse na mesma posição. O piloto, confuso, usou seus pedais para obter a situação de nariz embaixo, evitando o estol, mas nesta situação o A-4 SKYHAWK passou a assumir uma situação picada e a ganhar velocidade. O piloto, sacudido dentro da nacele e com o nariz extremamente baixo, informou pelo rádio sua intenção de desconectar os controles hidráulicos de voo. O líder respondeu com um "Positivo"



Um A-4 da Força Aérea Argentina.

A desconexão dos controles de voo, nesta altura, precipitou o acidente. Sem a pressão hidráulica o piloto não podia fazer a recuperação, na velocidade que estava, e tinha que se ejetar. A pane era devido ao sistema auxiliar de controle de voo AFCS e o procedimento recomendado era desligar um de seus componentes. O infeliz piloto cometeu o erro de não saber o procedimento, pois ele era recém-chegado de outra base e tinha um número reduzido de horas de voo no A-4. O líder responsável pela conduta de segurança do voo não foi útil, quando mais se precisava dele.



— Um A-7 CORSAIR teve uma falha elétrica total após uma catapultagem. O sistema elétrico de emergência também não funcionou. O líder da formação decidiu deixar a aeronave em pane sobrevoando o navio, enquanto que o restante da esquadrilha cumpria sua missão. Após 50 minutos de voo o A-7 teve uma parada do motor devido à falta de combustível. A transferência normal de combustível cessou quando da falha elétrica total. A decisão do líder em menosprezar a emergência contribuiu para a perda da aeronave.

b — Disciplina de voo

A manutenção da disciplina de voo é essencial para que a formação opere segura e efetivamente. Também é crítico, o líder da formatura demonstrar disciplina, porque está estabelecendo um exemplo que será observado pelo jovem ala durante o voo. O líder, que demonstra disciplina de voo deficiente ou que tolera a indisciplina durante seu voo, está se tornando omissos de suas responsabilidades.

Vejamos um exemplo:

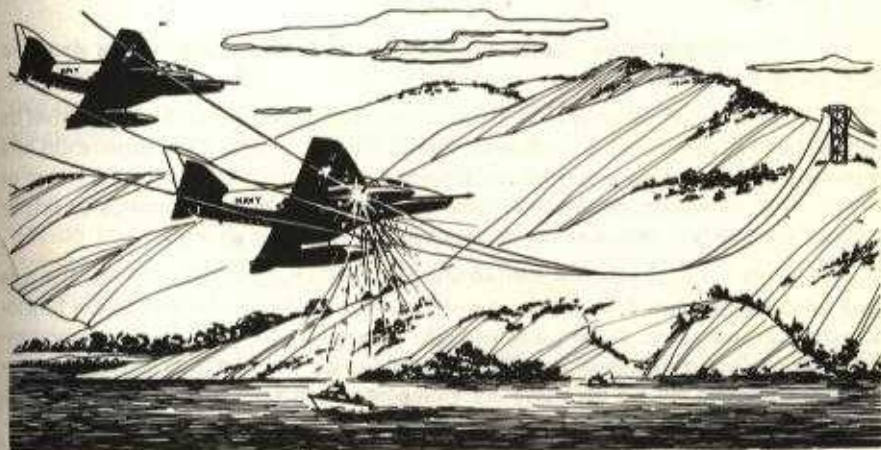
— Dois A-6 estavam realizando uma missão rasante com o líder fazendo a navegação. Quando do início da missão o líder perdeu de vista seu ala que era previsto estar num dispositivo tático garantindo a segurança da formatura. O líder não tentou estabelecer o contato visual, mas, em contrapartida, perguntou pelo rádio se o ala ainda estava mantendo contato visual com ele. Ele aceitou uma resposta confusa como uma afirmativa. O líder ficou absorvido no seu problema de navegação rasante. Testemunhas de uma cidade vizinha à rota sobrevoada declararam ter observado uma aeronave — o ala — fazendo *tounneaux* e *looping* em altitudes variando de zero a 10.000 pés.



A-6 Intruder

Depois de 5 a 7 minutos que o líder não via o ala, e não conseguindo obter contato-rádio, resolveu retornar pela mesma rota até que localizou uma área de onde emanava fogo e fumaça. O INTRUDER chocou-se com o solo numa atitude quase vertical e com os motores bastante acelerados. O líder do vôo ao aceitar esta situação não só contribuiu com o acidente, como também colocou em perigo a formação pois não dispunha do ala para lhe proporcionar segurança.

— Uma formação de dois A-4 estava programada para realizar exercícios de bombardeio em um estande próximo. O elemento decolou bem antes do tempo previsto sobre o objetivo e desviou-se consideravelmente da rota até o alvo. Aproximando-se de um açude a formação baixou para 100-200 pés de altura, a fim de fazer um vôo rasante em alta velocidade sobre a água. O líder não observou os cabos de alta tensão que cruzavam o lago e bateu neles. Ele ainda foi capaz de manter controle da aeronave e conseguiu voltar com segurança, mas quase aconteceu. . .



Ainda mais, ele apavorou diversos iatistas, que lá se encontravam e quase foram atingidos por destroços despreendidos da aeronave e dos cabos partidos.

Este foi o primeiro vôo do piloto como líder de elemento.

c — Precaução quanto à limitação do ala

Um bom líder deve conhecer o grau de treinamento dos componentes de sua esquadrilha e realizar o vôo de acordo. Ultrapassando o nível de experiência, a habilidade e a capacidade, certamente criará uma boa situação para a ocorrência de problemas.

— Um líder decolou com uma esquadrilha e começou a realizar manobras de combate aéreo não previstas na missão. Durante as evoluções, o ala perseguiu seu

adversário em uma atitude de nariz muito alto até a velocidade-zero. A aeronave derrapou de cauda e começou uma curva para a esquerda com o nariz baixo. O piloto interpretou como sendo um parafuso e aplicou os comandos contrários ao sentido de rotação, o que só fez agravar a situação. Incapaz de retomar o voo controlado, o piloto ejetou-se a 8.000 pés.

O piloto acidentado foi conduzido a uma situação muito além de sua experiência ou capacidade. Ele não tinha treinamento de combate de elemento, quanto mais de quatro aviões, e não estava suficientemente treinado nas características do parafuso da aeronave que voava. Muito provavelmente, a aeronave não estava em parafuso, mas sim em giro após estol e sairia dele sozinha, caso o piloto tivesse agido corretamente.

d — Estar ciente da limitação do ala, particularmente quando o ala está em formação

Esta característica aparenta redundante da anterior, mas vamos abordá-la com maiores detalhes.

O líder que pensa que os alas em formação estão operando no seu nível de competência, ou em nível de competência normal dos pilotos mais experientes, está cometendo um considerável engano. Devemos aumentar a tolerância para com os alunos. Qual o antigo instrutor de caça que não se lembra dos desafios ao liderar alunos solos nas formaturas táticas, navegação ou manobras de ataque?

— Uma formação de A-4 aproximava-se de uma base quando um dos alas teve uma falha no gerador. Ele utilizou o gerador de ar dinâmico que entrou em funcionamento normalmente. Porém o piloto não conseguia obter um ajuste no compensador de profundidade maior que 2° positivos. O líder dispersou os alas da formatura, enquanto que ele e a aeronave em emergência entravam numa final longa para uma aproximação direta.

O líder avisou sobre a deficiência do compensador de profundidade da aeronave em emergência. Mas em vez de ler os procedimentos do manual de emergência para esta situação, ou, então, alertar sobre o que o ala deveria esperar, prosseguiu na aproximação alertando o piloto somente para "tirar o trem se as coisas não estiverem boas". O vento era variável de través (10° a 50°), com 10 nós, em relação à pista de pouso.

O Skyhawk tocou 750 pés após cruzar a cabeceira da pista com uma velocidade de 140 nós. Sem os spoilers, superfícies auxiliares de sustentação, e por causa da alta velocidade no toque, em consequência da ineficiência de compensação, o piloto observou estar ainda com 120 kt faltando 6.000 pés de pista. Ele resolveu baixar o gancho para um enganchamento. Pouco depois, ele mudou de idéia, recolheu o gancho e deu toda a potência para iniciar uma arremetida. O avião perdeu a reta e o piloto furou um pneu tentando alinhá-lo na pista. Restando 3.000 pés de pista, o piloto tentou decolar mas não conseguiu fazê-lo (devido ao ajuste do com-

pensador de profundidade). O piloto se ejetou. O Skyhawk, sem seu piloto, logo em seguida, alcançou suficiente velocidade e decolou. Pouco depois, ele caiu de asa e explodiu ao bater no solo.

Eis um caso, no qual o líder acreditou que seu inexperiente ala poderia solucionar, por si próprio, sua emergência relativamente simples e por isto não lhe deu suficiente assistência. Ele não alertou o ala sobre os procedimentos para insuficiente compensação de nariz (recolha o flap para pouso, pouso a uma velocidade mais alta). Ele também negligenciou o procedimento de pouso sem o gerador principal — ou seja, sem spoilers. Finalmente, ele não abordou a deficiência de comando do manche numa arremetida. O campo-de-pouso estava totalmente visual e havia bastante tempo para preparar a aproximação e discutir todos os fatores pertinentes. Isto provavelmente teria evitado o acidente.

e — Bom julgamento

O bom julgamento é uma qualidade essencial para qualquer piloto, mas é particularmente importante para o piloto líder que tem outros pilotos dependendo dele para a condução segura do voo. As seguintes falhas de julgamento identificam alguns exemplos onde os líderes das formaturas não demonstraram bom julgamento.

Dois F-4 PHANTOM entraram na pista para uma decolagem por elemento. De acordo com o combinado — mas não com a padronização — o ala colocou-se ao lado do líder. O líder também erradamente alinhou sua aeronave próximo à linha central da pista, apertando o ala e dando somente uma distância de 5 pés entre as pontas-de-asa das aeronaves. O componente cruzado do vento era de 8 a 11 nós.



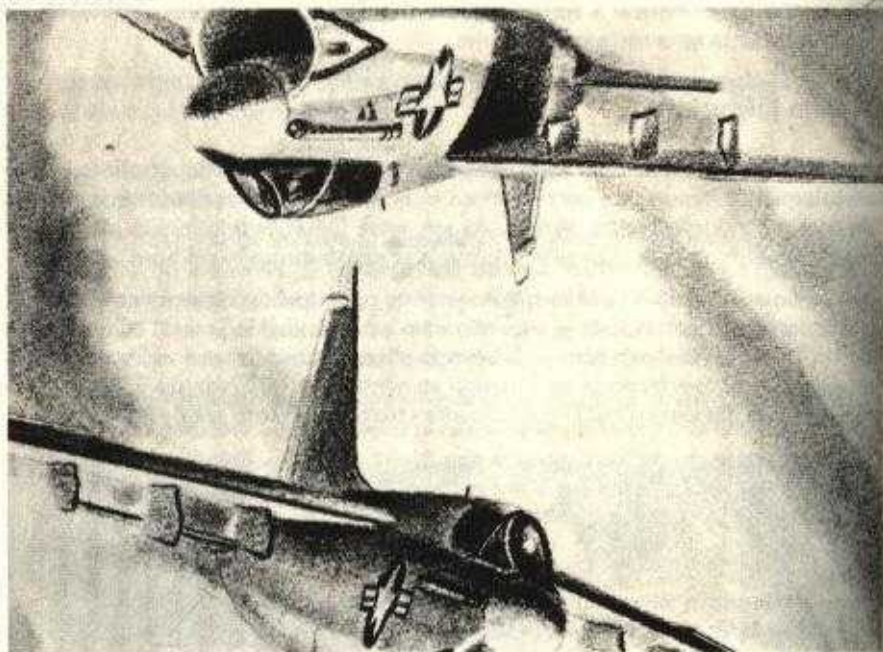
Dois F-5 PHANTOM

O elemento começou a decolagem. O ala teve problema para manter a separação lateral devido a sua posição crítica, e começou a desviar para cima do líder. À proporção que as aeronaves saíam do solo, o líder deu uma ligeira derrapada em consequência do vento cruzado. O ala, já próximo, não teve condições de evitar a colisão embora tenha tentado sair para o lado no último instante.

Ao líder cabe uma grande parcela de responsabilidade por este acidente. Ele violou a padronização, informando no apronto uma posição do ala, na decolagem por elemento, não padronizada. Ele então persistiu no erro, não alertando seu

ala naquilo que deveria fazer durante a corrida de decolagem (deixar sua aeronave atrasar para a posição correta). Finalmente, ele apertou o ala em vez de se manter na sua metade da pista, levando-o a uma situação que ele não poderia contornar.

— Dois A-7 que operavam de um porta-aviões estavam retornando após treinamento de bombardeio. O líder observou um navio cargueiro estrangeiro e decidiu tirar um rasante com os dois aviões. A 200 pés e 500 nós de velocidade, o elemento passou pelo navio e começou uma subida de 30°. Então, sem informar sua intenção o líder inclinou a asa para a direita, onde estava o ala. O ala foi pego desprevenido e as duas aeronaves colidiram. Ambos os pilotos se ejetaram, mas o líder não foi achado.



Esta manobra não planejada, não brifada e desnecessária, custou duas aeronaves e a vida de um piloto.

f — Planejamento de voo completo

O completo planejamento de voo é talvez a função mais importante do líder, inclusive nas missões de viagens. Ainda que a rotina e a simplicidade da maioria das viagens, aparentemente, conduzam alguns líderes à complacência, isto pode acarretar problemas. O líder de uma formação do F-4 teve experiência disto não faz muito tempo.

— Uma esquadrilha de F-4 estava retornando de uma manobra na costa oeste dos USA. As condições meteorológicas na base prevista para pouso técnico e sua alternativa estavam razoáveis durante e antes da decolagem. Porém, a meio caminho de voo, um contato com o METRO (órgão que fornece condições meteorológicas) informou que o aeródromo de destino e alternativa estavam operando em condições de voo por instrumentos.

O líder havia planejado o consumo de combustível para uma chegada em condições visuais, e a formação não dispunha de combustível suficiente para realizar uma aproximação por instrumentos no destino ou alternativa. O líder não havia planejado para esta contingência, e agora ele estava em má situação — quatro F-4 estavam ficando sem combustível e precisavam de um local para pousar.

O líder decidiu voltar para um campo civil que acabava de sobrevoar e pôde vê-lo através de um buraco nas nuvens. O centro de controle de voo informou estar o teto com 200 pés e a visibilidade de 3 milhas. O líder resolveu fazer a penetração por elemento com auxílio do GCA.

Entretanto, no contato com o controle de aproximação foi informado ser a visibilidade de 1/4 de milha.

Com baixo combustível e já na aproximação, o líder resolveu continuar, embora ele tenha desmembrado os elementos para aproximação individual pelo radar de aproximação de precisão (GCA).

O líder foi orientado para a final e, então, liberado para o ILS (Instrument Landing System). Rapidamente ele replicou:

“Negativo, solicito aproximação pelo radar de precisão”, quando já deveria saber que o campo não era equipado com o radar. Assim sendo, prosseguiu numa aproximação pelo radar de vigilância, baixando além da altitude mínima de descida (MDA), antes de avistar o campo e acabou fazendo uma curva não prevista para pousar seu PHANTOM.



Os outros componentes da formação não foram tão felizes. Todos os três arremeteram na final. O nº 2 resolveu permanecer em órbita e fazer outra tentativa, enquanto que o nº 3 e 4 resolveram ir para uma base da Força Aérea a Leste. O nº 2 conseguiu pousar em sua última tentativa, antes de acabar seu combustível. O nº 4 fez um voo caprichado e pousou na base aérea com 400 libras de combustível no marcador, e zero após sair da pista, mas o nº 3 não teve suficiente combustível para chegar à base. Sem opção, o nº 3 observou um pedaço livre de estrada de rodagem com 50 pés de largura e pousou seu avião entre linhas de alta tensão.

Mesmo tendo as quatro aeronaves passadas pelos eventos sem danos, é fácil se observar como elas poderiam ter sido perdidas. Com a visão correta daquilo que deveria ter sido feito, a Base Aérea, na qual o nº 4 eventualmente pousou, tinha condições meteorológicas boas e completo equipamento para aproximação por instrumentos. Alternando esta base em lugar do campo civil, evitaria todas as dramáticas seqüências de fatos. Mas, planejamento de navegação, as informações meteorológicas, e a tomada de decisão a bordo de um caça tático a jato são bastante difíceis. Daí, a necessidade de uma completa preparação do voo ainda no solo. O líder tem de saber todos os campos de pouso disponíveis em sua rota e atitudes alternativas já "pensadas," antes que destrua a aeronave.

Acrescentem-se às características relacionadas anteriormente, diversas outras que farão diferenciar um bom líder de um mau líder de voo. Dentre elas podemos citar as seguintes:

g — Suavidade nas evoluções

Quando principalmente, em voo por instrumentos, um voo básico suave do líder pode significar a diferença para o ala de uma aproximação com sucesso, ou uma desorientação total.

h — Não apresse o voo

Um líder que apressa a formatura, "queimando etapas," faz tráfegos não previstos e pula procedimentos. Tem havido diversos casos de pilotos decolando com sua cadeira de ejeção não armada ou com os pinos de travamento colocados, devido à pressa de acompanhar o líder.

i — Procedimentos de comunicações corretos

Um bom líder realiza um pormenorizado apronto de comunicações, com trocas de freqüência e procedimentos-rádio. Isto evita a perda de contato entre as aeronaves, por estarem em freqüências diferentes, quando ocorrerem momentos críticos e dá a formatura uma maior operacionalidade. O líder deve também informar sobre os sinais visuais para comunicação de rotina ou emergência durante o voo.

j – Aprontos completos

Um apronto completo e claro é uma característica de um bom líder profissional. Muitas situações perigosas podem ser evitadas através de uma detalhada abordagem de todas as fases do voo. Completo não quer dizer prolixo e enfadonho, e sim, objetivo!

O número de acidentes resultantes, pelo menos parcialmente, por falta de supervisão do líder, deve esclarecer a importância de sua função.

3 – CONCLUSÃO

O que deve fazer um esquadrão para ter o tipo de piloto com todas as características de um líder de voo, exercendo realmente esta liderança?

Talvez o fator mais importante seja evitar a designação automática de líder de voo baseando-se somente no tempo de serviço na unidade, número de horas de voo, ou outros dados arbitrários que *podem* ou *não* indicar a capacidade do piloto de ser um líder de voo. E isto, felizmente, vem sendo severamente observado pelos Conselhos de Instrução de nossas Unidades Aéreas.

Lições aprendidas às custas de aeronaves destruídas e vidas perdidas demonstram a necessidade de líderes experientes, capazes e maduros. Um intenso treinamento e um programa bem montado podem, com certeza, evitar graves erros que ocorreram no passado e é a isto que estamos assistindo através da atual sistemática de formação dos líderes no 1º/4º GAv, sediado em Fortaleza – CE.



BNH DÁ MAIORES FACILIDADES PARA EMPRESA FINANCIAR HABITAÇÃO A SEUS EMPREGADOS

Pesquisa da Redação

Qualquer empresa, pública ou privada, localizada no campo ou na cidade, poderá recorrer ao Programa Habitacional Empresas (Prohemp), do Banco Nacional da Habitação, para financiar moradias a seus empregados. O Prohemp sofreu profunda reformulação, este ano, com o objetivo de ampliar suas operações e assim torná-lo mais atraente às empresas, convocadas agora a participar mais ativamente do mercado de habitação popular.

As unidades habitacionais construídas por intermédio do Prohemp poderão agora ser vendidas, alugadas com opção de venda (*leasing*), cedidas para ocupação gratuita ou, em caráter excepcional, cedidas mediante taxa de ocupação aos funcionários das empresas promotoras dos empreendimentos. As vantagens oferecidas agora aos empresários resultam em benefícios diretos aos seus empregados.

CONDIÇÕES

Através do novo Prohemp, o empresário pode:

- I — Obter empréstimo do BNH, através de agente financeiro, para promover a construção e comercialização de conjuntos habitacionais para seus funcionários. Os empréstimos poderão ser concedidos também pelos agentes financeiros com recursos próprios;
- II — Promover a construção e venda de conjuntos habitacionais para seus funcionários e obter do BNH, através de agente financeiro, o reembolso dos recursos dispendidos nestas operações;

- III — Conceder empréstimos individuais a seus funcionários para aquisição, construção, melhoria e recuperação de habitações, recebendo do BNH, através de agente financeiro, o reembolso dos recursos dispendidos nestas operações.

VANTAGENS

- I — No caso do empresário não querer vender imediatamente as unidades produzidas, ele poderá cedê-las aos empregados para uso, assegurando-lhes o direito de aquisição, mediante opção de compra (*leasing*) que poderá ser exercido pelos empregados em até três anos, prorrogáveis, de comum acordo, em até 17 anos. No caso de cessão de uso, a empresa não poderá cobrar um aluguel superior ao valor que o empregado pagaria como prestação, nem inferior ao total das parcelas de juros e seguro referentes à mesma prestação. Em circunstâncias especiais o BNH poderá dispensar a obrigatoriedade de comercialização das unidades. As unidades serão vendidas aos empregados pelo custo final apurado.
- II — A empresa que obtiver recursos do Prohemp não é mais obrigada a quitar o empréstimo à vista das unidades não comercializadas, podendo agora pagar ao agente financeiro e este ao BNH em até 17 anos.
- III — O valor máximo de financiamento por unidade, que estava limitado a 1.100 UPC, passou a ser considerado valor médio por empreendimento. Assim, num mesmo empreendimento poderá existir unidades de valor superior a 1.100 UPC, contanto que a média seja mantida neste valor. Para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, este limite se estende a 1.350 UPC.
- IV — A partir de agora o BNH financia também o terreno para que a empresa promova a construção de conjuntos habitacionais para seus empregados.
- V — Em caso de revenda da unidade pelo empregado, a empresa poderá obter o ressarcimento da parcela da unidade habitacional que tiver sido subsidiada por ela. O subsídio normalmente é concedido pela empresa para compatibilizar o valor de venda do imóvel com a renda do empregado.
- VI — Ainda no caso de revenda da unidade pelo empregado, a empresa terá preferência na aquisição e poderá continuar a pagar as prestações do financiamento daquele imóvel ao agente financeiro nas mesmas condições estabelecidas para o empregado. O empregado poderá vender a habitação pelo preço de mercado.

- VII — Em condições especiais o BNH poderá fazer empréstimos diretos à empresa, sem a intervenção de agente financeiro.
- VIII — Além dos Inocoops e das Cohabs, o BNH admite agora outros órgãos para assessorar as empresas na promoção dos empreendimentos, podendo até dispensá-los, no caso da empresa comprovar capacidade técnica para desempenhar estas funções.

OPERAÇÕES

O valor unitário médio do empréstimo não poderá exceder a 100% do custo estimado da unidade. Os juros serão pagos pela empresa ao agente financeiro e este ao BNH, mensalmente, durante o prazo de carência, que equivale ao prazo aprovado pelo BNH para a realização do empreendimento, acrescido de até 36 meses e limitado a um máximo de 60 meses. O montante de recursos necessários ao pagamento desses juros poderá ser também objeto de empréstimo.

A taxa de administração do BNH será de 1% do valor do empréstimo, cobrada a cada parcela liberada ao agente financeiro. Esta taxa não poderá ser transferida ao agente promotor nem ao adquirente do imóvel. A amortização do empréstimo será feita em prestações mensais, através do Sistema de Amortização Misto e pelo Plano de Correção Monetária. O prazo máximo de retorno do empréstimo correspondente às unidades comercializadas será de 300 meses.

GARANTIAS

As empresas oferecerão, como garantia da operação, a hipoteca do terreno. Em casos especiais, poderão ser solicitadas garantias suplementares, representadas por caução ou penhor de cédulas hipotecárias, letras imobiliárias, Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional ou outros títulos financeiros. Poderão também ser aceitos seguro de crédito, fiança bancária, debêntures com correção monetária e vinculação hipotecária a favor do BNH e penhor mercantil de máquinas não instaladas ou outros bens imóveis.



INFORMAÇÕES

NOTÍCIAS DA EMBRATEL

O Sistema Nacional

A transmissão no sistema nacional é realizada, basicamente, através de quatro meios diferentes:

- microondas em visibilidade,
- microondas em tropodifusão,
- rádio em ondas-curtas e
- satélite.

Microondas em visibilidade

Neste processo, as ondas eletromagnéticas que se deslocam à velocidade da luz, em linha reta — são retransmitidas pelas estações repetidoras, instaladas em pontos elevados e intervaladas de 50 km, em média, até atingir as estações terminais.

A 26 de março de 1969, foi inaugurado o primeiro tronco de microondas em visibilidade, implantado pela EMBRATEL, interligando Curitiba e Porto Alegre, e que faz parte do Tronco Sul (São Paulo-Porto Alegre). O referido tronco, com capacidade para 960 canais de voz e um canal exclusivo para televisão, permitiu, de imediato, a veiculação de todos os serviços de telecomunicações, existentes, tais como telefonia, televisão, fac-símile, transmissão de dados, etc.



Estação repetidora de microondas em visibilidade — Paulo de Frontin — RJ

O sistema nacional expandiu-se, sempre mantendo as características de alta capacidade de tráfego, possibilidade de veiculação de qualquer serviço de telecomunicações e, sobretudo, obediência irrestrita às mais rígidas especificações internacionais.

Microondas em Tropodifusão

Uma característica básica à implantação de um sistema de microondas em visibilidade, em face das suas necessidades de operação, suprimento e manutenção, é estar apoiado por uma rede rodoviária que permita tráfego permanente de viaturas.

No norte e oeste do Brasil, todavia, essa facilidade ainda não existe no grau desejável.



Estação de microondas por tropodifusão
Ponta das Lajes — AM

Por isso, a EMBRATEL implantou, nessas regiões, troncos de microondas em tropodifusão, sistema que permite economia no número de estações repetidoras, as quais são instaladas, preferencialmente, nas vias e cidades existentes.

A transmissão por microondas em tropodifusão, embora ofereça a mesma qualidade técnica, de padrão internacional, encontrada nos troncos de microondas em visibilidade direta, é, no entanto, restritiva quanto à capacidade de canais telefônicos a transmitir (60 canais,

expandíveis até 96, nos troncos Campo Grande-Porto Velho-Rio Branco-Porto Velho e Porto Velho-Manaus; e 120 canais, expandíveis até 156, no tronco Manaus-Belem).

Rádio em Ondas-Curtas

A técnica de rádio em ondas-curtas é empregada nas transmissões com o Território de Fernando de Noronha, através da cidade do Rio de Janeiro, permitindo, apenas, os serviços de telefonia e telex.

Satélite

A complementação do sistema nacional, em localidades com grande demanda de tráfego, mas sem facilidades de acesso rodoviário suficientes para a implantação de troncos de microondas em visibilidade, ou, mesmo, em localidades onde tampouco é possível a instalação de troncos de microondas em tropodifusão, foi, também, motivo de estudos, tendo sido o problema resolvido mediante o aluguel, pela EMBRATEL, de um subsistema de transmissão-recepção ("transponder") do satélite, para uso exclusivo do Brasil.

Esse novo meio de transmissão possibilitou, através de estações terrenas de pequeno porte, reforçar-se o sistema nacional nas cidades de Manaus, Porto Velho e Boa Vista, com capacidade para trafegar todos os serviços de telecomunicações inclusive televisão.

Estações terrenas de pequeno porte, idênticas às acima citadas, foram instaladas em Rio Branco-Acre e Macapá-Amapá, em 1978, com capacidade para recepção de programas de TV.

SAFO PARA QUALQUER TERRENO

Com a apresentação ao público militar, a JAMY, Sociedade Industrial de Equipamentos Especiais Ltda., do Rio de Janeiro, lançou no mercado seu veículo SAFO, da linha de "qualquer terreno" de emprego militar. São as seguintes as características do SAFO:

Ficha Técnica

- | | |
|-------------------|------------|
| 1. Tecnologia | JAMY - IME |
| 2. Fabricação | JAMY |
| 3. Especificações | |



PESO

Dianteira: 320 kg

Traseira: 280 kg

Total: 600 kg

DIMENSÕES

Entre eixos aberto: 1850 mm

dobrado: 760 mm

Comprimento total: 3240 mm

dobrado: 2450 mm

Bitola dianteira: 1520 mm

traseira: 1570 mm

Ângulo entrada: 50°

saída: 55°

Altura total máxima: 1460 mm

Altura máx. carroceria: 1180 mm

Altura da plataforma: 750 mm

Largura máxima: 1800 mm

MOTOR: Volkswagen

Modelo 1300 4 tempos

4 cilindros

Dia/Curso: 77/69

Cilindrada: 1285 cm³

Pot. máx. DIN/RPM: 38/4000

Torque máx. DIN/RPM: 8,5/2000

Taxa de compressão: 6,8:1

CHASSIS — JAMY

TRANSMISSÃO — JAMY

Tração total 4 x 4

Junta homocinéticas

Corrente tripla

Redução: 1,52

FREIOS JAMY-IME

Tipo: discos nas 4 rodas

Acionamento: hidráulico

Diâmetro tambor: 270 mm

RODAS E PNEUS JAMY-IME

Pneu: modelo SAFO Especial

22 x 10 x 13

Pressão: 10 a 25 lib

DIREÇÃO JAMY-IME

Mecânica do tipo setor e rosca sem fim
Amortecedor telescópico

SISTEMA ELÉTRICO

Voltagem: 12 V

CAPACIDADE

Reservatório gasolina: 30 l

LUBRIFICANTES

Motor: SAE 30

Caixa correntes: SAE 40

DESEMPENHO

Rampa máx.: 63°

Rampa máx. lateral: 40°

Vel. máx.: 87 km/h

Consumo médio: 5 km/l QT

Raio de ação: 150 km

EQUIPAMENTOS OPCIONAIS

Varidvel segundo adaptações à plataforma

Limite: 1/2 ton

NOTÍCIAS DA EMBRAER

TURBINA PRATT & WHITNEY

PT-7A1 PARA EQUIPAR

EMB-120

Concluído o processo de seleção de tipos e modelos de turbinas disponíveis no mercado internacional, a EMBRAER optou pela adoção das turbinas Pratt & Whitney PT-7A1, para o avião EMB-120 que está sendo projetado e desenvolvido para transportar 30 passageiros em linhas de aviação regional.

Desenvolvendo uma potência de 1.500 SHP, essas turbinas PT-7A1 deverão receber o certificado de homologação canadense em 1982 e terão início de produção previsto para o ano seguinte.

Para a EMBRAER a escolha das turbinas PT-7A1 representou a melhor solução conjugando boas condições de preço, desempenho e ótimos índices de consumo específico, corroborando com as necessidades atuais de diversos países em minimizar o consumo de combustível.

Esta turbina aumentará intercâmbio técnico-comercial já existente entre a EMBRAER e a PRATT & WHITNEY OF CANADA, garantindo o aproveitamento de toda a infra-estru-

tura já existente face a larga utilização dos motores da família PT-6, hoje usados nos aviões BANDEIRANTE, no XINGU, e brevemente também no avião EMB-312, monomotor de treinamento militar, designado T-27 pela Força Aérea Brasileira, totalizando mais de 800 motores.

A PRATT & WHITNEY OF CANADA, além de assegurar um grande número de vantagens para o novo avião brasileiro, pretende contratar a fabricação no Brasil de peças e de componentes para suas linhas de produção; isto abrirá oportunidades para desenvolvimentos tecnológicos em nossa indústria, ao mesmo tempo que ampliará a pauta de exportação de produtos manufaturados brasileiros.

33º SALÃO INTERNACIONAL DE AERONÁUTICA E ESPAÇO

A EMBRAER participou, entre 9 e 17 de junho passado, do 33º Salão Internacional de Aeronáutica e Espaço, no aeroporto de Le Bourget, Paris, entre os 24 países que detêm o mercado, a tecnologia e o parque industrial básicos, que permitem a fabricação de aeronaves.

Para a mostra a empresa brasileira levou 3 aeronaves para exposição estática e 2 aeronaves para vôos de demonstração. A ênfase da mostra foi dada ao "Bandeirante" e suas 5 versões, incluindo o EMB-111 de Patrulha.



O EMB-111 pela primeira vez no pátio de exposições de LE BOURGET

A Embraer Tem Novos Clientes

Lenta e firmemente, a EMBRAER continua expandindo seu raio de ação. Assim é que novos clientes estão sendo constantemente captados, entre estes:

- Air Pacific, com sede em Suva, Ilhas Fidji, no Pacífico Sul, operando naquele arquipélago e nas Ilhas Gilbert, Novas Hibernas, Salomão, Tonga, Samoa e Nova Zelândia. A Air Pacific assinou contrato com a EMBRAER para a aquisição de dois EMB-110P12 "Bandeirante".
- Instituto Mexicano de Seguro Social, que é o equivalente ao nosso INPS, concretizou a compra de quatro "Bandeirantes" 110P1 que irão servir no transporte de doentes em operações de evacuação aeromédica.

- Amasling Commuter Service, que representa a EMBRAER na Austrália, já está operando naquele país com três aparelhos de fabricação brasileira, o mesmo acontecendo com a Advance Airlines of Australia, que já recebeu o primeiro "Bandeirante" EMB 110P1.

- Mountain West, empresa aérea regional do Estado de Idaho, EUA, já opera quatro aviões EMB-110P1 "Bandeirante", e está para receber o quinto bimotor brasileiro. Segundo a empresa norte-americana, seus "Bandeirantes" estão voando uma média de 10 horas por dia, a partir das 06 horas da manhã, transportando quase que exclusivamente passageiros. O aproveitamento médio tem sido da ordem de 70% para etapas médias de 1:10 horas, o que pode ser considerado excelente, segundo os padrões de utilização internacionalmente aceitos.



LIVROS

L'EMPIRE ÉCLATÉ — Hélène Carrère d'Encausse — Ed. Flammarion, Paris, 1978, 314 págs.

Vários historiadores juntaram argumentos para nos convencer do iminente colapso do colosso soviético. Uns, como Milovan Djilas, fundamentavam suas previsões em fatores psicológicos: o império comunista soviético ia desmoronar porque era corrupto. A nova classe, faraônica, abusada e sem escrúpulos, contaminava com sua podridão a todo o povo russo e ia levá-lo à sua perdição. Outros, como George Amalrik, lançavam mão de raciocínios sociológicos: desonestos, prepotentes e traiçoeiros no seu trato com os outros povos, os soviéticos — como outrora os russos — conseguiram suscitar em seu redor montanhas de ódio que ruirão no momento propício para varrer com sua lava de rancor as terras da nação mais detestada da história. Outros, finalmente, como Arnold Toynbee, elevavam o debate ao nível sereno da filosofia da história: o império soviético ia desaparecer porque os impérios são por natureza, formações frágeis e mortais. Na época da aldeia global, o império soviético acrescentava aos vícios clássicos dos imperialismos o senão de ser anacrônico. Seus dias estavam contados.

O Estudo de Hélène Carrère d'Encausse — **L'EMPIRE ÉCLATÉ** enquadra-se só em parte nesta literatura apocalíptica. As conclusões são, como em Toynbee, Amalrik ou Djilas, das mais sombrias. Contudo, a Autora recusa-se a explicitá-las. Deixa esta tarefa ao leitor, ao qual fornece farto material documentário e um bom roteiro de reflexões socio-políticas, que o levam a chegar sozinho, à conclusão óbvia. Deve ser por causa deste convite à colaboração, que torna o leitor co-autor e cúmplice, que o livro registra um dos mais insólitos êxitos de livreria na França, onde fez seis meses encabeça sem interrupção a

lista dos bestsellers, recorde raramente alcançado por trabalhos desta índole.

Quais os tópicos que tornaram o livro de Hélène Carrère d'Encausse tão popular?

Quando, depois do golpe de 1917, Lênin assumiu o poder absoluto, em nome da classe operária, esta representava numericamente apenas 2% da população russa. Ora, Marx tinha previsto a instalação da ditadura proletária só para o caso em que a classe operária tivesse alcançado (pela lei da proletarianização constante) percentagens da ordem de 80 ou 90% da população. Estava longe da conta.

Como adequar então a pobre realidade estatística russa de 1917 às exigências proféticas de Marx? Como justificar a presença e a permanência no poder "democrático" de uma "maioria" de 2%? Renunciar ao poder e devolver-lo aos 98% restantes era inconcebível para um revolucionário profissional. Mas também exercer a ditadura em nome de apenas dois em cada cem russos era cínico demais. Para sair do impasse, Lênin, numa intuição de

gênio, substituiu a noção de operário oprimido (pela classe capitalista) pelo conceito de nação oprimida (pelo imperialismo). Se havia na Rússia apenas 2% de proletários, havia em troca 100% de nações oprimidas pelo imperialismo do czar. Numa hábil escamoteação, Lênin substituiu o brado de guerra marxista "Proletários de todas as nações, uni-vos!", pelo brado não menos revolucionário "Povos dominados, sublevei-vos!".

A aritmética dava razão a Lênin. No seio de cada império (austro-húngaro, britânico ou russo) havia bem maior carga revolucionária entre os povos oprimidos (70% no primeiro, 90% no segundo e quase 100% no império czarista), do que na classe proletária, ainda pouco numerosa.

Contudo, o convite de Lênin não foi res-

pondido pelas nações oprimidas. Os povos da Alemanha ficaram surdos, como as nações oprimidas pelo Império britânico. E as novas nações surgidas da decomposição do império austro-húngaro, transformaram-se em baluartes anticomunistas.

Já que a revolução mundial lhe escapava das mãos, Lênin concentrou todas as baterias de sua eloquência sobre os povos do império czarista. Prometendo-lhes igualdade, justiça e, sobretudo, liberdade, conseguiu arragimentá-las sob a bandeira vermelha e levá-las, juntas, contra os últimos baluartes do czarismo. Do Dniester a Vladivosotok, ucranianos, tártaros, kalmukes, tchechenos, tunguses, georgianos, etc. criaram seus exércitos vermelhos e proclamaram suas repúblicas comunistas livres. Muito mais livres do que comunistas — o que deu o primeiro grande desgosto a Lênin, cujos cálculos se verificaram, neste particular, errados.

As premissas de Lênin estavam certas: o nacionalismo é o melhor estopim revolucionário contra a opressão. Mas não apenas contra a opressão capitalista, se não contra todo tipo de opressão, inclusive a comunista. Certo nas premissas, Lênin errara nas conclusões. Desencadeado, o nacionalismo dos povos recém-liberados tornou-se integralista: exigiu não apenas a autonomia na gestão dos assuntos administrativos mas a independência total.

"Prisão dos povos", chamava Lênin à Rússia czarista. "Ainda prisão dos povos", constatarem as nações liberadas apenas pela metade. Com efeito, os laços que as amarravam a Moscou permaneciam intactos. De nada servia apontar os artigos da nova Constituição (mantidos aliás na mais recente, a de 1977) que garantiam o direito à secessão. Aos ucranianos, armênios, georgianos e outros, que reivindicavam sua independência completa, Stalin, na época responsável pelo comissariado das nacionalidades, respondia que os textos constitucionais não deviam ser interpretados na sua letra, mas no seu espírito. E o espírito soviético proibia a secessão. Para evitar delongas e complicações, Stalin resolveu o impasse constitucional mandando fuzilar todas as lideranças (embora comunistas) das nações com apetites de liberdade.

Eliminados os nacional-comunistas locais, procedeu-se à instalação do Estado soviético único, democrático e centralizado.

Contudo, o nacionalismo — verdadeira doença recorrente — ressurgia periodicamente. Periodicamente também, Stalin via-se obrigado a ordenar, pesaroso, novos e radicais expurgos. Como Kruschchev ia documentá-lo no seu Relatório do 20º Congresso do PCU, Stalin mandara passar pelas armas até 75% dos líderes comunistas locais, por culpa de apego patriótico à sua nação de origem. Rotulado "desvio da diretoria", o crime de amor à pátria era punido pela pena capital.

Eradicamos as elites nacionais, Stalin impôs-lhes uma burocracia domesticada, obediente, castrada, integralmente submissa às ordens emanadas do centro único da federação: Moscou. Para maior segurança, as autoridades locais, embora emasculadas, foram submetidas ao controle permanente de uma segunda burocracia, de russos puros. Ainda hoje, o presidente do soviete local de Tbilisi, Tachkent ou Kichinev, que é respectivamente georgiano, usbec ou romeno, está necessariamente ladeado por um secretário de origem russa, nomeado diretamente por Moscou. Geralmente o secretário exerce cumulativamente os poderes administrativos de sua função, acrescidos dos poderes políticos e ideológicos de representante local da GPU (NKVD).

Esta estrutura, que ilustra bem a desconfiança do poder central para com a fidelidade das lideranças locais, não é arbitrária. Encontra-se legalizada pelo texto da Constituição de 1945 (repetido pela nova Constituição de 1977), a qual reza que na União Soviética todas as nações são iguais, mas que a russa é mais igual do que as demais, na sua qualidade eminente de nação-guia, de irmão mais velho das demais. Como tal, tem o direito — e o dever — de zelar pelo bem-estar e pelo bem-andar das demais. A Doutrina Brejnev, que presidiu ao esmagamento da Primavera de Praga, nada mais é do que a extensão às relações internacionais de um princípio consagrado há três décadas pela Constituição soviética.

Como se traduz o preceito constitucional da supremacia russa na realidade soviética de cada dia? Pela Política de rigorosa sovietação. Desdobra-se esta política em dois processos paralelos: a comunização contínua (que abrange todos os cidadãos da URSS) e a russificação crescente (que diz respeito apenas às nacionalidades não-russas).

Hélène Carrère d'Encausse não insiste sobre os métodos da comunização, já que os considera conhecidos pelo leitor. Mas estuda com fatos documentos a prática da russificação:

** imposição da língua russa como veículo de comunicação privilegiado em todo o território da União;*

** substituição do alfabeto latino pelo cirílico ou alfabetos locais, na transcrição das demais línguas da União (reduzidas em 50 anos de 160 para menos de 100);*

** ensino em russo nas Universidades locais, onde o vernáculo está sendo reservado às disciplinas "folclóricas";*

** exaltação da história russa, escamoteamento da história das demais nacionalidades e*

** finalmente — e sobretudo — o genocídio organizado de uma série de nações pequenas, culpadas de falta de entusiasmo durante a última Grande Guerra. Sumiram assim do mapa das nacionalidades os tártaros da Criméia, os alemães do Volga, os tchecos, os tunguzes, os bolcans, os inguches, os caratchais, os calmucos e outros mais, detalhadamente enumerados por Kruschew, num momento de remorso e sinceridade.*

Mesmo os judeus, apesar de terem contribuído maciçamente para a instalação do comunismo (no primeiro governo de Lênin, num total de 34 comissários do povo, 31 eram de origem judaica) não escaparam ao processo. Seu número foi reduzido à metade, em menos de 50 anos.

Os projetos políticos de Moscou — comunização e russificação aceleradas — não obedeceram estritamente aos cronogramas oficiais. Os dados demográficos sugerem, pelo contrário, uma inadequação catastrófica das massas aos desígnios dos líderes. Preferiram ser liquidadas do que russificadas ou comunizadas.

Com efeito, faltam na União Soviética de hoje uns 60 milhões de habitantes, previstos pelas projeções estatísticas de 1900. Estão ausentes 60 milhões. E estão fazendo falta.

Descontadas as vítimas das duas grandes guerras (3 milhões de mortos na primeira, 20 milhões na segunda), ainda faltam 40 milhões. Quem os matou? O holocausto do voluntarismo, i.é. a cega e frenética política da comuni-

zação e de russificação forçadas. Os dados compulsados pela Autora são confirmados em parte pelo Relatório de Kruschew e in totum pelo somatório de Soljenitsin, que chega a avaliar o total de vidas ceifadas, desde a chegada ao poder dos comunistas, em 66 milhões.

Ironia cruel das estatísticas: apesar dos ingentes esforços de russificação, apesar das hecatombes e holocaustos contra as minorias raciais e nacionais, são estas que crescem. Em detrimento do elemento russo. As últimas estatísticas oficiais acusam um recuo constante da nação russa, que deveria cair, em 1980, a menos de 50% do total da população soviética.

Com efeito, reservando para si as benesses da cultura e do desenvolvimento econômico, os russos entraram na categoria das nações desenvolvidas. Como tais, adaptaram o estilo demográfico dos desenvolvidos, i.é. taxas de crescimento em torno de 15 por mil, idênticas às taxas britânicas e ligeiramente inferiores às taxas francesas (17) ou americanas (20). Pelo contrário, as nações desprivilegiadas, os marginalizados do progresso econômico e cultural, conservam as taxas demográficas "subdesenvolvidas", alcançando níveis superiores aos clássicos 30 por mil.

Não é preciso ser politólogo para prever as consequências de tal evolução demográfica. Já hoje os russos não representam mais a maioria no império soviético. Baseado sobre a coação, o arbítrio, a prepotência, seu poderio parece ter os dias contados. Segundo certos observadores (entre os quais Kinssinger) é esta consciência do declínio inevitável de sua denominação que impele a liderança soviética a procurar compensações na expansão internacional. Esforçam-se com descontrolada sofreguidão para compensar os recuos internos com avanços no exterior: Angola, Abissínia, Afeganistão, Camboja.

Nesta corrida contra o tempo, quem ganhará: os russos ou os outros? A Autora manifesta (poderíamos dizer em cada página) seu pessimismo quanto às chances dos russos e às possibilidades de sobrevivência do império soviético sob dominação russa.

Aos argumentos alinhados ao longo de seu livro acrescenta, no capítulo final, o fator mais poderoso: a vitalidade das minorias islâmicas.

De fato, o que mais impressiona nas últimas estatísticas soviéticas é o crescimento constante do setor islâmico da URSS.

Apesar da política de russificação, apesar da comunicação forçada, apesar da urbanização, apesar do desenvolvimento cultural e tecnológico, os povos islâmicos do império soviético mantêm e até melhoram suas performances demográficas. Hoje 50 milhões, os islâmicos alcançarão antes do fim do século a marca dos 80 milhões. Bloco coerente e em constante expansão, os islâmicos têm todas as condições para tornarem-se o pivô do descontentamento generalizado das minorias não-russas.

Um fenômeno imprevisível vem dar novo alento às tendências centrífugas do islamismo: a ressurreição do espírito religioso, moderno avatar do indestrutível nacionalismo dos povos subjugados. Uma religiosidade insinuante e onipresente impregna a vida cotidiana do muçulmano soviético: as orações em comum, as festas religiosas, o respeito aos anciãos, o culto aos sheiks, a prática difundida (embora proibida do chamanismo, a militância nas associações secretas dos sufis (que arregimentam mais da metade da população muçulmana e escapam a qualquer controle da polícia russa), eis uma série de elementos que contribuem a reconstituir e a assentar em alicerces

muito sólidos a UMMA, i.é. a comunidade islâmica. A UMMA abrange hoje, no seu ecumenismo, a todos os muçulmanos da Ásia. Reúne — e incita — na sua nova espiritualidade nacionalista, não apenas os vassalos de Moscou, mas ainda os irmãos livres dos vizinhos Irã, Iraque, Afeganistão e Paquistão.

Ponta de lança de um movimento que ultrapassa de longe, as modestas (e admiráveis) escaramuças dos dissidentes políticos da Rússia ocidental, a ressurreição do islamismo promete transformar-se, na primeira oportunidade, num vendaval arrasador: a Guerra Santa.

Resultado de pesquisa demorada in loco (Hélène Carrère d'Encausse percorreu, durante três anos, a maioria dos estados soviéticos), preparado em estudos prévios de especialização na área ("Reforma e revolução dos muçulmanos no Império russo", 312 p.; "História da Ásia Central", 135 p.; "A União Soviética de Lênin a Stalin", 446 p.; "A política soviética no Oriente Médio", 328 p.) L'EMPIRE ÉCLATÉ representa uma chave mestra para todo leitor preocupado em compreender e prever as provas que o destino nos reserva.

Alejandro M. Franco



Viaje bem.



das do Brasil: Via Anchieta, Rodovia dos Imi-
antes, Via Anhangüera e Rodovia dos Bandeirantes.

Todas sob jurisdição da
DERSA - Desenvolvimento
Rodoviário S.A., uma empre-
sa que trabalha para tornar
as estradas mais humanas.
Quando você viajar por uma
dessas quatro rodovias, você
vai sentir segurança e tranqüi-
lidade em cada quilômetro.

Repare bem as fo-
tos desse anúncio. São
paisagens que você
não encontra em todas
as estradas do Brasil.
Ou melhor, encontra
somente em quatro es-
tradas.



Segurança e tranqüilidade pro-
porcionadas por um amplo siste-
ma de apoio ao usuário, que inclui
defensas, passarelas, sinalização
horizontal e vertical, serviços de car-
ro-guincho, socorro mecâ-
nico, ambulâncias e rede hospitalar de
retaguarda.

A Rodovia dos
Bandeirantes, a es-
trada mais nova
dos sistemas rodo-
viários controlados
pela DERSA e re-
centemente inau-
gurada, é também a mais moderna e segura do País.
Nela foi empregada toda uma tecnologia de pon-
ta em construção de es-
tradas, que possibilitou
sua entrega em apenas
vinte e seis meses após
a assinatura do con-
trato firmado com as
empresas empreiteiras.

A Rodovia dos Ban-
deirantes forma com
a Via Anhangüera um
sistema integrado e importante corredor para o
escoamento da produção de 85 municípios, que
totalizam uma população estimada em 3 milhões
de habitantes. Para a DERSA, viajar bem
não é apenas ter boas pistas, bem-cuida-
das.

É muito mais que isso. É ter também
boa sinalização, eficiente proteção ao
usuário, segurança e tranqüilidade total.



DERSA
Desenvolvimento
Rodoviário S.A.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES



Governo do Estado de São Paulo
Desenvolvimento para Todos.